Giscard F. Agra

MODERNIDADE AOS GOLES

RECIFE - PE
2008

GISCARD F. AGRA

MODERNIDADE AOS GOLES:

a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Norte e do Nordeste do Brasil da Universidade Federal de Pernambuco, linha de pesquisa Cultura e Memória, como requisito à obtenção do título de Mestre em História

Orientador: **Prof. Dr. DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JÚNIOR**

RECIFE - PE
2008

Agra, Giscard Farias.
Modernidade aos goles : a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935 / Giscard Farias Agra. – Recife: O Autor, 2008.
220 folhas : il., fig.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2008.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. História social. 2. Modernidade. 3. Sensibilidade. 4. Pasteurização do leite – Séc. XX. 5. Campina Grande (PB) – História. I. Título.

94	**CDU (2. ed.)**	**UFPE**
981	**CDD (22. ed.)**	**BCFCH2008/114**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO GISCARD FARIAS AGRA

Às 09:00h do dia 04 (quatro) de julho de 2008 (dois mil e oito), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Giscard Farias Agra** intitulada **"Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935"**, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **"APROVADO"**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Durval Muniz de Albuquerque Júnior (Orientador), Antonio Paulo de Morais Rezende e Lígia Bellini. Assinam, também, a presente ata a Coordenadora, Profa. Dra. Tanya Maria Pires Brandão e a Secretária do Depto. de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

Recife, 04 de julho de 2008.

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Prof. Dr. Antonio Paulo de Morais Rezende

Profa.Dra. Lígia Bellini

Profa.Dra. Tanya Maria Pires Brandão

Rogéria Feitosa de Sá.

AGRADECIMENTOS

Sangue, suor e lágrimas: três elementos presentes ao longo de toda esta produção humana que agora apresentamos. Bem mais de sangue, é verdade. Sangue derramado ao longo de mais de dois anos na produção deste texto que, em verdade, não é recente, mas me remete a uma pesquisa bem anterior, uma pesquisa de outro momento que agora me parece tão distante, que agora me causa tanto estranhamento.

Estranhamento não somente quando a tal pesquisa me remeto, mas quando me remeto também a mim mesmo em anos passados. Quem fui, não sou mais; quem sou, jamais serei novamente. E assim a vida segue seu rumo. Eu sigo o meu.

Se cada página aqui escrita demandou litros e litros de sangue meu, se estes dois anos na pós-graduação demandaram mais de mim, tanto física quanto – principalmente – psicologicamente, devo, antes de apresentar ao público o resultado material deste movimento que me levou a tal condição anêmica, prestar os devidos agradecimentos a todos aqueles que enxugaram meu suor e ataram seus farrapos para curar os meus ferimentos.

Inicialmente à minha família nas pessoas de José Agra, meu pai, Maria de Lourdes, minha mãe, e Elvira, minha irmã. Responsáveis pela possibilidade de eu continuar meus estudos e ainda mais fora da minha cidade. Aqui, devo agradecer especialmente a Lourdes, companhia inseparável das inúmeras viagens à cidade do Recife e das estadias semanais por lá, especialmente no primeiro semestre do curso. Sem o apoio logístico dessas três pessoas, esta viagem não poderia ter sido possível.

A mudança para outra cidade, o deslocamento para o Recife, levou-me a estabelecer contato com outras pessoas, fazer novas amizades, viver novos ares. Enquanto novos laços eram sendo desenhados, alguns velhos eram afrouxados e outros se tornaram ainda mais apertados.

Agradeço, portanto, a todos aqueles cujos laços se tornaram ainda mais apertados nestes últimos anos, pessoas que, mesmo às vezes longe,

viveram e vivenciaram comigo os diversos desgastes físicos, emocionais e intelectuais proporcionados pelo período da pós-graduação. Foram pessoas que assumiram para comigo relações as mais diversas, de colegas de graduação a colegas de trabalho, de alunos a amigos, de amigos a irmãos.

Agradeço ainda àqueles que se tornaram novos laços nesta minha trajetória. Aqueles a quem conheci no Recife como colegas da pós-graduação ou não, mas que se tornaram amigos, companheiros de conversa e bate papo no calçadão do CFCH, nas mesas do Chef Platão ou nas lanchonetes da Unisinos em São Leopoldo, na histórica viagem ao Encontro da ANPUH.

Sinto, entretanto, por não elencar vossos nomes aqui, amigos. Mas reservar-me-ei o direito de não especificar a nenhum de vós, pois temo esquecer algum e ser, desta maneira, injusto. Mas penso ter feito uma descrição minimamente necessária para que vocês possam se identificar nestas palavras.

Algumas pessoas, por sua vez, precisam ser citadas. Inicialmente, aos membros da presente banca examinadora: Carlos Miranda, importante sujeito na construção de minha narrativa e na minha pesquisa, presente na produção desta desde a qualificação; a Ligia Bellini, por aceitar o convite de participar desta avaliação, cujas análises serão de extrema importância para que eu possa construir um novo passo em minha caminhada; a Antonio Paulo Rezende, por quem a admiração precede o período da pós-graduação e apenas cresceu com o contato lá estabelecido; a Durval, orientador deste trabalho, cujas aulas, análises, críticas, elogios e puxões-de-orelha foram de muita importância para a construção de meu pensamento. Cada um destes elementos foi atenciosamente escutado e considerado, mesmo que às vezes estrategicamente pudesse parecer que não. Devo, entretanto, agradecer de maneira especial a Alarcon que, mesmo não tendo relação direta com a minha formação do mestrado, estando afastado das atividades docentes da UFCG e trabalhando na produção de sua tese, esteve sempre disposto a cooperar com as minhas leituras, a minha pesquisa e a ajudar no encaminhamento de algumas idéias que circulavam na minha cabeça, dispersas ainda, e que encontraram em sua linguagem articulada meio para se concretizarem em estruturação de um pensamento racional.

Agradeço também a este que continua sendo o mais ordinário dos homens, e agora o mais ordinário dos pais, o mestre Wagner Geminiano dos Santos. Tantas as viagens, físicas e/ou mentais, que fizemos ao longo destes anos permitiram que nossa amizade se solidificasse de tal maneira que ele foi muitas vezes o primeiro leitor de vários trechos deste trabalho, mesmo antes de concluso. Agradeço o apoio incondicional, as críticas pontuais, a leitura e a observação atentas, os comentários acadêmicos, os comentários sem futuro, bem como os resultados de sua vida (re)produtiva: sua dissertação e sua filha, Sophia, minha afilhada. Agradeço aos diversos momentos de risos sarcásticos, de ironias e de comentários afiados, preservando a memória de sujeitos os mais diversos, no Recife, em Natal, em Caicó, em Campina Grande, em São José da Coroa Grande, em Porto Alegre ou em São Leopoldo. Até mesmo quando nós dois éramos o alvo de nossos próprios comentários.

A Saulo Siqueira, Ivny Medeiros e Iago, personagens que, apesar de afastados da minha jornada acadêmica, estiveram mais do que presentes no turbilhão que devastou a minha vida neste período de pós-graduação. O divã sempre disponível de Saulo e Ivny me foi ofertado por várias vezes que precisei, e sempre era um espaço de conversação, aconselhamento e afastamento dos problemas imediatos. Tais consultas tornavam-se ainda mais leves com a presença da alegria infantil de Iago, que por si só produzia momentos de felicidade instantânea.

Por fim, mas não menos importante, a Robson Barros, personagem de tantas e tantas histórias, amigo de tantos e tantos anos, protagonista de tantos e tantos eventos, testemunha de todo o sangue por mim derramado. Alguém que, apesar de já por demais machucado na vida, ainda consegue, feliz ou infelizmente, manter um certo grau de inocência por mim invejado.

Palavras de agradecimento expressas aqui neste papel é o que lhes trago. Agradecimento àqueles que curaram as feridas dos últimos anos que provocaram tantas dores. Felizmente, muitos dos aqui relatados poderão ler tais palavras. Nosso lamento por aquele que, sendo um dos maiores responsáveis por esta nossa jornada, não pode. A ele, o “cara”, que se foi bem antes do que deveria, pelas estradas da vida, agradecemos e dedicamos este texto.

Agradeço, desta maneira, a todos aqueles cujos nomes, apesar de não terem aparecido expressamente neste texto, estão aqui presentes no espírito destas palavras.

Agradeço, portanto, a todos aqueles que conseguiram me manter são por todo este tempo.

Dedicado a

Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa

SUMÁRIO

Introdução 13

CAPÍTULO I. QUAL LEITE MIQUILINA PODE BEBER? – a batalha do moderno em Campina Grande 32

Um olhar sobre a modernidade 45

Uma história atravessada pela(s) fala(s) do corpo 59

À guisa de algumas primeiras conclusões 68

CAPÍTULO II. IMAGENS DO MATO E DA RUA: passagens da Campina rural à Campina urbana 80

Olhares sobre a natureza produzidos em (*O*) *Campina Grande* 108

CAPÍTULO III. “À NOSSA IMAGEM E SEMELHANÇA”: a construção de um mundo médico científico em Campina Grande 137

Uma construção do médico do passado: o Dr. Chatô 140

Uma construção do médico moderno: o Dr. João Arlindo 152

Considerações Finais 196

Anexos 206

Referências Bibliográficas 213

MODERNIDADE AOS GOLES: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935.

Autor: Giscard Farias Agra – Mestrado em História – PPGH/UFPE
Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior – UFRN
Examinadores: Prof. Dr. Antonio Paulo de Morais Rezende – UFPE (Interno)
Prof. Dra. Lígia Bellini – UFBA (Externo)
Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda – UFPE (Suplente)
Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó – UFCG (Suplente Externo)

RESUMO

Este texto tem por objetivo investigar as redes discursivas e não discursivas que produziram nos moradores de Campina Grande novas maneiras de ver e dizer a cidade e os seus elementos, informados por uma sensibilidade moderna, nas primeiras décadas do século XX. Investigamos, assim, os fios que enredaram e produziram diversos aspectos da cidade e da vida de seus moradores, propiciando a emergência e a hegemonia dessa nova sensibilidade. Assim, problematizamos a historiografia local quanto aos estudos sobre modernidade, tentando escapar à análise que privilegia a dimensão material do moderno e vincula-o ao conceito de modernização. Lançamos, desta maneira, uma nova possibilidade de abordagem da modernidade em Campina Grande, entendendo-a a partir das promessas simbólicas do Iluminismo, especialmente na pretensão de superação, pelo homem, de sua dependência para com os elementos naturais, movimento representado pela culturalização/cientificização da natureza. Escolhemos, assim, como evento inaugural de nossa narrativa o embate sobre a questão da pasteurização do leite, em 1935, construindo-o como simbólico da hegemonia de uma nova sensibilidade, um evento produzido pelos diversos fios que constroem a idéia de modernidade urbana, estando presentes tanto o desenvolvimento técnico-científico e a dicotomia campo versus cidade, quanto a pretensão de construção de um corpo moderno, produtivo, vigiado e controlado.

Palavras-chave: modernidade; sensibilidade; Campina Grande.

SWALLOWING MODERN AGES: modern sensibility production in Campina Grande, 1904 up to 1935

Author: Giscard Farias Agra – Mastering in History – PPGH/UFPE
Orientation: Prof. Dc. Durval Muniz de Albuquerque Júnior – UFRN
Examiners: Prof. Dc. Antonio Paulo de Morais Rezende – UFPE (In Ex.)
Prof. Dc. Lígia Bellini – UFBA (Out. Ex.)
Prof. Dc. Carlos Alberto Cunha Miranda – UFPE (In.)
Prof. Dc. Alarcon Agra do Ó – UFCG (Out.)

ABSTRACT

This text intends to investigate discursive and non-discursive webs that produced new ways of looking and seeing the city of Campina Grande by its inhabitants, informed by a modern sensibility, in the early decades of twentieth century. We looked for the traces that produced various aspects of the urban life, allowing the emergency and hegemony of this modern sensibility. This way, we criticized local historiography concerning modern age studies, trying to escape from material dimension matter relation modernity to modernization. We propose a new possibility on this matter concerning to Campina Grande, analyzing it by Enlightenment symbolic promises, specially the intention of overcoming the natural world dependention by mankind, movement represented by human intervention on nature through culture/science. We elected the pasteurization milk matter, in 1935, as primary event on our narrative, constructing it as a symbolic occurrence in consolidation of this new sensibility, because there we can see some traces which construct the modern and urban age idea, such as scientific and technical development, country versus city dichotomy and the intention of producing a modern age body, productive and controlled.

Keywords: modern ages; sensibility; Campina Grande.

MODERNIDADE AOS GOLES:

a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935

INTRODUÇÃO

A propriedade de número 42, da rua Maciel Pinheiro, no coração comercial da cidade de Campina Grande, transformou-se, naquele início de 1935, em uma trincheira de guerra.

De dentro dela, um homem selecionava o alvo e liderava o ataque. A rajada de balas deixava a trincheira na forma de palavras, metáforas pejorativas ou mesmo ataques diretos à atuação de um ou outro sujeito perante a sociedade campinense.

O alvo predileto do tenente que guerreava na trincheira era o chefe do Executivo Municipal, o dr. Antonio Pereira Diniz, empossado no cargo há menos de um ano. Mas outros inúmeros – e ilustres – homens públicos da cidade já haviam sido atingidos pelas balas que daí saíam, às vezes até mesmo sem direção, balas perdidas em busca de corpos para habitar.

Uma baixa já havia sofrido o tenente nas mãos do inimigo: o segundo em comando, o sr. Isidro Aires de Castro, fora, em finais de 1934, alvo de catimboseiros que, realizando um trabalho de macumba sobre ele, levara-o a entrar em estado crepuscular, conforme clinicamente diagnosticado. Desde então, Isidro era levado a viagens pela Paraíba para, talvez, respirando novos ares, recobrar sua sanidade.

Talvez isso fosse um prenúncio do dias que viriam em seguida.

Com seu aliado fora de combate, nosso tenente mudou o endereço de seu batalhão, até então situado à rua Cardoso Vieira, número 19, chegando então ao número 42 da Maciel Pinheiro, onde entrincheirou-se, dando início a dias de trovão na cidade de Campina Grande.

A trincheira de guerra não poderia ter nome diferente: era onde estava instalada a redação do jornal *A Batalha*, semanário de curta duração que circulou na cidade de fins de 1934 a meados de 1935. Aquele a quem

chamamos de tenente responsável pela trincheira era o sr. Arlindo Corrêa, diretor do jornal, que parecia, a cada edição, angariar mais inimizades contra si, dentre administradores, poetas, médicos, etc.

No intervalo de três meses, entre fevereiro e abril, Arlindo Corrêa, o jornalista, conseguiu colecionar mais duas inimizades no mundo médico de Campina Grande: a do dr. Diógenes Miranda, médico responsável pela fiscalização do leite, e a do dr. João Arlindo Corrêa, diretor do único hospital existente na cidade, o Hospital Pedro I, inaugurado há menos de três anos.

Arlindo Corrêa, o jornalista, em fevereiro de 1935, publicou em seu jornal que algumas pessoas haviam procurado a redação para reclamarem do leite que estava sendo vendido na cidade, pasteurizado pela Uzina de Hygienisação e Pasteurisação de Leite. Reclamavam da qualidade da purificação do líquido, que deixava a desejar, mas mais especialmente do fato de que o prefeito havia proibido, por meio de ofício, a venda de leite não-pasteurizado por estábulos existentes na cidade.

O jornalista, assim, dizendo estar defendendo os interesses da sociedade campinense, posicionou-se contra a proibição e, desta forma, à pasteurização de todo o leite comercializado, solicitando que o médico fiscal, o dr. Diógenes Miranda, tomasse medidas urgentes para que fosse permitida a venda de leite não-pasteurizado. A Arlindo Corrêa, juntou-se também um advogado morador de Campina, o senhor Ascendino Moura, defendendo que não havia estudos científicos que comprovassem que o leite pasteurizado era melhor para o organismo.

O dr. Diógenes Miranda, ao saber da solicitação, fez pouco caso do pedido. Não pareceu querer de modo algum atender às solicitações ou crer nas justificativas apresentadas. A razão médica que geria a matéria estava consolidada em sua cabeça e aqueles que não a entendiam só poderiam ser ignorantes à sua vista. Mas, como insistiam ainda em continuar não acreditando nas vantagens da pasteurização, de forma extremamente irônica, Miranda declarou então que o “burro” da discussão era ele.

Arlindo Corrêa entendeu o recado. E se entrincheirou mais uma vez, lançando rajadas de balas contra o médico, aquele “asno confesso”. Trocas de ofensas de lado a lado, esta questão, assim como várias outras envolvendo o jornalista, foi parar nas vias judiciais.

Mas a batalha pessoal de Arlindo Corrêa, o jornalista, atingiria seu ápice quando, na tarde do dia 02 de abril de 1935, o dr. João Arlindo Corrêa, o médico, invadiu o prédio de número 42 da Maciel Pinheiro, ameaçando fisicamente o seu homônimo e o jornal que dirigia. Desafetos já desde a situação ocorrida com Isidro, alguns meses antes, na qual o dr. Corrêa havia sido o médico a diagnosticá-lo com uma "doença inexistente", o jornalista não poupara críticas à atuação do médico à frente do Hospital Pedro I, culminando nessa brutal invasão da redação de *A Batalha*.

Segundo consta, João Arlindo Corrêa, o médico, teria dito que não mandava eliminar o jornalista porque "não desejava no momento", mas "oferecimentos havia recebido". Em resposta a estas declarações, Arlindo Corrêa, o jornalista, declarou que o "médico demoníaco" respondia "com a vida por qualquer atentado" que sofressem os redatores de *A Batalha*, "mesmo que não se possa identificar no ato, o bandoleiro pago pelo seu vil metal".

Eis um pequeno recorte da Campina Grande de 1935. Campina Grande às voltas com discursos do moderno, com pretensões a tornar-se grande não apenas no nome, mas em sua economia, cultura, sociedade.

Campina que, na busca pelo moderno, confrontou-se com diversos e distintos projetos de atingi-lo, que nem sempre viviam harmoniosamente entre si. Campina que viveu os seus próprios projetos de modernidade, específicos, locais e contraditórios, como tantos outros que se instalaram no Brasil naquele início do século XX.

Este é apenas um dos inúmeros casos que pude recuperar por meio da documentação que selecionei como fonte para a produção da presente dissertação, e que escolhi para iniciar esta minha narrativa. Selecionei este especificamente porque nele leio os principais tópicos de análise de todo este texto, e as desventuras do número 42 da Maciel Pinheiro nortearão todos os demais capítulos daqui para frente

Meu interesse pela presente temática começou a ser despertado quando, logo no início do curso de graduação, entrei em contato com a leitura de uma das obras clássicas da Terceira Geração dos Annales, a *História da Morte no Ocidente*, de Philippe Ariès.

Até a leitura desse texto, realizada no ano de 2002, minha proposta no curso de história era a de ser um historiador dos "fatos reais" da história. Até

então, ainda não tivera contato com as diversas correntes teóricas abordadas na academia e conhecia tão somente, pelas leituras que fazia, a abordagem política metódica e a abordagem econômica do materialismo histórico. Esta me irritava profundamente. Aquela não. Ao ler as obras de história até então, não me interessavam os modos de produção nem as relações de exploração econômica de uma classe sobre outra. Buscava, assim, perceber naquelas obras a "verdade dos fatos", descobrindo o papel que haviam desempenhado alguns "grandes homens" para que tais coisas pudessem ocorrer como "realmente haviam acontecido".

No ingresso à academia, minhas leituras continuaram sendo meramente informativas, acumulativas e, tal qual um sedentário, recusava-me a exercitá-las, a ruminá-las, a metabolizar as informações em conhecimentos. O abdome ia crescendo e crescendo, cada vez mais distante da jovialidade da barriga idealizada por Nietzsche[1].

Na academia, entrei em contato com algumas obras metodologicamente ligadas à "revolução historiográfica". O que então estava muito presente nas discussões era o conceito de "imaginário", contra o qual eu logo me voltei, não vendo utilidade para a escrita da história a que eu me propunha: a dos fatos históricos, à construção dos Estados Nacionais, aos grandes heróis, às grandes civilizações, etc.

O muro que me impedia de aceitar a noção de imaginário e sua articulação com a história caiu por terra quando da leitura de *História da Morte no Ocidente*[2]. A obra de Ariès foi, desta forma, meu "hápax existencial"[3] na academia, um divisor de águas, uma ruptura, dando fim a uma maneira de ver e dizer o conhecimento histórico que tinha até então e inaugurando um novo olhar sobre ele.

---

[1] LARROSA, Jorge. "Ler em direção ao desconhecido. Para além da Hermenêutica". In: **Nietzsche e a educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, pp. 13-46 (Coleção Pensadores & a Educação).

[2] ARIÉS, Philippe. **História da morte no Ocidente** [trad. Priscila Viana de Siqueira]. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

[3] Cf. ONFRAY, Michel. "Da anterioridade do melão sobre a razão". In: **A arte de ter prazer**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 29-97. O autor, no texto referido, trabalha o conceito de "hápax existencial" como sendo um determinado evento na vida de um pensador que modifica completamente a relação que este estabelece com as coisas do mundo, ou seja, que muda a sua forma de ver e dizer o mundo, suas formas de leitura da vida. Aqui, aproprio-me desse conceito para demonstrar como a leitura de um livro modificou a minha forma de ler e dizer a história.

Eu, produto de uma sociedade que vê a morte de forma interdita, ou melhor, que tenta *não ver* a morte, que tenta negá-la o quanto puder, havia fugido dela por tempo demais. Via-a como a única verdade inquestionável, como a dor universal.

Foi pela leitura de Ariès que entrei em contato com outras possibilidades de ver a morte, possibilidades menos pessimistas e dramáticas que aquela que havia na minha cabeça. Entrei em contato com relatos de períodos e de pessoas que até mesmo esperavam ansiosamente pela vinda da morte, uma morte aguardada, familiar, compartilhada, até mesmo celebrada, uma morte que não era sinônimo de dor, de angústia, mas uma morte que representava outras coisas, que não aquelas que em minha cabeça havia até então.

História da morte no Ocidente, então, fez-me ver como a minha idéia de morte era uma construção cultural e social, localizável no tempo e no espaço, e não uma verdade universal. Fez-me ver como outros povos, outras sociedades, outras épocas viam a morte de maneira diferente das que meu lugar havia me determinado ver. E, assim, fez-me perceber como os meus sentidos e a minha sensibilidade para a morte eram históricos, que a “minha verdade” era apenas *uma* das várias construções possíveis. Esse hápax me fez consciente da idéia de morte como algo não natural e, portanto, que não precisava ser tal qual eu pensava que fosse. De que havia possibilidades e possibilidades, e cabia a cada um escolher os caminhos a trilhar.

E esta percepção me foi possibilitada pela leitura de uma obra que abordava o imaginário. Justamente o imaginário, aquele para o qual eu não atribuía a mínima importância para a escrita da história. Foi aí que eu pude modificar também o meu olhar sobre a história, deixando de lado uma abordagem factual que professava até então e partindo daí para o desenvolvimento de uma abordagem mais sensível, uma abordagem que, assim como a obra de Ariès havia provocado em mim, promovesse micro-revoluções diárias em minhas formas de ver e dizer o mundo. Uma abordagem da história que me tirasse da leitura informativa que tinha e me levasse a uma leitura formativa, uma leitura que fosse me construindo, formando-me dia a

dia[4]. Uma visão de história que me fez ver a mim mesmo como um sujeito em constante construção e desconstrução, em formação contínua, sem lugar fixo, mas sob terreno móvel, em constante fluxo. Um sujeito histórico[5].

Minha visão atual de história, portanto, emergiu nesse momento, com as relações que estabeleci e que me modificaram a partir da leitura de *História da Morte no Ocidente*. Tal olhar, desde então, foi sendo constantemente construído com o estabelecimento de outras relações com diversas outras literaturas históricas, sociológicas, antropológicas e filosóficas, que acabaram por informar o presente texto, explícita ou implicitamente.

Minha idéia de história, assim, vem em muito influenciada especialmente pelos filósofos franceses da década de 1960, notadamente Michel Foucault. Enxergo o conhecimento histórico como uma chave que pode nos livrar de uma prisão, a prisão em que somos todos jogados pelas tramas da linguagem que nos enquadram em determinadas categorias das quais por vezes é difícil nos desvencilhar. As binariedades corriqueiras no nosso cotidiano, que separam o são do doente, o normal do anormal, o heterossexual do homossexual, o branco do negro, dentre outros, como formas de excluir e estigmatizar o segundo elemento de cada relação, discutidas e circuladas em nossas sociedades como se fossem relações que sempre existiram, são minadas em sua categoria de oposições “normais” e vistas como construções culturais que foram inventadas pela cultura em determinado momento, com certos interesses, e não relações “naturais”.

Partindo desta noção, de que tais relações não são naturais, mas construções culturais, cabe à história, portanto, mostrar-nos em quais condições de possibilidade conceitos como anormalidade, patologia, criminalidade, perversão, homossexualidade e loucura emergiram, tornando os elementos classificados por esses nomes como visíveis e dizíveis. Historicizando, desta maneira, tais conceitos, desnaturalizando-os, destruindo-os, seremos capazes de construir novas relações sociais, novos fios, que não sejam tão excludentes quanto os que construímos até hoje, que não pretendam

[4] Cf. LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. São Paulo: Autêntica, 1999.

[5] A própria idéia de eu me tornando um sujeito histórico veio com a empatia estabelecida com as idéias da Terceira Geração dos Annales, já que, na concepção que tinha antes, a metódica, sujeito histórico era apenas aquele “grande homem”, o “herói” que havia proporcionado a construção e a consolidação do Estado Nacional.

alcunhar de maneira tão estigmatizadora os sujeitos nomeados, que não se proponham a classificar uma pessoa pela cor de sua pele, etnia, lugar onde nasceu, lugar onde mora, pela sua ocupação ou pela sua opção sexual, que não se proponham a resumir o ser humano a palavras tão frágeis em sua fundamentação e mesmo assim tão fortes em suas conseqüências sociais.

Mostrar a fragilidade dos fios que constroem essas relações, portanto, ajudando a desconstruir relações de alteridade que têm como objetivo nomear, classificar e excluir o outro, inserindo-o em denominações tidas por "naturais", mas que não passam de construções culturais historicizáveis, para mim é o principal objetivo que o historiador deve almejar desde a emergência dos novos paradigmas a partir da Escola dos Annales, mas, especialmente, desde a década de 1960. E, tendo em vista essa proposta "humanitária", a de contribuir para a construção de novas relações, menos discriminatórias e preconceituosas, é que o conhecimento histórico deve se permitir mais circulante, mais socializável, mais vivo e comunicativo para o restante da sociedade, posto ser um conhecimento que deve servir para a vida[6], e não para o encarceramento nos bancos da academia. Daí a importância dos diálogos com a literatura e das diversas novas maneiras de apresentar a história, tratando de temas mais próximos ao "homem comum", como cotidiano, vida, morte, doenças, sexualidade, infância, velhice, amor, ódio, inveja, etc.

Penso, assim, que o caminho que nos conduz ao conhecimento histórico deva ser tal qual um passeio de gôndola pelos canais de Veneza: à nossa frente, diversas possibilidades de caminhos a trilhar. De maneira leve e suave, com a brisa no nosso rosto, somos levados pela beleza da história ao nosso alcance. Mas, mesmo que pensemos estar seguros, pois estamos sobre uma base de madeira aparentemente firme, a gôndola, tal base de sustentação é trêmula, móvel, frágil, pois todo o resto é água, é maleável, e pode acabar acontecendo – e não raramente acontece – que, em nosso trajeto pela história, a nossa gôndola sofra rachaduras, talvez pela água que nela insiste em bater, desgastando-a, até que sintamos a necessidade de consertar a embarcação ou simplesmente conseguir uma nova, descartando a antiga.

---

[6] NIETZSCHE, Friedrich. "II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida". In: MELO SOBRINHO, Noéli Correia de (org.) **Escritos sobre a História – Friedrich Nietzsche**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, São Paulo: Loyola, 2005,pp. 67-178.

Assim, já informado por esse novo olhar em construção, tive contato com imagens do ano de 1918, sobre a ação da gripe espanhola nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que me chocaram[7]. O recolhimento dos cadáveres espalhados pelas ruas da cidade, realizado em carros puxados a tração animal, e a informação de que tal gripe foi a "epidemia que mais matou no Brasil", e que "matou até mais do que a Primeira Guerra Mundial" foram ainda mais chocantes pelo fato de que eu nada sabia sobre ela. Como poderia uma doença ter sido tão devastadora e não sabermos praticamente nada sobre ela?

Pela leitura de Ariès, já sabia que algumas doenças, quando assumiam forma epidêmica no meio urbano, radicalizavam um movimento de transformação da cultura, de alguns hábitos ditos populares. Os autores que trabalharam com a "grande epidemia de cólera-morbo"[8] – que até então pensava eu ter sido a maior doença epidêmica ocorrida no Brasil até o advento da AIDS, na década de 1980 – demonstraram que uma mudança radical acontecida naquele ano de 1856 foi a transferência dos sepultamentos para cemitérios fora dos centros urbanos, tendo por fundamento a concepção miasmática de transmissão das doenças. Minha primeira reação foi a de perguntar quais teriam sido as mudanças culturais catalisadas pelo advento da gripe e, à época, para mim, ainda mais intrigante, qual teria sido o impacto sobre o imaginário brasileiro quando Rodrigues Alves, presidente eleito da República, sucumbiu ante tal "peste"[9].

Minha inserção na temática de história das doenças se deu num momento em que epidemias faziam aparições constantes na mídia, e a própria

---

[7] Tais imagens pertencem ao documentário **Testemunha da História** – Apresentação de Bóris Casoy, sobre os fatos que marcaram o século XX no Brasil e no Mundo, lançado em VHS/DVD, pela PlayArt, em 2002.

[8] Dentre eles, ARIÈS, 2003.; REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993; AGRA DO Ó, Alarcon. "Relatos de males – notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial". In: AGRA DO Ó et al. **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003, pp. 11-45; SÁ, Lenilde Duarte. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios**. O serviço de higiene pública: 1895-1918. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

[9] Apesar de "peste" referir-se mais propriamente à peste negra, bubônica, o termo acabou se popularizando na literatura histórica para referir-se a qualquer tipo de doença que grasse epidemicamente. Para uma discussão sobre a peste estabelecendo o arquétipo da doença epidêmica, cf. REVEL, Jacques et PETER, Jean-Pierre. "O corpo – o homem doente e sua história". In: LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre. **História: novos objetos** [trad. Terezinha Marinheiro]. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 141-159.

gripe acabava sendo ressaltada como grande modelo de epidemia a ser evitada. O presente me colocava a doença como uma questão a ser estudada, a ser lida, um presente que me incomodava, perturbava-me. Um presente repleto de discursos sobre as doenças, um presente que mostrava sociedades atônitas ante o medo que uma epidemia proporcionava. Um presente envolto pela enfermidade: o temor da volta de antigas doenças erradicadas em várias partes do mundo, como a varíola; o convívio silencioso e banalizado com doenças que mancharam com muito sangue períodos históricos, como a tuberculose, o cólera e a hanseníase; o silenciamento e a interdição de doenças que desafiam a medicina, como a AIDS e a gripe espanhola; e o pânico de novas patologias que ameaçavam tornar-se pandemias ainda maiores que a da hespanhola, tais como a pneumonia asiática (Sars) e a gripe do frango.

Foi essa angústia com o presente que me fez, regressivamente, olhar para o passado para investigar como uma sociedade anterior à minha respondeu a essas aflições; como as pessoas de antes lidaram com essas situações extremas; e como responderam, agiram e reagiram às filhas de Tanatos batendo-lhes à porta.

No desenvolvimento da pesquisa sobre a ação da gripe espanhola na Paraíba, que foi de 2002 a 2005, o meu contato com as fontes foi extremamente conturbado. A documentação – na maioria, jornais e relatórios governamentais – não me respondia às perguntas previamente formuladas. As fontes eram muito poucas e escassas quanto ao meu objeto. Um grande silêncio parecia mascarar a gripe na Paraíba.

Se a documentação oficial não falava da gripe, algumas outras doenças apareciam, vez por outra, como sinais de atraso da população, especialmente a tuberculose e a varíola. Havia denúncias de como tais doenças eram “flagelos da civilização” e faziam as cidades e o povo paraibano parecerem atrasados, incivilizados, por ainda estarem às voltas com elas. Como medidas para erradicar essas doenças, promovendo, assim, ar de “civilização” às cidades paraibanas, as reformas urbanas tornaram-se o grande símbolo da hegemonia de um discurso que primava por modernizar o meio urbano, suas ruas, suas habitações e seus habitantes.

À ação das doenças como sinais de atraso das cidades e do povo paraibano contrapunha-se a ênfase de toda essa documentação quanto à urbanização das cidades como sinal de progresso e civilização. O contato com essas fontes, portanto, foi lentamente provocando um deslocamento na minha pesquisa, reformulando minha problemática, estabelecendo novas preocupações e colocando-me um novo problema.

Tendo por orientador na graduação um especialista em reformas urbanas no Brasil, Fábio Gutemberg R. B. de Sousa[10], passei a manter constante contato com tal temática, em especial, dirigindo o meu olhar para Campina Grande especificamente, onde, segundo a historiografia com a qual me relacionei[11], as reformas foram até mais radicais do que na capital, a atual João Pessoa, pois em Campina elas ocorreram no centro comercial da cidade, afrontando espaços de memória de diversas famílias pertencentes aos grupos que exerciam determinados poderes locais.

Ao lado desse discurso de progresso, verifiquei também a presença muito forte de um discurso de origem médica, que, no início do século, parecia olhar a tudo e a todos e classificar os sãos e os doentes, os normais e os anormais, os limpos e os sujos, os higiênicos e os anti-higiênicos. Tal taxonomia, referente aos corpos das pessoas, acabou sendo estendida às cidades, ao que chamavam “corpo urbano”. Esse “corpo urbano” foi olhado e classificado como doente; as ruas da cidade foram vistas como veias; as avenidas, artérias; o movimento entre as ruas, o fluxo do sangue; o centro comercial, seu coração “pulsante”. Assim, a cidade, vista nesse contexto como um corpo, deveria manter-se saudável, limpa, higiênica, livre de todas as doenças que a degenerariam. E as cidades de então estavam “doentes”. Na ordem do dia, a “missão” de curá-las.

---

[10] Fábio Gutemberg R. B. de Sousa doutorou-se em História pela Unicamp, no ano de 2001, apresentando tese intitulada **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande (1920-1945) (Doutorado em História. Campinas, SP: Unicamp, 2001). Além de inúmeros artigos publicados em revistas regionais e nacionais, foi co-autor do livro **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural (João Pessoa: Idéia, 2003) e, recentemente, alguns capítulos de sua tese foram publicados no livro **Territórios de confrontos – Campina Grande (1920-1945)** (EDUFCG, 2007).

[11] Dentre outros, cf. SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande (1920-1945). Doutorado em História. Campinas, SP: Unicamp, 2001; VERAS, Cassandra Carmo de Lima. **O espelho de Narciso**: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945). Bacharelado em História. Campina Grande, PB: UFPB Campus II, 1988.

A “cura” das cidades, como pretendia esse discurso do início do século XX, parecia-nos bem próxima a outro discurso, contemporâneo à nossa pesquisa, que propunha a “revitalização dos centros urbanos”, o que representava, dentre outras coisas, a “limpeza das ruas” para facilitação do tráfego de pessoas, de mercadorias ou de coisas. Isto implicava diretamente na retirada do comércio informal das calçadas das cidades para ordená-lo em lugares próprios e espacialmente delimitados – os chamados “shopping populares”. A cidade, assim, “respiraria” melhor. Tal qual o discurso da higiene já enunciava no início do século XX, o discurso da revitalização urbana parecia-nos ser herdeiro direto daquele.

Assim, ao final de minha graduação, minha pesquisa havia me encaminhado à problemática de verificar as condições de possibilidade que permitiram ao discurso da modernidade eleger a higiene como carro chefe desse progresso pretendido por grupos mantenedores de certos poderes locais – a que chamei de *elites*[12] – e como as doenças vão representar um empecilho a esta empresa, precisando, portanto, ser erradicadas. Desta maneira, indaguei-me sobre o papel preponderante da higiene na construção, estética e discursiva, de Campina G(g)rande[13].

Assim, demonstrei nesse texto que a idéia de Campina como uma cidade onde tudo deve ser grande não era uma condição natural, mas uma construção social, cultural, política, econômica e religiosa, e que, no início do século XX, tal condição havia recaído na exigência de Campina se tornar grande no campo da saúde e da higiene.

Trabalhei especificamente com a construção do conceito de higiene vinculado à idéia de progresso, dando a ver que as práticas de higiene do século XX nem sempre estiveram vinculadas à idéia de saúde, mas que, por

---

[12] Uso aqui o termo *elites* como forma geral de me referir aos diversos grupos que mantinham determinadas influências perante a sociedade de Campina Grande nas mais diversas áreas. Assim, refiro-me a elites econômicas, elites religiosas, elites políticas, elites letradas, etc.

[13] Aqui, utilizei a forma “Campina G(g)rande” para enfatizar um uso lingüístico recorrente nos diversos discursos – político, econômico, cultural, religioso – que circulam na cidade, desde pelo menos finais do século XIX, articulando a idéia de Campina Grande como uma cidade grande, moderna, civilizada. Campina Grande, por esses discursos, é uma cidade onde tudo é grande, desde “O Maior São João do Mundo”, à memória dos grandes carnavais do passado, ao maior evento religioso cristão ou esotérico, o viaduto mais moderno do Brasil, dentre outros. A brincadeira com o nome da cidade, “Grande”, e o adjetivo, “grande”, encontra-se ao longo de todo o texto resultado da graduação, publicado sob o título **A urbs doente medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935 (Campina Grande, PB: Gráfica Marcone, 2006, 149p).

muito tempo, a promoção da saúde era justamente a prática de atos que hoje consideramos anti-higiênicos.

Assim, foi devido à união entre a noção de higiene e a concepção de saúde, associando-se ainda a isto um projeto de modernizar e civilizar a cidade e seus moradores, amparado pelo discurso médico legitimado pela ciência, que possibilitou ações em nome do progresso, como, exemplo mais característico, as reformas urbanas em Campina Grande no período 1935 a 1945.

Observei, entretanto, ao longo do trabalho, que não havia *um* projeto de modernizar a cidade, mas vários projetos diferentes. Havia, assim, maneiras e maneiras de ver a cidade grande, moderna, higiênica. Propostas que coexistiam no mesmo espaço, mas que, vez ou outra, esbarravam-se, gerando conflitos e tensões.

Parecia haver, portanto, idéias comuns aos discursos dos diversos segmentos que compunham a "sociedade campinense" – higiene relacionada à saúde, modernização em nome do progresso, etc – mas tais grupos pareciam muitas vezes discordar dos caminhos a seguir para atingir o fim esperado. As minhas fontes documentais me colocaram na presença de debates, discussões e, não raramente, agressões morais e físicas em que se digladiavam elementos pertencentes a grupos que exerciam poder na cidade. Nesses constantes embates, pareciam se contrapor não meramente questões pessoais, mas distintos projetos de modernidade.

Assim, devo falar na coexistência, às vezes pacífica, vez ou outra conflituosa, de diversos projetos de levar a decantada "modernidade" para a cidade: um projeto dos cronistas, um dos governantes, um dos comerciantes, um dos advogados, um dos médicos, e assim por diante. Este último, por sua vez, o projeto dos médicos, pareceu querer tornar-se hegemônico, talvez por isso mesmo tenha sido um dos grandes alvos dos demais[14].

Esta atuação dos médicos na construção da cidade moderna chamou-me particularmente a atenção.

Na Campina Grande das duas primeiras décadas do século XX, poucos médicos havia. Apenas na década de 1930 é que a cidade iria receber mais representantes da ciência médica que, ainda nesta década, apareceriam

[14] Para exemplificações, cf. AGRA, 2006, em especial o *Capítulo III: Da ordem, o caos: territórios de conflito* (pp. 99-122).

nos jornais tanto de forma positiva quanto de forma negativa: tanto como “bons moços” quanto como “papa-figos” e “mortículas”. A imagem dos médicos campinenses pareceu se modificar à medida em que eles assumiram cada vez mais o poder sobre a cidade e os seus moradores, embasados na crença da ciência como verdade absoluta. Eles próprios pareceram mudar de atitudes para com as pessoas, ganhar ares austeros, estabelecer-se em lugares próprios, falar uma língua própria, ver-se a apenas si próprios, enxergando os outros, os “não-médicos”, apenas como meros corpos doentes, e não como pessoas precisando de ajuda.

E, muitas vezes, esses médicos eram denunciados pela imprensa da época por agirem justamente dessa maneira: por tratarem o paciente como mero corpo objetivado, cartografado pela anatomia, sem respeito às suas subjetividades, às suas sensibilidades. Todo o movimento de higienização e modernização da cidade pareceu querer ignorar essas sensibilidades individuais, tratando as pessoas como um ser só de várias cabeças, uma hidra moderna – a população[15], que deveria se submeter aos projetos de civilizá-la.

Mas alguns corpos se rebelam. Uns resistem frontalmente a essas ações, outros o fazem de forma velada. Cada um, entretanto, possui maneiras específicas de sentir essas transformações pelas quais a cidade passa, das reformas urbanas à ingerência da medicina sobre seu corpo. O sentir essas mudanças determina-se pela afronta, menor ou maior, à sensibilidade de cada um.

Assim, meu intuito no presente texto é problematizar *algumas maneiras de os moradores de Campina Grande perceberem as mudanças pelas quais a cidade estava passando no início do século XX*, quando o discurso de progresso associou-se ao discurso médico para transformá-la numa cidade higiênica, saudável, moderna, enfim, grande.

Elegi como recorte temporal, por sua vez, os anos que vão de 1904 a 1935. Aquele, ano da ascensão ao poder municipal do Sr. Cristiano Lauritzen, evento que tomo como representativo do início de um primeiro período de modernidade na cidade, durante o qual alguns elementos do moderno adentrarão o espaço urbano, notadamente, o trem como o mais destacado pela

[15] Cf. FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976) [trad. Maria Ermantina Galvão]. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

historiografia local, através do qual o contato de Campina Grande com outras cidades maiores se tornou mais corriqueiro[16]. Estabeleço aqui relação direta entre o constante contato com a cidade do Recife, por exemplo, e a influência que a Faculdade de Direito daquele local, transmissora de diversas idéias européias de progresso e civilização, tais como o positivismo comtiano e o darwinismo social spenceriano, que fazia circular na sociedade, exerceu sobre a formação dos bacharéis campinenses e paraibanos a partir das falas de vários membros das "elites" campinenses.

Como final do recorte temporal, por sua vez, escolhi o ano de 1935, ano em que os eventos à rua Maciel Pinheiro, número 42, acontecem, como forma de ler, nesse simples evento escolhido para inaugurar a nossa narrativa, diferentes maneiras de ler as mudanças pelas quais passava a cidade e que, no seio de grupos de poder, acabam por radicalizar-se, transformando Campina num verdadeiro palco de batalha.

Este mesmo ano, 1935, que encerra o nosso recorte temporal, foi ainda o ano da posse do prefeito Vergniaud Wanderley, ocasião em que Campina já "respirava progresso" antes de se asfixiar com ele nas gestões daquele prefeito[17].

Para poder escrever esta narrativa – uma dentre as muitas possíveis – apropriar-me-ei e significarei idéias de diversos autores que já trabalharam temáticas paralelas que perpassam este texto, ajudando-me a construir o meu objeto. Considero que se me mantiver falando a partir de pensadores de uma única corrente teórica, estarei encarcerando o conhecimento que se quer livre e circulante. Por isto mesmo, significarei idéias de autores ligados às correntes da história social e cultural, desde que, além de essas leituras me ajudarem de alguma maneira na construção de meu pensamento, elas não se choquem frontalmente, uma negando a outra.

---

[16] Sobre a importância do trem de ferro para a cidade de Campina Grande, cf. ARANHA, Gervácio B. "Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)". In: AGRA DO Ó et al. **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003, pp. 79-132.

[17] Para certa historiografia e memória da cidade, Vergniaud Wanderley foi responsável pela reforma urbana mais radical pela qual Campina Grande passou no século XX, em suas duas gestões à frente do governo municipal, entre os anos de 1935-1937 e 1940-1945, reforma que passou a ser denominada por tal historiografia e memória como o "bota-abaixo" campinense (Cf. VERAS,op. cit.; SOUSA, op. cit.).

Apesar de operacionalizar alguns mecanismos teórico-metodológicos aprendidos com a história social da cultura, devido à sua abordagem ser caracterizada pelo profundo vínculo com a pesquisa empírica voltada para a reconstituição de práticas de resistência de grupos "subalternos", os "de baixo"[18], não pretendo me submeter à dicotomia clássica da história social que contrapõe as "classes ricas" às "classes populares", pois esta divisão já não me serve.

Pela pesquisa prévia, vi que a tentativa de homogeneizar todos os "de baixo" sob a nomenclatura "classes populares", assim também como todos os abastados sob "classes ricas", ou simplesmente "elites", encontra-se enfraquecida na historiografia porque os estudos mais recentes têm demonstrado que a divisão classista da sociedade é uma forma simplista de estratificação, não levando em conta que, no seio dessas próprias classes, existem diferenças substanciais que são ignoradas quando as agrupamos todas sob uma única denominação.

Desta feita, em que pese trabalhar com autores vinculados à história social da cultura e, desta forma, com o conceito de classes, ampliarei esta noção demonstrando que, no que se convencionou chamar de "classes ricas" ou elites, havia vários grupos sociais – letrados, cronistas, administradores, juristas, médicos, grandes comerciantes, etc. – que não pensavam, agiam ou sentiam as mudanças trazidas pela ideologia da higiene da mesma maneira, assim também como os diversos grupos que compunham as chamadas "classes populares" – pequenos comerciantes, pobres, mendigos, loucos, prostitutas, etc. – também não sentiam as mudanças homogeneamente.

Por sua vez, para apresentar como esses grupos sentiam, apropriavam-se e (re)agiam a essas mudanças, aproximarei meu estudo também de algumas discussões mais freqüentes no campo da história cultural, especialmente na sua preocupação em abordar os *significados culturais e simbólicos* de certos atos entre a população. Apesar de serem duas abordagens com objetivos distintos, acredito ser possível estabelecer um diálogo neste nível entre história social da cultura e história cultural, visto que

[18] ARANHA, Gervácio Batista. "Realismo vs. Nominalismo e a escrita da história: questões para o século XXI". In: **Conferência de abertura do XI Encontro Estadual dos Professores de História da ANPUH – PB**. Campina Grande, Mimeo, 2004.

ambas as abordagens encontram como elemento que as une: o campo representacional, lugar a partir do qual falam.

Por outro lado, sinto também a necessidade de incluir na construção de meu pensamento autores vinculados a outra abordagem, de vertente pós-moderna, que têm como base a análise de discurso, afastando-se, portanto, da noção de representação como estudada pelas demais correntes. Considero, entretanto, que a ausência de alguns pensamentos propiciados pelas leituras com Michel Foucault[19] – tais como o de poder e saber e de disciplinarização dos corpos e das mentes, dentre outros – e com Michel de Certeau[20] – como o conceito de burla e de homem ordinário – empobreceria em muito a discussão aqui proposta, e, por isto mesmo, irei operacionalizar estas ferramentas metodológicas ao longo da dissertação, consciente, entretanto das especificidades de cada lugar de fala desses autores.

Para que possa, portanto, construir o meu próprio lugar de fala, precisarei analisar, identificar e criticar alguns outros estudos que já me antecederam e que, por meio dessa operação historiográfica, propiciem-me a construção de meu pensamento.

Não pretendo, portanto, misturar indiscriminadamente um pensamento a outro que lhe é completamente divergente e incompatível. E é justamente para evitar equívocos teóricos no estabelecimento do diálogo entre essas diversas abordagens historiográficas que não poderei jamais esquecer de associar às discussões sobre o objeto investigado a compreensão das diversas particularidades das teorias da história – *história social inglesa*, *história cultural americana*, *Nova História Cultural francesa*, *micro-história italiana*, etc. –, assim como a identificação de cada lugar de fala dos autores de cujas idéias me apropriarei ao longo da dissertação.

O meu principal objetivo nesta pesquisa é, assim, recuperando alguns exemplos de situações vividas entre os moradores de Campina Grande, lê-los

---

[19] Confira principalmente as seguintes obras de Foucault: FOUCAULT, Michel. **História da Loucura** na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1997; FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001; FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. [trad. Roberto Machado] Rio de Janeiro: Forense, 2004a; FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004b; FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979; FOUCAULT, op. cit., 2000.

[20] CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**.[trad. Ephraim Ferreira Alves]. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003 (vol. 1 – Artes de fazer).

tentando identificar aspectos das sensibilidades que informam e movem os atos das pessoas naquelas primeiras décadas do século XX.

Neste intento, usarei de diversas fontes, primárias e secundárias, não para investigar os fatos, como se utilizasse uma peneira para garimpar o ouro precioso da verdade, mas para construir o meu objeto por meio de uma narrativa *verossimilhante*, entendendo isto como algo que é construído pelo discurso das fontes com que trabalho como tendo *uma aparência de verdade*.

Assim, não esperarei que as fontes me digam ou revelem algo sobre o que aconteceu, como se esse conhecimento já estivesse à mostra nessas fontes esperando apenas o historiador ir buscá-los, mas irei questioná-las, interrogá-las, criticá-las, lê-las pelo que enunciam, mas também pelo que silenciam, pela omissão de seu conteúdo e pelos elementos externos a ela que possibilitaram a sua produção interessada.

Desta feita, para construir uma narrativa que tenha por foco as sensibilidades das pessoas de Campina Grande quanto às mudanças provocadas pelos diversos projetos de modernidade da cidade, nomearei como fontes primárias os jornais que circularam na cidade durante o recorte escolhido, pois, através da imprensa, muitos conflitos em nome da higiene eram expostos à população por meio de crônicas, artigos, notícias ou notas policiais.

Analisarei, portanto, as edições de vários periódicos que circulavam na cidade durante aquele recorte estabelecido, dentre os quais: *O 15 de Novembro* (1908), *O Campina Grande* (1909), *O Século* (1928), *Brasil Novo* (1931), *O Rebate* (1932), *A Batalha* (1934), *Voz da Borborema* (1938) e *Correio Campinense* (1949).

Recorrerei ainda a outros periódicos do mesmo recorte temporal que possam me informar sobre a apropriação dos discursos da modernidade em outras cidades paraibanas. São jornais como *A Imprensa* (1918) e *A União* (edições entre 1907 e 1939) da capital Parahyba do Norte (atual João Pessoa), *O Centro* (1911), da cidade de Areia, e *Correio do Interior* (1912), da cidade de Guarabira, além de revistas como *Era Nova*, da década de1920, e *Illustração*, dos anos 30.

Outro jornal importante presente em minha pesquisa será o *Diário de Pernambuco*, nas edições que compreendam o recorte selecionado, pois este

periódico mantinha uma seção específica para a Paraíba, escrita por um correspondente seu na capital paraibana, no início do século XX.

As Mensagens dos Presidentes do Estado da Parahyba, por sua vez, das primeiras décadas do século XX, acessíveis pelo site da Universidade de Chicago[21], também serão analisadas em pontos que possam contribuir para a construção de minha intriga.

Além de jornais e mensagens oficiais, procederei à pesquisa em outras fontes primárias, tais como memórias e crônicas – as obras de Manuel Mendes e Cristino Pimentel; assim também como em diversas outras fontes secundárias – obras de historiadores e não historiadores, com muitas das quais já mantive contato durante minha pesquisa anterior.

Assim, no primeiro capítulo construo um movimento inicial de interrogação do moderno na cidade de Campina Grande no recorte selecionado. Analiso, a partir de uma aparentemente insignificante contenda a respeito da regulamentação do leite pasteurizado, em 1935, os elementos de modernidade que estavam presentes na cidade no período e como são vistos os sujeitos que não se comportam de acordo com esses elementos. Para isso, aproprio-me da produção local para, aproximando-me e/ou afastando-me dela, tecer uma nova leitura sobre a modernidade em Campina Grande, a partir de elementos vinculados ao projeto iluminista europeu que apareçam enquanto informadores dos diversos projetos de progresso e civilização que circulavam por meio dos discursos dos grupos locais.

No segundo capítulo, analiso como a modernidade em Campina Grande esteve informada pela dicotomia cidade *versus* campo, e que aquela se daria na medida em que Campina fosse adquirindo uma administração, uma economia e uma cultura atribuídas ao mundo urbano, e fossem sendo expurgados de seu território os elementos que a ligassem a um passado rural, de dependência da natureza. Leio, desta maneira, a primeira década do século XX, especialmente o período que corresponde aos anos de 1904 a 1909, como o momento deste deslocamento, quando uma sensibilidade moderna então em gestação tornou-se hegemônica, sobrepondo-se às maneiras de ver e dizer o

[21] Através do endereço www.crl.edu/content/pindex.htm.

mundo, e especialmente a natureza e a cultura, informadas por uma sensibilidade do século XIX, vinculada ainda ao pensamento romântico.

Por fim, no terceiro capítulo, construo uma narrativa sobre a construção do mundo e do poder médico em Campina Grande, a partir de jornais e memórias de antigos moradores da cidade, médicos e pacientes. Problematizo, assim, a passagem do médico de família, do final do século XIX, para o médico dos consultórios ou do Hospital como movimento de consolidação da medicina científica na cidade, bem como leio também a percepção dos pacientes em relação a essas mudanças.

Pretendo, assim, não escrever *a história* das formas de perceber as mudanças em Campina Grande, mas narrar *uma história possível da produção de uma sensibilidade moderna que passou a informar, no início do século XX, vários setores da vida social da cidade, da política à economia, do jornalismo à medicina, do conhecimento científico ao conhecimento popular, da cidade ao campo, na pretensão de construir Campina como uma cidade grande.*

CAPÍTULO I:

Qual leite Miquilina pode beber?

– a batalha do moderno em Campina Grande

> "A polêmica que vimos mantendo com o dr. Diógenes Miranda, perdeu de tudo, a razão de ser. E' que esse invencível famanaz do ridículo, com a desenvoltura mais despejada que ainda vimos, acaba de afirmar que estamos discutindo com um 'burro'."
>
> *A Batalha*, 06/02/1935[1]

A batalha gestada em torno da questão da pasteurização do leite, naquele início de 1935, opôs, de um lado, o jornalista Arlindo Corrêa, diretor do jornal *A Batalha*, e, do outro lado, o médico-higienista responsável pela fiscalização da venda do leite na cidade, o dr. Diógenes Miranda.

A insistência do periódico e de seu diretor em criticarem a proibição da venda de leite "natural" e em duvidarem da eficiência do leite pasteurizado provavelmente parecia absurda para a razão médica iluminada do dr. Miranda. A ciência médica, com a qual mantinha íntimas relações, havia demonstrado que no leite extraído diretamente da vaca havia pequenos seres invisíveis ao olho nu, seres que, segundo esse discurso médico, eram responsáveis por

[1] "Em torno da questão do leite – uma declaração surpreendente". **A Batalha**, Anno 1, n. 17, 06/02/1935, pp. 01 e 03.

diversas doenças que afligiam as pessoas, como, por exemplo, a tuberculose e a brucelose[2].

Isto posto, o leite deveria passar por um processo técnico-científico de purificação, a fim de que esses microorganismos que nele viviam fossem separados do líquido, para que, portanto, este pudesse ser bebido sem o perigo de contaminação, sem o perigo à vida que os micróbios representavam. Esse processo de separação e purificação ficou conhecido pelo nome do cientista que havia comprovado a existência daqueles organismos no leite "natural" e inventado como "purificá-lo", Louis Pasteur, na segunda metade do século XIX.

A modernidade, portanto, no tocante ao hábito de alimentar-se do leite, traduzia-se na sua pasteurização, essa técnica inventada no campo da ciência para eliminar os microorganismos que poderiam provocar a doença ou mesmo a morte das pessoas se ingeridos. Com a pasteurização, tentou-se purificar o leite, deixá-lo saudável, eliminar os elementos de morte e promover a vida.

E a Campina Grande da década de 1930 parecia querer ser moderna. Pelos discursos dos diversos grupos que detinham certo tipo de poder na cidade – político, econômico, intelectual, religioso, dentre outros –, entramos em contato com aspirações e desejos de modernizar a cidade, tanto no tocante à sua infra-estrutura, às suas ruas, às suas moradias, quanto no tocante aos costumes de seu povo. A palavra de ordem, para esses grupos – administradores, políticos, comerciantes, jornalistas, médicos, engenheiros, advogados, juízes, clérigos –, parecia ser construir Campina como uma cidade grande[3], moderna, civilizada, europeizada – ou, na impossibilidade, ao menos

[2] "Com o médico fiscal do leite". **A Batalha**, Anno 1, n. 12, 03/01/1935, p.03.

[3] A pretensão de construir Campina Grande como uma cidade "grande", no sentido de moderna, civilizada, já é bem antiga, tendo provavelmente chegado aí por meio dos discursos de suas elites letradas que mantinham contato com as idéias científicas européias que circulavam nos centros maiores, especialmente onde já havia faculdades de medicina e direito, como o Rio de Janeiro, Salvador e o Recife. É de Irenêo Joffily, diretor da primeira versão do jornal *A Gazeta do Sertão* (que circulou entre 1888 e 1889) e formado pela faculdade de direito do Recife, o mais antigo registro escrito com esta intenção que conseguimos localizar em nossa pesquisa: "O qualificativo de – grande – que tem esta cidade, tem sido até hoje somente uma aspiração; faz-se preciso que a nossa administração municipal o torne uma realidade, empregando todos os meios ao seu alcance" ("A cidade de Campina Grande II". *A Gazeta do Sertão*, edição de 01/03/1889). Cf. AGRA, Giscard F. **A urbs doente medicada** – a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935. Campina Grande, PB: Gráfica Marcone, 2006.

forjá-la moderna, tendo como modelo o Rio de Janeiro, a capital federal, ou, ainda, o Recife, a capital regional do que então nascia como Nordeste[4].

A modernidade, entretanto, que se buscava em Campina Grande não podia ser a mesma que se vivia em cidades como Londres e Paris àquela época. Devido às especificidades de cada área, no tocante a vários aspectos da vida urbana, a idéia de modernidade foi vivida nesses ambientes de maneiras também específicas, locais. Elementos como o burburinho, o frenesi, o esbarrar na multidão em meio aos "milhares de encontrões" são geralmente vinculados ao ritmo social "avassalador e tenebroso"[5], mas, ao mesmo tempo, sedutor, da modernidade européia. Elementos, entretanto, que não foram vividos nessa mesma intensidade nas cidades brasileiras àquele momento, posto que tais cidades não comportavam a multidão que havia na Paris ou na Londres de finais do século XIX[6].

Para Aranha, por exemplo, que toma aqueles elementos como caracterizadores da modernidade, não podemos falar em modernidade nas cidades brasileiras no início do século XX, pois o limite físico imposto a elas impedia que o ritmo social que se vivia no estrangeiro acontecesse no Brasil, e

---

[4] A cidade do Recife era tida então como "o grande" centro intelectual, artístico e científico do que seria, a partir da década de 1920, denominado pelo Movimento Regionalista como "região Nordeste". Segundo a historiografia com a qual mantivemos relação, o Recife, desde meados do século XIX, mantinha certa hegemonia naquelas áreas supra-citadas sobre pelo menos mais três estados próximos, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Sobre a influência da capital pernambucana na Paraíba, cf. ARANHA, Gervácio B. "Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)". *In*: AGRA, Alarcon et. al. **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003, pp. 79-132. Sobre a emergência do Nordeste como um conceito e uma região, cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2 ed. Recife: Massangana. São Paulo: Cortez, 2001.

[5] ARANHA, 2003, p. 84.

[6] Cf. ARANHA, 2003. O autor monta um quadro representativo da modernidade européia a partir de relatos de sociólogos, economistas, literatos e poetas sobre as cidades de Londres e Paris na segunda metade do século XIX, ressaltando o seu aspecto monstruoso, tenebroso e repugnante, na leitura de uns, e, ao mesmo tempo, sedutor e civilizatório, na leitura de outros. O autor ainda expõe alguns dados sobre tais cidades e o número de pessoas que aí moravam, comparando com as cidades brasileiras a fim de ratificar a sua tese de que estas últimas ficavam bem aquém das metrópoles européias no tocante ao número de habitantes. Assim, afirma que, em meados do século XIX, enquanto Londres abrigava oficialmente 2,3 milhões e Paris, mais de um milhão de habitantes, o Rio de Janeiro, capital do Império, habitava apenas 200 mil e o Recife, 50 mil. Na última década do século XIX, Londres já contava com 4 milhões de habitantes, enquanto isso, o Rio de Janeiro atingia os 500 mil. O Recife iniciou o século XX com 100 mil habitantes, atingindo os 200 mil apenas na década de 1920. Por sua vez, Campina Grande, objeto do presente texto, nessa mesma década, ainda não ultrapassava a casa dos 10 mil habitantes (ARANHA, 2003, p. 85-86).

especialmente nas cidades nortistas, tal qual na Europa. Para o referido autor, quando tratamos das cidades brasileiras do início do século XX, não podemos falar em modernidade, mas em elementos dessa decantada modernidade européia que representavam os mais novos inventos, as mais recentes novidades produzidas pela técnica e pela ciência no tocante a vários elementos da vida urbana.

> Refiro-me a certos equipamentos urbanos, de uso coletivo, que se dão como a última palavra em termos de novidades produzidas ou adotadas no estrangeiro; novidades que se materializam, por exemplo, nos transportes e comunicações (sistemas telegráfico, telefônico, ferroviário etc.), na adoção de equipamentos de higiene e/ou conforto (sistemas de água encanada e/ou esgotos, sistemas de iluminação pública e privada etc.), na construção de prédios ou logradouros públicos destinados ao lazer (parques, praças ou passeios públicos), dentre outros[7].

Desta maneira, a idéia de modernidade no Brasil do início do século XX, conforme esse autor, esteve extremamente vinculada à idéia de modernização[8], vislumbrando o desenvolvimento técnico e científico de maquinarias do conforto[9] que eram ditas pelo grupos letrados como o que havia de melhor, mais civilizado, mais moderno, mais "evoluído" em cidades como Londres e Paris, e ao redor das quais foi construído todo um discurso de deslumbramento e encantamento, fabricando-as como "seduções do mundo moderno"[10].

Essas seduções do moderno passaram para o imaginário social como conquistas materiais e simbólicas de valor universal possibilitando ver e dizer as cidades como modernas, independente do porte de cada uma. Isto significa dizer que "qualquer contato com um ou outro desses símbolos (...) possibilita

---

[7] ARANHA, 2003, p. 79.

[8] Usamos aqui o conceito de modernização tal qual entendemos a partir de Geoffrey Barraclough, como o progresso da técnica e da ciência, aliadas à industrialização e à massificação de seus inventos no início do século XX, na construção de um mundo moderno. Cf. BARRACLOUGH, Geoffrey. "O impacto do progresso técnico e científico". In: **Introdução à história contemporânea**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 43-63.

[9] ROCHE, Daniel. **História das Coisas Banais**. Nascimento do Consumo – Século XVII-XIX. São Paulo: Rocco, 2000.

[10] Cf. ARANHA, 2003.

que esta cidade possa ser considerada moderna ou (...) em sintonia com o mundo civilizado”[11].

Em Campina Grande já haviam aportado algumas dessas seduções ao longo dos anos que iniciaram o século XX. A historiografia local aponta que Campina entrou nos “trilhos do progresso” a partir de 1907, com a chegada do trem de ferro à cidade, elemento que possibilitou o contato maior com outras cidades, especialmente com a capital pernambucana, centro hegemônico e cosmopolita regional de então. Com o trem, chegavam também correspondências, cartas, telegramas, jornais e revistas, bem como forasteiros, visitantes de outras cidades “mais adiantadas”, que traziam na bagagem idéias, conhecimentos, experiências, notícias, tendências e novidades do mundo civilizado.

A exaltação do trem como elemento que carrega consigo a modernidade e a civilização está presente em vários discursos do início do século XX em Campina Grande. Os jornais que aí já circulavam trazem alguns exemplos.

No trecho a seguir, recortado do periódico *O Campina Grande*, de 1909, o cronista José Peixoto tece considerações acerca de alguns costumes dos homens do sertão paraibano. Costumes estes que, sob o seu olhar, parecem estranhos, exóticos, até mesmo, atrasados.

Segundo o cronista, um acontecimento “trivial”, como uma eleição, por exemplo, “tem a magnetica força de insuflar no sangue desses caboclos tostados de sol uma alegria toda sincera”. Relata ainda que outros costumes mais usuais também falam à alma dos “habitadores das regiões sertanicas com mais fulgor” do que falam “aos espíritos educados dos povoadores de outras zonas”.

> E facilmente explica-se esse phenomeno que, segundo penso, terminará de todo quando a grande força civilisadora do seculo – á locomotiva – acordar com os seus berros estupendos todos os seres vivos dessas paragens semi-selvagens.
> E’ que Ella, similhante a imprensa, leva nas suas entranhas de aço todas as idéas progressivas da actualidade, todos os ensinamentos necessarios a educação do povo.
> Esperemos por esse dia.[12]

[11] ARANHA, 2003, p. 40.

Para Peixoto, os sertões são vistos como “paragens semi-selvagens”, produtoras, assim, não de *homens*[13], sujeitos possuidores de racionalidade, tal qual defendido pelos discursos modernizantes, mas de “seres vivos semi-selvagens”, de “caboclos tostados de sol”, possuidores de hábitos e costumes estranhos, que se vestem com “roupas mais ou menos exdruxulas (sic)”.

Para ele, portanto, a locomotiva representava a chegada da modernidade, a civilização, a educação iluminada, a “grande força civilizadora do século” cujos “berros” eram “estupendos”. Só com o advento do trem é que seria possível transformar, segundo a óptica de Peixoto, o semi-selvagem em civilizado, o “caboclo tostado de sol” em “espírito educado”.

E Peixoto não estava sozinho na circulação desse discurso. Diversos outros grupos sociais, dentre políticos, intelectuais, médicos, cronistas, exaltavam a maquinaria ferroviária como símbolo do advento do moderno em Campina Grande. Daí o hábito que se instaurou em alguns de estar presente a cada chegada do trem à estação, contemplando, assim, o moderno, dia após dia. Lino Gomes, por exemplo, pelas páginas de *O Campina Grande*, relata que era um dos que faziam questão de ir todas as tardes à estação para presenciar a chegada do trem[14].

Em carta escrita à redação do mesmo periódico, Themistocles Nóbrega, da cidade de Mulungu, exaltava o crescimento de Campina Grande naquele ano de 1909, conclamando aos responsáveis pelo jornal que continuassem trabalhando em favor da cidade no sentido de conduzi-la ao “destino” inevitável a que estava “fadada” – o progresso, intelectual e material.

> Hoje Campina tem dentro de seus muros o maior factor do progresso – A Locomotiva, – portanto, com patriotismo, força de vontade e união

---

[12] “Idéas minhas IV”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 20, 07/03/1909, p. 03.

[13] Em momento algum da nota o cronista refere-se aos homens dos sertões pela palavra “homens”, mas por “caboclos tostados de sol”, “multidão de camponeses”, “povo”, “habitadores das regiões sertanicas”, “seres vivos”, etc.

[14] “Na Estação”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 16, 07/02/1909, pp. 02-03. O hábito de Lino Gomes é relatado como cotidiano cerca de dezesseis meses depois da primeira chegada da locomotiva, que se deu em 2 de outubro de 1907. Isto nos leva a crer que o trem não perdeu tão rápido seu “encanto” sobre o imaginário campinense, pois ainda provocava reações diversas nas pessoas, como encanto e pavor.

> ella em poucos anos estará collocada no logar em que a natureza e o destino a designou.[15]

Além do trem[16], aportaram na cidade, nas primeiras décadas do século XX, como seduções do mundo moderno, o telégrafo, o automóvel (1914), o cinema (1909)[17], a telefonia residencial (1918), a primeira prensa hidráulica (1919), a luz elétrica (1920), dentre outros elementos cujo desembarque em Campina Grande são mais difíceis de serem datados[18].

A luz elétrica, por sua vez, foi inaugurada em Campina Grande no dia 29 de setembro de 1920, pela firma J. Brito & Cia que veio depois a se chamar Empresa Luz, Força e Tração, sob a gerência do Sr. João Pinto[19]. A luz elétrica esteve em íntima consonância com os discursos modernizantes de base iluminista, pois propiciava estabelecer ordem ao caos artificializando a natureza: iluminar as "trevas da noite" fez com que o homem se libertasse da dependência da iluminação natural, solar, que existia apenas durante o dia, fazendo assim com que os horários de atividade fossem ampliados e adentrassem a noite. Por outro lado, a iluminação da cidade servia também para melhor vigiar os seus moradores, lançando os olhos sobre as suas ações no meio urbano para melhor poder controlá-los. O jornal oficial *A União*, por exemplo, no início da década de 1930, publicou uma declaração de um tal E. P. Mulrooney, membro da polícia de Nova Iorque, segundo o qual a experiência vinha demonstrando que a perfeita iluminação das vias públicas à noite era tão eficiente como um "bom corpo de polícia"[20].

---

[15] **O Campina Grande**, Anno II, n. 27, 25/04/1909, p. 04.

[16] Para um estudo mais detalhado sobre o aspecto civilizador do trem de ferro no início do século XX, cf. ARANHA, Gervácio. **Trem e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas (1880-1925). Campina Grande, PB: EDUFCG, 2007.

[17] O primeiro cinema de Campina Grande, o *Cinema Brazil*, foi inaugurado no antigo Grêmio de Instrução, em 1909, funcionando apenas até o ano seguinte (SILVA FILHO, Lino Gomes. **Síntese histórica de Campina Grande**, 1670-1963. João Pessoa: Idéias, 2003, p. 108).

[18] Cf. ARANHA, 2003; SILVA FILHO, 2003.

[19] Localizamos a tentativa do prefeito Cristiano Lauritzen de instalar iluminação elétrica na cidade pelo menos desde setembro de 1915, quando fez publicar no jornal *Correio de Campina Grande* um edital abrindo concorrência pública para tal, exigindo dos concorrentes um motor com força suficiente para a iluminação de cento e cinqüenta postes das ruas e mais trezentas instalações residenciais e comerciais. Não houve concorrentes para tal, o que fez com que a iluminação elétrica fosse adiada, só vindo a se instalar cinco anos depois (SILVA FILHO, 2005, p. 118).

[20] "A luz elétrica e o policiamento urbano". **A União**, n. 144, edição de 24/06/1931, p. 08.

Assim, a iluminação elétrica que se instalou em Campina Grande no início da década de 1920 consistiu numa das “seduções do mundo moderno”, estando repleta de atributos de ideais iluministas de domínio da cultura sobre a natureza, vigilância, predição e controle, e sendo fruto do desenvolvimento da técnica científica.

E, naquele ano de 1935, havia acabado de chegar à cidade outro elemento do mundo moderno, uma invenção da técnica científica que permitia extrair os microorganismos patogênicos existentes no leite e deixá-lo “puro”, livre de contaminações, livre das doenças, livre da morte. A promoção da saúde e da vida e o afastamento das doenças e da morte eram o que a modernização da técnica do tratamento científico do leite permitia aos habitantes de Campina Grande quando nesta cidade instalou-se a Usina de Higienização e Pasteurização de Leite, a 21 de setembro de 1934.

Pertencente à firma de automóveis Oliveira, Ferreira & Cia., a Usina de Pasteurização de Leite localizava-se à rua Quintino Bocaiúva, distante do centro comercial da cidade. Para atender aos seus clientes, a empresa tratou de adquirir um estabelecimento à Praça Epitácio Pessoa, a que deu o nome Leiteria Celeste, que vendia o leite pasteurizado pela usina no outro extremo da cidade. O leite purificado, assim como seus derivados, como manteiga e queijo, também podiam ser entregues a domicílio, por meio de veículos a tração animal ou automóveis da própria firma[21]. Assim, a Oliveira, Ferreira & Cia., que já era responsável pela comercialização de automóveis na cidade, ficou também encarregada da higienização, purificação e venda do leite pasteurizado. Agenciou em si, portanto, dois símbolos do mundo moderno e civilizado: a velocidade e a purificação.

O trabalho desenvolvido pela Usina na pasteurização do leite ganhou ainda mais destaque em Campina Grande quando, por ato do executivo municipal, o Ofício n. 401, de 1935, houve a concessão exclusiva da venda e comercialização do leite e de seus derivados para a usina ligada à Oliveira, Ferreira & Cia. Este ofício, expedido pelo Sr. Antonio Pereira Diniz, promotor

[21] Há fotografias do ano de 1935, encontradas no acervo do Museu Histórico de Campina Grande, à avenida Floriano Peixoto, que registraram tanto o estabelecimento da Leiteria Celeste, como os veículos com os quais ela fazia entrega de seus produtos a domicílio (estas fotografias estarão na Seção Anexos, ao final desta dissertação).

municipal e prefeito da cidade desde julho de 1934, concedia, desta maneira, total controle da venda de laticínios higienizados à Usina de Pasteurização, proibindo, por outro lado, o comércio do leite realizado por qualquer outro meio senão o que passasse pela purificação da fábrica localizada na Quintino Bocaiúva.

Assim, desde a publicação daquele ofício, o único leite que poderia ser legalmente comercializado na cidade era aquele higienizado pela usina pertencente à Oliveira, Ferreira & Cia. e vendido pela Leiteria Celeste, pois era apenas com a aplicação dessa moderna técnica de purificação, a pasteurização, que o leite poderia livrar-se dos microorganismos patogênicos nele presentes e, ao mesmo tempo, manter seus nutrientes. Era, portanto, apenas pela pasteurização que o líquido e seus derivados poderiam promover a vida e afastar a morte.

O Ofício do Poder Municipal n. 401, portanto, pretendeu impor a Campina Grande mais esta “sedução do moderno”. Higienizando o leite por meio da moderna técnica, estava informado por um conhecimento científico que identificava a existência, em sua “forma natural”, de microorganismos responsáveis por doenças e morte, inclusive pelo grande mal do século XIX, que, na década de 1930, ainda afligia os “grandes centros civilizados”: a tuberculose. Assim, poder político, técnica e conhecimento científicos foram articulados para a formulação da norma e da proibição contidas no ato do executivo municipal, estabelecendo que estava a cargo da Usina de Pasteurização a higienização do leite e da Leiteria Celeste a comercialização do mesmo, e a venda do produto não pasteurizado, por qualquer outro sujeito, dono de algum dos estábulos existentes na cidade, estava terminantemente proibida.

Se a ciência havia comprovado que algumas doenças tinham origem no leite natural, “cru”, e que a pasteurização do mesmo afastava esse perigo dos corpos, nada mais “altruístico” para um governo querer eliminar os vetores patogênicos do cardápio de seu povo, objetivando que as pessoas viessem a consumir o produto purificado, contendo nele apenas os nutrientes que fortalecessem o organismo, e não os que o debilitassem. Neste sentido, o ofício também se coadunava com o objetivo da construção de um novo corpo

para as pessoas, um corpo saudável, trabalhador, atlético, produtivo, enfim, um corpo moderno.

Aqui, entretanto, entramos em contato com uma outra leitura do moderno nas cidades brasileiras do início do século XX. Se, como dissemos, o moderno aqui se constituiu como modernização, ou seja, primando pela inovação da técnica sobre alguns elementos produzidos discursivamente como emissores dos signos da modernidade, temos, então, que analisar em quais aspectos determinados objetos, para além do mero desenvolvimento técnico, foram vistos e ditos como símbolos da modernidade, possuidores de um "encanto moderno".

Isto nos leva a problematizar a visão de modernidade que trabalhamos páginas atrás, especificamente, a que enunciava que nas cidades brasileiras daquele período não poderíamos falar em modernidade, mas apenas em aspectos e "seduções" do moderno.

Como dissemos naquela ocasião, ao estudar as cidades de Parahyba do Norte e de Campina Grande, nas últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Aranha enuncia que a modernidade, tal qual aconteceu nas principais metrópoles européias daquele período, Londres e Paris, não ocorreu em nenhuma cidade brasileira, muito menos nas paraibanas, especialmente devido ao que ele denomina de "limite físico" destas cidades, que não contavam com um contingente populacional tão elevado quanto as européias[22]. Para ele, portanto, a introdução de certas "maquinarias do conforto", ou "seduções do mundo moderno", é que proporcionaria o "ar de modernidade" desejado às cidades "fisicamente limitadas" do Brasil por seus grupos letrados locais.

Cabe-nos, aqui, entretanto, ressaltar uma particularidade desta visão do autor, que diz respeito diretamente ao olhar que ele lança sobre essa temática.

> A princípio, é impossível falar em vida moderna no Norte, no período estudado, tomando como parâmetro a idéia de ritmo social do tipo que serve para caracterizar as capitais culturais européias do período oitocentista. Conforme demonstro (...), há um limite físico no tamanho das cidades do Norte que é preciso considerar.

[22] Cf. ARANHA, 2003.

> Assim, na impossibilidade de pensar a experiência urbana nortista, em seu vínculo com a idéia de vida moderna, a partir dos chamados ritmos sociais, resta a alternativa de pensá-la com base no impacto provocado por certas conquistas materiais que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno.[23]

Ao explicitar a sua maneira de trabalho, Aranha nos expõe o seu olhar sobre o objeto, enuncia a partir de que visão sobre a modernidade ele constrói a sua narrativa, que porta de entrada ele acessa para se introduzir na discussão sobre o moderno. Esse olhar é apresentado tomando por elemento caracterizador da modernidade o que o autor chamou de "ritmo social", que, segundo ele, apresenta-se pela "pressa"[24], ou seja, o ritmo social das cidades européias caracterizava-se pela idéia de "vida agitada e/ou ritmo frenético", pela rapidez, pelas multidões se esbarrando nas ruas, o frenesi. "Um ritmo típico de cidades que têm pressa"[25].

É, portanto, adotando, como elemento caracterizador da modernidade o "ritmo social" – a cujo elemento são atribuídas algumas noções que dão sentido de agilidade e transformações rápidas, como velocidade, frenesi, pressa, corre-corre, burburinho –, que Aranha classifica o mundo moderno. É, desta maneira, buscando pelos ritmos sociais específicos de cada cidade que trabalha em seu texto – Paris, Londres, Rio de Janeiro, Recife, Parahyba e Campina Grande –, que Aranha classifica e institui a (in)existência de modernidade nesses espaços.

Assim, o olhar de Aranha sobre o mundo urbano é um olhar que elege um elemento como determinante na configuração de uma cidade como moderna. O elemento que aparece na base de sua classificação é o ritmo social, que ele constrói como apressado e frenético, tomando por modelo as cidades de Londres e de Paris. Se nas demais cidades os ritmos sociais se dão em menor intensidade, então tais cidades não experienciaram a modernidade "em si". É o que acontece com suas análises sobre o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Para ele, o "limite físico" das cidades brasileiras impede-nos de falar em modernidade aí, pelo menos em modernidade como o conceito que o

---

[23] ARANHA, 2003, p. 79.
[24] Ibid., p. 80.
[25] Ibid., p. 80.

próprio Aranha estabelece, como uma experiência caracterizada pelo ritmo social avassalador. Sua análise, assim, recai num olhar classificatório que toma como experiência urbana moderna apenas aquela ocorrida na Europa devido à "multidão monstruosa" que propiciava o ritmo social "característico" da modernidade, enquanto todas as demais experiências urbanas que não se adéqüem ao ritmo social daquelas duas cidades não podem ser tomadas como experiências modernas.

Aranha, desta maneira, enuncia que nessas cidades onde não se pode falar em modernidade, podemos tão só falar no advento das "seduções do mundo moderno", que, segundo ele, são "novidades vindas do estrangeiro"[26], "conquistas materiais que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno"[27]. Ou seja, "maquinarias", objetos materiais inventados pela técnica, como trem, luz elétrica, telégrafo, sistemas de encanamento de água, esgotamento, etc. Sua análise, portanto, destaca a modernidade em sua dimensão material, abordagem que detém o primado sobre as demais dimensões, como a simbólica, por exemplo. Seu conceito de modernidade torna visível a modernidade apenas em sua concretude material, exigindo uma total correspondência entre palavras e coisas, entre conceito e mundo, entre representação e realidade. Não sendo, assim, verificáveis no mundo material essas articulações entre teoria e empiria, o conceito não se aplica, portanto, não há que se falar em modernidade em tais situações, permitindo-lhe tão só dizer que há um "ar de modernidade", aspectos do moderno, ao serem adquiridas "seduções do mundo moderno" – elementos que são, basicamente, materiais.

É olhando pela dimensão material da modernidade que Aranha institui o seu conceito de seduções do moderno e de mundo civilizado. É dando destaque, portanto, às maquinarias produzidas pela modernidade que o autor enuncia o seu olhar sobre o tema, um olhar que analisa como algumas práticas culturais são modificadas ou mesmo inventadas com o advento dessas maquinarias materiais do mundo moderno.

---

[26] ARANHA, 2003, p. 87.
[27] Ibid., p. 79.

Nossa porta de entrada na discussão de modernidade, entretanto, é outra. Os elementos que elegemos para construir nosso olhar sobre o mundo moderno não são o ritmo frenético, o que nos levaria talvez a uma conclusão semelhante à de Aranha, afirmando que não houve modernidade nas cidades brasileiras porque aí não se observava esse ritmo tal qual se observava nas cidades européias. Os elementos que elegemos para construir esse nosso olhar têm menos relações com a dimensão material e mais com os discursos que instituem determinados enunciados na pretensão de produção de verdades, que dão visibilidade a determinados elementos, que os inventa enquanto relações sociais e culturais[28]. São discursos que acabam também por se materializar no sentido de que produzem instituições não-discursivas elaboradoras de enunciados, de verdades e de regras sociais gerais de acordo com as quais as pessoas devem ser regidas.

Assim, inserimo-nos na discussão de modernidade tomando outra porta de entrada, para além da dimensão material que viu o advento da locomotiva, do automóvel, da luz elétrica, etc. Analisaremos como o mundo moderno foi sendo construído por meio de novas práticas, distintas das do mundo que passou a ser dito como “não-moderno”, e informadas por discursos especialmente vinculados ao Iluminismo do século XVIII, assim também como tais discursos, instituídos como verdades por determinados grupos, passaram a reger as práticas culturais da sociedade.

Para isso, analisemos, inicialmente, alguns dos elementos que os estudiosos atribuem à modernidade e que serão importantes para a construção de nosso próprio olhar sobre o mundo moderno, para que possamos, mais à frente, ler como esses elementos aparecem articulados nos discursos, nas práticas, no cotidiano e nas sensibilidades dos moradores de Campina Grande, nas três primeiras décadas do século XX.

[28] FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

Um olhar sobre a modernidade

O presente texto, como muitos que o antecederam e como tantos outros que o sucederão, tem como objeto de problematização a modernidade. Mas não a modernidade como um todo, posto que esta seria tarefa por demais dispendiosa, física e intelectualmente, e correríamos o enorme risco de jamais completarmos tal faraônica empresa. O que pretendemos estudar consiste na modernidade recortada em um de seus diversos aspectos, qual seja, a relação que alguns projetos de modernidade, de finais do século XIX e início do século XX, estabeleceram com o corpo, humano e social.

Como dissemos previamente, temos a modernidade como objeto de problematização. Entretanto, não podemos adentrar nessa discussão de maneira brutal. Se queremos plantar uma muda para que ela cresça e dê colheita, precisamos estar cientes dos diversos fatores que a farão desenvolver-se ou não. Assim, precisaremos, principalmente, conhecer as características do solo aí existente, bem como da luz[29] que incide sobre ele e plantá-la também com a observação da distância mínima necessária para as demais vidas vegetais aí colocadas por outros que nos antecederam e usaram do mesmo terreno para plantarem as suas próprias mudas.

O solo no qual iremos tentar plantar nossa muda já foi trabalhado pelos que nos antecederam, e resta-nos apenas verificar se ele continua propício ao plantio.

Preparemos, portanto, o solo, verifiquemos a luz que sobre ele incide, distanciemo-nos das árvores já plantadas neste mesmo terreno e tentemos fazer crescer, com vigor, a nossa própria muda. Com este objetivo em mente, comecemos a tatear o solo onde plantaremos.

Como primeiro passo nesta jornada, deveremos fornecer subsídios ao leitor para que este, desde já, entenda por qual porta de entrada nos inseriremos na discussão sobre modernidade, não numa tentativa de defini-

[29] Não estamos entendendo “luz” tal qual entendia os filósofos do Iluminismo, em que a “luz” seria a iluminação pelo conhecimento. Estamos aqui usando a metáfora da luz para dar visibilidade aos enunciados científicos já formulados sobre o nosso objeto, e como nos apropriaremos deles para construir a nossa narrativa, aproximando-nos de alguns e distanciando-nos de outros.

la(s) – visto que definições geralmente são simplificações arbitrárias que acabam por perder as especificidades próprias do evento –, mas numa pretensão de construir uma conceituação que não ignore a complexidade do fenômeno – ou, melhor dizendo, dos diversos fenômenos ligados ao moderno.

Discutimos, assim, a modernidade em seu vínculo com o Iluminismo do século XVIII, movimento filosófico, intelectual e científico que estabeleceu as bases do pensamento ocidental dos séculos seguintes. O Iluminismo, portanto, consistiu na fundamentação ideológica que seria (per)seguida pelos diversos projetos vinculados à idéia de Modernidade.

Eclodiu como movimento intelectual no século XVIII, na França, tendo como principal proposta a superação do estágio religioso e mítico do homem e sua substituição por um estágio “superior”, em que prevaleceria o poder da razão humana.

A crítica iluminista recaía diretamente sobre o período da história ocidental onde teria prevalecido a fé cristã em detrimento do uso da razão, segundo diziam. O Iluminismo, assim, propôs o abandono dessa fé, que teria sido mera interrupção na “evolução do pensamento humano”, e a adoção do uso judicioso da razão como explicação dos elementos do mundo. O uso da razão levaria o homem ao progresso. O abandono dela, ou o uso das diversas formas de des-razão, tais como a religião e o mito, levariam o homem à decadência.

Os reinos teocêntricos cristãos medievais seriam, portanto, substituídos pelo Estado antropocêntrico fundado no uso da racionalidade humana. Só a razão iluminaria os tempos obscuros em que predominava a religião e o mito como narrativas fundantes da verdade. Esses pensadores pretendiam, portanto, lançar a luz do conhecimento racional sobre a escuridão que a religião havia perpetrado na sociedade.

Pensaram, assim, o período de predomínio do poder religioso como uma “Idade das Trevas”, um “período obscuro” na evolução do conhecimento humano. Se a razão era a luz que iluminava durante o dia, a religião era o obscuro noturno, o breu que predominava à noite, e aquele período foi considerado como uma longa noite de mil anos. Por isso, tais pensadores

proclamaram para si a alcunha de “Iluministas”, responsáveis por lançar essa luz sobre a escuridão e preparar a sociedade para essa nova época.

Neste mesmo sentido, bem antes deles, os italianos já haviam sentenciado o mesmo período a ser qualificado pejorativamente de “Idade Média”, um período intermediário, entre a filosofia grega antiga e o pensamento científico de então, em que o conhecimento humano baseado na racionalidade filosófica teria morrido depois do fim das sociedades clássicas. Aqueles pensadores, portanto, investiram-se da tarefa de fazê-lo renascer na atualidade, nomeando-se de “Renascentistas”[30].

Tanto o Renascimento do século XVI quanto o Iluminismo do século XVIII enfatizaram o uso da razão para subestimar as civilizações que se guiavam por elementos não-racionais. Em ambos os casos, a invenção de uma Idade Média como uma Idade da Fé ou, significando o mesmo para ambos, uma Idade das Trevas, serviu ao propósito de destituir as maneiras não racionais de explicação do mundo, substituindo-as por uma supremacia da razão. Se com menor abrangência no contexto renascentista, expressando-se mais na cultura artística, isto ocorreu com grande força no Iluminismo, estendendo-se não apenas como ideologia no plano teórico, mas também como práxis, como projetos de ação sobre a sociedade em todas as áreas do conhecimento e da prática humana.

Tanto o Renascimento humanista quanto o Iluminismo inventaram a Idade Média para desqualificar a fé e legitimar a razão como enunciadora das verdades do mundo. Ambos inventaram a Idade Média para contrapor-se a ela, para estranhar-se, para delimitar diferenças, estabelecer descontinuidades, qualificarem-se como rupturas. Nomearam-na assim para que pudessem se nomear diferentemente. Nomearam-na de Média. Nomearam-se de Modernos.

A Idade Média seria a treva do conhecimento humano. A Idade Moderna seria o renascimento da luz, a aurora do dia depois de uma longa noite. A treva seria a des-razão. A luz seria a razão. A des-razão invocaria elementos metafísicos de atuação. A razão dependeria tão somente da ação

[30] Cf. LE GOFF, Jacques. “Prefácio” et “Por uma longa Idade Média”. In: **O imaginário medieval**. Lisboa, Portugal: Estampa, 1994, pp. 18-23; 35-41.

física do homem. A Modernidade, portanto, nasceu sob a égide da razão, tendo por pressuposto básico a autonomia da ação humana.

O Iluminismo se propunha lançar luz sobre a treva. Divinizou-se, assim, o saber racional. Era ele que iria tirar a humanidade do caos e levá-la à luz, numa nova mitologia da origem. Deus deveria ceder lugar à razão. Esta seria a nova deidade moderna. À razão, todo o poder divino. A Deus, o esquecimento pela superação. A criatura superava o criador. Édipo matava o pai. Deus, portanto, estava morto[31].

Por outro lado, não pretendemos aqui analisar a modernidade como uma época da história do homem, perfeitamente identificável no calendário, que teria correspondido a essa fase imediatamente posterior à Idade Média, tenha ela terminado com o Renascimento ou com o Iluminismo, e que teria se estendido até a eclosão da Revolução Francesa.

Aqui, interessa-nos de fato ler a modernidade como uma série de atitudes do homem, mais ou menos identificáveis, perante o mundo, como maneiras de ver e sentir, de agir e se conduzir nesse tempo e espaço. Importamo-nos em ler a modernidade como as atitudes que os homens estabelecem nas diversas relações que mantêm com o mundo, com os outros e consigo mesmos[32].

Talvez uma das mais importantes atitudes de modernidade provocadas pelo Iluminismo tenha sido o compromisso com a superação da menoridade do homem. Esta característica é ressaltada por Foucault ao analisar a obra de Kant. Para ele, Kant enuncia que o homem atingirá o grau de maioridade quando estabelecer um "contrato do despotismo racional", que entendemos como sendo a associação entre o uso público e livre e o uso privado da razão,

---

[31] Para discussões mais detalhadas em relação à "morte de Deus", confira algumas obras de Nietzsche, em especial: NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 1999; NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Cia das Letras, 2004. Para trabalhos acadêmicos sobre este tema, SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. "A morte de Deus e a idealização do homem segundo a ótica moral de Friedrich Nietzsche". **Consciência.org**, 2005. Disponível em: http://www.consciencia.org/nietzscherizatti.shtml. Acesso em: 8 julho 2007; e MARQUES, Lúcio Álvaro. "A morte de Deus". **Consciência.org**. s.d. Disponível em: http://www.consciencia.org/mortededeuslucio.shtml. Acesso em: 8 julho 2007.

[32] FOUCAULT, Michel. "O que são as Luzes?" In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. (seleção e organização dos textos por Manoel Barros da Motta). 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, pp. 335-351 (Ditos & Escritos, vol. II).

como maneira de assegurar a obediência racionalizada sem, no entanto, prejudicar o funcionamento da máquina estatal.

Assim, são estabelecidas duas formas de uso da razão: a pública e a privada. O uso privado da razão é realizado quando o homem é uma “peça” na maquinaria do Estado, quando esse homem tem funções a exercer perante a sociedade, devendo obedecer às hierarquias, pagar os impostos, lutar numa guerra, etc. O uso da razão aí está adstrito e limitado à racionalização sobre o que se faz, mas não a uma racionalização que leve diretamente à desobediência civil ou militar. O homem, como parte do todo social, deve obedecer e perseguir os fins que lhes são postos. Isto não impede, contudo, que ele pense sobre os motivos da guerra onde luta ou da finalidade dos impostos que paga, contanto que ele continue guerreando e pagando seus impostos. O uso da razão pode ser feito, mas de forma privada. A racionalização é permitida, mas a obediência ainda é necessária para o bem do Estado.

Já o uso público da razão é realizado quando o homem não está no lugar de peça da maquinaria estatal, mas quando raciocina criticamente como um sujeito, um elemento da sociedade, como membro da humanidade. A razão aí deve ser livre e pública, pois é útil para toda a coletividade.

Assim, nesta leitura, Kant estabelece que a humanidade adquirirá sua maioridade quando fizer a associação do uso livre ao uso privado da razão. A menoridade encontra-se na obediência “cega”, no simples cumprimento de ordens ditadas e não racionalizadas. A maioridade viria com a racionalização do mundo, que até certo ponto seria livre.

Desta feita, aponta o poder político, o poder militar e a autoridade religiosa como grandes responsáveis pela manutenção da humanidade em seu grau de menoridade, posto exigirem obediência cega e não racionalizada aos seus ditames. A superação dessa obediência não racional levaria a humanidade à maioridade. Este estado, como vimos, seria atingido com o uso da razão. O Iluminismo, portanto, ao privilegiar o uso da razão, elegeu a *ciência* como mecanismo racional de percepção do mundo a ser visto e decifrado.

A ciência de então consistia unicamente nas chamadas ciências da natureza ou “ciências duras”, como a matemática, a física, a química e a

biologia, que, utilizando-se de um rigoroso método de investigação, buscava a descoberta de verdades e leis gerais, lógicas e empiricamente verificáveis. A matemática aparecia aí como modelo ideal de ciência, pois a abstração pretendida pelo modelo científico, através da qual os eventos seriam previsíveis, encontrava na álgebra a sua formulação mais clara[33].

Era para a abstração matemática que deveriam caminhar todas as ciências, a fim de que os fenômenos do mundo fossem previsíveis e, com isto, a natureza fosse controlável, e não feita de sobressaltos. O conhecimento científico, portanto, pretendia permitir ao homem o domínio sobre os fenômenos naturais, a fim de libertá-lo da sujeição a que era submetido por eventos da natureza. Como dissemos acima, ao analisar Kant pelo olhar de Foucault, enquanto o homem se submetesse à obediência não racionalizada continuaria no estado de menoridade. E também a natureza deveria ser transformada, subjugada, colonizada pelo homem racional. Continuar a se submeter aos fenômenos naturais era uma atitude antiga, pré-científica. Inverter a relação com a natureza, saindo do estado de subjugado para o de colonizador, era uma atitude de modernidade.

As ciências naturais, assim, pretendiam efetivar essa inversão. Permitir ao homem conhecer os fenômenos naturais em sua "essência", em sua pureza, para que, assim, pudesse prevê-los ou intervir sobre eles, e não estar mais apenas submetido a eles. De coadjuvantes, os homens passaram, mais do que antes, a protagonistas numa história que pretendeu superar a natureza e primar pela construção de um mundo não mais natural, mas científico.

No século XIX, em decorrência dessa valorização e fetichização da ciência, outros saberes passaram a buscar no modelo científico a sua legitimidade como conhecimentos reveladores de verdades, aspirando àquela qualificação. Foi nesse período quando saberes que já eram produzidos há séculos, como a história, a sociologia e a antropologia, por exemplo, foram sistematizados, organizados e adaptados ao rigor do método científico, deixando de integrar a Filosofia e nascendo como disciplinas autônomas, fazendo nascerem então o que hoje conhecemos por "ciências humanas" – não

[33] Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1998.

sem protestos por parte dos representantes das ciências naturais, protestos que ainda hoje perduram no âmbito das comunidades científicas e acadêmicas mais tradicionais[34].

Quando da emergência dos saberes sobre a sociedade, a estes foi dada a denominação genérica de "Física Social"[35], associando, desta feita, um conhecimento científico já consolidado, a Física, a um novo campo de investigação, o social, e a eles foi aplicada a mesma metodologia de investigação e busca da verdade das ciências naturais, a fim de que pudessem se revestir da cientificidade almejada.

O estatuto de ciência, portanto, galgado pelos saberes que hoje intitulamos de "humanidades", adotava por modelo científico o paradigma das ciências naturais. Assim, foi no século XIX que nasceram com estatutos científicos alguns saberes que pretenderam, com o rigoroso método aplicado às ciências duras, estudar, dissecar e esquadrinhar o mundo social. São filhas deste período a história praticada pela Escola Metódica francesa e pelo materialismo histórico alemão, bem como a sociologia baseada no Positivismo da primeira fase de Comte, cujos espólios seriam herdados por Littré[36].

Assim, as humanidades, de maneira geral, nasceram sob os auspícios de um método que objetivava a algebrização, a matematização como ideal privilegiado de se obter a abstração completa, sinal da racionalidade iluminista e do cartesianismo. Seria apenas por meio dessa abstração que um saber poderia atingir a pureza, e a ciência do século XIX, fosse a natural, fosse a "humana", primava pela pureza.

---

[34] As ciências humanas em muito eram e ainda continuam sendo acusadas de não-científicas, de conhecimentos pré-paradigmáticos, por não aplicarem o rigor do método científico às suas análises, especialmente porque nesta área não há mais a crença de que se possa prever um evento a partir dos fatos que são dados à interpretação. Sobre a posição de alguns representantes das ciências duras contrária à nomeação das humanidades como ciências, cf. BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento [trad. Estela dos Santos Abreu]. 6 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, 315p; KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. [trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira] 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005, 263p; e POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica** [trad. Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota]. 12 ed. São Paulo, Cultrix, 2006, 567p.

[35] Cf. SANTOS, 1988.

[36] Nomeamos aqui de "primeira fase de Comte" o período de sua produção positivista anterior à influência que Clotilde de Vaux exerceu em sua vida, produção que seria levada adiante por um de seus alunos, Littré, segundo classificação exposta em CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Kant (1724-1804), por exemplo, como um dos nomes mais representativos do Iluminismo e do nascimento da ciência moderna, perguntou-nos se era possível atingir um conhecimento puro independente da experiência e das impressões do sentido, distinguindo o que chamou de "conhecimento puro" de "conhecimento empírico", em sua *Crítica da Razão Pura*[37]. Décadas depois, no mundo dos juristas, mereceu destaque o austríaco Hans Kelsen (1881-1973) ao buscar, em sua principal obra teórica, um conceito de direito que fosse universalmente válido, pretendendo estabelecer a verdade científica sobre o conhecimento jurídico extirpando-o de toda e qualquer influência externa que pudesse contaminá-lo. Kelsen objetivou atingir a essência do direito retirando-lhe quaisquer referências estranhas a essa essência, especialmente aquelas de cunho sociológico e axiológico, em suma, o fator humano. Kelsen, assim, escreveu sobre o direito como se este fosse uma entidade autônoma, sem influências do social. Um estudo sobre o direito sem a presença de homens para que se pudesse estabelecer um conhecimento essencial universalmente válido. Buscou, portanto, *A Teoria Pura do Direito*[38].

É justamente sobre esse ideal de pureza da ciência moderna que recai a maior crítica do filósofo francês Bruno Latour[39]. Para ele, o principal elemento da maneira de se fazer ciência à época era a busca pela pureza através da separação dos elementos do mundo, do estabelecimento de dicotomias que contrapunham objetos até então amalgamados. Aponta que foi o olhar moderno que inventou categorias justamente para contrapô-las. Ciência *versus* religião, sociedade *versus* natureza, humano *versus* não-humano, cidade *versus* campo, razão *versus* emoção, estes são alguns exemplos de dicotomias inventadas como representatividade de "ser moderno"[40].

---

[37] KANT, Immanuel. "Introdução". *In*: Crítica da Razão Pura. [trad. J. Rodrigues de Merege]. **EBooks Brasil**, Edição Acrópolis. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/critica.html. Acesso em: 6 julho 2007.

[38] KELSEN, Hans. **A Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, 427p.

[39] LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. [trad. Carlos Irineu da Costa]. Rio de Janeiro: 34, 1994, 152p.

[40] As teorias raciológicas são exemplos dessa tentativa de purificação que começou a circular nas ciências naturais ao longo do século XIX e espalhou-se pelas ciências da sociedade, chegando ao século XX como teses aceitas pela comunidade científica como verdades. No Brasil, até pelo menos a década de 1930, a posição dos cientistas em geral era condenar a mestiçagem, afirmando que a raça negra era inferior e, misturando-se à raça branca, degenerava-a, tornando, assim, o brasileiro uma raça impura. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São

Na mesma esteira analisada pelo autor, a ciência nada deveria ter a ver com o poder, fosse político, econômico ou religioso. A ciência deveria ser pura no sentido de não se misturar a elementos não-científicos, não se misturar a interesses de ordem não-científica. Nisto, cada conhecimento deveria bastar-se a si próprio. A ciência encontraria legitimidade em suas invenções pelo simples fato de estar contribuindo para a comunidade científica, para o progresso do conhecimento humano, sem que houvesse necessidade de legitimarem-se moralmente suas invenções.

Essa crença na "boa vontade" da ciência moderna, ou, melhor dizendo, o discurso que desvinculava a ciência de um questionamento ético de suas invenções, foi o que permitiu o "mau uso" de várias dessas invenções nos últimos séculos, algumas inclusive que foram voltadas contra o próprio homem. Já o diriam Einstein e Santos Dumont...

Assim como outros estudiosos da ciência do século XX[41], Bruno Latour denuncia em suas obras essa pretensão de construir uma ciência pura, desvinculada dos poderes e de uma crítica ética. Segundo o autor, essa atitude moderna inventou as dicotomias para contrapô-las com o fim de melhor colonizá-las. Pela destilação, pela separação, pela repartição de elementos até então unidos, o homem facilitaria o seu domínio, a sua racionalização, o seu poder, o seu controle sobre cada um desses elementos. A ciência não estaria, portanto, dissociada do poder. Ela estaria completamente banhada por ele. A vinculação entre ciência e política ou ciência e religião foi tão forte que, ao longo da história, invenções científicas precisaram passar pelo crivo do Estado ou da Igreja para poderem se afirmar ou mesmo ser publicizadas, e muitas delas ficaram guardadas nas gavetas dos cientistas por enunciarem

---

Paulo: Companhia das Letras, 1993. Gilberto Freyre é tido pelos estudos sociais como o autor que rompeu com essa visão pejorativa da mestiçagem. A publicação de *Casa Grande & Senzala*, em 1933, é vista como um momento de ruptura com essa visão até então hegemônica no Brasil. Nela, Freyre analisa a mestiçagem de forma positiva para a constituição do "povo" brasileiro. Cf. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 47 ed. São Paulo: Global, 2003.

[41] Cf. CANGUILHEM, Georges, **Escritos sobre a Medicina** [trad. Vera Avellar Ribeiro] Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005; e FEYERABEND, Paul. **Dialogo sobre el Método**. Madrid: Cátedra, 2002.

“descobertas” ou “invenções” que contrariavam a ordem vigente estatal ou religiosa, sendo, por um meio ou outro, vetadas[42].

A invenção das ciências modernas respondeu a necessidades específicas em determinados momentos históricos. A física, a química, a biologia, por exemplo, desenvolveram-se com a ratificação dos poderes que sustentavam a comunidade, da mesma maneira como foram criticadas e rejeitadas quando não se coadunavam com os interesses desses poderes. O exemplo de Galileu é característico da produção de um conhecimento científico que não respondia aos interesses de um determinado poder, e, por isto, foi cassado. A historiografia, por sua vez, foi (ab)usada de diversos jeitos ao longo da história, atendendo a interesses de chefes políticos, religiosos, econômicos, tanto a grupos pacifistas quanto a grupos extremistas, tanto a judeus quanto a nazistas, etc.

Para Latour, portanto, apesar de o ideal moderno ser o da purificação dos elementos, da destilação, nunca houve uma real purificação desses elementos. Muito pelo contrário: se no final do século XIX tentou-se desvincular o humano do não-humano, as invenções científicas que se sucederam desde então acabaram por fundir ainda mais esses elementos. Podemos citar alguns exemplos ilustrativos, como o da indústria química, que trabalha justamente com as misturas que geram elementos novos antes inexistentes, e, portanto, impossível de separá-los sem que haja a perda da coisa; bem como a medicina cirúrgica, que tem trabalhado muito com a substituição de membros e órgãos danificados ou inutilizados por outros, naturais ou protéticos, até mesmo provindos de não-humanos, como porcos e ratos, etc. Em ambos os casos, e em diversos outros, o resultado são elementos híbridos, misturas de coisas que a modernidade pretendeu distinguir, mas que ela própria lançou as bases para a sua invenção.

Assim, se o ideal moderno era a purificação, a eliminação dos híbridos e o estabelecimento de dicotomias, como vimos, esse ideal fracassou, o que levou Latour a afirmar que, se ser moderno é conseguir destilar e purificar a

[42] Cf. GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Ao longo dos próximos capítulos, analisaremos como a ciência médica esteve em relação muito próxima ao poder político no contexto brasileiro, focando especialmente as estreitas relações estabelecidas entre essas duas áreas na cidade de Campina Grande.

ciência da não-ciência, o humano do não-humano, a sociedade da natureza, então *jamais fomos modernos*[43], pois jamais conseguimos nos livrar dos hibridismos e criar elementos inteiramente puros. Bem pelo contrário: inventamos cada vez mais elementos híbridos, sujeitos produtos de amálgamas entre antagônicos, misturas de humanos e não-humanos, candidatos cada vez mais fortes a fixarem residência na ilha do dr. Moreau[44].

A união entre a tentativa de purificação e a tentativa de abstração na produção do conhecimento científico resultou e foi resultado também da busca pela produção de conhecimentos objetivos, ou seja, conhecimentos que, como discorremos ainda há pouco, procuravam "revelar" a "verdade dos fatos", a essência dos fenômenos, eventos os quais seriam constantemente os mesmos independentemente das condições a que fossem submetidos.

A busca pela objetividade espalhou-se por todas as ciências, fossem as naturais fossem as sociais. Ser objetivo, na história, por exemplo, era relatar o fato como ele "realmente aconteceu", sem levar ao papel marcas da opinião do autor, suas impressões pessoais, seus juízos de valor, sua convicção partidária, etc. Era, assim, extrair das fontes a "essência do acontecimento", aqueles fatos que todo estudioso relataria da mesma maneira quando em contato com as mesmas fontes.

Na pretensa tentativa de formular conhecimentos objetivos, os cientistas isolavam-se em seus laboratórios e gabinetes, tentando se afastar das impurezas que o mundo exterior poderia provocar em sua ciência. Lá, as condições a que era submetida cada experiência eram tão distantes das do mundo exterior ao laboratório que havia na produção do conhecimento científico a criação de toda uma outra realidade, não natural, mas humanamente elaborada.

---

[43] Cf. LATOUR, 1994.

[44] *A ilha do Dr. Moreau*, de H. G. Wells, é um romance de ficção científica, lançado originalmente em 1896, cujo enredo fala de um médico que produz e cria seres "monstruosos" em uma ilha tropical. Realizando experiências científicas a fim de aperfeiçoar geneticamente os seres da ilha, o médico pretende recriar a forma humana a partir da remodelagem física de animais, um processo de vivissecção, e a partir da dor provocada trazer à tona a humanidade que fosse possível extrair dessas criaturas. Cria, portanto, criaturas as mais diversas, que se mostram como misturas de elementos humanos e animalescos, como homens-porcos, homens-hienas, homens-cães e assim por diante..

A produção das ciências modernas, portanto, inventou várias outras realidades próprias, que não a do mundo *exterior* a ela, a que vemos, sentimos, cheiramos, tocamos e vivemos, mas realidades de um mundo propriamente *interior* à ciência, posto que só existe dentro e para ela.

As realidades da ciência não são a realidade da vivência humana, mas realidades elaboradas e manipuladas pelos cientistas. Realidades que pertencem apenas à ciência e ao cientista, e elaboradas e reelaboradas a cada experiência de cada área e ramo do conhecimento. São realidades sem gravidade, sem atrito, sem vento, sem cheiro, sem gosto, sem rosto, sem suor, sem amor, sem ódio, sem sentimentos, sem ressentimentos, sem sangue, sem carne. Realidades ficcionais, realidades laboratoriais.

Analisando a invenção desse outro mundo na ciência, Bruno Latour, apropriando-se de uma metáfora kantiana, afirma que a realidade do mundo científico é construída por um "cérebro extirpado" que tira de si próprio as leis que regem o universo. "Kant inventou esse pesadelo de ficção científica: o mundo exterior gira agora ao redor da mente extirpada, que dita a maioria das leis universais, leis que tirou de si mesmo sem a ajuda de ninguém"[45].

O cérebro extirpado kantiano refere-se a um cérebro deslocado, arrancado do corpo, desalojado deste. Um cérebro que precisa ser distanciado do restante do corpo para ser capaz de enxergar a realidade do mundo. Um cérebro, apenas ele. Em contato com mais nada que possa contaminá-lo. Um cérebro puro. E a pureza desse cérebro se dá quando ele é extirpado do corpo.

Na metáfora kantiana, o cérebro prevalece sobre o corpo, pois ele é o lugar da razão, enquanto o corpo aparece como elemento que pode comprometer essa razão. Como representação metafórica da racionalidade, o cérebro aí é completo e total, dele surgem mundos da verdade, dele surgem leis que regem, que ordenam e controlam, que nomeiam, que explicam, que interpretam, que desvendam, que revelam.

Por outro lado, o corpo é aquele que compromete a busca da verdade, aquele que contamina o cérebro e atrapalha-o em sua busca incessante pela ciência. O corpo aparece como local dos sentimentos, dos amores, dos ódios,

[45] LATOUR, Bruno. "'Você acredita na realidade?' – notícias das trincheiras das Guerras na Ciência". In: **A esperança de Pandora**. [trad. Gilson César Cardoso de Sousa] Bauru, SP: EDUSC, 2001, p.18 (Coleção Filosofia e Política).

das paixões, dos desejos, dos prazeres, das dores, das alegrias, da subjetividade, das doenças e da morte, de tudo aquilo que o racionalismo iluminista condenava como empecilho à busca da verdade dos fenômenos humanos. É o lugar onde reside a angústia da incerteza, o repositório de tudo aquilo que poderia comprometer a Razão. O corpo atrapalharia a busca pela certeza absoluta iluminista, pois, enquanto a razão buscava a pureza e a objetividade permanentes, o corpo apresentava-se como o local das impurezas, das misturas entre humanos e não-humanos, repleto de subjetividades transitórias. O corpo representava o perigo para tudo aquilo que o Iluminismo prometia à humanidade.

Desta maneira, como atitude de modernidade, tentou-se calar o corpo na produção da ciência, tanto nas naturais quanto nas humanas. Sendo essa ameaça à objetividade científica, o corpo e todas as subjetividades provindas dele deveriam manter-se fora da produção do conhecimento.

A ciência moderna, portanto, foi inventada na pretensão de constituir-se como um conhecimento desencarnado que revelaria a verdade dos fenômenos humanos e naturais por buscar a essência de tais eventos na formulação de leis gerais e objetivas. Resultou, entretanto, tanto no campo natural quanto no social, na produção de conhecimentos laboratoriais cuja própria realidade com que trabalhava era uma convenção ficcional humanamente elaborada e cujos resultados produzidos eram determinados pelos poderes vigentes e pelas condições de possibilidade de época e lugar de onde eram fabricados, numa tentativa de negar a subjetividade do corpo e estabelecer a objetividade da razão na hegemonia do chamado “homem moderno”.

Entretanto, se o corpo foi excluído no processo de produção do conhecimento, ele foi incluído justamente como alvo desse conhecimento produzido pela ciência, sendo um dos principais destinatários da ciência moderna. Se os modernos pretenderam silenciar o corpo, esta tentativa estava vinculada à submissão do corpo à razão, esta nova deidade inventada pela modernidade. Assim, a ciência moderna teve por objetivo submeter, ordenar e normatizar, estabelecendo mecanismos de colonizar o corpo, fosse ele o corpo humano, urbano ou social.

O corpo deveria ser colonizado pelos modernos para que a razão pudesse, então, ver-se livre das amarras e das limitações a que era submetida por aquele, considerado há muito como "abominável invólucro da alma"[46], limitador do acesso às verdades racionais.

Entretanto, o cérebro extirpado era uma convenção, meramente uma convenção. A ciência moderna jamais conseguiu fazer falar um cérebro que não estivesse ligado a um corpo para que ele descrevesse todos os fenômenos que presenciava. Os cérebros divinizados pela atitude moderna estiveram sempre conectados a um corpo, e por eles eram limitados e submetidos, mas também estimulados e influenciados. O mesmo corpo que impedia um cientista de laborar incessantemente sem descanso "em nome da ciência" era o corpo que o impelia a investigar fenômenos que o próprio corpo colocava como questões. Vários enunciados científicos foram inventados a partir de racionalizações de eventos que primeiramente ocorreram no corpo desses cientistas.

Ou seja, o mesmo corpo que em alguns discursos servia como entrave à formulação do conhecimento servia também como estimulador da produção científica. Assim, enquanto uma atitude de modernidade era a constituição de um cérebro desencarnado, alguns filósofos, como veremos a seguir, defendiam justamente a atitude oposta: a valorização do corpo, a importância que este mantém para a formulação de conhecimentos sobre a vida. Defendiam, portanto, que a ciência ouvisse os clamores do corpo, e não o deixasse relegado no fundo dos tubos de ensaio.

Valorização da ciência e da técnica como elementos que iriam levar o homem à maioridade, em detrimento de outras formas de produção do conhecimento, notadamente o religioso; busca pela objetividade e pela pureza; subjugação da natureza pela cultura; adestramento dos corpos pelos instrumentos modernos inventados para servirem como "seduções do moderno". Estes são alguns dos elementos de que tratamos neste tópico e que vislumbramos na circulação dos discursos do moderno na cidade de Campina Grande nas primeiras décadas do século XX.

[46] Citação do papa Gregório, o Grande (LE GOFF et TRUONG, 2006, p.35), refletindo uma concepção de corpo que perdurou durante a Idade Média.

Veremos mais à frente, neste e nos próximos capítulos, como esses elementos apareceram camuflados em diversos equipamentos e discursos do moderno que adentraram Campina nas primeiras décadas do século XX, bem como as especificidades dos diversos projetos de modernizar a cidade.

Façamos, agora, uma breve discussão histórica sobre o papel que o corpo desempenhou em meio àquele mundo que se quis racional tentando negá-lo, ocultá-lo, reprimi-lo, adestrá-lo, puni-lo e moldá-lo.

Uma história atravessada pela(s) fala(s) do corpo

A ciência moderna em sua recusa pelo corpo na constituição do conhecimento estava informada pela tradição filosófica platônica que opunha dois mundos: o mundo inteligível da alma e o mundo sensível do corpo.

Para Platão, a realidade se divide em duas partes. A primeira parte consiste no *mundo dos sentidos*, no qual não podemos ter senão um conhecimento aproximado ou imperfeito, já que para tanto fazemos uso de nossos cinco, aproximados e imperfeitos, sentidos. Neste mundo dos sentidos, tudo "flui" e, conseqüentemente, nada é perene. Nada *é* no mundo dos sentidos: nele, as coisas simplesmente surgem e desaparecem.

A segunda parte consiste no *mundo das idéias*, no qual podemos chegar a ter um conhecimento seguro se para tanto fizermos uso de nossa razão filosófica. Este mundo das idéias não pode, portanto, ser conhecido através dos sentidos. Em compensação, as idéias (ou formas) são eternas e imutáveis, porque são essências, são verdades das quais o mundo dos sentidos é mera cópia e imitação.

Nesta linha, Platão pretendia encontrar algo de eterno e de imutável em meio a todas as mudanças pelas quais o mundo grego estava então passando: o aclamado século V a. C. Foi assim que ele chegou à formulação do mundo das idéias, absolutas, essenciais, imutáveis, que estão acima do mundo sensorial. Sua filosofia, portanto, considera como conhecimento verdadeiro apenas aquele do mundo das formas, do mundo das idéias, tomando o mundo sensível como mera cópia e imitação das verdades das formas essenciais. O mundo sensível, assim, consistia em um obstáculo a ser

ultrapassado na busca pelos conhecimentos verdadeiros que só o mundo inteligível poderia oferecer. Os sentidos, portanto, atrapalhariam a razão na busca pela verdade.

A tendência da filosofia ocidental na constituição das ciências modernas foi também a de desqualificar o corpo, classificando-o como impeditivo à obtenção das verdades absolutas a que a ciência se propunha, talvez justamente por estar muito informada pela tradição filosófica platônica, de que o mundo sensível era um obstáculo ao mundo inteligível. A alma e, posteriormente, a razão, eram detentoras da sabedoria, e o corpo era a prisão quando a alma/razão era dominada por ele, quando era incapaz de regrar os desejos e as tendências do mundo sensível.

Entretanto, o corpo, teimoso como só ele, insinuou-se para a ciência, flertou com ela, fazendo-lhe visitas constantes, aparecendo nas horas mais inconvenientes possíveis, em festas públicas e privadas. Mesmo em reuniões íntimas, cujos convidados eram seletos "homens de sciencia", o corpo conseguia adentrar, nem que fosse para ser expulso a pontapés assim que sua presença fosse percebida. Mas isto ele conseguia: sua presença era percebida. O corpo esgueirava-se, taticamente, e rondava o âmbito científico, para desespero daqueles que o queriam longe da "pureza" e da "objetividade" de suas "descobertas" sob o risco de corrompê-las.

Michel Onfray nos relata como alguns pensadores ao longo dos séculos sentiram seus corpos vacilar, suas carnes tremular, em momentos decisivos de suas vidas intelectuais, os quais o autor denomina de "hápax existenciais"[47]. Tais experiências foram fundadoras de uma nova maneira de perceber o mundo para cada um dos intelectuais analisados, constituindo-se em pontos de virada para as configurações de mundo que até então tinham, atribuindo esse hápax existencial à percepção da existência do corpo, de o quanto este pode ser limitativo da atividade racional, mas também de o quanto ele pode influenciar essa mesma atividade, a partir da colocação de problemas

[47] Cf. ONFRAY, Michel. "Da anterioridade do melão sobre a razão". In: **A arte de ter prazer** – por um materialismo hedonista. São Paulo: Martins Fontes, 1999. O autor trabalha especificamente com os exemplos de Santo Agostinho (354-430), Descartes (1596-1650), Pascal (1623-1662), La Mettrie (1709-1751), Rousseau (1712-1778), Nietzsche (1844-1900) e Jules Lequier (1814-1862).

práticos, concretos da ação humana, que somente depois é que serão elaborados de maneira racionalizada, lógica. “O corpo do filósofo se apresenta (...) como um cadinho em que se elaboram experiências chamadas, mais tarde, a se configurar em estruturas lógicas, rigorosas”[48].

O corpo, assim, para Onfray, é o local da experimentação empírica, prévia à elaboração lógico-matemática pretendida pelo Iluminismo. Era a ele que chegavam as primeiras sensações, as primeiras emoções, as primeiras dores, era ele que visualmente mais sofria a passagem do tempo, era nele onde se inscrevia a própria história, onde esta deixava suas marcas.

Onfray, assim, trabalha com exemplos de filósofos cuja presença anunciada – e sentida – de seus corpos estabeleceu novos olhares, novas maneiras de relacionar-se com o conhecimento e consigo próprios, por vezes destoantes das formas pretendidas pelo contexto e lugar onde viveram.

Entretanto, mesmo que tais pensadores tenham extraído de experiências com seus próprios corpos elementos indiciários para uma formulação lógico-matemática com vias à cientificização, poucos admitiriam isto. Impura seria a verdade nascida de uma relação com um corpo. “Ódio ao corpo, portanto, desprezo à carne” [49] era o lema da ciência moderna. Imperava a “vontade de esconder o lodo de que saem os pensamentos”[50].

Diametralmente oposto, nadando contra a maré cientificista do século XIX, Nietzsche consistiu em um dos filósofos que não só admitia verdades nascidas do corpo, mas que celebrava o corpo como local privilegiado de onde deviam nascer essas “verdades”, usando e abusando, inclusive, de metáforas do corpo para a produção de sua filosofia[51]. Para ele, o corpo aparecia como uma “formidável máquina de produzir sentido”, elemento essencial na origem do pensamento. Aparecia como uma “grande razão”, da qual a razão de que falavam os iluministas era meramente um instrumento “muito pequeno”, “um brinquedo” do corpo. “Há mais razão no teu corpo do que na tua melhor sabedoria”, assim falou Zaratustra aos desprezadores do corpo[52].

---

[48] ONFRAY, 1999, p. 29.
[49] Ibid., p. 49.
[50] Ibid., p. 49.
[51] Neste sentido, cf. LARROSA, Jorge. **Nietzsche e a educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (Coleção Pensadores & a Educação).
[52] Cf. NIETZSCHE, 1999.

Nietzsche pretendeu, assim, deslocar uma tradição filosófica que vinha desde a Antigüidade Clássica, havia perdurado na Idade Média e atingira os tempos modernos, tradição esta centrada na valorização da razão e no desprezo ao corpo, propondo uma nova compreensão de sentido para este.

O final do século XIX e início do século XX presenciou também outro estudioso, desta vez da área da Psicologia, voltar o seu pensar sobre o corpo e pôr em dúvida a racionalidade à qual este era visto como submetido. É partindo de seus estudos sobre a histeria que Sigmund Freud destaca que o corpo não obedece à racionalidade única que o Iluminismo quis imputar-lhe, como mera materialidade e causador de doenças, mas que ele é um lugar de simbolização de desejos inconscientes, estando submetido a uma dupla racionalidade, a do somático e a do psíquico[53].

Freud faz uma leitura do corpo destoante da então vigente. Negando o corpo como mero organismo biológico e anatômico[54] que seria responsável pela histeria, elege-o como o lócus onde se desenrola o complexo jogo entre o somático e o psíquico. O corpo, portanto, é visto pelo pai da psicanálise como o lugar onde o embate entre o biológico e o psíquico espacializa-se, e não como elemento causal desse embate.

Freud aprende, assim, na sua experiência com os diversos casos de histeria que analisou, que não há como negar o corpo, pois é nele onde se ouvem os gritos de sintomas que de outro modo parecia não ser possível ouvir. Tais sintomas não se mostravam ao alcance da cura ou do tratamento propostos pelo saber médico de então, apontando, desta maneira, uma lacuna no discurso da medicina. A partir do momento em que a Psicanálise descortina

---

[53] Cf. FERNANDES, Maria Helena. “Entre a alteridade e a ausência: o corpo em Freud e sua função na escuta do analista”. **Estados Gerais da Psicanálise**: Segundo Encontro Mundial. Rio de Janeiro, 2003, 15p.; MENDONÇA, Marinella Morgana et CARVALHO, Ana Cecília de. “O corpo na teoria psicanalítica de Freud: da representação ao transbordamento”. In: **As incidências da repetição no corpo, pela via da dor**. Dissertação de mestrado em Psicologia. Belo Horizonte: UFMG, 2006, pp. 50-79. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/VCSA-6WVMUV. Acesso em: 30 out. 2007.

[54] A ciência do século XIX via o corpo como um espaço compartimentado, consistindo na união de membros anatomicamente identificados e autônomos. A perna, por exemplo, era perna até a sua inserção no quadril, enquanto o braço era braço até sua junção com a omoplata. Cada mal que atingia determinado membro ou órgão, assim, deveria, nesta racionalidade, manter-se incomunicado com os demais membros ou órgãos. Na histeria, entretanto, como observado por Freud, afecções espalhavam-se ao longo de todo o corpo, o que contrariava a idéia deste como mera união entre membros autônomos, vendo-o então como um todo interligado (FERNANDES, 2003; MENDONÇA et CARVALHO, 2006).

os efeitos de um inconsciente sobre o corpo, passa a conferir a este corpo o estatuto de representação no qual a leitura dos sintomas dá a ler a história singular do sujeito.

Este sujeito descortinado por Freud com a psicanálise é talvez a maior ruptura com o saber então vigente: em contraposição ao sujeito racional pretendido pela ciência iluminista, o *sujeito do inconsciente*, possuído e determinado por esse inconsciente que fala e que Freud propõe-se a fazer falar. Um sujeito que nasce sob o signo do conflito constituído pelas dicotomias modernas que contrapõem cérebro e corpo, psicológico e orgânico, racional e instintivo, etc.

Entretanto, o filósofo alemão e o psicanalista austríaco continuariam a ser vozes destoantes das demais de suas épocas até pelo menos meados do século XX, momento em que outras vozes ergueram-se e deram maior enfoque a repensar o corpo.

Foram vozes como as de Michel Foucault, costumeiramente ligadas a uma filosofia pós-moderna, em cujos trabalhos o corpo aparece como um dos principais elementos presentes no discurso moderno, por meio das tentativas de disciplinarização do mesmo; bem como na formulação contemporânea da "reversão filosófica", por Gilles Deleuze, enunciando o fim do antagonismo entre razão e corpo, através do estabelecimento da harmonia – e necessária relação – entre ambos.

O corpo, em Foucault, é estudado como o elemento submetido pela instrumentalização moderna, como local de todas as intervenções e interdições. Já em Deleuze, não mais aparece como "o obstáculo que separa o pensamento de si mesmo, aquilo que [a razão] deve superar para conseguir pensar". Aparece, ao contrário, como "aquilo em que [o pensamento] mergulha ou deve mergulhar, para atingir o impensado, isto é, a vida". Ressonâncias nietzschianas[55].

[55] Cf. RAGO, Margareth et al (org). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005; e NIETZSCHE, Friedrich. "II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida". In: MELO SOBRINHO, Noéli Correia de (org.) **Escritos sobre a História – Friedrich Nietzsche**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, São Paulo: Loyola, 2005, pp. 67-178.

Talvez por ter tomado o corpo como a “última fronteira supostamente natural”[56], e, portanto, elemento de suspeita e desconfiança, a ciência moderna voltou-se tanto a ele, estabelecendo-o como o espaço privilegiado de interdições. Neste sentido, criou diversos instrumentos de disciplinarização, ordenamento e controle do corpo, a fim de colonizá-lo, de docilizá-lo, de culturalizá-lo, que vão desde a mais tenra infância, passando pela vida adulta e chegando à velhice e à morte.

Como atitude de modernidade, o corpo deveria ser também domesticado, docilizado, e instrumentos de disciplinarização desses corpos foram inventados ao longo dos dois últimos séculos com o intuito de tornar o corpo, essa “última fronteira natural”, um domínio da cultura.

Para Michel Foucault, essa modernidade é simbolizada por uma anátomo-política do corpo e por uma biopolítica da população.

A primeira refere-se à invenção das disciplinas como mecanismos de adestramento, ampliação de aptidões, extração de forças produtivas e punição, com o intuito de docilização dos corpos para sua integração dentro de sistemas de controles eficazes. Com o objetivo, portanto, de moldá-los, de fabricar o sujeito produtivamente, aparecerão como espaços privilegiados de produção de corpos dóceis instituições como a escola, o hospital, a clínica, as fábricas, a prisão, dentre outros[57].

Já a biopolítica da população tem a ver com os controles reguladores, as intervenções dos poderes institucionalizados que, entendendo o coletivo como a soma das individualidades ficcionalmente homogeneizadas, inventa um novo corpo, o corpo-espécie, a “população”, sobre a qual incidirão mecanismos reguladores (dados sobre as taxas de natalidade e de mortalidade, os níveis de saúde, tempo médio de vida, etc). É a ficção dessa hidra moderna que

---

[56] SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. “É possível uma história do corpo?” In: SOARES, Carmen (org.). **Corpo e história**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 18. A autora refere-se à exploração humana de todos os elementos naturais, tais como a vida vegetal, a vida animal, as montanhas, os mares, os céus, o espaço, os demais planetas, etc., afirmando que, depois de todos esses espaços naturais colonizados pela cultura, o último ainda não completamente explorado seria o corpo.

[57] Neste sentido, confira algumas obras de Foucault, em destaque, *História da Loucura*, de 1961 (FOUCAULT, Michel. **História da Loucura** na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1997), *O nascimento da clínica*, de 1963 (FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. [trad. Roberto Machado] Rio de Janeiro: Forense, 2004a), e *Vigiar e Punir*, de 1975 (FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004b), dentre outros.

permitirá ao Estado inventar as chamadas “políticas públicas”, destinadas a um conjunto de pessoas que, aos olhos do poder, não são indivíduos, mas formam um coletivo indistinguível de suas particularidades[58].

A tentativa de fabricação, portanto, de um “sujeito moderno” seria executada por meio da união entre práticas discursivas e práticas não discursivas e pela (in)gerência dos poderes no corpo vivo. Este corpo, moldado pela escola, tornado útil para o trabalho na e pela fábrica, e observado e analisado como um sistema mecânico de estímulos e respostas na clínica e no hospital, seria ainda esquecido nos asilos e punido na prisão.

É com Foucault ainda que vislumbramos o enfoque que o século XIX deu sobre o corpo no tocante ao uso dos prazeres sexuais: os discursos médico e jurídico inventaram categorias como a de homossexual para classificar, identificar e excluir os sujeitos cujos prazeres não eram “naturais”[59] – termo, este, estabelecido pelos próprios discursos que o inventaram de maneira a diferenciar os usos e “abusos” da sexualidade –, bem como a patologização da masturbação e de seu praticante contumaz, um dos três pilares da construção do anormal, que no século XIX esteve presente discursivamente no diagnóstico das diversas doenças mentais, como a esquizofrenia, a histeria, a psicopatia e a loucura[60].

Ainda com Foucault, lemos como a medicina se inseriu cada vez mais no interior do corpo humano na investigação das doenças. Se até o século XVIII a medicina era basicamente classificatória, regendo-se por um “olhar de superfície” que não tinha acesso à “essência” das doenças, mas apenas às suas manifestações visíveis, aos sintomas que se exteriorizavam ao longo do corpo do paciente, o advento da anátomo-clínica no século XIX permitiu que os médicos fossem mais a fundo em suas investigações[61]. Abrindo e dissecando corpos, entrando em contato direto com os órgãos e tecidos afetados em funcionamento e vendo, não mais apenas ouvindo, a “máquina humana” em

---

[58] FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, s.d.

[59] Idem. **História da Sexualidade** – a vontade de saber. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006, vol. 1.

[60] Idem. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001; CORBIN, Alain. “Gritos e cochicos”. *In*: PERROT, Michelle (org.) **História da vida privada** – da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, vol. 4, pp. 562-611.

[61] Cf. FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. [trad. Roberto Machado] Rio de Janeiro: Forense, 2004a.

funcionamento, o olhar de superfície deu lugar ao olhar de profundidade da medicina moderna anatômica, na medida em que deve penetrar no volume empírico constituído pelo corpo do doente, localizar a sede da doença no próprio corpo doente – e não mais fora dele, como na medicina clássica taxonômica – e determinar a lesão, considerada como fenômeno primitivo com relação aos sintomas, agora fenômenos secundários[62].

O corpo, então, passou a ser visto pela medicina moderna, a anátomo-clínica, como local onde se dava a espacialização da doença, onde esta se manifestava, lugar este já acessível ao médico anatomista. A razão médica iluminista, portanto, justificava a interferência e a inserção no interior dos corpos, a fim de buscar as doenças em seus lugares de atuação privilegiados.

Não inocentemente, nos discursos médico e jurídico do século XIX, o uso dos prazeres do corpo era responsável pelo acometimento de doenças da mente. O corpo continuava aparecendo como empecilho à razão em muitos estudiosos vinculados às duas áreas de conhecimento. Quando acima da razão, sobrepondo-a, gritando mais alto que ela, só poderia encaminhar o sujeito à des-razão, à insanidade, à anormalidade, à monstruosidade. Aquele que dava vazão aos prazeres do corpo não se comportava como alguém moderno, mas como um animal, movido não pela razão, mas pelos instintos[63]. Daí porque nas cidades que se desejavam modernas no século XX, o estuprador, por exemplo, ser considerado um "gorila", um "selvagem primitivo indigno dos tempos que vive e do espaço que ocupa"[64].

---

[62] Cf. MACHADO, Roberto. "Uma arqueologia do olhar". In: **Foucault, a ciência e o saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, pp. 87-110.

[63] Talvez por este motivo ainda hoje se veja com maus olhos aqueles sujeitos que dão vazão aos seus prazeres corporais e declaram isto publicamente. O próprio Foucault, entusiasta do corpo e de todas as sensações que este poderia proporcionar – fossem elas o prazer sexual, a intoxicação por ópio ou a dor de um atropelamento – é atacado por muitos de seus críticos que o denigrem não pelo que escreveu, mas pelas maneiras com que ele usava e abusava dos prazeres de seu corpo (cf. ROUDINESCO, 2007; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

[64] "A la minute". **O Campina Grande**, Anno II, n. 17, 14/02/1909, p. 03. Trata de um estupro cometido por dois sujeitos na cidade de Itabaiana contra uma menina de 15 (quinze) anos que faleceu em decorrência da violência. O autor da notícia, ao mesmo tempo em que condena o ato e seus praticantes ("dois satyros, dois gorillas crueis"), e narra a morte de maneira romantizada ("compadecendo, ao morrer, a propria Morte que a purificou, ungindo-a com o proprio sangue"), afirma ainda que tal ato é inconcebível e repugnante para qualquer "homem civilisado do século XX" ("Estou a ver a contracção nervosa que todo te abala, leitor, ao imaginar a hediondez do acto; ao ver, tu, homem civilisado do seculo XX, á luz do seculo XX, ressurgir, intacta, a selvageria primitiva na brutalidade deste crime, para cuja punição o Codigo Penal é, ao meu pensar, criminosamente exíguo de penas./ Como tu, eu não sei que

Educar o corpo, corrigi-lo, discipliná-lo, para que ele não continuasse sendo empecilho à razão, tornou-se palavra de ordem no mundo que se queria moderno. Ao mesmo tempo, adestrá-lo para o trabalho, conformá-lo à indústria, torná-lo produtivo. A pedagogia e a ortopedia vêm contribuir para este intento. Deslocam-se do âmbito militar para o campo civil, sob os auspícios dos discursos médicos, exercícios antes adstritos apenas àqueles. A ginástica populariza-se no objetivo de conferir ao corpo sua máxima potência. Até o final do século XIX, na França, ela se converte em dever nacional, e, no século XX, a valorização dos esportes e do educar o físico chegará a vários outros Estados ocidentais configurada na Educação Física, que passa a ser incluída nos currículos oficiais, na pretensão de moldar corpos produtivos, saudáveis, higiênicos e dóceis[65].

"Mente sã em corpo são" passa a ser o lema deste novo olhar sobre o corpo. Olhar este que, em vez de desprezá-lo em nome de uma supervalorização e autonomia do cérebro, passará a reconhecer a relação que este mantém com o corpo, de quem não poderá se desvencilhar. A laboriosidade intelectual, portanto, necessitará de um corpo tão ágil e purificado quanto o cérebro é decantado como sendo.

O cérebro extirpado retorna ao corpo, e este precisa estar purificado para recebê-lo. A higiene e a medicina tratarão de limpá-lo, lavá-lo, curá-lo de todos os males que podem afligi-lo. Um corpo moderno é um corpo necessariamente saudável, puro, produtivo, laborativo. Tudo que, de alguma maneira, prejudique essas funções será perseguido pelos modernos. A sujeira, a preguiça, o sedentarismo, o ócio, as doenças, a má alimentação, dentre outros, serão condenados por esse discurso de moderno, que valorizará os seus opostos como mecanismos para se atingir o progresso na história da humanidade.

O mundo moderno, ou a civilização, assim, constituiu-se na tentativa de delinear uma sociedade gerida unicamente pela razão científica, "pura", "perfeita", "acabada" e "absoluta", elemento de segurança para uma vida previsível e predizível, oprimindo e reprimindo o corpo e os usos do mesmo

---

de mais abjecto existe sob o sol, que se possa comparar a esses dois indivíduos, indignos dos tempos em que vivem e do espaço que occupam na Terra").

[65] Cf. CORBIN, 1991.

como comprometedores à produção das verdades da ciência, como elementos perigosos, representantes da natureza que se pretendeu colonizar por meio da cultura. Na impossibilidade, entretanto, de fazer calar os gritos que o corpo teimosamente continuava a proferir, voltou-se o olhar a ele para educá-lo, discipliná-lo, curá-lo, corrigi-lo, colonizá-lo, culturalizá-lo, modernizá-lo.

Constatada, assim, a luz que incide sobre nosso terreno e verificadas as condições do solo, podemos, agora, plantar a nossa muda.

E façamo-la agora falar.

À guisa de algumas primeiras conclusões

O mundo moderno estabelecia suas verdades e exigia aceitação por parte de todos. Viver o dia a dia urbano não se comportando de acordo com essas verdades acarretava ao sujeito ser dito e tido como “atrasado”, “ignorante”, “bárbaro”, “incivilizado” ou qualquer outro adjetivo menos valoroso, como “caboclo tostado de sol” ou “semi-selvagem”, conforme as palavras de José Peixoto, citadas no início deste capítulo.

Já citamos também o sr. Lino Gomes, que tinha o costume de ir todas às tardes à estação para presenciar a chegada da locomotiva. Voltemos a ele agora, especificamente a uma crônica que fez publicar no jornal de Gilberto Leite e Protásio Sá.

Lino Gomes relata que, naquele ano de 1909, numa de suas constantes idas à estação, não pôde deixar de notar a presença de um sujeito vestido de “calças azues, camisa de algodão, pés nas alpercates e chapéu de couro”, que esperava o trem das dezoito horas e dez minutos. Aquele sujeito Gomes identificou como sendo o “rude certanejo (sic) José Miquilina, que nunca tinha visto a locomotiva”. A expectativa desse “rude sertanejo” e sua impressão do trem são o tema principal da crônica.

Lino Gomes constrói a figura de Miquilina como sendo um sujeito em que várias emoções se confundem. Ansioso e apreensivo pela oportunidade de finalmente ver o trem, Miquilina, entretanto, sob o olhar de Gomes, parece mais dominado pelo medo e pelo desconforto, visível através de seus “olhos abugalhados (sic)”, por olhar constantemente para toda parte e por espantar-se

“do menor rumor que surgia-lhe por traz”. Parecia estar ali por obrigação, e não por contemplação. Segundo relata, “observei logo no seu physico, que tratava-se mais de um assombrado do que de um visitante”.

Percebendo o desconforto de Miquilina, Gomes aproximou-se e foi conversar com ele, a fim de tranqüilizá-lo e prepará-lo para a visão que teria dali a alguns poucos momentos. Tentou fazê-lo ver que o trem é apenas uma “machina grande movida pela pressão dagua e do fogo”, e não um “fantasma”, como parecia o sertanejo crer. Mas foi só ouvir o “berro” e ver o trem chegando, a três quilômetros ainda da estação, que Miquilina desesperou-se, tendo que Gomes segurar-lhe no braço para que não se evadisse da estação no mesmo momento. Diz que gritava: “Misericordia, meu Deus!! Ou que bicho feio e cumprido; o bicho está roncando i si (sic) mijando todo”; e que, vendo os postigos das portinholas abertos, gritava: “Ave Maria! o bicho é tão mago, que conta-se as costellas uma pa (sic) uma”. Cita ainda que, em meio a tudo isso, percebeu que as calças de Miquilina estavam “um pouco humidas pelo lado trazeiro, e despregava-se delle, um cheirosinho um pouco desagradavel”...

Quando finalmente Lino Gomes estava conseguindo convencer Miquilina que não havia risco, e este, que tremia “como vara verde”, tentava se recompor, a locomotiva silvou, fazendo com que o sertanejo caísse de costas, gritando “Valha-me o menino Jesus”.

Neste momento, as pessoas ali presentes vaiaram solenemente a atitude do “rude” Miquilina, e alguns ficaram lhe soltando pilhérias como “o bicho te pega!” insuflando ainda mais o medo do sertanejo que, não mais sendo segurado por Gomes, levantou-se “mais rápido do que um touro”, voando por cima de uma cerca de arame, “onde deixou as trazeiras das calças e uma alpercate”, indo se esconder num capoeirão a dois quilômetros da estação[66].

Como podemos ler esse relato de Lino Gomes sobre um final de tarde inusitado na estação ferroviária de Campina Grande naquele ano de 1909?

Primeiro, sobressaem-se na fala dois comportamentos diametralmente opostos, o de Miquilina e o de Lino Gomes. Enquanto aquele demonstra insegurança, desconforto e, ao avistar a locomotiva, temor e desespero,

[66] “Na Estação”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 16, 07/02/1909, pp. 02-03.

Gomes é narrado como tendo estado o tempo todo calmo, sereno, centrado, estando ali na estação não por obrigação, mas para contemplar a chegada do trem. É por entender melhor do que se trata a “grande machina” que Gomes se vê na obrigação de explicá-la a Miquilina, tentando-lhe acalmar, tentando-lhe tirar o pavor que lhe consumia, o que, porém, resulta num fracasso tremendo. As calças azuis borradas que ficaram presas na cerca de arame que o digam...

Lino Gomes, portanto, mesmo usando de argumentos os mais diversos para que Miquilina não temesse o trem, falha em seu intento. Toda a racionalidade científica de que lança mão para fazer o sertanejo ver na locomotiva o elemento simbólico da vida moderna acaba se esvaindo no ar, não sendo compreendido por aquele sujeito que continuava a vê-la como algo monstruoso, contra a qual só poderia se salvar apelando à religiosidade.

Por outro lado, a ênfase dada por Lino Gomes às vaias que Miquilina levou de todos os demais presentes na estação quando perceberam seu temor são outro ponto que ganha destaque em nossa leitura. Ela nos dá a ler que todos ali compreendiam e contemplavam o trem em todo o seu aspecto de modernidade, exceto Miquilina. O sertanejo, assim, estava realmente só em meio à multidão, pois era o único que temia em vez de admirar, era o único que, mesmo com toda a explicação racional de Lino Gomes, não compreendia o valor da máquina de ferro. Era o único que não partilhava do olhar geral que se tinha a respeito do trem. Era o único espírito não educado, não civilizado, não iluminado, que temia e rejeitava o moderno e, ante esse temor, em vez de usar-se da razão, apelou para a religião. Era aquele cujo próprio corpo denunciava-lhe como não-moderno (“observei logo no seu physico, que tratava-se mais de um assombrado”). Era, portanto, apenas um “rude”.

Lino Gomes representa, assim, o “espírito educado”, o homem urbano, civilizado, aquele que tem familiaridade com o moderno, o homem que contempla a modernidade, o que se utiliza da razão para ver e ler as coisas do mundo. Miquilina, por sua vez, é o homem “rude”, o sertanejo, o “caboclo tostado de sol” ou o “semi-selvagem”, nas palavras de José Peixoto, aquele avesso ao moderno, aquele pelo qual a modernidade ainda não passou, aquele que ainda recorre à religião para explicar o mundo e que não compreende a razão científica como norteadora de novos caminhos.

É por não se enquadrar no ideal de sujeito que a modernidade pretende construir que Miquilina é visto como um rude, um incivilizado, um medroso, um borrador de calças. É por não se adequar que é vaiado por todos os “civilizados” que usam da razão e caçoam daqueles que são movidos pela emoção ou pela religião. É por não conseguir compreender o moderno que Miquilina é construído por Lino Gomes como alguém tão só, um sujeito que tende a ser cada vez mais raro, que, pelo pensamento de José Peixoto, tende a desaparecer quando a “força civilizadora do século, a locomotiva” despertar-lhe com seus “berros estupendos”.

Miquilina, portanto, apesar de ter ouvido – e bem alto – os berros da locomotiva, não despertou. Continuou dormindo para o mundo moderno racional e científico. Não havia, portanto, constituído-se em um corpo moderno, tal qual o pretendido pelos discursos modernizantes.

Mas, diferentemente do que Lino Gomes nos leva a crer, Miquilina não estava só. Reações a algumas atitudes de modernidade na cidade houve durante todo o recorte que selecionamos, sendo tais sujeitos também vistos como rudes, ignorantes, incivilizados, semi-selvagens e, até mesmo, “burros” – e agora podemos voltar ao litígio do jornal *A Batalha* com o dr. Diógenes Miranda.

A pasteurização, em 1935, representava o tratamento do líquido em seu aspecto mais moderno, de acordo com os elementos da modernidade que temos visto ao longo de todo este capítulo: a purificação laboratorial por meio da separação dos não-humanos a fim de afastar o perigo à vida que provocavam os microorganismos nele presentes; bem como a valorização do leite pasteurizado como sendo aquele que, tendo afastado os micróbios, continha apenas os nutrientes indispensáveis para a constituição de um corpo saudável, robusto, forte, atlético, moderno.

O ofício municipal proibindo a venda de leite não pasteurizado emerge também num contexto em que o Estado chama para si o poder de vida e de morte sobre os moradores de Campina Grande. O poder de evitar a morte, impedindo que seus “súditos” façam ingestão de um alimento contendo seres patogênicos, e o poder de prolongar a vida, debruçando-se sobre o leite com a técnica mais moderna de purificação que, entretanto, não lhe extraíam os

nutrientes indispensáveis para a boa constituição orgânica dos sujeitos – vistos agora não em sua individualidade, mas como um corpo amorfo e homogêneo, um macro-corpo social, a "população"[67].

O Estado, assim, legitimando-se como agindo em defesa da sociedade, intervém sobre diversos hábitos e costumes da população, mas não tal qual agia disciplinarmente, sobre corpos individuais. A nova faceta do poder estatal se dá sobre o macro-corpo populacional inventado com o nascimento da biopolítica, sobre o homem-espécie, cuja tecnologia de controle dar-se-á por meio de uma regulamentação.

O biopoder, assim, por meio da regulamentação, pretendeu exercer sobre o homem-espécie a capacidade de otimizar a vida, encompridá-la, evitando a morte. Aumentar a taxa de natalidade e diminuir drasticamente a de mortalidade – tal intento implicou diretamente em agir sobre hábitos e costumes da população, especialmente sobre aqueles que pudessem, de alguma maneira, antecipar a morte.

Isso implicou até mesmo em uma (in)gerência sobre os hábitos alimentares da população. Esta deveria ser proibida de alimentar-se de forma "errada", de forma prejudicial que pudesse provocar a doença ou a morte. O poder regulamentar, portanto, partindo do Estado, passou a interferir nos hábitos alimentares, permitindo alguns alimentos e proibindo outros.

Em Campina Grande, vemos o Ofício n. 401, de 1935, como expressão desse poder regulamentador de fazer viver, dessa pretensão de controlar o hábito alimentar da população, permitindo-lhe ingerir apenas o leite pasteurizado, devido à presença única de nutrientes que ajudariam na constituição de um sujeito moderno e saudável, enquanto, por outro lado, proibia-lhe a ingestão do líquido não purificado, do líquido repleto de microorganismos responsáveis pela doença e pela morte. Tal poder, assim, dialogando com os diversos elementos de uma atitude de modernidade que vimos ao longo de todo este capítulo, encontrou respaldo legal na cidade de Campina Grande através do ofício expedido pelo prefeito Antonio Pereira Diniz que regulamentava a higienização e a venda do leite no meio urbano,

[67] Cf. FOUCAULT, 2000.

permitindo apenas a venda do líquido purificado, que prolongava a vida, e proibindo a venda do líquido não-pasteurizado, que antecipava a morte.

A publicação do ofício n. 401, portanto, trazia em suas entrelinhas a ingerência do biopoder sobre o corpo do homem-espécie como mais uma atitude de modernidade. Uma atitude que desembocava na defesa à vida e à saúde do homem produtivo, na tentativa de afastar a improdutividade dos corpos doentes gerados pela ingestão de micróbios patogênicos presentes na alimentação.

Na fundamentação que Antonio Pereira Diniz fez para justificar o seu ofício, usou justamente a "alta taxa de mortalidade infantil" constatada na cidade[68], que, no seu discurso, aparece como sendo provocada pela ingestão de leite não-pasteurizado pelas crianças.

Isto se devia a que, neste período, não era comum o hábito contemporâneo do aleitamento materno, que só viria a tomar fôlego algum tempo depois. As crianças, em geral, mesmo infantes, eram alimentadas com leite de vaca, a que era atribuída a alta taxa de mortalidade infantil constatada em todo o Estado da Parahyba. Anos antes, em 1911, por exemplo, o presidente do Estado, dr. João Lopes Machado, referindo-se à capital Parahyba do Norte, já fazia a seguinte denúncia em sua Mensagem à Assembléia:

> Entre nós, ao lado dos factores geralmente conhecidos, como a mizeria organica e a falta absoluta de hygiene na classe ignorante da sociedade, um facto deve ferir a attenção dos clinincos desta capital. Refiro-me a alimentação das creanças pelo leite de vacca (...)
> o perigo está na presença anomala de principios extranhos naturalmente irritantes, provenientes do habito de se alimentar as vaccas com o caroço de algodão. É vulgarmente sabido que os animaes da raça bovina que ingerem diariamente grande quantidade desta semente, ficam com os tecidos saturados e impregnados de um odor sui generis, denunciador da presença do oleo drastico, que existe em grande quantidade nas referidas sementes. Facil, então é ligar-se o grande numero de casos de gastro-enterites que victimam annualmente consideravel proporção de creanças entre nós, ao leite de vacca que contem grande proporção daquelle óleo.[69]

[68] Para maiores informações sobre as chamadas "doenças de primeira edade" no período aqui recortado, cf. SILVA, Valdecir Carneiro da. **A mortalidade na infância da cidade da Parahyba**, 1897 a 1912. Dissertação de mestrado, João Pessoa: UFPB/CCS, 2002.

[69] Mensagem Presidencial do dr. João Lopes Machado, 1911, p. 31-32.

Pela análise da fala de Machado, podemos constatar, desta maneira, que a denúncia não era contra o costume de alimentarem-se as crianças com leite de vaca, mas contra o hábito de alimentarem-se as vacas com caroço de algodão, que degeneraria os tecidos e, conseqüentemente, o leite extraído desses animais, provocando doenças naqueles que bebessem tal leite contaminado. É com este pensamento que *A Batalha* defende, portanto, que a contaminação do leite não se dava no transporte do líquido, mas na sua fonte produtora, e que caberia ao médico fiscal apenas a tarefa de examinar as vacas nos estábulos para saber quais delas estariam em "condições de produzir leite saudável, fazendo retirar as que não, para que, desta forma, possa ser o leite vendido diretamente no copo para tais pessoas"[70]. Com o desenvolvimento da ciência médica, o discurso da amamentação ganharia força, mas não nos moldes como era praticado até o século XIX, por amas de leite, mas passando a ser exigido que as crianças fossem alimentadas com leite materno. Durante o período estudado, entretanto, esse discurso médico da amamentação ainda não vingava.

Pereira Diniz, portanto, duas décadas depois da denúncia de Lopes Machado, apropriou-se estrategicamente das taxas de mortalidade infantis e desse discurso que vinculava tais taxas à ingestão de leite cru para legitimar a proibição da venda deste produto não pasteurizado em Campina Grande.

Bem como, ainda lançou mão de comparar a cidade que governava às grandes cidades do país, anunciando que nelas o leite pasteurizado vinha sendo recebido de maneira entusiástica como elemento da modernidade. "Tem sido entusiasticamente aceito o leite pasteurizado, nas cidades mais adiantadas do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife"[71].

Entretanto, alguns não concordavam com o ofício e seu conteúdo. Defendiam a inconstitucionalidade do ato expedido pelo prefeito e clamavam pela restauração do direito anterior, dando-lhes a oportunidade de optar entre o leite pasteurizado e o não pasteurizado, como o fez, pelas páginas de *A Batalha*, o bacharel campinense Ascendino Moura[72]. Outros, nesta mesma

---

[70] "Em torno do Ofício do Poder Municipal n. 401". **A Batalha**, Anno 1, n. 17, 06/02/1935, p. 03

[71] Ibid., p. 03

[72] Ibid., p. 03. Em seu artigo escrito para o jornal de Arlindo Corrêa, o bacharel ataca a legalidade do ofício baseando-se na Constituição então vigente. "Houve alguma lei que

esteira, condenavam não o ato em si, mas o trabalho "mal feito" que a Usina vinha desenvolvendo. Há notas veiculadas pelo jornal de Arlindo Corrêa que denunciam que a purificação era nada mais que um belo "conto do vigário", e que a empresa fornecia à população um produto de péssima qualidade. A própria localização da usina, à rua Quintino Bocaiúva, dava ensejo a reclamações: além da "porcina existente nas proximidades da usina"[73], ali bem próximo encontrava-se o Cemitério do Carmo, que havia sido construído no início do século XX[74], seguindo normas de higiene que exigiam a localização de cemitérios fora do perímetro urbano, a fim de que os miasmas que dele exalassem não contaminassem a cidade[75]. Estando tão próxima assim do cemitério, podemos supor que as pessoas pensassem que a própria usina estava passível de receber tais miasmas oriundos do campo santo, comprometendo o trabalho de purificação do leite que ali era pasteurizado.

Para aqueles que defendiam o ofício n. 401, e, portanto, defendiam a proibição da venda de leite não pasteurizado, os ataques ao ato do prefeito pareciam ser atos de ignorância quanto aos avanços e às "descobertas" do mundo médico e científico. A este grupo, em que se inclui o dr. Diógenes Miranda, médico responsável pela fiscalização do leite desde a publicação do ato, as reclamações demonstravam apenas que muitos pareciam não conseguir compreender a importância da purificação do alimento, da eliminação dos microorganismos patogênicos nele presentes, e continuavam

---

autorizasse o Prefeito local, a fazer a concessão de pasteurização do leite em Campina Grande? (...) É ou não inconstitucional o ato do Prefeito concedendo o privilégio aludido, SEM LEI ESPECIAL QUE O AUTORIZASSE? Há ou não fundamento para um mandado de segurança?...".

[73] "Em torno da questão do leite – uma declaração surpreendente". **A Batalha**, Anno 1, n. 17, 06/02/1935, pp. 03.

[74] Sobre a construção do cemitério do Carmo, cf. ALMEIDA, Elpídio de. "O Cemitério Velho". In: **História de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Livraria Pedrosa, 1962, pp. 289-300. Sobre as regras de higiene na construção dos cemitérios, cf. ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente** – da Idade Média aos nossos dias [trad. Priscila Viana de Siqueira]. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003; PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993.

[75] A concepção miasmática de transmissão de doença ainda perdurou no imaginário social brasileiro até pelo menos a década de 1930. Apesar de os experimentos de Louis Pasteur terem inventado a concepção microbiana de transmissão na segunda metade do século XIX, a doutrina dos miasmas não foi tão logo desacreditada, permanecendo ainda, por muitos anos, a coexistência dos dois discursos. Para mais detalhes, cf. SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios**. O Serviço de Higiene Pública, 1895-1918. Tese de doutorado. Ribeirão Preto, SP: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999; AGRA, 2006.

insistindo em manter hábitos e costumes atrasados, incivilizados e bárbaros quanto beber leite cru.

Para o dr. Diógenes Miranda, portanto, os defensores do leite não pasteurizado não entendiam o avanço da técnica científica representado pela pasteurização e insistiam num estágio inferior da evolução das sociedades humanas. Para ele, não adiantaria tentar convencer esses “rudes” sujeitos, pois eles não teriam capacidade de entender os avanços da modernidade nem os vendo com os seus próprios olhos. Esses seriam sujeitos que, ignorantes no campo da ciência moderna, teriam receio em avançar na evolução e prefeririam manter-se estagnados e, pior ainda, manter a toda a sua sociedade estagnada, impedindo que o moderno ali se instalasse. Seres rudes, ignorantes, teimosos, semi-selvagens... seres burros.

Sujeitos que, tal qual o Miquilina de Lino Gomes vinte e seis anos antes, não seriam capazes de entender o mundo moderno e o temeriam; sujeitos que, ante a modernidade, fugiriam assustados; sujeitos que tentavam barrar as forças civilizadoras de instalarem-se em Campina Grande; sujeitos que estariam impedindo Campina de tornar-se aquilo a que o destino e a natureza lhes haviam designado.

A visão sobre o outro, neste período histórico de Campina Grande, trata-o como esse ser ignorante, que não entende os “avanços” do mundo moderno. Entretanto, entre o rude Miquilina de Lino Gomes e os caboclos tostados de sol de José Peixoto, em 1909, e os burros de *A Batalha*, em 1935, lemos um pequeno deslocamento de olhar: em 1909, o alvo das críticas tecidas pelos letrados urbanos, o sujeito que geralmente está no papel de negar o moderno, é aquele que vem de localidades do Estado onde o mundo moderno ainda não se fez sentir, de cidades menores, menos povoadas, onde nenhuma “força civilizadora” chegou com seus berros impactantes. Este sujeito geralmente aparece nos jornais, independente de sua naturalidade, como sendo “o sertanejo”, “o caboclo”, “o homem rude”, aquele que não se adéqua às inovações do moderno, aquele cujo próprio corpo anti-moderno denuncia-lhe a “rudeza”, através de sua maneira de andar, de vestir, de comportar-se.

Já em 1935, os alvos das críticas são os próprios letrados locais, como cronistas e advogados, criticados também por não compreenderem o moderno,

assim como criticavam os “caboclos tostados de sol” lá na primeira década do século XX. Neste período, entretanto, já observamos as críticas direcionadas a tais letrados locais sendo provenientes de um grupo que, lá em 1909 ainda não havia construído para si um lugar de poder institucionalizado, mas que, em 1935, já ocupava lugares cada vez mais influentes em Campina Grande. Um grupo que vai lançar sobre esses letrados que se opõem aos seus projetos de modernidade olhar semelhante ao que os próprios letrados lançavam a Miquilina lá no início do século. Um grupo que vai selecionar os seus próprios Miquilinas a serem criticados por não aceitarem e adaptarem-se ao moderno: os médicos.

Analisaremos, mais à frente nesta nossa narrativa, a formação desse lugar de influência que os médicos galgaram nas primeiras décadas do século XX na cidade de Campina Grande, verificando como o poder médico agiu sobre questões as mais diversas na construção de Campina como uma cidade moderna – da organização dos espaços urbanos à (in)gerência sobre/dos corpos.

Entretanto, antes que encerremos este capítulo, precisamos apontar para você, caro leitor, uma outra leitura desse embate do leite da qual até agora ainda não tratamos. Uma leitura do combate pelo direito de ingestão do leite que escape às redes discursivas que o construíram como elemento da modernidade meramente pela questão da inovação da técnica científica que incidiu sobre ele, bem como que fuja também à análise do leite pasteurizado como o elemento que propiciava o alongamento da vida e o afastamento da morte, pela purificação dos seres patogênicos que nele havia. Propomos uma terceira via de significação, um exercício de descrição densa do evento, uma nova leitura que tome o embate do leite como questão simbólica da construção de Campina Grande como uma cidade moderna, civilizada.

No momento em que analisamos o decreto municipal estabelecendo que todo leite vendido em Campina Grande deveria ser pasteurizado e proibindo a venda de leite natural, dissemos estar aí presente um elemento do moderno que era o uso da técnica científica para separar os microorganismos nocivos à saúde e, assim, garantir às pessoas uma qualidade melhor de vida. Bem como, analisamos o lugar do próprio Estado ao inserir-se na alimentação

do povo, legitimando-se no papel de garantir a vida e evitar a morte. Isto não deixa de representar a intenção de construção de um corpo moderno, conforme então analisado, mas há aí também uma outra possibilidade de leitura da presença dos ideais de modernidade que podemos apontar.

Beber leite diretamente extraído da vaca, “natural”, era um hábito do homem do campo, do mundo rural, visto que era nas fazendas onde a pecuária se desenvolvia. No meio urbano, por outro lado, não deveria haver lugar para a criação de vacas que pudessem dar leite natural a quem o quisesse beber. A cidade não deveria ser lugar para a pecuária – isto estaria relegado ao campo, ao meio rural.

Permitir a comercialização de leite natural na cidade era permitir que a criação de gado continuasse a ocorrer dentro do perímetro urbano, o que ia de encontro aos projetos de modernidade pretendidos pelas elites urbanas.

Uma cidade moderna deveria, portanto, livrar-se de aspectos rurais e aceitar o moderno. Esse moderno, para além das questões já discutidas, foi construído como associado ao mundo e às atividades urbanas, dentre elas, o comércio, a indústria e as atividades liberais, como a advocacia e a medicina. Por outro lado, o mundo rural foi construído no sentido inverso, como espaço das atividades ligadas à natureza e à terra, do desenvolvimento da agricultura e da pecuária. A cidade como lugar do progresso e da técnica científica, o campo como lugar do atraso: uma dicotomização produzida pelos discursos modernizantes.

Campina Grande, desta maneira, para se tornar uma cidade moderna, deveria expurgar do seu seio urbano todos os elementos que a ligassem a um passado rural – mesmo que esse passado não estivesse assim tão distante, insistindo em incomodar o presente. E a proibição da venda de leite natural em seu território coadunava-se com este objetivo.

Assim, além de representar o que havia de mais moderno na técnica científica e proporcionar a eliminação dos elementos patogênicos que poderiam provocar doenças e morte, impedindo, desta maneira, a constituição de um corpo humano moderno, forte e saudável, a venda de leite pasteurizado e, mais propriamente, a proibição da venda de leite cru propiciavam também que esse produto fosse transportado com mais facilidade e segurança a grandes

distâncias, permitindo, portanto, que a pecuária se desenvolvesse fora do espaço urbano da cidade, visto que, se ocorresse dentro dela, dar-lhe-ia um aspecto rural, então ligado à imagem de atraso, dissonante com a pretensão de modernidade desejada pelas elites letradas.

Um dos aspectos mais fortes da modernidade em Campina Grande, desta maneira, consistiu em uma constante busca por produzir-lhe uma imagem de cidade contraposta à imagem de campo, de distanciar os elementos urbanos dos elementos rurais, a sociedade da natureza, o homem do animal, a ciência da superstição e do senso comum.

Assim, é na invenção de uma dicotomia que contrapõe cidade a campo e, desta maneira, o moderno, representativo do progresso, ao tradicional, representativo do atraso, que foi sendo produzida uma sensibilidade moderna na cidade de Campina Grande, nas primeiras décadas do século XX.

É esta leitura dicotômica da sociedade, estabelecendo a modernidade como espaço da presença dos elementos ligados ao urbano, e da tentativa de silenciamento dos aspectos rurais, que iremos abordar no próximo capítulo.

CAPÍTULO II:

Imagens do mato e da rua

– passagens da Campina rural à Campina urbana

> "Caiu do ar? destacou-se da terra? não sei; sei que um vulto imenso, uma figura de mulher me apareceu então, fitando-me uns olhos rutilantes como o sol. Tudo nessa figura tinha a vastidão das formas selváticas, e tudo escapava à compreensão do olhar humano (...); ao cabo de algum tempo, que foi breve, perguntei quem era e como se chamava: curiosidade de delírio.
> - Chama-me Natureza (...); sou tua mãe e tua inimiga. (...) Entendeste-me? (...)
> - Não, respondi; nem quero entender-te; tu és absurda, tu és uma fábula. Estou sonhando, decerto, ou, se é verdade que enlouqueci, tu não passas de uma concepção de alienado, isto é, uma cousa vã, que a razão ausente não pode reger nem palpar".
>
> *Memórias Póstumas de Brás Cubas*[1]

Epaminondas Câmara, ao descrever Campina Grande nas primeiras décadas depois de ter sido elevada à categoria de cidade, em 1864, constrói-a a partir da imagem de uma cidade simples: simples nos costumes e nas

[1] ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. 28 ed. São Paulo: Ática, 2006, pp. 26-27 [Série Bom Livro].

habitações de seus moradores, em suas festas, nas suas danças, nas músicas que aí eram executadas, nas brincadeiras, etc.[2]

Descreve-nos, assim, um quadro urbano em que se pintavam, em sua grande maioria, casas de apenas um piso, teto baixo, parede de tijolos e "pintura bizarra"; calçadas de pedra comum ou de laje mal polida; sulcos lamacentos que obrigavam as pessoas a improvisar uma ponte de madeira para atravessarem; ruas com lamas de até meio palmo de espessura, que eram alastradas por toda a cidade devido ao movimento de pedestres e de animais, estes, responsáveis por comerem parte das folhas do matagal que revestia os vários espaços desocupados; as pessoas, por sua vez, eram devotadas à religião, respeitando, por exemplo, o rito da Igreja Católica durante a Semana Santa, sendo também extremamente supersticiosas, acreditando nas diversas histórias de fantasmas, mulas e lobisomem que eram contadas, contra as quais recorriam aos céus por ajuda.

Irenêo Joffily, por sua vez, assim se referiu à fisionomia da cidade, já no final da década de 1880:

> é má a impressão de quem pela primeira vez visita Campina. Grandes espaços desocupados, ruas sem o alinhamento preciso, cheias de escavações, ocasionadas pelas águas pluviais, tal é a vista que se lhe oferece logo; com a única exceção da praça da Independência, que, com sua arborização e estabelecimentos comerciais, forma um verdadeiro contraste com as demais ruas e praças.[3]

Câmara destaca que pelas ruas da nova cidade era maior o movimento de animais que o de pessoas. Durante a semana, viam-se apenas homens do comércio, artífices, trabalhadores do eito, escolares e outros. Quando os fazendeiros precisavam resolver alguma coisa na cidade, andavam por ela montados em cavalos. Nestes espaços, raramente viam-se mulheres. Já quanto aos animais, era freqüente o trânsito deles.

> Era maior o movimento de animais que de pessoas. (...) Aqui e ali, tropas de burros encangalhados, bestas com cargas de farinha,

[2] Cf. CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande** – esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864). 3 ed. Campina Grande, PB: Caravela, 2006, especialmente o tópico "Usos e Costumes", à página 87.

[3] JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977, pp. 390-392.

> rapaduras ou frutas, jumentos carregando água ou material de construção, bois puxando lentamente carros de algodão em rama, muares com cargas de lenha, burras de sela bem arreadas, cavalos baixeiros ou meeiros esquipando em parelhas, rua abaixo, rua acima, cobrindo tudo de pó; "derruba" de gado na rua do Seridó, cabras que davam leite às crianças, ovelhas dormindo no oitão da Matriz, porcos fuçando as sarjetas e se dando ao esporte de enlamear as calçadas e os batentes, perus e galinhas ciscando o local da feira à cata de grãos de milhos.[4]

Da Campina descrita por Epaminondas Câmara e por Irenêo Joffily para a Campina do início do século XX, não parece ter havido uma mudança muito radical nessa fisionomia urbana. Ao verificarmos os jornais do século XX, encontramos ainda a presença constante dos animais perambulando pelas ruas, fossem acompanhados de humanos, servindo, por exemplo, como meios de transporte, fossem sozinhos, ajudando a "limpar" a cidade – especialmente quando o presidente do Estado demorava a visitá-la...[5]

Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, na pretensão de transformar Campina em uma cidade moderna, pretendeu-se fazer com que os animais desaparecessem das ruas da cidade, as quais eles ainda habitavam e por onde ainda perambulavam constantemente, sozinhos ou conduzidos. Além de emporcalharem as ruas de Campina, maldizendo-a, assim, no tocante à higiene e à salubridade, para o forasteiro que a visitasse, os animais passaram a ser vistos também como um perigo para as pessoas que, vivendo então num espaço urbano, precisavam cada vez mais sair de suas casas e andar pela cidade para realizar seus afazeres cotidianos. Quando pelas ruas passaram a circular carros, a partir da chegada do primeiro automóvel, em 1914[6], os animais representaram perigo ainda maior, pois havia a possibilidade de

---

[4] CÂMARA, 2006, p. 87.

[5] Confira duas notas veiculadas pelo periódico *O Campina Grande*, intituladas "Hygiene publica", em duas edições consecutivas do jornal. Na primeira, denuncia-se que a limpeza pública urbana, que deveria estar sob a supervisão de "médicos illustrados", em Campina está sob a execução de porcos "que passam o dia a limpar as ruas e a fossar as calçadas" ("Hygiene publica". **O Campina Grande**, Anno II, n. 41, edição de 15/08/1909, p. 03). Já na nota seguinte, denuncia-se novamente o estado de "completa immundicie" em que se encontrava Campina Grande, afirmando, dentre outras coisas, que "os beccos Cardoso Vieira e Açougue causam nauseas a qualquer transeunte" e que as ruas só são limpas "quando alguem faz correr o boato de uma visita do governador do Estado". Para o autor da nota, tal situação diz mal dos costumes dos campinenses, "dizimando a nossa população, nos pondo emfim fora do contacto progressivo e evolucional, das cidades cultas" ("Hygiene publica". **O Campina Grande**, Anno II, n. 42, edição de 22/08/1909, p. 01).

[6] Cf. SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese histórica de Campina Grande**, 1670-1963. João Pessoa, PB: Grafset, 2005, p.116.

atropelamentos, como o que não raramente aconteceu contra os próprios seres humanos que ainda não haviam se habituado à velocidade das máquinas dos tempos modernos.

A introdução do automóvel significou no cotidiano dos moradores uma nova redistribuição espacial urbana: as ruas, até então espaços de circulação e sociabilidade dos homens, passaram a pertencer aos automóveis que por elas desfilavam representando a velocidade do mundo moderno; aos homens, restaram as margens das ruas, as calçadas. As violações a essa nova gramática espacial urbana poderiam ocasionar acidentes por vezes fatais, como o que vitimou, por exemplo, o senhor Diogo Dias da Costa[7].

Mas não apenas por coices e atropelamentos os animais representavam perigo para os moradores da cidade. Eles precisaram ser afastados dos olhares cotidianos no sentido de que se pretendeu construir a cidade moderna a partir de espaços de circulação esquadrinhados, delimitando a atuação de cada um que a habitasse. Aos automóveis pertenciam as ruas, e aos pedestres pertenciam as calçadas. Apenas nestes espaços é que cada um deveria circular. Os animais não deveriam, portanto, circular por nenhum dos dois, já devidamente ocupados pelos pedestres e pelos carros. Deveriam, desta maneira, simplesmente deixar de ser vistos perambulando pela cidade, fosse em suas ruas, para que não colidissem com os automóveis, fosse em suas calçadas, a fim de evitar choques contra os humanos. Só assim, poderiam ser evitados os coices e os esbarrões contra cavalos, como os ocorridos, por

[7] Lino Gomes destaca a morte do senhor Diogo Dias da Costa, escrivão de órfãos e filho do tenente-coronel José Dias Precipício da Costa, no dia 22 de Setembro de 1922, vítima de atropelamento de automóvel (SILVA FILHO, 2005, p. 126). Para maiores discussões sobre como a rua é ressignificada para ser agora o espaço do trânsito de veículos, e não mais o trânsito de pessoas, cf. BERMAN, Marshall. “Baudelaire: o modernismo nas ruas”. In: **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 127-165; e SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. O corpo e a cidade na civilização Ocidental [trad. Marcos Aarão Reis]. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

exemplo, contra uma criança de dez anos em frente à farmácia do Dr. Chatô[8] e com o senhor Belizio Raposo[9], ambos em 1909.

Na prática, entretanto, pedestres e animais continuavam se misturando pelas calçadas e também pelas ruas, dividindo-as com os automóveis, fugindo à normatização que pretendeu esquadrinhar os espaços de circulação correspondentes a cada um.

O perigo maior contra a pretensão de modernidade pretendida em Campina estava, por outro lado, justamente no caráter simbólico que isto representava: a mistura de pessoas e animais. O mundo moderno, calcado no uso da razão iluminista e na tentativa de separação dos opostos, pretendeu distanciar a racionalidade da irracionalidade, entendendo, com isto, que o homem, como ser racional, deveria gerir sua vida segundo este elemento, nunca se permitindo agir contra a razão, de maneira irracional, passional, emotiva. Quando movido por seus instintos ou suas paixões, e não pela razão, o homem estaria se reaproximando de seu passado selvagem, de sua fase não-racional, "pré-científica", estaria ele caminhando contra o progresso, contra a civilização e a modernidade buscada.

Agir racionalmente foi o que permitiu ao homem construir a civilização e o mundo moderno, foi o que permitiu agir contra a natureza, dominá-la, colonizá-la, distanciar-se dos seres despossuídos de racionalidade. Agir irracionalmente, por outro lado, era o que levava o homem a regredir, a negar a civilização, a aproximar-se cada vez mais de seu passado distante, em que agia segundo instintos naturais; era o que levava, portanto, o homem a não se distanciar mais dos animais: aliás, era o que o fazia novamente comparável a um animal. Daí aqueles que praticavam atos nomeados pelos enunciados

[8] A notícia, veiculada pelo jornal *O Campina Grande*, trata de uma criança que havia levado um coice de um cavalo quando passava em frente à Farmácia do Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo. "ANTE-HONTEM quando passava defronte a Pharmacia Azevedo, uma creança de 10 annos de idade, teve a infelicidade de ser alvejado pelas patas de um cavallo, que a estupidez destes matutos faz collocar até mesmo acima das calçadas./ A creança que prostrou-se longo tempo sem falla, já está salva" ("Da carteira do repórter". **O Campina Grande**, Anno II, n. 33, edição de 06/06/1909, p. 04).

[9] Trata de um acidente ocorrido com o senhor Belizio Raposo, quase esmagado pelo bolieiro de uma carroça. "Atirados com estupidez os cavallos para o pobre homem, este cahiu por terra deitando sangue, emquanto a carroça seguia sua marcha de triumpho" ("A carroça cinzenta". **O Campina Grande**, Anno II, n. 41, edição de 15/08/1909, p. 03).

modernizantes como não-racionais, tais como os mendigos[10], os loucos[11], os criminosos[12], etc., ou que de alguma maneira agiam contra alguns elementos do moderno, serem constantemente comparados a animais.

A animalidade consistia em um perigo constante nessa sociedade que se queria regida pela razão e não pela emoção. As paixões humanas, segundo uma reportagem de 1909, escrita por José Peixoto, eram "vorazes como leões famintos" e tinham poder de ir "dominando o espirito humano, numa furia (...) de tudo perverter, anniquilando tudo"[13].

O leitor deve lembrar-se do senhor Peixoto. Trata-se do mesmo redator que qualificou o sertanejo como "caboclo tostado de sol" no primeiro capítulo deste texto. Pois bem, aqui, podemos recuperar ainda algumas metáforas usadas por ele para se referir ao mesmo sertanejo, ligando este ao mundo

[10] Os jornais do período trazem denúncias de que mendigos espalhados pelas cidades, além de serem responsabilizados pela proliferação de doenças e pelo aspecto sujo e insalubre do ambiente urbano, ainda insultavam os cidadãos quando não conseguiam esmola dos mesmos (Cf. "A cidade e os mendigos". *A União*, edição de 13/04/1934). Em 1931, uma comissão apoiada pelo então prefeito de Campina Grande, o Sr. Lafayette Cavalcante, tentou angariar fundos dos comerciantes a fim de coordenar um "socorro" aos mendigos, o que representava a construção de um espaço específico onde eles pudessem habitar, o que parece não ter surtido muito efeito ("Socorro aos mendigos". *Brasil Novo*, edição de 01/04/1931). No mesmo ano, foi inaugurado, pela Sociedade Beneficente Deus e Caridade, o Asilo de Mendicidade Deus e Caridade São Vicente de Paulo, à rua do Açude Velho (atual Paulo de Frontin), um asilo de recolhimento de mendigos e idosos desamparados (Para mais detalhes, cf. AGRA, Giscard F. **A urbs doente medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935. Campina Grande, PB: Gráfica Marcone, 2006).

[11] Como, por exemplo, Camillo, em 1909, Vicência, em 1934, e a "Rainha Joana", provavelmente na década de 1940, três "loucos" de Campina Grande que as fontes pesquisadas nos apresentaram (Cf. AGRA, 2006; a seção "Acto de caridade", veiculada pelo jornal *O Campina Grande* em edições esporádicas entre fevereiro e maio de 1909; "O que vai pelo interior". **A União**, edição de 09/09/1934; PIMENTEL, Cristino. **Pedaços da história de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Livraria Pedrosa, 1958, pp. 155-162). Em 1931, o Brasil Novo conta-nos de três loucos que perambulavam pela cidade e que eram taxados pelas pessoas por nomes como, por exemplo, "macaca oca" ("Com vistas à polícia". *Brasil Novo*, edição de 04/07/1931).

[12] Já nos referimos, por exemplo, aos dois sujeitos que estupraram uma menina na cidade de Itabaiana, em fevereiro de 1909, taxados pelo jornalista como "gorillas crueis", que, por terem cometido tal ato demonstrativo de sua "selvageria primitiva", eram "indignos dos tempos em que vivem e do espaço que ocupam na Terra" ("A la minute". **O Campina Grande**, Anno II, n. 17, edição de 14/02/1909, p. 03); à ação de outro estuprador, desta vez atuando em Pombal contra uma menina de dez anos, o jornalista refere-se ao ato tendo sido cometido à "semelhança de uma fera sanguinária" ("Pombal". **O Campina Grande**, Anno II, n. 40, edição de 08/08/1909, p. 03); a um tal José Teixeira do Carmo, que vivia amasiado com suas próprias filhas, em Uberaba, diz tratar-se de um sujeito de "bestial libidinagem" ("Redacção". O Campina Grande, Anno II, n. 43, edição de 29/08/1909, p. 03); aos agressores do jornalista Protásio Sá, armados de revólveres, diz-se que "querem fazer desta terra um burgo de selvagens e pôdres" e que seus atos assemelhavam-se aos de um "tigre na jaula" ("Aggredidos!!!" . **O Campina Grande**, Anno II, n. 40, edição de 08/08/1909, p. 01).

[13] "Idéas minhas". **O Campina Grande**, Anno II, n. 18, edição de 21/02/1909, p. 02.

natural e animal, além do adjetivo “ser humano semi-selvagem”, o qual já analisamos naquela oportunidade.

Na sua seção semanal publicada pelo jornal *O Campina Grande*, José Peixoto noticiou com alegria a chegada do inverno e, com isto, o retorno dos sertanejos – a quem chama de “filhos das montanhas” –, que estavam em Campina devido às intempéries do clima de suas regiões, para suas localidades de origem. Peixoto comparou-os, assim, a “aves de arribação” por terem migrado das “longiquas plagas sertanejas” para virem “buscar noutras paragens mais propicias o recurso que lhes fallecia alli”[14].

A comparação do agir não-racional à animalidade é constantemente explorada pelos cronistas e redatores das primeiras décadas do século XX em Campina Grande. Sobre um tal sujeito da meteorologia, por exemplo, aparentemente por utilizar-se de diversos elementos poéticos para tratar de um assunto científico, diz-se nunca se ter visto tanta “asneira” de uma vez[15]; sobre a chegada de um tal “Club do Rasga” à cidade, que ficou aquartelado no antigo prédio da Mesa de Rendas, diz-se ser composto por uma troça de “macacos immundos e imoraes” tanto quanto os “arangotangos” que os comandam[16]; a Severiano Correia D’Araújo restam os qualificativos de “pedaço de asno”, “poltrão” e “abjecto animal”, devido a algumas rixas que aparentemente estavam ocorrendo entre ele e os redatores de *O Campina Grande*, Protásio Sá e Gilberto Leite[17]; ao presenciar um grupo de bêbados à tardinha fazendo barulho numa praça, um sujeito, assinando como “um campinense”, diz ter se sentido transportado ao “muzeu zoológico do Rio de Janeiro”[18]. Não nos esqueçamos, ainda, do senhor Arlindo Corrêa da Silva, o jornalista, um “asno” pelo discurso do Dr. Diógenes Miranda no embate sobre o leite em 1935...

A mistura, portanto, de humanos com animais, fosse física, quando dividiam os mesmos espaços de circulação, fosse simbólica, quando compartilhavam atitudes irracionais, era perigosa para as pretensões de construir Campina Grande como uma cidade moderna. Necessário, portanto,

[14] “Idéas minhas VI”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 24, edição de 04/04/1909, p. 02.
[15] “Dialogo”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 17, edição de 14/02/1909, p. 04.
[16] “Troça de macacos”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 26, edição de 18/04/1909, p. 04.
[17] “Carta Aberta – caso Severiano”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 22, edição de 21/03/1909, p. 04.
[18] “Alcoolismo”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 40, edição de 08/08/1909, p. 02.

fazia-se destilar, purificar, separar racionalidade de irracionalidade – ainda mais quando a irracionalidade viesse justamente de quem se esperava a racionalidade – numa pretensão de isolar esses corpos para que não contaminassem o homem moderno.

Assim, para os animais, naturais ou "sociais", currais com cercas: para os loucos, os asilos de alienados[19]; para os mendigos, os asilos de mendicidade[20]; para os criminosos, a prisão[21]. Estes sujeitos, portanto, eram vistos como homens que haviam sido dominados pela irracionalidade, representada pela primazia de seus corpos sobre seus cérebros. Sujeitos que representavam a própria negação do projeto de civilização baseado no uso da razão pretendido para as cidades. Seres submetidos à natureza, vista como influência nociva, pois contraposta à ciência.

Distanciar-se cada vez mais da natureza e da influência desta sobre o homem, portanto, era necessário para a Campina do início do século XX pretendida como cidade moderna. Esta tentativa de oposição radical entre civilização e natureza aparecerá tanto no olhar lançado aos elementos simbolizados por um e por outro – configurando-se, assim, na prevalência do olhar moderno que inventa a cidade como espaço da vida, da agitação, da velocidade e da ciência, e o campo como espaço da lentidão, do atraso e das superstições –, quanto em diversos outros setores da sociedade, da política partidária aos hábitos alimentares do povo.

---

[19] Na Paraíba, o primeiro asilo de alienados foi construído na capital, a Parahyba do Norte, em 1928, o *Hospital de Alienados Juliano Moreira*. Antes dele, recorria-se à cidade do Recife, que já possuía o *Hospício de Visitação de Santa Isabel*, posteriormente, Hospício de Alienados da Tamarineira, atual Hospital Ulysses Pernambucano, desde 1864 (cf. MEDEIROS, Tácito. Psiquiatria e Nordeste: um olhar sobre a história. **Revista Brasileira de Psiquiatria** [online]. Julho/Setembro 1999, vol. 21, n. 03. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php ?script=sciarttext&pid=S1516-44461999000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2005).

[20] Sobre as tentativas de retirar os mendigos das ruas da Parahyba do Norte e de Campina Grande, cf. AGRA, 2006.

[21] Os criminosos, como sujeitos não movidos pela razão, são vistos como indignos de viverem numa sociedade que se queria pautada nas verdades científicas e, portanto, deveriam ser isolados dessa sociedade. Esse discurso pode ser encontrado, por exemplo, na notícia veiculada pelo jornal *O Campina Grande* quando da agressão de seu diretor, Protásio Sá, vítima de dois sujeitos armados de revólveres. "Depois que a sciencia se difundiu pelos recantos mais afastados dos centros cultos, a valentia das esquinas longe de recommendar os homens na sociedade passou a ser o estigma denunciante de sua necessária expulsão" (Aggredidos!!!" . **O Campina Grande**, Anno II, n. 40, edição de 08/08/1909, p. 01).

A racionalidade e a ordem deveriam, assim, ser estabelecidas pela ciência em detrimento da irracionalidade e da desordem do mundo natural. Era necessário, portanto, fazer prevalecer o discurso da ciência, os elementos do moderno, e apagar os sinais que fossem ligados a elementos do atraso. Desta maneira, o mundo moderno estabeleceu essa dicotomia, elegendo como espaço de atuação, como lócus privilegiado, o urbano, a cidade, por representar o espaço de produção humana e científica, e elegendo, por outro lado, o rural, o campo, que representava a natureza da qual a ciência e o homem moderno precisariam se afastar, como espaço do atraso, do caos, do irracional.

Com a modernidade, portanto, relações entre homem e natureza que existiam há séculos foram paulatinamente sendo quebradas para dar lugar a outros vínculos, não mais com a natureza, mas com a artificialidade da ciência moderna. O mundo natural, desta maneira, foi se transformando em um estranho para o homem de ciência que parecia querer ignorar a própria existência de uma realidade fora do ambiente científico, de uma realidade não manipulável, de uma realidade espontânea[22].

O mundo moderno foi, desta maneira, inventando categorias de operacionalização do cotidiano que não mais se ligassem ao meio natural. Assim, a dependência humana da luz natural, sua orientação temporal pela posição ocupada pelo Sol, o transporte por meio de carros a tração animal e o trabalho na agricultura foram sendo substituídos pela luz elétrica, pelo tempo abstrato medido pelo relógio, pelo transporte por trens e carros e pelo trabalho nas indústrias e no comércio, etc. Neste mesmo sentido, conforme estudaremos no terceiro capítulo, as diversas tradições das medicinas populares, que estabeleciam uma necessária ligação entre os corpos doentes e os elementos da natureza, como plantas medicinais, chás, ervas, sangrias, etc., foram sendo substituídas pela medicina científica alopática, exercida em hospitais e clínicas e tendo por profilaxia e terapêutica a posologia de soluções químicas laboratorialmente produzidas segundo a ciência farmacológica.

---

[22] Cf. LATOUR, Bruno. "'Você acredita na realidade?' – notícias das trincheiras das Guerras na Ciência". In: **A esperança de Pandora**. [trad. Gilson César Cardoso de Sousa] Bauru, SP: EDUSC, 2001, pp. 13-38 (Coleção Filosofia e Política).

Portanto, cidade e campo, urbano e rural, ciência e natureza: eis as dicotomias inventadas pela modernidade e que permearão a leitura da cidade de Campina Grande nas primeiras décadas do século XX que faremos neste capítulo. Em Campina, essa oposição aparece, no século XIX, sob a categorização antagônica de “rua” e “mato”.

> Com efeito, ‘rua’ é qualquer aglomerado de casas onde periodicamente as pessoas se encontram com o objetivo de trocar suas mercadorias, ouvir as novidades ou, simplesmente, ‘prosar’. Por outro lado, o ‘mato’ é um espaço econômico de produção, consiste naquilo que se poderia denominar zona rural, como, aliás, o faz Epaminondas Câmara.[23]

Na leitura de Rômulo de Araújo Lima, as categorias de “urbano” e “rural” não eram comumente usadas pelos nortistas para se referirem aos espaços ocupados por eles, mas referiam-se a tais espaços a partir dessa outra oposição, a de “rua” e “mato”, considerando que “‘rua’ nada mais era do que um aglomerado disforme de casas de taipa entregues aos aventureiros que nela pousavam”[24].

Epaminondas Câmara destaca, por sua vez, que a oposição entre “rua” e “mato” não se dava apenas territorialmente, mas implicava diretamente na construção de um olhar diferenciado sobre os moradores de cada um destes espaços.

Neste sentido, Câmara afirma que até por volta de 1860, a vila de Campina Grande consistia em um “agregado de casinhas mal construídas, de aspecto triste, habitadas por gente humilde e semi-analfabeta, com uma vida social rotineira, de bate-papos e cochichos, de muito jogo de azar e pouca instrução”[25]. Essa “gente humilde e semi-analfabeta” que habitava a vila, por sua vez, era mal vista pelos moradores do “mato”, ou seja, os moradores das fazendas que freqüentavam a “rua” apenas em “casos de necessidade”[26].

---

[23] LIMA, Rômulo de Araújo. “A burguesia comercial em Campina Grande”. **Grão**. Publicação do curso de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFPB. Ano 1, n. 3, julho/agosto de 1985, p. 86.
[24] Ibid., p 86.
[25] CÂMARA, 2006, p. 74.
[26] Ibid., p. 76.

> A vila abandonada pelos fazendeiros, com moradores pobres e alguns "antigos" pouco radicais, era, antes de 1860, um desprezível ponto de intercessão que, na opinião dos homens do campo, servia apenas para se comprar algumas bugigangas e se ouvir, vez por outra, os ofícios divinos.[27]

Os fazendeiros orgulhavam-se, assim, em morar no "mato", segundo nos informa Câmara. Para moradia, era preferível a fazenda à vila. Para justificar esta afirmativa, o autor nos descreve o cotidiano de uma e de outra, traçando um quadro de inocência e pureza do mato e de sua gente, e desenhando um quadro de perda dos valores tradicionais da rua e de quem nela habitasse.

> [No mato,] A abastança, a vida ao ar livre, o ingênuo primitivismo de certos costumes, as danças, os brinquedos de prendas, as novenas, as procissões, as pescarias, o queijo fresco, as apartações, a umbuzada, a cangicada, a coalhada, o requeijão, o mel de abelha, a panelada etc., etc., tudo se fazia num ambiente deleitável, num ambiente de pureza e de ternura, de simplicidade e de inocência.
> E quem estivesse ali não se lembrava da vila, dos seus folguedos populares tão desorganizados, como os debochados entrudos, as imundas cambindas, os apimentados pastoris, as rouquenhas lapinhas, as estúpidas cavalhadas, as descompassadas serenatas.[28]

Epaminondas Câmara ratifica, portanto, na sua oposição "mato" e "rua", um olhar já cristalizado e generalizado sobre o campo e a cidade, historicamente construído, conforme observado por Raymond Williams. Esse olhar lançado sobre o campo atribuiu-lhe uma "forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples", enquanto à cidade atribuiu-se o lugar de "barulho, mundanidade e ambição"[29].

Assim, o autor contrapõe o "mato" à "rua" e, desta maneira, os moradores do mato – os fazendeiros, os "matutos" – aos moradores da rua – "cafajestes, 'ponta-limpa', mascates 'pé de poeira'"[30] –, tecendo uma análise segundo a qual o lugar de morada determinaria o comportamento e o caráter de cada um.

---

[27] CÂMARA, 2006, p. 79.
[28] Ibid., p. 80.
[29] WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura** [trad. Paulo Henrique Britto]. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 11-12.
[30] CÂMARA, op. cit., p. 79.

Essa oposição inventada por Câmara na sua construção de uma história de Campina Grande no final do século XIX, entre moradores da "rua" e moradores do "mato", leva-o ainda a nomear aqueles que, por ele colocados nesses lugares, exerciam poder político naquela sociedade. Assim, nomeia os moradores do "mato" de "burguesia rural", enquanto os moradores da "rua" de "burguesia urbana". Essa divisão, segundo ele, leva em consideração vários fatores, como a profissão, o credo político e o espaço de moradia dos mesmos. A nosso ver, entretanto, para Câmara nenhum desses fatores é tão preponderante para a classificação de um sujeito em um ou outro grupo "burguês" como aquele que diz respeito à tradição familiar do mesmo.

Ao classificar Campina e os seus moradores dessa maneira, esse autor constrói a cidade como uma sociedade praticamente encerrada em castas, sem possibilidade de locomoção de um grupo para outro. A ligação tradicional à terra, elemento determinante para a classificação de um sujeito em uma ou outra categoria, era possibilitada, por sua vez, pelo nome de família que cada um levava consigo. Assim, todo sujeito descendente de alguma família tradicional da região, filho de fazendeiros, mesmo que ele próprio não fosse dado à vida no "mato" e freqüentasse as faculdades já existentes em cidades maiores, como Recife, Rio de Janeiro ou Salvador, era enquadrado, nesta visão, na "burguesia rural". Como exemplos destes, temos o coronel João Lourenço Porto, o bacharel Irenêo Joffily, os senhores Honorato da Costa Agra, João Tavares de Melo Cavalcanti, Pedro Américo de Almeida e o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo.

Por sua vez, mesmo que um sujeito já fosse morador de Campina há décadas e possuísse fazendas e grandes propriedades no "mato" – como os "coronéis" Alexandrino Cavalcanti, pernambucano que havia chegado a Campina na década de 1850[31], e Cristiano Lauritzen, "o gringo", como era pejorativamente conhecido[32], dinamarquês morador de Campina Grande desde

[31] Cristino Pimentel data de 1850, enquanto que o *Memorial urbano* data de 1858 (PIMENTEL, Cristino. **Mais um mergulho na história campinense**. Campina Grande, PB: Caravela, 2001, p. 102; **Memorial urbano de Campina Grande**. Campina Grande, PB: A União, 1996, p. 32).

[32] PIMENTEL, op. cit., p. 102.

1880 –, por não ser filho de uma "família tradicional", ele ainda seria considerado como "burguesia urbana".

O nome de família, portanto, é o elemento que determina a análise de Epaminondas Câmara da situação política e social de Campina nos últimos anos do século XIX. Tudo o mais eram conseqüências diretas dessa ligação familiar. As famílias antigas da região, assim, representavam a tradição, e esta tradição determinava necessariamente o espaço de moradia dos sujeitos ligados a ela, bem como a atividade econômica, a atuação política e a vinculação partidária dos mesmos. A "burguesia rural", assim, consistia em descendentes das famílias tradicionais, que deviam, desta maneira, ser fazendeiros moradores do "mato", viver da agricultura e da pecuária e, quando atuando na política, ser filiados ao Partido Liberal. Por sua vez, a "burguesia urbana" era composta de pessoas não vinculadas às famílias antigas da região, devendo, assim, ser forasteiros que viviam do comércio de mercadorias na área urbana da cidade e filiados ao Partido Conservador[33].

Para além do mundo da política, esses sujeitos muitas vezes acabavam estabelecendo relações pessoais apenas entre os elementos de seu próprio grupo e evitando aqueles de fora. A atuação política daquele final de século, segundo nos descreve Evaldo Gonçalves, implicava diretamente no estabelecimento ou não de relações pessoais entre aqueles sujeitos. "Não era possível dissociar a ação política da pessoa que a exercitava. As fronteiras entre governo e oposição eram bem delimitadas. Não se admitia a convivência

[33] O autor chama atenção para essa postura aparentemente contraditória das elites campinenses, posto que aqueles sujeitos de famílias antigas, ligados diretamente à terra, assumiam uma atitude liberal, enquanto que os forasteiros que trabalhavam no comércio e não tinham vinculação com a terra, assumiam uma atitude conservadora (CÂMARA, 2006, p. 82). Trata-se, provavelmente, de mais uma adaptação de idéias estrangeiras às especificidades locais, onde ideologias acabam sendo apropriadas de maneiras as mais diversas possíveis, tomando pequenos recortes e fundamentando as posições políticas nestes extratos. Talvez em Campina os liberais fossem justamente os descendentes dos antigos fazendeiros, e não os forasteiros que trabalhavam no comércio, devido à defesa exacerbada dos privilégios da propriedade privada prevista pelo liberalismo político e econômico. Sendo assim, seguindo esta lógica, os descendentes das antigas famílias poderiam ter assumido essa postura liberal no intuito de defender os seus direitos de decidirem sobre os rumos da cidade baseando-se na tradição de suas famílias (Cf. CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990).

pacífica dos contrários. Ou tudo, ou nada"[34]. Assim, adversários políticos tornavam-se também inimigos pessoais, e aliados políticos estreitavam laços na vida social e familiar. Isto foi o que aconteceu, por exemplo, entre os dois principais representantes do Partido Conservador em Campina: em 1883, Cristiano Lauritzen casou-se com uma das filhas de Alexandrino Cavalcanti, tornando-se, logo em seguida, sócio do estabelecimento comercial deste último, um armarinho de nome "Casa Inglesa". Do outro lado, no grupo das famílias tradicionais, o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo contraiu núpcias com a senhorita Amanda, sobrinha do coronel João Lourenço Porto; e, já no final do século XIX, o coronel Salvino Figueiredo, filho do capitão João Rodrigues de Souza Figueiredo, casou-se duas vezes com filhas de membros de seu Partido: na primeira, com uma filha do coronel Honorato da Costa Agra, e na segunda, com a filha do Dr. Bento Viana, Luiza Viana, relacionamento do qual nasceu o Sr. Argemiro Figueiredo[35].

Câmara, desta maneira, constrói Campina Grande como um espaço habitado por esses dois grandes grupos estanques, opostos e rivais, política e socialmente. A leitura que ele realiza, entretanto, apesar de estar especificamente tratando da renovação urbana pela qual a Vila Nova da Rainha passou depois de ser elevada à categoria de cidade de Campina Grande, em 1864, é uma leitura que valoriza mais a vida e o morador do "mato" em detrimento da vida e do morador da "rua".

Estabelece, assim, que a visão sobre a vila era pejorativa até pelo menos a década de 1860, sendo o mato o espaço privilegiado de moradia e de observação dos "valores tradicionais", enquanto a rua consistia apenas em espaço para trocas comerciais, administração política e subversão daqueles valores. Esta imagem sobre o espaço da rua, ainda conforme o autor, só iria mudar depois daquela década, quando a influência dos bacharéis que aí passaram a habitar paulatinamente foi mudando a "má impressão" da rua e, com cada vez mais forasteiros chegando para trabalhar no comércio – e alguns enveredando pela política –, os fazendeiros voltaram o olhar e os investimentos

[34] GONÇALVES, Evaldo. "Affonso Campos e Campina Grande na Primeira República". In: CAMPOS, Aluízio Afonso (org.) **Affonso Campos** – um contemporâneo do futuro. Brasília, 1990, p. 271.
[35] CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande, PB: Caravela, 1998, p. 78.

para Campina a fim de não perderem os lugares de poder que haviam aí construído ou herdado.

Assim, ao lermos Epaminondas Câmara, entramos em contato com uma Campina Grande que estava passando por modificações sociais, culturais e econômicas, mas que, apesar disto, esta "renovação urbana" não representou necessariamente o "progresso" rumo à civilização, tal como pretendido pelos discursos modernizantes. Isto porque este autor valora negativamente os impactos que tal renovação urbana teve sobre os hábitos e os costumes do povo de Campina Grande, como na música, nas danças, nas brincadeiras, etc. Assim afirma Câmara sobre os valores dos fazendeiros, a quem chama de "matutos", sem a conotação pejorativa a que iria se ligar tal termo no século XX: "o matuto, em que pese a natural ojeriza às inovações dos centros mais civilizados, possuía qualidades de organização e compostura moral em grau mais acentuado que os moradores da 'rua'"[36].

Desta maneira, ao estudar como a imagem do urbano foi sendo modificada ao longo das últimas décadas do século XIX, propiciando que, com o advento do século XX, a "rua" se tornasse o primado da vida campinense, superando o campo em moradias e atividades econômicas, políticas e sociais, Câmara o faz dando especial destaque à ação dos fazendeiros que, influenciados pelos bacharéis, passaram a investir economicamente na cidade e propiciaram-lhe um aspecto renovado, possibilitando-lhe o desenvolvimento comercial e urbano. Ou seja, mesmo quando tratando da renovação urbana de Campina, Epaminondas Câmara atribui isto à ação do que ele chamou de "burguesia rural".

A análise de Câmara, desta maneira, apóia-se na valorização do papel dos fazendeiros para a história de Campina Grande, propiciando uma vida "pura" no "mato" e depois sendo responsáveis pelo desenvolvimento de Campina como uma cidade. Apóia-se, assim, numa visão idealizada dos valores tradicionais, que ele considera serem o sangue, o vínculo familiar e a ligação com a terra. Apenas os fazendeiros teriam essa ligação, apenas eles estariam ligados histórica e consanguineamente a Campina Grande, poderiam se orgulhar por serem "descendentes dos Oliveira Lêdo", enquanto os que

[36] CÂMARA, 2006, p. 80.

ocupavam a rua seriam “gentinha”, “forasteiros”, “pés de poeira que nada tinham de que orgulhar-se senão a posse de um ponto comercial e algumas patacas guardadas lá no fundo do baú”[37].

A valorização da tradição que lemos ao estabelecermos contato com os escritos de Epaminondas Câmara é informada pelo próprio lugar que o autor ocupa na sociedade de Campina Grande. Nascido em Esperança, em 1900, formou-se técnico em Contabilidade, vindo morar em Campina em 1920 ou 1921[38]. Trabalhou no escritório de um tal senhor Joaquim Azevedo e, logo depois, com o Sr. Virgílio Maracajá, na firma compradora de algodão deste, até o ano de 1929, quando ingressou no Banco Auxiliar do Povo, onde trabalhou até 1940[39]. Cristino Pimentel nos informa que “saiu do Banco Auxiliar do Povo com diminutas economias, quando reconheceu que a velhice lhe ameaçava os calcanhares sem nenhuma garantia para os dias futuros”[40]. Sua primeira contribuição para a história de Campina Grande, *Os Alicerces de Campina Grande*, data de 1943, portanto, quando já estava sem trabalhar e com poucos recursos monetários.

Essa situação de pobreza financeira pela qual Câmara deveria estar passando, quando o lemos por Cristino Pimentel, deve tê-lo levado à decisão de escrever sobre a história de Campina Grande, sobre a qual já vinha lendo desde há tempos. Nisto, construiu uma história da cidade buscando um tempo anterior de um passado glorioso, estabelecendo um lugar para si próprio, um lugar que, na década de 1940, quando produzia tal narrativa, ele não mais ocupava. Este lugar, esta época de ouro consistia nas primeiras décadas pós-municipalização, décadas em que as elites agrárias ainda detinham em suas mãos o poder sobre a cidade. Assim, Câmara foi ao passado para construir uma vida que se dava nas fazendas, no “mato”, de maneira “pura”, “inocente”, de “compostura moral mais elevada” do que na “rua”. E, desta maneira, buscou também, através da formulação dos dois grupos estanques com os quais

[37] LIMA, 1985, p. 88.
[38] As datas fornecidas pelo *Memorial Urbano de Campina Grande* e por Cristino Pimentel, portanto, não coincidem (*Memorial Urbano de Campina Grande*, 1996, p. 88 e PIMENTEL, 2001, p. 39).
[39] PIMENTEL, op. cit., p. 39.
[40] Ibid, p. 39.

trabalha, “burguesia rural” e “burguesia urbana”, a retomada de um lugar para si próprio na história de Campina.

Ao inventar e contrapor esses grupos com base na tradição familiar, enfatizando que a vida rural se dava de maneira “pura” e que a cidade só veio a se urbanizar devido às ações dos fazendeiros estimulados pelos bacharéis – estes, geralmente, filhos daqueles, pois eram os fazendeiros que tinham condições financeiras para enviar os seus filhos às faculdades dos outros estados –, Câmara estabelece um lugar para si próprio, uma história que o coloca como herdeiro dessa tradição familiar das elites agrárias que seriam as verdadeiras propiciadoras do desenvolvimento de Campina, desde a sua fundação até a sua urbanização.

Isto porque Câmara era filho de Horácio de Arruda Câmara e Idalgina Sobreira Câmara, descendente da família Arruda Câmara, que assentara moradia na Parahyba há algumas gerações. Traçando um rápido perfil genealógico, pudemos alcançar o nome do Capitão-Mor Francisco Arruda Câmara, que viveu na província paraibana no século XVIII. Sobre ele, não temos muitas informações, sabendo apenas que foi o pai do senhor Arruda Câmara, este, nascido em 1752, em Pombal, e falecido em 1812. Ainda sobre este, sabemos que estudou em Portugal e na França, fixando residência na província pernambucana onde passou a exercer as artes médicas, especialmente estudando a botânica, o que levou o cientista Saint-Hilaire a batizar uma planta com o seu nome – arruda, uma planta altamente tóxica, abortiva, que causa hemorragias internas, confusão mental, convulsões e dores violentas do intestino.

Encontramos ainda referências, já no final do século XIX, a dois sujeitos de nome Eufrásio Câmara, pai e filho, descendentes daquele Capitão-Mor do século XVIII. O pai foi senhor de engenho da Serra das Cabaças, com propriedades em Cajá, Sapé e Mulungu, tendo sido assassinado em Ingá no ano de 1877. O filho herdou do pai o *status* de fazendeiro, tornando-se também coronel da política. Casou-se com Maria América, filha do professor Clementino Procópio – de quem o leitor ainda ouvirá falar por ter sido o doador do terreno onde, na década de 1920, a Loja Maçônica Regeneração Campinense iria dar início à construção do Hospital Pedro I, como veremos no próximo capítulo – e

irmã de Severino Procópio. E parece também ter herdado em seu sangue os atributos da planta que leva seu nome, tendo assassinado a tiros, na véspera de Natal, em Matinhas, no ano de 1892, o então presidente do Concelho de Intendência de Campina Grande, José André Pereira de Albuquerque, cunhado de João Lourenço Porto, chefe do Partido Liberal campinense. Apesar de não conseguimos localizar nenhum processo criminal em que o Sr. Eufrásio Câmara, o filho, tenha respondido judicialmente por este ato, parece-nos que seu crime não ficou impune, tendo ele respondido pelo assassinato pouco mais de três décadas depois, em 1925, pelas vias da autotutela, quando, também em Matinhas, foi morto por Afonso André, provavelmente filho do Sr. José André, "por vingança"[41].

Epaminondas Câmara, portanto, ligava-se a uma família cuja ocupação no território paraibano nos remete pelo menos até o século XVIII. Desta maneira, ao inventar as duas categorias de burguesia, a "rural" e a "urbana", elegendo como elemento caracterizador mais importante o sangüíneo, e não a posse de terras, o trabalho no comércio ou o espaço de moradia, o autor encerra, assim, em cada grupo desses, determinadas famílias que passariam aos seus herdeiros – e apenas a eles – o *status* de famílias tradicionais, históricas, lugar que não poderia ser ocupado por qualquer outro sujeito que não viesse do seio desses grupos. É por isso que os conceitos de "burguesia rural" e "burguesia urbana" aparecem em Câmara tais como castas, sem possibilidades de locomoção de uma a outra por sujeitos que adquirissem terras e virassem "coronéis" na região, como Alexandrino Cavalcanti e Cristiano Lauritzen, por exemplo, que aparecem na obra de Câmara sempre ligados às elites "urbanas"[42].

Esse autor, entretanto, abre uma exceção à determinação pelo fator sangüíneo, colocando um sujeito de família tradicional vinculado ao Partido Conservador devido ao "credo político". Mas mesmo isto faz de maneira

[41] Cf. *Memorial urbano de Campina Grande*, 1996; CÂMARA, 1998; "Arruda". **O portal do Brasil**. Disponível em: <http://www.achetudoeregiao.com.br/ANIMAIS/arruda.htm>. Acesso em: 12 fev. 2008

[42] Oswaldo Melo, por exemplo, lança um outro olhar sobre a mesma sociedade, elegendo a posse de grandes propriedades rurais e o tempo de moradia na localidade como elementos caracterizadores dessa tradição, enunciando, assim, o coronel Alexandrino Cavalcanti como pertencente a uma família tradicional (MELO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. "Trajetória jurídico-política". In: CAMPOS, 1990, p. 140-141).

interessada. Trata-se do Sr. Manoel de Arruda Câmara que, apesar de pertencer à família Arruda Câmara, a mesma do autor, é citado por Epaminondas como pertencente à elite social conservadora[43]. Agindo assim, ele produz a história de Campina como a história de sua própria família, estabelecendo antepassados seus em todos os grupos que construíram a cidade e que de sua história fizeram parte, legitimando, desta maneira, o seu lugar e o seu papel como o "pai da história campinense"[44].

> Dum e doutro grupo, porque a ambos pertenço, sinto-me à vontade para falar do modo insuspeito, com inteiro conhecimento de causa. Não sou campinense e, ao mesmo tempo, pertenço à família Oliveira Lêdo, precisamente a mais antiga e a mais característica de quantas povoaram Campina e seu vasto município. Dos nomes citados no título Elite Social (...) incluí propositalmente dois dos meus bisavós, um em cada partido, segundo seus credos políticos. Quis desta maneira reservar-me de qualquer malquerença gratuita.[45]

E é por essa relação com a tradição da família Arruda Câmara em território paraibano que Epaminondas Câmara vai construir uma história de Campina Grande que é uma história que valoriza mais as ações das elites rurais, legitimando, desta maneira, o lugar de sua família nessa história, e seu próprio lugar como herdeiro de um grupo familiar tradicional da localidade.

E é desta leitura que a historiografia local se serve para analisar as relações políticas das primeiras décadas republicanas, colocando essas elites agrárias, ligadas ao Partido Liberal, à frente do poder na maior parte do período.

Assim, dá-nos também a ler a disputa política local sendo travada entre membros de famílias tradicionais da região, ligados à terra e ao mundo rural, e forasteiros, novos sujeitos que apareciam na sociedade para atuar no comércio e adentravam na política, seara até então comandada exclusivamente por aquelas famílias tradicionais. O "novo", desta maneira, aparecia tentando suplantar o "antigo" ou "tradicional". O "novo" já se fazia representar pelo mundo urbano, enquanto ao "velho" restava o mundo rural. Os discursos modernizantes que privilegiavam, assim, a "rua" em detrimento do "mato", já

[43] CÂMARA, 2006, p. 82.
[44] Ibid., p. 09
[45] Ibid., p. 15.

circulavam na cidade, mesmo que ainda de maneira dispersa, e vinculavam os sujeitos moradores desses espaços a essa mesma carga de atributos.

A historiografia campinense, assim, diz-nos que no início do século XX os mais altos cargos administrativos da cidade[46] estavam ocupados por membros do Partido Republicano, que, em Campina, consistia nos antigos membros do Partido Liberal, ou seja, as elites ligadas às fazendas, de famílias tradicionais na Parahyba e que não trabalhavam no comércio urbano[47]. Alternavam-se, assim, à frente das instituições político-administrativas, membros das antigas famílias de fazendeiros de Campina, como Honorato da Costa Agra[48], João Lourenço Porto e Francisco Camilo de Araújo, este último, que veio a ser o primeiro prefeito da cidade[49].

E, apesar da "renovação urbana" pela qual Câmara afirma ter passado Campina Grande depois da municipalização, a leitura de Irenêo Joffily,

---

[46] Até 1895, as funções executivas da cidade eram exercidas pelo "Concelho Municipal" ou "Concelho de Intendência". Foi apenas por meio da Lei Estadual n. 27, de 2 de março de 1895, que foi instituído o cargo de Prefeito Municipal, que era nomeado pelo Presidente do Estado. Até o final da década de 1880, os liberais, comandados por João Lourenço Porto, estavam no poder, presidindo o Concelho de Intendência. Com o golpe republicano, ascendeu ao poder estadual o Sr. Venâncio Neiva, Conservador, que nomeou o Sr. Cristiano Lauritzen como presidente do Concelho de Intendência em 1890. A deposição de Neiva, em 23 de novembro de 1891, e a ascensão do liberal Álvaro Machado, fez com que os liberais campinenses, liderados por João Lourenço Porto, depusessem também o Sr. Lauritzen, retornando as elites agrárias ao poder municipal.

[47] Em 1892, o cenário político paraibano modificara-se. Na capital, a Parahyba do Norte, foram organizados dois partidos políticos, o Autonomista, sob o comando do antigo presidente Venâncio Neiva, e o Republicano, do então governador Álvaro Lopes Machado. Enquanto na capital antigos liberais e conservadores misturaram-se indistintamente entre os dois partidos, a historiografia local coloca que os conservadores campinenses aderiram ao Autonomista, também chamados de venancistas, enquanto os liberais, ao Republicano, passando a serem chamados de alvaristas. A divisão, entretanto, continuou em nível local. De um lado, em Campina, ficaram os Autonomistas, liderados por Alexandrino Cavalcanti e Cristiano Lauritzen. De outro, os Republicanos, sob o comando de João Lourenço Porto, Irenêo Joffily e Dr. Chatô (Cf. CÂMARA, 1998; GURJÃO, Eliete de Queiróz. "Para onde o poder vai, a feira vai atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à República Nova". In: GURJÃO, Eliete de Queiróz et al. **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria de Educação, 2000, pp. 29-57; SILVA FILHO, 2005).

[48] Pertencente a outra família tradicional da Parahyba, Honorato da Costa Agra, nascido em 1816, era filho do capitão Francisco de Alencar Costa Agra – este, por sua vez, filho do Sr. José da Costa Agra – e da senhora Rita Maria da Conceição Viana Agra – esta, filha do Capitão-Mor Bento Viana. Foi grande proprietário de terras, deixando quarenta e quatro fazendas em Campina Grande, Ingá e Soledade, na Parahyba, e em Jardim, no Rio Grande do Norte, além de imensa criação de gado e várias casas em Campina. Faleceu por volta de um mês depois de ausentar-se do cargo de presidente do Concelho, em 23 de julho de 1893 (Cf. *Memorial urbano de Campina Grande*, 1996).

[49] Ambos, Francisco Camilo e João Lourenço, eram descendentes de Teodósio de Oliveira Lêdo, tido como principal responsável pela ocupação da região onde Campina havia sido aldeada, no século XVII.

conforme vimos no início deste capítulo, ainda nos desenha uma cidade repleta de animais, sem o mínimo de infra-estrutura, com moradias precárias, não muito diferente do que a construída por Epaminondas Câmara referente aos anos pós-1864.

Historiografia e memória locais, porém, atribuem às primeiras décadas do século XX um primeiro movimento de intensificação da modernização da cidade, a partir da adoção de alguns elementos produzidos como signos da vida moderna, fossem eles materiais – tais quais as maquinarias de conforto –, fossem imateriais, como atitudes de modernidade – tais quais a busca pela destilação dos elementos, pela maioridade do homem e a adoção da ciência e da razão.

Assim, a documentação que elegemos como fonte para esta pesquisa, incluídos aí jornais, historiografia e registros de memórias locais, insistentemente enuncia que o crescimento de Campina Grande e, desta maneira, a sua "modernização", concretizou-se de maneira mais efetiva na primeira década do século XX, especialmente a partir do ano de 1907, data da chegada do trem de ferro à cidade.

Tal documentação afirma que a chegada do trem propiciou a intensificação do comércio do algodão, principal produto de exportação econômica da cidade à época, mas também a instalação das primeiras indústrias locais, bem como a intensificação da migração de pessoas vindas de outras localidades, seduzidas pelas oportunidades que o crescimento urbano de Campina propiciava. A historiografia registra, em termos de crescimento quantitativo, que em 1907 havia aí cerca de 731 casas, elevando-se, em 1913, ao número de 1.216 e, em 1918, a 1.841[50].

Josemir Camilo afirma que a chegada da locomotiva propiciou à cidade o desenvolvimento de atividades "propriamente urbanas", como os setores industrial, social e cultural, sendo influenciada e também passando a influenciar cada vez mais as cidades com que mantinha contatos.

---

[50] GURJÃO, Eliete de Queiroz et al. **O bairro de José Pinheiro**: ontem e hoje. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, Secretaria da Educação e Cultura, 1999, p. 17. Apesar de registrar o número de 731 casas no ano de 1907, a própria autora cita em seu texto que William Tejo, memorialista e historiador local, refere-se a apenas 600 casas existentes no mesmo ano. Os primeiros números são extraídos da obra de Epaminondas Câmara (Cf. CÂMARA, 1988).

> Com o trem de ferro, começava a primeira fase de indústrias, como as de transformação e beneficiamento de produtos como as prensas hidráulicas e as fábricas têxteis, de tecido, de fios e estopas; e outras fábricas de bens de consumo doméstico (sabão, camas, facas, móveis em geral e utensílios). No ramo das alimentícias há que acrescentar a de óleos comestíveis e as de bebida e as de café, bem como padarias e as já tradicionais casas de farinha. Multiplicam-se as manufaturas e oficinas mecânicas, e ateliês de funilaria, calçados e artesanatos. Também foi importante o ramo manufatureiro das olarias tradicionais. Se não era propriamente uma industrialização no sentido estrito da palavra, as prensas possuíam a técnica de transformar o produto bruto em produto pronto para a indústria têxtil, de fiação e aniagem, além de efetuar a separação de grãos para a indústria de óleo comestível e para sub-produtos como ração animal. (...)
> Outro setor que se beneficiou do trem foi o cultural. Na primeira década do século XX, Campina tinha 3 jornais. Mas, a partir da chegada do trem, Campina Grande viu surgir grande número de jornais, estabeleceram-se casas de cinema, cassino, teatro e rádio, bandas de músicas modernas (Jazz, de Capiba, por exemplo), aumentou a migração cultural e intelectual no sentido muito mais de Recife-Campina que vice-versa e a cidade tomou feições urbanísticas modernas.[51]

Esse acontecimento, entretanto, cristalizado na memória e na história da cidade, por si só não se apresenta a nós como um evento marcante para a história da modernidade de Campina Grande. Sob nossa óptica, mais pertinente não é analisar o acontecimento em si, mas os fios, as redes discursivas que inventaram tal evento, que construíram no imaginário das pessoas daquele período, bem como na e para a memória, e na e para a história da cidade, a chegada do trem como elemento anunciador do progresso de Campina Grande.

Com este propósito, lançamos um outro olhar sobre esta primeira modernização de Campina, deslocando-o do evento que foi construído como símbolo tradicional dela, a chegada da locomotiva, e retornando três anos, a 1904, analisando o caráter simbólico da ascensão ao poder municipal daquele que foi produzido como o "grande benfeitor da cidade" e o "responsável pela entrada de Campina nos trilhos do progresso" pelos mesmos discursos que inventaram o evento de 1907: Cristiano Lauritzen.

---

[51] MELO, Josemir Camilo de. "O trem e o crescimento de Campina Grande". In: OLIVEIRA, Maria José Silva et RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). **Memórias da Modernidade Campinense** – 100 anos do trem Maria Fumaça. Campina Grande, PB: Gráfica Agenda, 2007, pp. 21 e 26.

Cristiano Lauritzen assumiu a prefeitura de Campina Grande em 14 de novembro de 1904[52] e estabeleceu a mais longa gestão que a cidade conheceu até hoje, tendo saído de lá apenas quando a morte o ceifou, em 18 de novembro de 1923. Em dezenove anos à frente do executivo municipal, Lauritzen vinculou seu nome a um primeiro movimento de modernização da cidade[53], de entrada nos "trilhos do progresso", sendo considerado pela historiografia e pela memória locais como o principal responsável pela chegada do trem de ferro a Campina Grande, em 1907, evento exaltado por muitos – contemporâneos a ele, como José Peixoto, Lino Gomes, Themistocles Nóbrega, ou mais recentes, como Ronaldo Dinoá, Ailton Elisiário, Josemir

[52] Quem nomeava o prefeito de Campina Grande era o presidente do Estado que, à época, era o senhor Álvaro Lopes Machado, do Partido Republicano. Sendo Cristiano Lauritzen do Partido Autonomista, pareceu-nos estranho vê-lo nomeado por um adversário político. Segundo Josemir Camilo de Melo, Álvaro Machado teria atraído "para o Partido Republicano o venancista Cristiano Lauritzen" (OLIVEIRA, Maria José Silva et RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). **Memórias da Modernidade Campinense** – 100 anos do trem Maria Fumaça. Campina Grande, PB: Gráfica Agenda, 2007, p. 20). Não nos parece que tenha sido assim tão simples. Elpídio de Almeida, por exemplo, narra-nos que a idéia da nomeação teria nascido do entendimento entre ambos, em 1893, no Rio de Janeiro, posto que Machado teria se interessado em ajudar a levar o trem a Campina, acordando em reintegrar Lauritzen ao poder municipal, do qual havia sido despojado no início da década de 1890. Elpídio, entretanto, afirma que tal acordo ficou condicionado à aceitação dos chefes estaduais do partido de Lauritzen, o Autonomista, Venâncio Neiva e Epitácio Pessoa (ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Livraria Pedrosa, 1962, p. 347). Sendo assim, Lauritzen não aderiu ao Republicano, conforme nos fez crer a leitura de Josemir Camilo. Oswaldo Melo, por sua vez, coaduna com esse estranhamento, analisando os efeitos políticos da nomeação de Lauritzen por Machado, afirmando que, ao indicar "o gringo", Machado estava derrubando "uma situação municipal tão importante como a de Campina Grande, para entregar o município ao chefe contrário, na verdade um inimigo histórico, afigurava-se um erro político, com visíveis traços de ingratidão, deslealdade e imprevidência. Dessa medida, somente poderiam resultar germes de dissidências futuras e o profundo ressentimento que afetou a política campinense e a transformou, durante um quarto de século, no mais rebelde e inconformado núcleo oposicionista de todo o Estado" (CAMPOS, Aluízio Afonso. "Trajetória jurídico-política". *In*: CAMPOS, 1990, p. 142).

[53] Por "primeiro momento de modernização", ou "primeira modernização" de Campina Grande estamos entendendo os anos entre 1904, com a ascensão de Lauritzen, e 1935, com a ascensão de Vergniaud Wanderley, quando teve início o "segundo momento de modernização". Ambos foram construídos na história e memória locais como políticos empenhados na modernização da cidade, entretanto, enquanto Lauritzen representava grupos políticos ligados ao comércio urbano, Wanderley ligava-se a uma tradição familiar e rural do século XIX, cujo pai, Vigolvino Wanderley, chegara a Campina para trabalhar no comércio de gado, economia vinculada às antigas famílias rurais da localidade. Na política, Vigolvino militou na oposição, então liderada por Affonso Campos, filho de Silvino Rodrigues de Souza Campos e Rosalina Agra de Souza Campos, esta, por sua vez, filha do coronel Honorato da Costa Agra, fazendeiro e político de grande influência no século XIX em Campina Grande. Campos sucedera o coronel João Lourenço Porto na chefia do Partido Republicano, posteriormente, Partido Republicano Conservador, ou Perrepista, que representava a oposição local ao governo de Lauritzen (Cf. CAMPOS, 1990).

Camilo, Gervácio Aranha, dentre outros[54] – como inaugurador do moderno na cidade.

Segundo estes discursos, foi apenas com os esforços pessoais de vários anos que "o gringo" conseguiu fazer com que o trem se instalasse em Campina, algo que já havia sido tentado incessantemente tanto por Irenêo Joffily, desde a década de 1870, pelo jornal *O Mercantil*, mas também por meio de seu jornal *A Gazeta do Sertão*, na década de 1880, quanto por Antonio Sinfrônio Rodrigues Luna, em 1884, ambos ligados ao Partido Liberal[55], sem, entretanto, lograrem sucesso.

Elpídio de Almeida assim descreve a ação de Lauritzen no prolongamento da estrada de ferro:

> Mas o batalhador incansável do prolongamento, o lutador que tomou o caso como coisa sua, que não parou nem desanimou, que gastou tempo e dinheiro, foi inquestionavelmente Cristiano Lauritzen. Por duas vêzes viajou ao Rio de Janeiro, à sua custa, expressamente para tratar do assunto. A primeira em 1890, quando estava à frente do govêrno municipal, como presidente do Conselho de Intendência.[56]

Destituído, entretanto, do cargo quando da deposição de Venâncio Neiva em âmbito estadual e da ascensão dos liberais novamente ao poder no município, no final de 1891, o projeto não foi levado adiante, sendo apenas retomado anos mais tarde.

> Não desanimou Cristiano Lauritzen, nem abandonou a sua idéia, uma idéia fixa. Ficou aguardando oportunidade. Ressurgiu essa em 1903 (...) Resolveu fazer nôvo sacrifício, nova viagem ao Rio de Janeiro, a expensas suas, dessa vez sem posição política, em oposição ao govêrno do Estado e do município.[57]

Artur Aquiles, por sua vez, por meio do jornal *O Comércio*, também exaltou Cristiano, ligando-o ao progresso urbano propiciado pelo trem, afirmando que, "com o acendrado amor que vota a sua pátria adotiva, está

---

[54] Cf. DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande, PB: A União, 1993, pp. 21-28 (vol. 2); ARANHA, Gervácio B. **Trem e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas (1880-1925). Campina Grande, PB: EDUFCG, 2007; e o livreto comemorativo OLIVEIRA et RODRIGUES, 2007.
[55] ALMEIDA, 1962, p. 342.
[56] Ibid., p. 343.
[57] Ibid., p. 346.

fazendo muito mais pela Paraíba, pelo seu futuro e pelo futuro das populações do interior, do que a nossa representação e do que o nosso governo"[58]. Ronaldo Dinoá refere-se a ele como "o grande artífice da vinda do trem para Campina Grande"[59], enquanto Ailton Elisiário, em texto intitulado *Maria Fumaça: o sonho de Cristiano*, afirma que "Cristiano foi seguramente o responsável pela chegada do trem de ferro em nossa cidade"[60].

> Cristiano Lauritzen foi um sonhador. Realizou seu sonho, tornou-o realidade. Não partiu com ele, deixou-nos para nosso crescimento. Desfizemos esse sonho, trocamos a ferrovia pela rodovia, o trem pelo automóvel, mas sua lembrança ficou marcada de forma indelével na memória e no coração dos campinenses. Sua fibra, sua tenacidade, seu ideal de progresso, permanecem para sempre na fleugma da cidade, como exemplos da persistência e da vontade política que devem guiar os governadores em favor de nossa gente.[61]

Assim, a chegada do trem é produzida na memória e história locais como estando diretamente relacionada à figura de Cristiano Lauritzen e sua ascensão ao poder municipal em 1904, e estes acontecimentos são enredados, articulados, entrelaçados discursivamente e inventados como inauguradores da modernização de Campina Grande por serem a eles atribuídos vários elementos ligados ao pensamento dicotômico moderno, como as oposições civilização *versus* natureza, cidade *versus* campo, moderno *versus* tradição.

A cidade, o mundo urbano, assim, aparece como espaço da hegemonia do novo sobre o antigo, das rápidas mudanças e da supremacia do moderno no tocante a vários aspectos da vida social, cultural e econômica. Por outro lado, o campo é inventado, opostamente, como espaço da prevalência dos valores ditados pela tradição, da permanência de determinadas estruturas relativas àqueles aspectos da vida, da lenta temporalidade, da quase imutabilidade.

Desta maneira, memória e historiografia locais imbricaram discursivamente a velocidade da locomotiva à rapidez das mudanças do mundo moderno, atribuindo tais elementos ao urbano, elegendo-o como

---

[58] *Apud* OLIVEIRA et RODRIGUES, 2007, p. 53.
[59] DINOÁ, 1993, p. 23 (vol. 2).
[60] SOUSA, Ailton Elisiário de. "Maria Fumaça: o sonho de Cristino". In: OLIVEIRA et RODRIGUES, op. cit., pp. 51-57.
[61] SOUSA *In*: OLIVEIRA et RODRIGUES, op. cit., p. 56-57.

espaço privilegiado onde a vida moderna poderia ocorrer. E estabeleceram ainda uma relação muito próxima entre esse momento de modernização e modernidade da cidade e o nome de uma pessoa, um político local que aquela memória e historiografia produziram como sendo o maior responsável pela vinda do trem a Campina Grande. Segundo tais fontes, sem os "grandes esforços" desse "grande benfeitor", que conseguiu realizar um desejo que era "de toda a cidade" e que alguns já haviam tentado sem sucesso, Campina amargaria mais vários anos no "atraso", vários anos ainda surda para os berros da locomotiva, tal qual as paragens "semi-selvagens" citadas por José Peixoto. Produz-se, assim, a figura de Cristiano Lauritzen como esse "grande homem", esse "benfeitor", responsável pela modernização de Campina Grande iniciada com a chegada da locomotiva. E ele é produzido, ainda, justamente como alguém vinculado à cidade e às atividades urbanas, um representante do "novo", destituído de elementos da tradição – política, econômica e cultural – que então se queriam superados pelo moderno.

Desta maneira, inventa-se a modernização de Campina Grande no início do século não só como atrelada ao advento da maquinaria ferroviária em 1907, mas à própria figura de Cristiano Lauritzen, especialmente quando ascendeu ao poder municipal em 1904. A modernidade, então, esteve ligada ao advento do novo em contraposição à tradição, e Lauritzen, nesse contexto, representava o novo na política. Quando o lemos por meio da historiografia local que em muito atualizou as noções de elites rurais e urbanas por meio da literatura de Epaminondas Câmara, relacionamos esse momento de modernização como estando atrelado à ascensão de Lauritzen, ascensão, esta, que não representava unicamente a tomada do exercício do poder das instituições políticas nas mãos de uma pessoa, mas a passagem desse exercício do poder para um novo grupo, o grupo das elites urbanas comerciais, sem tradições familiares na localidade[62].

[62] Após a morte de Cristiano Lauritzen, o Sr. Jovino de Souza do Ó, comerciante, assumiu temporariamente o executivo até a nomeação de um substituto para o "gringo", estando à frente do poder municipal entre 23 de novembro de 1923 e 23 de maio de 1924. Segundo Cristino Pimentel, a família Do Ó – dentre eles, Jovino, Manoel e José do Ó – havia vindo de Bom Jardim, Pernambuco, para Campina Grande para trabalhar no comércio desta cidade. Jovino abriu o estabelecimento de nome *O Vesúvio*, na rua do Seridó, atual Maciel Pinheiro (PIMENTEL, 2001, p. 103). Além disso, a rua que atualmente leva o seu nome antigamente

Representa, então, a ascensão de Cristiano Lauritzen, em 1904, um evento que desloca o poder político em Campina Grande, saindo das mãos dos fazendeiros de longa tradição familiar e vinculação econômica com a terra para as mãos dos comerciantes e "forasteiros" da região. A tradição *versus* o novo. Implica também na prevalência do novo espaço de moradia e atuação dos homens, deslocado do campo, do "mato", para a cidade, a "rua", e isto simbolizado pela ascensão política desses grupos que se ligavam ao urbano, lócus privilegiado pelos discursos modernizantes[63].

Assim, é com a hegemonia das questões urbanas em Campina Grande, em detrimento das questões rurais – como espaço de moradia, atividades econômicas, grupos políticos, etc. –, ou seja, pela pretensão de superar-se o campo e, desta maneira, os elementos vinculados à natureza, numa tentativa de fazer prevalecer a cidade e a racionalidade científica, que esse momento de modernização de Campina vai ser produzido.

Mas os discursos modernizantes, no tocante à defesa que faziam da superação do campo pela cidade, ou melhor, da natureza pela cultura, ainda encontraram certa resistência em Campina Grande, mesmo depois da ascensão das elites urbanas e do advento do trem como elemento simbólico da velocidade do mundo moderno. Pela voz de alguns grupos letrados, a vida bucólica e as relações estabelecidas com o mundo natural encontraram fôlego

---

era chamada de rua do Rói Couro, devido a ele ter construído ali cerca de trinta e seis casas e ter alugado todas a prostitutas da cidade (*Memorial urbano de Campina Grande*, 1996, p. 158). O substituto para a prefeitura finalmente foi escolhido pelo governador do Estado, o Sr. Solon de Lucena, em 1924, cabendo ao Sr. Ernani Lauritzen, professor e jornalista, filho de Cristiano Lauritzen, estar à frente do poder municipal até dezembro de 1928, sendo depois sucedido por Lafayete Cavalcanti Correia de Melo, que ficou no cargo até 1932. Esses três prefeitos eram todos membros da Loja Maçônica Regeneração Campinense, sendo Jovino do Ó e Ernani Lauritzen fundadores da mesma (DINOÁ, 1993, p. 179, vol. 1), à qual pertencia também o Dr. Arlindo Corrêa, como veremos no terceiro capítulo.

[63] Não que alguns elementos da modernidade não circulassem na cidade antes do "gringo" subir ao executivo. Alguns já estavam presentes em discursos de sujeitos até mesmo ligados às origens rurais, como era o caso de Irenêo Joffily que, através do seu jornal *A Gazeta do Sertão*, do final da década de 1880 e início de 1890, já defendia a necessidade do asseio e nivelamento das ruas, do cuidado com a higiene, da arborização de praças e ruas, etc. ("A cidade de Campina Grande I". **A Gazeta do Sertão**, edição de 01/03/1889 e "A cidade de Campina Grande II". **A Gazeta do Sertão**, edição de 08/03/1889). Mas com a passagem do poder das elites rurais para as elites urbanas, simbolizada pelos dezenove anos de gestão de Cristiano Lauritzen à frente do executivo municipal e pelos prefeitos que o sucederam, que o moderno encontrou terreno propício para circulação e consolidação na cidade, pois o ideal da modernidade estava intimamente relacionado com a ascensão das elites urbanas nas cidades onde era dado a ser visto e vivido.

numa sociedade em que a superação da natureza era um discurso que se impunha na pretensão de tornar-se hegemônico.

Na Campina Grande de 1909, pouco mais de um ano depois do advento do trem e cinco anos depois da ascensão de Lauritzen, a natureza e os elementos vinculados a ela aparecem de maneira muito forte nos discursos de alguns letrados locais. Aparecem, entretanto, especialmente enquanto estratégia literária, enquanto espaços nos quais são ambientadas as poesias produzidas por esses letrados que trabalham na imprensa de Campina Grande. A natureza é, assim, apropriada poeticamente por esses letrados que, lançando um olhar sobre ela, tomados por um devir romântico[64], constroem em suas poesias cenários de pureza, leveza e beleza nos quais a dramaticidade da narrativa ocorre, no qual é idealizado um amor, um sonho, uma divagação, uma sensação, um instante, etc.[65]

Uma leitura cuidadosa das edições do jornal *O Campina Grande – Orgam Litterario e Notícioso*, possibilita-nos entrar em contato com esse olhar romântico que um grupo de letrados locais enunciava em seus textos. E ainda mais: é por meio deste periódico que conseguimos ler o embate travado entre diferentes olhares sobre a natureza na primeira década do século XX em

[64] Estamos nomeando de "devir romântico" a influência que o olhar romântico próprio do século XIX manteve ainda sobre letrados campinenses no século XX. Chamamos de "olhar romântico" essa leitura contemplativa lançada sobre a natureza e os elementos vinculados a ela segundo uma sensibilidade que informa a leitura do mundo natural como espaço da pureza, da inocência e da beleza. Para uma discussão sobre a elaboração desse olhar por pensadores como Rousseau, Goethe e Humboldt, cf. NAXARA, Márcia Regina Capelari. "Representando o mundo: entre natureza e civilização". In: **Cientificismo e sensibilidade romântica**. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004, pp. 41-80.

[65] O Romantismo como tendência literária é identificado como a maneira predominante de produzir poesias e prosas no Brasil no período que vai de 1836, com a publicação de *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães, até 1881, com a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. São atribuídas a esta tendência literária os seguintes elementos: subjetivismo, sentimentalismo, evasão, escapismo do tempo presente pela idealização da realidade, especialmente da idealização do passado, culto à natureza e idealização da mulher. Como veremos neste texto, apesar de o Romantismo enquanto escola literária ter seu fim datado oficialmente da década de 1880, muitos autores posteriores a essa década produziram visões de mundo que em muito se assemelhavam ao olhar romântico próprio do século XIX. Na Campina Grande da primeira década do século XX, portanto, encontramos na produção poética de alguns grupos letrados locais uma influência ainda muito forte desse olhar romântico dos oitocentos, lançado aos elementos do mundo, como a mulher, a natureza, o passado etc. Esses grupos, assim, lêem e significam o mundo por um "olhar romantizado", pois informado por alguns elementos do romantismo do século XIX, mas produzidos sob a influência de um devir romântico no século XX.

Campina Grande, embate este que iria propiciar a passagem de um olhar informado por uma sensibilidade romântica para um olhar informado por uma sensibilidade moderna.

Olhares sobre a natureza produzidos em (*O) Campina Grande*

O jornal semanal *O Campina Grande – Orgam Litterario e Notícioso*, dirigido por Protásio Sá e Gilberto Leite, e tendo como principais redatores Antonio Sá, Virgílio Maracajá e J. Cavalcante, teve sua primeira edição publicada no dia 24 de janeiro de 1909, dando continuidade à enumeração do título anterior, *O 15 de Novembro*, fundado por Severiano Correia D'Araújo, no ano anterior, e dirigido por ele e Protásio Sá[66].

Enquanto *O 15 de Novembro* se preocupava mais com questões de educação e instrução, devido à estreita ligação entre o periódico e o Instituto 15 de Novembro, do qual havia conseguido o nome, dirigido por Correia D'Araújo, professor primário e diretor do Instituto e do jornal, *O Campina Grande* assumiu uma preocupação maior com poesias e temas românticos[67]. A mudança de preocupação de um título para outro, entretanto, deve ter se dado não meramente quando da mudança de nomenclatura do periódico, como pode nos fazer crer certa literatura a respeito[68], mas quando da mudança de direção do jornal, quando Gilberto Leite, letrado local, substituiu Correio D'Araújo, em janeiro de 1909.

---

[66] *O Campina Grande*, portanto, nasceu basicamente do mesmo grupo que dirigia *O 15 de Novembro*, tendo, inclusive, dado seqüência à numeração deste. Assim, a última edição de *O 15 de Novembro* foi a de Anno II, n. 13, enquanto que a primeira edição de *O Campina Grande* foi a de Anno II, n. 14. Fátima Araújo, tendo lido o livro de Hortênsio Ribeiro, datou *O 15 de Novembro* de 1910, posterior, portanto, a *O Campina Grande*, que data de 1909, incorrendo, portanto, em equívoco, posto que todas as edições com que trabalhamos destes dois jornais os datam, respectivamente, de 1908 e 1909 (RIBEIRO, Hortênsio de Souza. **Vultos e fatos**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1979, p. 192; ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida**, 1826 a 1986. 2 ed. Campina Grande, PB: Grafset, 1986). Na primeira edição de *O Campina Grande*, há inclusive uma reportagem em que o redator explica ao leitor a mudança de nomenclatura pela qual o jornal acabara de passar. "Até hontem a data cvilisadora fecunda, que symbolisa nossa transformação política, '15 de Novembro', serviu de carinhoso abrigo aos nossos passos tímidos e vacilantes na imprensa indígena./ Hoje porem, quizemos que o nome glorioso da cidade heróica da Borborema, cidade que nos viu criança, servisse de sombra amiga a nós jovens batalhadores do jornalismo" ("O Campina Grande". **O Campina Grande**, Anno II, n. 14, edição de 24/01/1909, p. 01).

[67] ARAÚJO, 1986, p. 83.

[68] Cf. ARAÚJO, 1986 e RIBEIRO, 1979.

As fontes pesquisadas afirmam que Severiano D'Araújo teria se afastado da direção do jornal com o intuito de dedicar-se exclusivamente ao seu papel de educador e diretor do educandário 15 de Novembro, fundado em 1905[69]. Somos, entretanto, levados a crer que o fim da parceria jornalística que ele mantinha com Protásio Sá, e, desta maneira, a mudança na direção, nas preocupações e no próprio nome do periódico podem ter ocorrido de maneira mais hostil do que as relatadas pela literatura local.

Isto porque, cerca de dois meses depois da substituição de Severiano na direção do jornal, foi veiculada, por seu antigo jornal, uma nota acerca de um grave desentendimento que estava havendo entre ele e seus antigos colegas de redação. É ele o Severiano nomeado de "pedaço de asno", "poltrão" e "abjecto animal"[70], que vimos páginas atrás.

Talvez essa rixa, publicada pelo periódico em março de 1909, tenha sido resultado de alguns desentendimentos já presentes em janeiro daquele ano no corpo redacional do jornal, que podem ter resultado na saída dele da direção da folha. É possível ainda que a fundação do instituto de educação Colégio Campinense, sob a direção de Antonio Sá, irmão de Protásio, ambos da redação de *O Campina Grande*, em 7 de março de 1909 – duas semanas, portanto, antes da veiculação da nota que citamos no parágrafo anterior –, possivelmente em concorrência ao Instituto dirigido por Severiano, tenha servido para acirrar ainda mais os ânimos[71].

Desta maneira, sob a direção de Protásio, o periódico adquiriu uma nova faceta, menos preocupada com as questões envolvendo instrução escolar e mais voltada à celebração do espírito e da vida poética de seus redatores.

---

[69] CÂMARA, 1988, p. 78. O autor nos informa ainda que tal educandário deixou de funcionar no ano de 1912 (p. 84).

[70] "Carta Aberta – caso Severiano". **O Campina Grande**, Anno II, n. 22, edição de 21/03/1909, p. 04.

[71] Pensamos ser esta hipótese possível, devido ao que apresentamos e ao pouco tempo entre o afastamento de Severiano e a notícia sobre sua rixa com Protásio Sá. Entretanto, em nenhuma literatura das que pesquisamos conseguimos localizar uma discussão neste sentido. Cf. ARAÚJO, 1986, p. 83; SILVA FILHO, 2005, p. 108. Epaminondas Câmara nos informa que, em 1912, enquanto o colégio de Severiano deixava de funcionar, o Colégio Campinense, então sob a direção do professor Pedro Otávio de Farias Leite, mantinha-se regularmente (CÂMARA, 1988, p. 84).

Em segundo plano, ficavam as notícias da cidade que, até mesmo elas, eram apresentadas ao leitor sob forma poética[72].

O jornal *O Campina Grande,* que circulava na cidade aos domingos, publicou, ao longo de seus sete meses de impressão, entre 24 de janeiro e 29 de agosto de 1909, diversos poemas[73] elaborados por seus redatores[74] e por outros colaboradores que traziam como cenário a natureza e diversos elementos vinculados a ela que, vistos sob um olhar romantizado, foram produzidos como maneiras de atingir-se a beleza, a pureza, a inocência de cada leitor e, mais especialmente, de cada autor, que parecia buscar em tais elementos a sua própria rendição, uma procura por paz de espírito ante a agitação e as confusões do "mundo moderno".

Exemplo disto pode ser encontrado logo na primeira edição do periódico, em poema assinado por Protásio Sá.

> O Domingo, apresentava um céo nublado de nuvens espaltas a vagar indolentemente pela abóboda celeste e nem se quer avistava-se uma pequena estrellinha que viesse acordar o manco lago que dorme pacato, ou banhar de luz, de esperança, a fronte angélica da mais pura das virgens.
> Eu bem sei que aquillo são notas harmoniosas que vão repercutirem com entosiasmo no coração de todos os que plantão de todos os que criam. Mas o que não poderei deixar de relembrar com grande tristeza, são aquellas bellas noites de um luar sereno quando a pequena deusa dos poetas a consoladora dos que amam, vem agencionada com carinho e ternura todo o velho globo. Banhando de luz, desde o infeliz viajor que no alto mar leva na fronte a saudade da esposa estremosa, até o humilde camponez que traz no seu coração, a lembrança de um passado feliz.
> Eu recordo-me destas noites sublimes que tém sido a preoccupação constante dos que amam a poesia.
> Noites idéas e fagueiras em que a virgem sonha em um berço de flores, ao mesmo tempo que o poeta este prescrutador divino adormece tendo nos lábios o sorriso ingênuo de sua lyra[75].

---

[72] A grande quantidade de poemas publicada pelo jornal em suas poucas quatro páginas semanais levou Fátima Araújo a lê-lo como "mais literário que noticioso" (ARAÚJO, 1986, p. 83), o que é demonstrado até mesmo pelo próprio subtítulo do periódico, onde o "litterario" antecede o "notícioso", dando, assim, a ler a predileção dos seus redatores.

[73] Estamos entendendo poema como todo tipo de texto escrito, em verso ou prosa, que busque, com o uso das mais diversas figuras de linguagem, tratar de temas subjetivos, sentimentos, paixões, amores, saudade, com o intuito de tocar as sensibilidades do leitor através de sua poesia.

[74] Tal qual a indagação de Brás Cubas ao início de suas *Memórias Póstumas*, se era um "autor defunto" ou um "defunto autor", fica aí a dúvida se os redatores de *O Campina Grande* eram "redatores poetas" ou "poetas redatores", posto que eles produziam mais poesia e literatura poética do que notícias, e, mesmo quando relatavam notícias, por se utilizarem das mais diversas figuras de linguagem, apresentavam-nas sob uma forma poética.

[75] "Chroniqueta". **O Campina Grande**, Anno II, n. 14, edição de 24/01/1909, p. 03.

Além de usar elementos da natureza para construir o cenário de sua poesia – “céo nublado”, “nuvens espaltas”, “abóbada celeste”, “estrellinha”, “lago”, “luar sereno” –, Protásio Sá chega a humanizar alguns, dando-lhes vida e vontade próprias – como é o caso do “lago que dorme pacato” e das “nuvens espaltas a vagar indolentemente” –, elegendo ainda como protagonista de seu poema um desses diversos elementos extraídos da natureza: a lua, esta “deusa dos poetas”, esta “consoladora dos que amam” que banha de luz o “viajor” e também o “humilde camponez”. A infelicidade do poeta, desta maneira, expressa no poema, dá-se pela impossibilidade de ele observar a lua devido ao “céo nublado” que a encobre.

O mesmo Protásio Sá foi responsável por diversos outros poemas publicados pelo periódico, produzidos sob um olhar idealizado sobre a natureza. Em *Folhas Soltas*, por exemplo, poesia dedicada a uma tal “Esther”, que parece ter sido a sua musa inspiradora[76], real ou imaginária, novamente ele faz uso de diversas referências à natureza para construir o seu texto.

> É hoje adorada Esther, que cheio de ternura, volto-me a admirar o nosso passado, a nossa vida de ilusões...
> Como é bello contemplal-o assim magestoso, ostentando brilho, como se fora pequenina estrella a bordar a cúpula infinda do céo!..
> Além, entre árvores frondosas flores perfumadas, descortino o tecto abençoado que te vio nascer!
> Lembra tu, minha Esther, as florinhas que juntos colhíamos, os olhares onde só reinava innocencia?!...
> Como era bom então...
> Hoje, hoje aquelle sol que nos via feliz, brincando como dois cysnes, espera-me triste buscando a cruz alvinitente de teos braços.
> As flores colhidas em teo “délicieux” jardim, Esther, perderam o perfume, o brilho e pallidas como neve cahiram aos meos pés...
> Amo-as muito, são minhas ternas companheiras.
> Quando o vento lhes arranca impiedosamente uma pétala sinto confrangir-me a alma de ternura e dor...
> Mas o teo amor, minha doce Esther é superior a tudo e até mesmo as tuas próprias irmãs – as flores.[77]

Um elemento a mais que faz com que tanto *Folhas Soltas* quanto *Chroniqueta* aproximem-se e sejam lidas como poesias produzidas sob um

[76] É também a Esther que Protásio Sá dedica pelo menos outro poema publicado pelo jornal, intitulado “Ao Piano”. Cf. “Ao Piano”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 23, edição de 28/03/1909, p. 03.
[77] “Folhas Soltas”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 15, edição de 31/01/1909, p. 02.

olhar romantizado, além das referências à natureza, é o saudosismo que o poeta demonstra ter e a lembrança funcionando como representação de um passado ausente. Em ambos, o poeta aciona a memória de um tempo ido e que, tragicamente, não voltará mais. Esse passado do qual diz recordar-se é um passado que é construído por ele no presente através dos jogos da memória, como um tempo ideal, um tempo para o qual são atribuídos certos elementos, como inocência, pureza e simplicidade, que não existem mais no tempo presente. No presente, portanto, evoca-se um passado – "volto-me a admirar o nosso passado, a nossa vida de ilusões" – que não é meramente um tempo ido e findo, mas uma construção idealizada e gloriosa de um tempo, uma "idade de ouro" pessoal, que é ativada na memória para mostrar a glória desse passado – "Como é bello contemplal-o assim magestoso..." – e a miséria do presente – "Hoje, hoje...".

Assim, sob esse olhar informado por um devir romântico, esse passado idealizado é construído como memória para contrapor-se ao presente que perdeu todos os vínculos com aquele tempo ideal. Desta maneira, o passado idealizado em *Chroniqueta* é aquele em que o *eu lírico* do poema de Protásio Sá visualizava as "bellas noites de um luar sereno", enquanto o presente o impossibilitava de fazer o mesmo devido ao "céo nublado". Já no passado ideal de *Folhas Soltas*, o poeta e sua musa, Esther, colhiam flores juntos, enquanto no presente as mesmas flores já haviam perdido "o perfume, o brilho e pallidas como neve" caíam aos seus pés.

A miséria do presente em oposição à glória de um passado aparece também, no primeiro poema, nas referências ao peregrino infeliz, que, em alto mar, leva consigo a saudade da esposa que não o acompanha, e ao humilde camponês cuja felicidade também ficou no passado, e no presente é apenas uma lembrança que leva em seu coração. Da mesma maneira, no segundo poema, presenciamos a tristeza do próprio Sol ao testemunhar a infelicidade do *eu lírico* que busca, sem sucesso, os braços de Esther.

A exaltação de um passado ligado ao mundo rural em detrimento do presente que se vincula cada vez mais ao urbano é temática constante nas produções poéticas neste período. O devir romântico, informador de tal exaltação, é acionado justamente como uma fuga do presente, como uma volta

a um passado não tão distante em que o “mato” ocupava o lugar central na vida dos homens. O “mato”, ou seja, o meio rural e os elementos vinculados à natureza, são assim produzidos por esse olhar romantizado como um “ambiente deleitável, (...) de pureza e de ternura, de simplicidade e de inocência”[78], único espaço onde poderia ser formado o “verdadeiro caráter do homem”. Por outro lado, a “rua”, o meio urbano, é inventada como espaço produtor de pessoas superficiais, fracas, cada vez mais distantes da “essência humana”, que só poderia ser encontrada naqueles sujeitos formados no “mato”, conforme já vimos quando analisamos a influência desta sensibilidade na produção histórica de Epaminondas Câmara.

Este discurso também foi apropriado por um literato paraibano, nascido oito anos antes da fundação de *O Campina Grande*. Estamos nos referindo a José Lins do Rêgo que, a partir da década de 1930, ao escrever as obras que compõem o Ciclo da Cana de Açúcar[79], construiu a sua narrativa baseada na oposição entre dois de seus personagens, Carlos Melo e o seu avô, José Paulino. Estes dois personagens representam dois mundos que, ao escrever as obras, José Lins dicotomizou, opondo, assim, uma série de representações sobre o mundo rural, construído na figura de José Paulino, e uma visão sobre o urbano, representado na figura de Carlos Melo.

José Paulino é construído nessa narrativa como sendo um fazendeiro, possuidor de uma formação rural que o possibilitou construir um império agrário da casa grande. Por outro lado, Carlos Melo é o sujeito que, ao assumir as responsabilidades sobre o mundo da fazenda legadas pelo seu avô, põe tudo a perder devido a sua incapacidade e inabilidade de gerenciar tal espaço, o que é, na visão de José Lins, resultado da fraqueza de caráter atribuída à formação urbana que Carlos tivera.

Ao opor, portanto, estas duas imagens, nas figuras de José Paulino e de Carlos Melo, José Lins do Rego afirma uma superioridade do homem da fazenda sobre o homem da cidade, uma primazia do rural sobre o urbano, pois cada um destes elementos exerce, neste discurso, influência direta sobre a

[78] CÂMARA, 2006, p. 80.
[79] Estamos considerando o chamado ciclo literário da cana-de-açúcar, de autoria de José Lins do Rego, os seguintes livros: *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangüê* (1934), *O moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943).

formação do caráter dos personagens[80]. Isto propiciou que a obra dele, produzida no contexto de invenção do regionalismo nordestino, construísse o Nordeste como espaço do rural e, desta maneira, como o espaço produtor do "verdadeiro caráter" do homem, descaracterizando, portanto, o lugar então ocupado pelo Sudeste que, nesta leitura, produziria apenas homens fracos, inabilitados para comandar uma fazenda, quiçá a nação brasileira[81].

Para José Lins, portanto, o "verdadeiro caráter" do homem só poderia ser construído em um espaço tradicional tal qual o Nordeste rural brasileiro, em que os homens pudessem manter íntimas relações com o meio natural, e não em espaços urbanos onde as relações com os elementos naturais estavam cada vez mais distantes, tal como era o Sudeste sob a sua óptica, mas também tais quais eram as cidades nordestinas que haviam se distanciado do passado agrário e do mundo das fazendas. A formação do caráter dos homens, desta maneira, para José Lins do Rego, estava diretamente ligada às relações que eles estabelecessem com a natureza e os seus elementos.

Assim, Epaminondas Câmara, na década de 1940, e José Lins, nos anos 30, atualizaram um olhar romantizado sobre o rural que já informava Protásio Sá ao escrever seus poemas para *O Campina Grande*, utilizando-se, os três, da invenção de um passado idealizado, ligado à natureza, agrário, para contrapor-se a um presente desvinculado daquela tradição, mas ligado a atividades urbanas, como a indústria e o comércio.

Tanto Câmara, nos anos 40, quando José Lins, na década de 30, e Protásio Sá, em 1909, portanto, inventaram um presente como um tempo a ser lamentado, como uma época sem glória posto ter perdido os laços que mantinha com o passado, este, idealizado, consistindo num passado vinculado à tradição rural. Se José Lins tentou, por meio do ciclo da cana-de-açúcar, "restituir" o lugar da recém nascida região Nordeste na história do Brasil, como espaço produtor do verdadeiro brasileiro, do homem de caráter, ele o fez justamente porque, sob sua óptica, a importância cultural, econômica e política

[80] Cf. FLÁVIO, José. "50 anos da morte de José Lins do Rêgo". **BuscaPB News**, 20 out. 2007. Disponível em: http://www.buscapb.com.br/buscanews/noticias2.php?colunista=13&artigo=87. Acesso em: 24 jan. 2008.

[81] Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2 ed. Recife: Massangana. São Paulo: Cortez, 2001.

daquela região havia sido deslocada para o Sudeste, relegando o Nordeste a um presente miserável e pobre. Já Protásio Sá produziu seus poemas de exaltação a um passado rural glorioso porque o presente em que viveu era marcado pela intensificação da urbanização e o nascimento das primeiras indústrias em Campina Grande em detrimento às atividades vinculadas à vida rural.

Desta maneira, naquele período de veiculação de *O Campina Grande*, a cidade passava por uma intensificação comercial, industrial e populacional, fazendo com que os laços que mantinha com o seu passado rural fossem sendo desatados cada vez mais pelos poderes que geriam Campina, que tentavam justamente urbanizá-la para dar-lhe o aspecto de cidade moderna, para produzir, assim, um discurso que seduzisse os forasteiros para que nela viessem investir comercial e culturalmente. Deslocava-se, assim, do mundo rural para o mundo urbano, o papel de centro de influências. O "mato" era paulatinamente sobrepujado pela "rua", consistindo ainda, esse olhar romantizado, em uma maneira de resistir a este movimento pelo qual passava Campina naquele ano.

E não apenas Protásio Sá enunciava um olhar idealizado e nostálgico sobre a natureza pelas páginas do periódico de 1909. Alguns outros poetas-redatores também se apropriaram da idealização de um passado ligado a elementos da natureza para elaborarem os seus textos e publicá-los nas páginas de *O Campina Grande*. No poema intitulado *O Jardim*, por exemplo, assinado por Sophia Galliza, o eu lírico recorda de suas idas a um jardim e de seu amor por um jasmineiro. "Um só dia não posso deixar de vir ao jardim, e colhel-os com o carinho expressivo de minhas meigas ternuras, antes que o sol beije as suas pétalas e o colibri sugue o seu mel". Dias depois, entretanto, o jasmineiro fenecera, restando apenas a "triste lembrança". "E foi assim que um dia fiquei orphã de seus perfumes, guardando sempre no sacrário de minh'alma a recordação deste passado feliz"[82].

O olhar romantizado sobre a natureza expresso pelos poetas-redatores e colaboradores do jornal *O Campina Grande*, naquele ano de 1909, não se restringiu, entretanto, à idealização da natureza num lugar no passado, mas,

[82] "Um jasmineiro". **O Campina Grande**, Anno II, n. 34, edição de 13/06/1909, p. 02-03.

conforme podemos verificar em outros autores, na idealização da natureza por si mesma, na visão de que o mundo natural, seja ele encontrado no passado, seja ele encontrado no presente, consistia no espaço da pureza e da simplicidade a que o homem devia almejar. Significava, desta maneira, uma negação do urbano pela prevalência do rural como espaço de vivência humana. Sob este olhar, os elementos da natureza são vistos como perfeitos, belos, ideais, e só através do contato com eles o homem poderia buscar a sua felicidade, deixando-se seduzir e contagiar por sua "pureza" e "simplicidade".

> Era maio, o mez do dylirio, da poesia, das piedosas preces, que vinha, cheio de encantos, por entre as camadas espessas da floresta rompendo as brumas escamosas do Oriente.
> A aurora tingia-se de um lindo escarlate ao mesmo tempo em que o astro rei, com os seos raios dardejantes de uma luz benéfica, vinha surgindo por entre os ramaes floridos das acácias silvestres.
> A brisa perfumada brincava docemente nos jardins com as folhas cahidas das plantas; as flores prateadas de orvalho namoravão-se aos raios do sol nascente; e somente ao longe ouvia-se o triste e saudoso gorgear das aves a anunciar uma saudade que morre, uma esperança que surge.
> Dir-se-hia que tudo revestia-se de encanto, de enthusiasmo, para saudar esta manhã primaveril de Maio em que todos os corações pulsam como a mesma agitação febriciante de um divino supremo de um prazer sem fim.
> Oh! como é sublime a natureza nestas horas de devaneios melancólicos em que o nosso espírito vacilante transporta-se a plagas desconhecidos!
> Oh! eu só amo a natureza por que só ella é capaz de encerrar em seu regaço todo segredo da humanidade.[83]

Assim como em *Chroniqueta* e em *Folhas Soltas*, aqui o eu lírico aciona em sua memória a lembrança de um passado idealizado. Em *Devaneio*, entretanto, o foco principal da idealização não é o passado em si, mas a exaltação do "espetáculo" da natureza: uma descrição idílica de eventos naturais como a aurora – que se torna tingida "de um lindo escarlate" –, o aparecimento do Sol e o movimento das acácias – que se relacionam, segundo a óptica do poeta –, o sopro do vento – que se torna uma "brisa perfumada" a brincar com as folhas caídas dos jardins –, a incidência de luz solar sobre as

[83] "Devaneio". **O Campina Grande**, Anno II, n. 17, edição de 14/02/1909, p. 03. O poema é dedicado a "Ella", que não pudemos identificar se é a "Esther" dos demais poemas de Protásio Sá.

flores – que é transformada em testemunha do namoro destas, dentre outros elementos.

A vida em contato com esses elementos da natureza, assistindo ao espetáculo por eles proporcionado, é o desejado pelo eu lírico. Uma vida assim não teria, sob esse olhar romantizado sobre o natural, lugar para tristeza. A melancolia seria produto de uma vida distanciada desses elementos, por isso que o eu lírico afirma que a natureza é sublime nas horas tristes, pois só nela é que ele consegue encontrar a felicidade de uma vida simples e pura perdida com a civilização que distanciou a vida cotidiana da apreciação do mundo natural. Este, em *Devaneio*, é tão exaltado como propiciador de satisfação e felicidade ao homem melancólico, que os únicos elementos destoantes desta visão idealizada do natural que aparecem no poema, as "aves que gorjeiam triste e saudosamente", fazem-no bem distantes do cenário descrito pelo poeta, pois "somente ao longe" é que podem ser ouvidas. E, mesmo elas, gorjeiam uma "saudade que morre", mas anunciam também "uma esperança que surge".

Sobre a vida "civilizada", *O Campina Grande* publicou um texto de um tal Dzáti, da cidade do Recife, em que, assim como Protásio Sá em *Devaneio*, o autor exaltava a natureza e, principalmente, o mês de maio, qualificando-o como "mez das alegrias campestres", e condenava os resultados da civilização que acabaram por produzir cidades de "incipidez intoleráveis", como o Recife.

> Maio surgiu entre flores trazendo suas frescas manhãs mui calmas e saudáveis que fazem bem aos espíritos neurastênicos e debeis. As verdejantes campinas têm flores aromáticas que nos embriagam o espírito descontente; maio é mez das alegrias campestres, tudo nos ri, nos fortifica e dá vida. Neste mez eu amo a vida campestre com suas belezas naturaes, seus deslumbrantes panoramas e suas belas paisagens.
> Passar um maio numa grande cidade, é uma cousa de mau gosto, aprecio mais o maio duma cidade do interior onde se desfructa um ambiente livre e saudável, e, se não esperimenta a incipidez intolerável deste velho Recife.
> O Brazil possue florestas gigantes, é o paiz mais favorecido da natureza que parece ter se esmerado em prodigalizar-lhe os dons da beleza e da fertilidade, talhando para a sumidade das potencias é majestoso e altivo.[84]

[84] "De soslaio". **O Campina Grande**, Anno II, n. 32, edição de 30/05/1909, p. 03.

A visão desses poetas, entretanto, consiste num olhar meramente contemplativo sobre a natureza. Eles se colocam como meros espectadores do mundo natural e dos eventos produzidos por este, observando e admirando cada movimento proporcionado pela ação natural. Nos poemas que analisamos até agora, a natureza é inventada pelo homem como espaço de observação, contemplação e admiração tão apenas. Não cabe ao sujeito intervir sobre ela, mas apenas observá-la e descrevê-la. Assim, os autores constantemente se referem ao movimento do Sol, às luzes por ele irradiadas quando tocam uma flor, à brisa que conduz as folhas caídas e ao vento que move galhos, às nuvens que vagam pelo céu, ao lago que dorme, ao luar sereno, às arvores frondosas, às flores perfumadas, etc[85].

Essa visão contemplativa e romantizada da natureza, entretanto, começa a sofrer uma certa descontinuidade no interior da própria redação de *O Campina Grande*. Quando analisamos os escritos de outro poeta redator do periódico, Virgílio Maracajá[86], lemos a maneira como ele constrói a natureza diferentemente daquela produzida por seus colegas de jornalismo, especialmente da natureza construída por Protásio Sá.

O mundo natural de Maracajá ainda é um espaço idealizado que inspira poetas pela sua beleza. Entretanto, em seus textos, os elementos da natureza começam a aparecer também sob um olhar culturalizado, científico, e não apenas tomado por um devir romântico. Virgílio Maracajá assume, assim, o papel de transmitir aos leitores do periódico a visão que a ciência tem sobre os elementos da natureza tão exaltados pelos poetas. Ele próprio, também poeta, faz questão de enunciar em seus textos as duas visões sobre tais elementos, construindo-se, assim, enquanto um sujeito em que os dois olhares sobre a natureza se amalgamam, produzindo uma visão que almeja estabelecer uma

[85] Podemos analisar esse olhar contemplativo em outros poetas redatores que escreveram para *O Campina Grande* naquele ano de 1909. Dentre eles, temos José Peixoto – "Entre a folhagem do frondoso cajueiro cantava um sabiá tristemente e as notas suavissimas do seu trinado cahiam em minh'alma tão doces como as vibrações de um coração amante" ("Threnos". **O Campina Grande**, Anno II, n. 23, edição de 28/03/1909, p. 02) –, Evaristo Fabrício – "a brisa serenamente passa, murmurando nas folhagens" ("Ao luar". **O Campina Grande**, Anno II, n. 24, edição de 04/04/1909, p. 03) –, e José Cavalcante – "O sol despedia-se soltando seus últimos raios, nas verdes ramagens das campinas" ("O passado". **O Campina Grande**, Anno II, n. 25, edição de 11/04/1909, p. 03).

[86] Já citamos anteriormente o senhor Maracajá neste texto. Na década de 1920, Epaminondas Câmara trabalhou na firma de algodão de Virgílio, antes de ingressar no Banco Auxiliar do Povo.

relação – mesmo que de oposição – entre o olhar romantizado dos poetas e o olhar moderno dos cientistas.

É com este intuito que ele publica, em cerca de um mês, três diferentes artigos, cada um voltado à análise de um elemento da natureza inspirador para os poetas: o céu, o sol e a lua[87].

No primeiro de seus artigos, intitulado “A natureza e o céo”, Maracajá traça um perfil do que o céu representava para poetas, pastores e astrólogos. Seu texto inicia com a pergunta “que faz o bronco pastor, encostado ao píncaro da serra com os olhos pregados na abobada celeste?”. Eis a sua resposta:

> Contemplo a belleza infinita das estrellas, os seus movimentos eternos; e pergunta a si mesmo que mão omnipotente crivou a cúpula de crystal que sobre os campos, que o cercam e se perdem no horizonte, de diamantes que tanto brilham.
> Escuta a musica divina das espheras; essa harmonia celeste, formada pelos sons que cada astro produz rolando na immensidade.
> Escuta a voz grave e magestosa de Uriel, o espírito que dirige o sol, e a voz sonora e melancólica de Saturno, astro dos mysterios. – Essa muzica que os antigos admirava, e cuja existência os astrônomos modernos negam com razão, ainda que os poetas a ouvem, e a procuram nos seus cantos.[88]

Quanto ao astrólogo, diz julgar que no céu é possível ler o destino individual de cada homem. “O céu para elle é um livro, onde pensa vêr escriptos os segredos do futuro”. Afirma ainda que “o aspecto do céu é tão formoso e tão sublime a sua grandeza, que todos sentem ao vê-lo o respeito, a fé coarem-lhe n’alma”.

Assim, se o “bronco pastor” vê no céu as estrelas e seus movimentos eternos, o astrólogo a chance de prever o futuro dos homens e o poeta ouve a música divina e harmoniosa das esferas, o cientista, ou seja, o astrônomo moderno nega – e “com razão” – toda esta idealização romantizada do céu.

Numa tentativa, mesmo que ainda tímida, de inserir o olhar moderno da ciência na visão sobre o céu, Maracajá assim o define:

---

[87] Os artigos foram publicados nas edições de *O Campina Grande* entre 18 de abril e 16 de maio de 1909 em uma seção intitulada, de maneira geral, “A Natureza”, e seguida no título pelo elemento que seria abordado como tema.

[88] “A natureza e o céo”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 26, edição de 18/04/1909, p. 03.

> Quando fitamos os olhos no céu, vêmos uma immensa abobada, transparente, e pura de um azul bellissimo; ora alumiada pela refulgente luz de um globo de fogo, que caminha magestoso de éste para oeste, innundando os campos de vida, reflectindo-se nas alvas agulhas de neve que coroam as serras, ou transformando-se em palhetas de fogo nas crespas escamas dos rios.[89]

Desta maneira, nem cúpula de cristal, nem livro de destinos individuais, nem gerador de música harmoniosa, o céu é enunciado como meramente uma imensa abóbada transparente azulada e iluminada pela luz do sol[90]. Mesmo que a descrição "científica" de Maracajá ainda utilize de algumas figuras de linguagem atribuídas ao olhar romantizado, com este artigo ele já começa a estabelecer uma ruptura com esse olhar, ao demonstrar que o que se imaginava e fantasiava-se sobre o céu foi, "com razão", desmentido pela ciência, que demonstrou ser ele meramente uma abóbada transparente azulada. Ao frisar a expressão "com razão", mesmo fazendo uso de imagens poéticas para escrever o seu texto, Virgílio Maracajá demonstra estar mais propenso a aderir ao olhar dos cientistas, "descobridores" das verdades do mundo, do que ao olhar dos poetas, que continuam a escutar música onde não existe e a buscá-la através de seus "cantos"...

No segundo texto, "A natureza – O Sol", a pretensão de Virgílio Maracajá em recuperar as imagens idealizadas e fantasiosas sobre esse elemento da natureza continua, mas passa a estabelecer-se uma oposição maior entre o olhar moderno e o olhar romantizado.

> Para os homens o sol é uma divindade; os selvagens adoram-no no cimo das montanhas. Os povos antigos viam nelle um de seus deuses; os Indios chamavam ao Deus do Sol, o casto Surya, e julgavam que sete soberbos corcéis verdes arrastavam o seu carro, guiado por Aarona, atravez dos céus; os gregos herdaram essa

[89] "A natureza e o céo". **O Campina Grande**, Anno II, n. 26, edição de 18/04/1909, p. 03.

[90] Aqui, apesar de não se falar especificamente do sol, pensamos tratar-se dele, pois Maracajá cita um "globo de fogo, que caminha magestoso de éste para oeste". Entretanto, no artigo específico sobre ele, publicado na edição do dia 02 de maio, afirma que o sol não é um "globo de fogo". "Será o sol um globo de fogo?/ Não: o sol é um globo solido opaco, não inflammado, como a terra; como esta, aquelle orbe póde ser habitado, pode ser ornado das mais formosas gallas de vegetação" ("A natureza – O Sol". **O Campina Grande**, Anno II, n. 28, edição de 02/05/1909, p. 03). Aparentemente, entre a escrita do artigo sobre o céu publicado no dia 18 de abril e esse último artigo publicado no dia 2 de maio, Maracajá teve contato com leituras que fizeram mudar a sua definição sobre o sol.

> tradicção: a Surya chamavam-lhe Phebo; Aarona denominavam-no Aurora.[91]

Tais imagens sobre o sol, entretanto, Maracajá recupera já ao final do seu texto. Ao longo dos parágrafos anteriores, ele descreve, minuciosamente, o olhar científico sobre o sol.

> O sol é um immenso globo luminoso e segundo a opinião do Dr. Joaquim M. de Lacerda, o seu diâmetro é 113 vezes maior que o da Terra, o seu volume 1,400,000 vezes mais considerável e sua distancia média da Terra é de 27.500.000 leguas geographicas ou 153 milhas de kilometros.
> O sol não é todo igualmente luminoso: visto ao telescópio podem notar-se na sua superfície manchas obscuras, de formas muito variadas; a observação dos movimentos dessas manchas faz conhecer que aquelle astro gira sobre si mesmo, dando uma volta completa aproximadamente em vinte e cinco dias.
> A direção deste movimento de rotação do sol é a mesma que a do movimento da terra, que gira também, como sabemos, em torno de um eixo.(...)
> O sol é formado de um globo central quasi obscuro, envolto de uma atmosfera carregada de uma immensa camada de nuvens que o envolvem por toda a parte: é por cima destas nuvens que se estende, como um manto de luz, uma esféra resplandecente, cuja irradiação allumia a terra e os planetas, virifica e orna o espaço, e é a causa de se nos figurar o sol como se fôra um orbe de chamas.[92]

Será que conseguiria, o caro leitor, imaginar uma descrição menos romantizada do que essa?

Cerca de três meses antes da publicação deste olhar friamente técnico sobre o sol, Gilberto Leite, também poeta redator de *O Campina Grande*, publicava, sob o título de “Sol”, as seguintes linhas:

> Tem phases diversas este grande centro de atração planetaria. Ora, na exhuberancia de um rigor assombroso mata, queima, destroe, ora alimenta os seres animados, faz da terra um jardim de encantadas delicias.
> A claridade que se irradia desse foco soberano de luz é a propria vida.
> Que belleza não encerra esse phenomeno admiravel que põe em contacto com a nossa retina todas as cousas de existencia phisica?
> Que viver contristado não deve ser daquelle que não pode admirar os encantos da Natureza porque lhe falta a vista porque lhe falta a luz.
> Pois bem o mundo sem o sol seria o mesmo que o indivíduo sem vista. Grande e eterna noite...[93]

---

[91] “A natureza – O Sol”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 28, edição de 02/05/1909, p. 03.
[92] Ibid., p. 03.
[93] “O Sol”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 15, edição de 31/01/1909, p. 02.

Pela fala de Gilberto Leite, vemos a afirmação de um olhar romantizado e contemplativo sobre a natureza e os seus elementos, bem como a exaltação da luz solar justamente como propiciadora da apreciação do mundo natural. O sol, assim, aqui aparece como responsável por permitir que o homem admire "todas as cousas da existencia phisica", especialmente os "encantos da Natureza". O sol, sob o olhar de Leite, "é a propria vida", e jamais um mero "globo luminoso" cujo diâmetro e volume são tantas vezes maiores do que os da terra, formado "de um globo central quasi obscuro" e que "gira sobre si mesmo". Aqui, portanto, vemos, pelas páginas do mesmo jornal, novamente o choque entre dois olhares sobre o sol: o olhar poético e romantizado de Gilberto Leite e o olhar moderno e técnico de Virgílio Maracajá.

No último artigo temático sobre a natureza que Maracajá publicou, intitulado "A lua", a ruptura com o olhar romantizado parece ainda mais forte, visto que o próprio objeto em análise aparecia recorrentemente nos textos dos poetas, conforme já vimos quando analisamos os textos de Protásio Sá.

Da mesma maneira que fez ao escrever sobre o sol, Maracajá estrutura seu texto em dois momentos, ressaltando, em um, a visão idealizada dos poetas sobre a lua, e, em outro, enunciando a sua visão sobre ela, uma visão técnica informada pelo conhecimento científico.

> A lua tem sido a consoladora inspiração para muitos, a companheira das noites solitárias para todos os desgraçados.
> É o protector dos espíritos aerios, que a Musa romântica sonha pousados à bordas das cascatas, mal cobertas pelo véu de vapor que se alevanta das aguas espumosas da torrente, é a deusa grave, formosa, e ligeira dos cantores classicos, que entoam hymnos ao som da Lyra que os gregos lhe legaram.
> Poetas de todas as edades, poetas de todas as escolas; todos quanto são dotados de uma alma capaz de sentir e de amar o bello, te têm votado a melhor parte de seus versos, ó Lua formosa!
> É porque o povo te adora, o povo crê em te, ama-te, deseja-te, e o poeta é intreprete (sic) do sentir do povo.
> Os antigos não tinham sinão ideas vagas sobre a constituição da lua, que segundo Clearcos definiam "o mais bello espelho, o mais perfeitamente polido e lustroso, onde se reflectiam as imagens e as figuras do grande mar occeano"[94]

[94] "A Natureza – A lua". **O Campina Grande**, Anno II, n. 30, edição de 16/05/1909, p. 01-02.

Após essa apresentação de como a lua era vista pelos antigos e continuava sendo vista pelo povo e pelos poetas, Maracajá começa a descrevê-la segundo a ciência moderna, conseguindo expurgar-lhe de toda a poesia.

> Hoje porem, depois da descoberta dos óculos, sabe-se que a Lua é um globo similhante a terra, mas segundo a opinião do Dr. Joaquim M. de Lacerda é 49 vezes menor em volume, que gira em roda do planeta que habitamos á distancia de 60,000 léguas geographicas, alumiado, como nós, apenas pela luz do sol e pela luz reflectida pela terra.
> A lua gira em torno de um eixo, como os planetas e o sol, o seu movimento é tão lento, que apenas perfaz uma volta completa no espaço de 29 dias e meio; é este mesmo o tempo que ella gasta em percorrer a sua orbita (assim se chamma o caminho que os astros descrevem no espaço) em roda da terra.
> A reunião destes dois movimentos que se completam em tempos eguaes faz com que nós vejamos constantemente o mesmo lado desse astro, e por conseguinte que a sua apparencia não mude.
> Occupando posições diversas em relação ao sol, quando caminha em torno da terra, a Lua recebe a luz em pontos differentes da sua superfície, e por isso se nos mostra com formas variadas; porque nós della só percebemos a porção illuminada.[95]

Más notícias, portanto, para poetas e apaixonados que viam no céu, no sol e na lua a expressão de sentimentos os mais diversos. O olhar moderno trazido por Virgílio Maracajá às páginas de um jornal que se considerava em primeiro lugar literário, e apenas em segundo noticioso, provocava uma ruptura entre uma visão sobre a natureza, romantizada e idealizada, a que eram atribuídas pureza, beleza e inocência, para enunciar e estabelecer outra visão, uma visão técnica, científica, moderna.

Desta maneira, nesses três artigos, Maracajá trouxe às páginas de *O Campina Grande* a "verdade científica" sobre os elementos da natureza romantizados pelos poetas campinenses, alguns, inclusive, seus próprios colegas de trabalho na redação do jornal, como Protásio Sá e Gilberto Leite.

Em seus textos sobre a natureza, Maracajá ressaltou os vários olhares sobre o mundo natural, como vimos, descrevendo como ele era visto pelos antigos, pelos "selvagens", pelos poetas, pelo povo, enfocando, entretanto, as mais recentes "descobertas científicas" – "Hoje porem, depois da descoberta

[95] "A Natureza – A lua". **O Campina Grande**, Anno II, n. 30, edição de 16/05/1909", p. 02.

dos óculos...” – para enunciar e afirmar uma nova visão, embasada no olhar moderno, que lia esses elementos de maneira objetiva e técnica.

Assim, o autor afirmava em seus textos, por exemplo, as visões sobre o sol que os “antigos” ou “selvagens” tinham – “para os homens, o sol é uma divindade...” – justamente para contrapor-se a elas, enunciando a visão científica e objetiva sobre ele – “O Sol é um immenso globo luminoso” –, bem como descreve a maneira idealizada como a lua era interpretada pelos antigos – “a deusa grave, formosa, e ligeira dos cantores clássicos” –, que não sabiam o que ela era “de verdade” – “os antigos não tinham sinão ideas vagas sobre a constituição da lua” –, e contrapõe-se a eles, estabelecendo, assim, um novo olhar com pretensão de constituir-se como único e hegemônico – “a lua é um globo similhante a terra, mas (...) 49 vezes menor em volume”.

Em Maracajá, entretanto, confundem-se ainda algumas vezes o olhar moderno e o olhar romantizado, apesar da predileção, como afirmamos, pelo primeiro. Não vemos nele o rompimento completo com a visão idealizada do mundo natural, mas a pretensão de enunciar e fazer circular entre os leitores do periódico a visão científica, como um “papel civilizador”, em que ele teria se investido por ser possuidor do conhecimento objetivo. Nesta sua “missão”, precisaria levar o conhecimento ao grande público para esclarecê-lo, para educá-lo, para instruí-lo, pois o mundo moderno só seria alcançado quando a ciência suplantasse a ignorância e todas as demais maneiras de (des)conhecimentos populares. E a imprensa era vista como um elemento do progresso justamente por possibilitar a difusão desse saber científico entre o grande público[96] – mesmo que o “grande público” fosse constituído apenas dos letrados que possuíam recursos para assinar o jornal.

Era, portanto, justamente investido desse papel de homem de ciência e em sua missão de levar o conhecimento moderno para o público leitor de Campina Grande que Virgílio Maracajá escrevia para o jornal dos irmãos Sá.

[96] O próprio periódico para o qual Virgílio Maracajá escrevia publicou o seguinte: “Effectivamente, quando cheio de illusões consoladoras, o espírito fecundo de Guttemberg fundou a imprensa, outro sentimento não lhe arrebatou senão haver descoberto o maior elemento de progresso e civilisação” (“‘O Popular’”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 18, edição de 21/02/1909, p. 01).

Outro elemento que podemos destacar nos escritos de Maracajá que lemos como um deslocamento do olhar romantizado para o olhar técnico sobre a natureza consiste em que, neste redator, o mundo natural já não aparece apenas como mero espaço de contemplação pelo homem, como aparecia nos escritos dos poetas redatores de *O Campina Grande*. Para Maracajá, a ciência dava possibilidade de o homem intervir sobre a natureza, modificando-a, "melhorando-a". Nele, o mundo natural aparece como espaço de atuação e intervenção humana, como possibilidade de culturalização. O homem, assim, ganha o poder de atuação e intervenção sobre o natural, passando a ser agente ativo na construção de novos espaços da natureza, e não apenas espectador de seus fenômenos.

É nesta pretensão de culturalização do natural que lemos a reportagem *As Flores*, de sua autoria.

> O homem hoje pode ir além da contemplação no que [diz] respeito ás flores, e mesmo aos animaes; pode, pela força da sua vontade, pelo poder da sua sciencia, modificar a natureza íntima dos entes organisados, fazer-lhe variar o aspecto, transformar-lhe à phisionomia, enriquecer-lhe a belleza. A planta conduzida do campo, onde é simples e desadornada, para os jardins, dobra as suas pétalas, adquire novas côres, e toma o garbo airoso e aristocrático, que é um dos encantos das bellezas que são as flores das salas, como as pobres flores se tornaram os diamantes e as perolas dos jardins perfumados.[97]

Virgílio Maracajá defende, portanto, uma prática que ele adjetiva como sendo "arte", "paixão" ou "luxo" das "nações civilizadas", mas que se trata, sob o seu olhar, de uma aplicação concreta do conhecimento científico ao mundo natural: a jardinagem, ou seja, o recorte e deslocamento de um espaço natural para um espaço artificial humanamente elaborado para a criação de plantas. Como disse na citação, "a planta conduzida do campo (...) para os jardins, dobra as suas pétalas, adquire novas côres, e toma o garbo airoso e aristocrático". Assim, Maracajá defende a intervenção do homem sobre a natureza, mostrando como tal intervenção é benéfica tanto para ela – pois vai "enriquecer-lhe a belleza" – quanto para ele – pois a jardinagem, como prossegue na reportagem, é também um importante objeto de comércio, um

[97] "As Flores". **O Campina Grande**, Anno II, n. 35, edição de 20/06/1909, p. 02.

“manacial (sic) de trabalho e de salários para muita família pobre, o pão de grande numero de desgraçados, o alivio para grandes padecimentos”[98].

Maracajá desloca, portanto, o olhar de beleza lançado pelos poetas tomados por um devir romântico à planta em seu estado natural, pois afirma que ela, nestas condições, é “simples e desadornada”, e não bela e pura como faziam crer os poetas. Produz, assim, uma nova visibilidade sobre a planta. Apenas com a intervenção humana é que ela ganharia a “belleza”, tornar-se-ia “os diamantes e as perolas dos jardins perfumados”.

Os jardins, pode lembrar-se o leitor mais atento, já apareciam nos escritos de alguns poetas de que tratamos neste capítulo, como Protásio Sá, na poesia dedicada a Esther, quando falava que as flores colhidas no jardim desta já haviam perdido o perfume[99], e Sophia Galliza, ao dedicar um poema a um jasmineiro morto[100]. Apesar de os três redatores se referirem a um espaço não mais puro, não mais livre da ação do sujeito, mas humanamente elaborado na tentativa de reproduzir e ordenar o natural, apenas Maracajá conscientemente declara ser tal espaço uma produção humana, expondo a perda da inocência quanto ao natural efetivamente existente nesta produção cultural. É apenas Maracajá, e não Sá nem Galliza, que declara a (cons)ciência por trás da construção de jardins.

Exercer, assim, o domínio sobre o natural, subjugar a natureza, tornando-a, assim, uma produção da cultura, consistia em mais uma atitude de modernidade executada por alguns letrados de Campina Grande nas primeiras décadas do século XX. Os jardins representavam justamente essa intenção, a produção de espaços artificiais que recortavam determinados aspectos do mundo natural e reproduziam-no em espaços devidamente controlados pelo homem. A pretensão de domínio do homem sobre a natureza era a promessa da ciência do século XIX, especialmente no sentido de que, sendo conhecedor das “leis que regiam” o natural, o humano estivesse prevenido contra suas intempéries, já que esse “mundo caótico”, como era então visto pelo olhar moderno, poderia apresentar perigos os mais diversos.

---

[98] “As Flores”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 35, edição de 20/06/1909, p. 02.
[99] “Folhas Soltas”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 15, edição de 31/01/1909, p. 02.
[100] “Um jasmineiro”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 34, edição de 13/06/1909, p. 02-03.

Assim, ao longo dos primeiros meses de publicação, *O Campina Grande* fez circular pela cidade pelo menos duas visões sobre o mundo natural: uma tomada por um devir romântico, representada especialmente pelos poemas de Protásio Sá, que contemplava a natureza como espaço da pureza, da inocência e da beleza; enquanto a outra, expressa por Virgílio Maracajá que, apesar de ainda apresentar algumas influências do olhar romantizado, já era informada por uma sensibilidade moderna que lançava um olhar não mais meramente contemplativo à natureza, mas uma ação interventora sobre ela, vendo-a como elemento passivo de culturalização.

Esses dois olhares conviveram na redação do periódico pelo menos até meados de 1909, sendo o olhar expresso por Protásio Sá o mais consistente – e insistente – no jornal, posto que diversos outros redatores e colaboradores usavam dessa mesma visibilidade sobre a natureza para contemplá-la em sua beleza, pureza e inocência.

A hegemonia do olhar romantizado então existente nas edições do periódico, entretanto, passou a sofrer grave abalo pelo menos a partir de junho de 1909, quando a natureza passou a ser vista pelos redatores não mais como espaço idealizado, mas como elemento opressor do povo nortista.

Esta mudança de leitura sobre o mundo natural ocorreu devido à estiagem nos estados do Norte, noticiada pelo periódico entre 13 de junho e 15 de agosto daquele ano. Ao longo dessas edições, a natureza apareceu nas páginas do jornal como flagelo, castigo para um povo já sofrido. O sol deixou de ser um deus da vida para se tornar um provocador da morte, um sol que flagelava tanto homens quanto plantas e animais, sem distinções.

Durante o período da seca, a natureza expôs a fragilidade das leituras que a ela foram lançadas tanto pelo olhar romantizado, fazendo abandonaram-se os poemas de exaltação ao mundo natural para passar-se a enunciá-lo como inóspito e opressor, quanto pelo olhar moderno, pois ela passou novamente a ser vista como determinadora da vida dos homens, igualando-os aos irracionais, incluindo todos no mesmo destino trágico: a fome, a sede, a penúria, a doença e, finalmente, a morte .

> No alto o sol – enorme papoula rubra – caustica, fusila, entoando a sua eterna canção da luz, essa luz reverberante e vivaz que traz vida á muito morte, que traz morte á muita vida...
> E o catingal aphyllo estende para o infinito os galhos resequidos, na suplicante attitude do crente que implora a misericórdia celeste.
> Pesa sobre os campos a pavorosa quietude das regiões carbonisadas, solitárias.
> É a influencia nefasta da sêcca que manifesta-se em toda a sua exhuberancia de perspectivas luctosas, tétricas, sem vislumbres de coloridos agradáveis á retina.
> Olhares amortecidos, corpos emaciados, figurando lêmures noctâmbulos, os bois e ovelhas mugem e balam lugubremente, fazendo penetrar no segredo ádyto de nossa alma de Bons a compaixão pelas míseras victimas do flagello sertanico.(...)
> Tudo denuncia a continuação dessa quadra torrificante, o eterno reinado desse sol esbraseado e ardente, que elanguesce a violeta após a formação do folíolo, cresta o mimoso quando apenas principia a brotar o tenro cauliculo.
> E não são somente os animaes e as plantas que soffrem os vexames, as maguas refinadamente torturantes dessa estação calorífica, não! Os pobres, os desherdados dos bens terráqueos, também languem suffocamento da atmosphera carregada, asphixiante, fugindo, os que ainda podem mover os membros enervados, para longiquas, bemfasejas plagas, procurando um pouso reparador e ameno onde possam reclinar as lúridas frontes, requeimadas pelas ardências da secca terrível, devastante, cruel![101]

Os elementos da natureza, portanto, passaram a aparecer nesse período por meio do sol “esbraseado e ardente”, que “fusilava” as formas vegetais de vida ainda antes de se formarem devidamente e deixava os campos completamente “carbonisados”; dos “galhos resequidos” implorando a “misericordia celeste”; dos “lêmures noctâmbulos” e dos bois e ovelhas mugindo e balando lugubremente; assim como da “atmosphera carregada, asphixiante” que flagelava os “pobres, os desherdados dos bens terráqueos” com “frontes requeimadas pelas ardências da cruel e devastante secca”.

Em outra reportagem pelo mesmo periódico, o autor admitiu que muitos dos efeitos sociais da estiagem vinham da falta de recursos do governo federal que não eram passados ao povo nortista. Entretanto, sua leitura era a de que tais recursos representavam mecanismos de minorar uma situação já posta, natural, justamente a opressão devastadora da “mãe impiedosa” e “insensível” que era a natureza. E, na falta de apoio do Estado aos “oprimidos” da estiagem, apelava-se para a verdadeira responsável pela situação calamitosa dos nortistas.

[101] “A secca”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 34, edição de 13/06/1909, p. 01-02.

> (...) appellamos para tu, ó Natureza! (...)
> E a honra que se vende, o amor que se corrompe, a sociedade que se degrada, a família que se dissolve, tudo emfim não poude ainda semsibilizar-te ó Mãe impiedosa!?
> Uma gotta d'água tem para nós, abandonados filhos deste solo, a preciosidade das cousas raras. É a lei da necessidade que se patentea.
> Vivemos semi-mortos pela sêde e pela fome.
> E quando o anômalo governo federal crusa os braços ante tão grande desgraça, mentindo á Constituição que jurou cumprir, tu, ó céu, conservas a plenitude de um Sol de fôgo!
> Resta-nos pois uma esperança é que as lagrimas nossas se casem com as vossas lagrimas, fecundando a terra.[102]

Até mesmo Protásio Sá, um dos maiores representantes do olhar idealizado sobre a natureza a trabalhar na redação de *O Campina Grande*, admitiu, em um artigo denominado *O Norte*, que o mundo natural, por alguma "anomalia" desconhecida, era responsável pelo sofrimento de todo um povo que ficava à mercê dos "disvellos" da natureza e do "desdem de governos impatrióticos".

> É por assim diser nesta pequena nesga do globo terráqueo que por uma anomalia desconhecida habitão os espíritos mais refractarios aos disvellos da naturesa e o desdem de governos impatrióticos, que recebem os nossos dilacerantes gemidos de dôr, entre gargalhadas estridentes (...)
> não somos mais do que um pequeno afluente do rio caudaloso de civilisação e grandesa, que com o nosso sacrifício se ostenta lá no Sul.[103]

Os efeitos de uma estiagem nos estados do Norte eram atribuídos às ações de uma gama de elementos naturais "opressores" do homem, como a falta de chuvas periódicas, um "sol de fôgo" imponente e causticante, uma atmosfera asfixiante, etc. A estiagem, desta maneira, era vista como produto da ação da natureza, uma natureza insensível que castigava e oprimia o homem. Por outro lado, caberia, segundo a visão desses jornalistas, ao poder estatal, especialmente ao governo federal, minorar os efeitos sociais da ação dos elementos naturais propiciadores da seca "terrível, devastante e cruel". Deveria o homem, assim, empreender ações com o fim de diminuir a influência que a natureza continuava a ter sobre as sociedades, proporcionando-lhe uma maior

[102] "Pro Patria". **O Campina Grande**, Anno II, n. 35, edição de 20/06/1909, p. 01.
[103] "O Norte". **O Campina Grande**, Anno II, n. 36, edição de 04/07/1909, p. 02.

autonomia, uma maior liberdade quanto aos caóticos e imprevisíveis desígnios do mundo natural[104].

É possível, desta maneira, que a estiagem noticiada em 1909 tenha funcionado como elemento catalisador na produção e consolidação de uma sensibilidade moderna na Campina Grande do início do século XX. Isto porque a exaltação à natureza ditada pelo olhar idealizado dos poetas foi minada durante o período da seca, período em que ao mundo natural, como vimos, passou a ser atribuída a maior responsabilidade pelo sofrimento e pelas angústias do povo nortista; em que a natureza passou a ser dita e vista como opressora, impiedosa, insensível, etc.; em que, por outro lado, passou-se a defender uma ação mais eficaz do homem com o fim de minorar os efeitos do mundo natural sobre a vida humana, ou seja, passou-se a defender mais a intervenção humana sobre os elementos naturais – daí a publicação, nesse mesmo período, do poema que estudamos, *As Flores*, de Virgílio Maracajá, defendendo a manipulação da natureza pelo homem no intuito de aperfeiçoá-la.

Nesse ínterim, entre junho e agosto de 1909, os poetas redatores de *O Campina Grande* não mais escreveram poemas de exaltação à natureza, provavelmente porque seria até mesmo um contra-senso exaltar algo que, segundo seus olhares, consistia no próprio algoz da vida dos nortistas. Na medida em que o jornal noticiava os efeitos da seca, os poemas de exaltação aos elementos do mundo natural foram paulatinamente perdendo espaço e saindo de cena para darem lugar a denúncias contra a falta de higiene pública[105], críticas ao governo municipal[106], à administração dos cemitérios[107],

---

[104] A invenção do Nordeste como uma região específica pode ser vista sob essa lógica, já que a região foi inventada como espaço do atraso por, dentre outras coisas, ser um território que estava submetido aos desígnios da natureza por meio da seca (Cf. ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001).

[105] Cf. “Da carteira do reporter”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 33, edição de 06/06/1909, p. 04; “Hygiene Publica”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 41, edição de 15/08/1909, p. 03; e “Hygiene Publica”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 42, edição de 22/08/1909, p.01.

[106] “Quem tudo fazia, promettendo até transformar esta cidade em verdadeiro paraizo terrestre, certamente não se recorda mais de suas solemnes e publicas promessas./ Não negaremos jamais que em annos passados alguma cousa tinha feito, entretanto manda a justiça que se diga: nos últimos tempos o nosso querido torrão, vive em absoluto e completo abandono./ O leito das ruas está sem a menor consservação: buracos por toda a parte, lixo por todos lugares e recantos” (“Hygiene Publica”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 42, edição de 22/08/1909, p.01).

[107] “Cemiterio”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 43, edição de 29/08/1909, p.02.

à jogatina e outros costumes "incivilizados"[108], dentre outros temas "modernos". O jornal foi, portanto, tornando-se mais "noticioso" que "litterário" pela primeira vez em oito meses de veiculação.

Se isto foi meramente um momento de exceção, uma excepcionalidade na sensibilidade das elites letradas que conduziam *O Campina Grande* dada devido à situação de estiagem, e que, logo depois da sua cessação a sensibilidade romantizada voltou a imperar no jornal, não temos como responder. Isto porque a última referência à seca se deu em reportagem datada de 15 de agosto e o jornal encerrou suas atividades na imprensa duas semanas depois. O motivo alegado para a suspensão foi a saída de Antonio Sá, irmão de Protásio Sá e "principal redactor", que teria ido concluir o seu curso de direito na cidade do Recife[109].

Por outro lado, somos levados a crer que o encerramento das atividades de *O Campina Grande* não se deveu unicamente ao alegado pelo periódico. A mudança pela qual o jornal passou nos últimos meses de veiculação, quando, como dissemos, passou a ser mais noticioso do que literário, começando a abordar de maneira mais crítica aspectos sociais e políticos da cidade, parece ter feito nascerem alguns inimigos dos seus redatores que os "inocentes" poemas de exaltação à natureza não haviam até então produzido. Parece-nos ter sido este o motivo que levou ao atentado contra a vida de Protásio Sá, no dia 25 de julho de 1909, quando este se encontrava no estabelecimento comercial do Sr. Francisco Cezario da Costa e foi agredido por dois sujeitos armados de revólveres[110]. Não foi a primeira nem seria a última vez que jornalistas de Campina Grande foram e seriam agredidos ou ameaçados devido às críticas políticas e sociais veiculadas em seus periódicos – que o digam o Sr. Irenêo Joffily, diretor de *A Gazeta do Sertão*, cuja rixa com o presidente do Estado, o Sr. Venâncio Neiva, levou ao empastelamento do seu jornal e ao seu exílio no Rio de Janeiro, em 1891[111], e

---

[108] "Não somos nós somente". **O Campina Grande**, Anno II, n. 33, edição de 06/06/1909, p. 04

[109] "Redacção". **O Campina Grande**, Anno II, n. 43, edição de 29/08/1909, p. 03.

[110] O caso é relatado em "Aggredidos!!!". **O Campina Grande**, Anno II, n. 40, edição de 08/08/1909, p. 01.

[111] A última edição desse periódico, datada de 6 de maio de 1891, trouxe um verdadeiro manifesto escrito pelo bacharel contra o senhor Venâncio Neiva, acusando-o de "implantar um regimen de trevas e de corrupção", "aniquilar a imprensa", usando de "manejos

o Sr. Arlindo Corrêa, diretor de *A Batalha*, agredido pelo Dr. João Arlindo, em 1935.

Apesar do prematuro encerramento das atividades de *O Campina Grande* e, desta maneira, da impossibilidade de compararmos os discursos sobre a natureza proferidos antes da estiagem, analisados neste capítulo, com aqueles que seriam proferidos depois da mesma por aquele pequeno grupo de poetas redatores que lá trabalhavam, pensamos ainda assim ser possível pensar a estiagem de 1909 como elemento catalisador da mudança de sensibilidades em Campina Grande.

Isto porque, mesmo não nos sendo possível afirmar que o olhar sobre a natureza produzido no período de seca tenha perdurado para além do evento climático então ocorrido, com base neste periódico, com a leitura dos jornais que vieram nos anos seguintes é possível pensarmos como o impacto da seca possa ter ajudado a minar o olhar romantizado sobre a natureza até então ainda muito professado por grupos letrados em Campina, abrindo um maior espaço para uma sensibilidade moderna que paulatinamente foi se tornando hegemônica entre esses grupos e comunicada à cidade especialmente por meio da imprensa.

É também na própria estrutura física deste jornal, ou seja, na distribuição espacial de seus conteúdos, que podemos analisar como alguns elementos nele presentes seriam modificados nos periódicos das décadas seguintes, periódicos, estes, já informados por um olhar moderno. Isto porque as poesias aí produzidas se encontravam no mesmo espaço das noticias, e muitas destas notícias eram passadas ao leitor utilizando-se da linguagem poética, não havendo distinção clara entre o espaço do poético e o espaço do noticioso. Isto em geral não ocorreu com os jornais veiculados na cidade nas décadas seguintes, que passaram a ser instrumentos com uma função mais

---

indecentes e de ameaças", fazendo ainda circular boatos "aterradores", com repetidas ameaças contra a "officina typographica" e a própria pessoa do Sr. Irenêo. Este, por sua vez, foi exilar-se na capital federal, posto que na Parahyba não havia mais segurança para a sua vida. Seu jornal, o primeiro periódico de Campina, que circulava desde 1888, sucumbia, assim, ante a censura (**A Gazeta do Sertão**, edição de 06/05/1891). Outros dois jornais passariam a circular em Campina sob o nome *A Gazeta do Sertão*. Um, na década de 1920, sob a direção de Hortênsio Ribeiro, que teve, entretanto, apenas cinco meses de duração, entre dezembro de 1923 e maio de 1924. Outro, já na década de 1980, sob a direção de Edvaldo do Ó (ARAÚJO, 1986, p. 82).

política – apresentando mais notícias –, e mais econômica – pela divulgação de produtos e serviços –, do que folhetins literários. Estes jornais modernos ou não publicavam poemas, ou publicavam-nos em quadros destacados do texto principal ou em chamados *Suplementos Literários*, apartando-os, desta maneira, das notícias, delimitando-os, assim, cartografando espaços distintos, inventando o espaço da notícia e o espaço da poética.

Citemos, por exemplo, os jornais *O Século – Jornal de Livre Opinião*, de 1928, dirigido por Luiz Gomes, que mantinha um *Suplemento Illustrado e Literario* que era anexado ao periódico entre as páginas 2 e 3 – estas, por sua vez, em geral, páginas de propaganda de produtos e serviços os mais diversos, desde os caminhões da Chevrolet ao Elixir de Nogueira[112]; *Brazil Novo – Orgam de Livre Opinião*, de 1933, dirigido por Tancredo de Carvalho e José Tavares Cavalcanti, que trazia algumas poucas poesias geralmente na página 3 de cada edição da folha, em quadros destacados[113], ou na seção especial *Letras Regionaes*[114]; em *A Batalha – Orgam dos trabalhadores e de interesses geráis*, de 1934, do senhor Arlindo Corrêa da Silva, e em *Voz da Borborema*, de 1937, do senhor Acacio Figueiredo – irmão do então governador do Estado da Parahyba, o senhor Argemiro de Figueiredo, e do ex-prefeito municipal de Campina Grande, Bento Figueiredo –, não localizamos poemas nem prosas poéticas[115].

Assim, lemos como com *O Campina Grande* o olhar romantizado sobre a natureza deu seus maiores saltos naquele início de século XX, bem como deu também seus últimos suspiros antes da prevalência do olhar moderno. E era na própria redação do jornal onde acontecia o embate entre esses dois olhares, por meio das diferentes abordagens sobre os elementos naturais expressos por Protásio Sá e por Virgílio Maracajá.

Os anos que se seguiram, desta maneira, não viram mais o nascimento de periódicos jornalísticos tais quais *O Campina Grande*, mais literários e românticos do que propriamente noticiosos. O papel do jornal numa cidade

---

[112] Cf. **O Século**, Anno I, n. 06, edição de 25/08/1928.
[113] Cf. “Inspiração”. **Brazil Novo**, Anno I, n. 01, edição de 10/01/1933, p. 03.
[114] Conseguimos localizar este suplemento apenas em algumas das primeiras edições do jornal, no número 03, edição de 24/01/1933, e no número 06, edição de 14/02/1933, ambas à p. 03.
[115] Cf. ARAÚJO, 1986; RIBEIRO, 1979; *Memorial urbano de Campina Grande*, 1996.

moderna, assim, era o de apresentar fatos, notícias, eventos políticos e econômicos, numa abordagem racional e científica. As subjetividades e demais expressões sentimentais do homem não deveriam figurar aí, lugar do moderno. E a natureza, por sua vez, ligada a essa subjetividade, deveria ser vista apenas como elemento culturalizável, colonizável pelo homem, espaço de sua intervenção.

Os discursos modernizantes, pautados na idéia de que a racionalização científica iria proporcionar o domínio dos elementos do mundo, consistiram em promessas de uma total oposição à natureza e a tudo o que ela representava. O mundo moderno pretendeu oferecer ao homem a possibilidade de controle total sobre o mundo natural, passando a considerar a natureza um mero objeto de colonização do homem moderno. Com isso, pretendeu também desatar os nós que ligavam o homem à natureza há séculos, relações que haviam sido estabelecidas pelo humano e que permitiam uma vivência cooperativa com os elementos daquele mundo. Relações, estas, que os discursos do moderno instituíram como dependência e pretenderam quebrar para que os homens estabelecessem outras relações.

A representação do homem moderno, que deveria ser necessariamente um homem de ciência, foi produzida tal qual um Brás Cubas machadiano. Alguém que deveria guiar sua vida pelas análises e classificações que o conhecimento científico lhe proporcionava.

Brás Cubas, apesar de não reconhecer devidamente o papel da ciência na sua vida – ao graduar-se em Coimbra, por exemplo, afirma ter-se sentido "lograd, ainda que orgulhoso", pois a Universidade havia-o atestado "uma ciência que (...) estava longe de trazer arraigada no cérebro"[116] – demonstra em diversas situações práticas de sua vida que o seu contato com o conhecimento científico havia construído nele um olhar distinto dos demais, um olhar "superior", que o levava a observar, ler, qualificar, classificar e nomear o mundo e as pessoas de maneira racional, lógica, linear, dicotômica[117].

[116] ASSIS, 2006, p. 51.

[117] Podemos citar como exemplo o ar de deboche de Brás quando percebe o temor de Eusébia e Eugênia ao depararem-se com uma borboleta preta na varanda de sua casa, temor movido unicamente pela superstição "irracional" da cor do bicho (ASSIS, 2006, p. 62). Cubas, entretanto, não poderia jamais temer a borboleta meramente por sua cor, por superstição, já que seu olhar sobre o mundo deveria ser científico. Por isso mesmo que, no dia seguinte

Assim agindo em suas práticas cotidianas e nas relações que estabelecia com os outros à sua volta, Brás Cubas, apesar de afirmar que a ciência não se lhe havia "arraigado no cérebro", era um homem que lia e classificava o mundo segundo a formação acadêmica do século XIX com que tinha entrado em contato em seus estudos na Europa, guiando-se em muitos episódios de sua vida conforme regia o conhecimento científico. Havia, portanto, tornado-se um homem de ciência.

E, até mesmo em seu delírio de morte, Cubas é orientado por tal conhecimento. Quando se defronta com um ser que se denomina como a própria "Mãe Natureza", a reação do homem de ciência é exatamente a de rejeitar a existência de tal coisa, a de classificar-lhe por "absurda", chamar-lhe de "fábula". Para Brás Cubas, ou melhor, para o homem moderno que regia a sua vida pautado no conhecimento científico, o olhar para a natureza deveria se dar apenas no intuito de colonizá-la, de controlá-la, de culturalizá-la, estabelecendo aí o domínio da razão científica. Na crítica que Machado de Assis produz a este olhar por meio de sua representação literária, o homem de ciência recusa-se até mesmo a aceitar a própria existência da Natureza como um ser externo à ciência, por ela não controlada ou classificada. Ao ser apresentado a ela, Cubas a repudia, não podendo crer que, no momento final

---

àquela cena, ao deparar-se com outra borboleta preta, que lhe adentrou o quarto, Brás racionalizou motivos para eliminá-la, motivos que não fossem aqueles estabelecidos por uma visão supersticiosa, mas motivos baseados no olhar racional. "O gesto brando com que, uma vez posta, começou a mover as asas, tinha um certo ar escarninho, que me aborreceu muito" (Ibid., p. 63). A superioridade que sentia ter sobre Eusébia, Eugênia e Eulália, para além da sua posição social e econômica no Brasil imperial escravocrata e paternalista, em parte, dava-se também pelo conhecimento científico que possuía em contraposição aos conhecimentos do senso comum possuídos por aquelas três mulheres, duas delas, pretendentes suas. Esse mesmo conhecimento levou-o a racionalizar a inferioridade de suas pretendentes: Eugênia era bela, tinha olhos tão lúcidos e uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril, mas não era "boa para casar", pois era coxa e havia nascido de um relacionamento extra-conjugal entre o glosador Vilaça e Eusébia, de encontros na "moita"; já Eulália, ou Nhã-Loló, filha do Damasceno, "moça graciosa", mas "deselegante", era uma "flor" no meio do "pântano", pois sua família possuía hábitos "inferiores", como, por exemplo, o pai, que andava metido em rinhas de galo, fazendo com que Nhã-Loló tivesse que se dar "ao esforço de mascarar a inferioridade da família" (Ibid., p.149). Até mesmo a morte de Eulália, em decorrência de epidemia de febre amarela, como quase tudo na vida e na morte de Brás Cubas, também foi racionalizada: a "lógica da febre", segundo a filosofia do humanitismo formulada por Quincas Borba – uma crítica machadiana às teorias científicas do século XIX, em especial, ao darwinismo social de Herbert Spencer –, assegurava a sobrevivência dos mais adaptados, descartando os mais fracos, daí Nhã-Loló sucumbir à doença, como alguém não adaptada àqueles tempos, ou seja, alguém "inferior" (Cf. CHALHOUB, Sidney et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003).

de sua vida, é com a natureza, e não com a ciência, que ele deve tratar. Mais assustador ainda para ele deve ter sido perceber o quanto a ciência falhara em sua pretensão de domínio e classificação do natural, já que, segundo sua própria observação, mesmo sem ainda saber de quem se tratava, afirmou que na natureza "tudo escapava à compreensão do olhar humano"[118].

Desta maneira, Brás Cubas, que ao longo de sua vida guiou-se pelo conhecimento científico, lendo e classificando o mundo de acordo com esses preceitos, até mesmo em seu delírio de morte age como um homem de ciência do século XIX ao ser confrontado pela natureza. Para ele e, de maneira geral, para o conhecimento científico oitocentista que informou os discursos modernizantes, a natureza era caótica, desordenada, irracional, "absurda", uma "fábula". Deveria, portanto, ser controlada, colonizada, manipulada, tornar-se um elemento da cultura, sendo, assim, vista e dita por essa nova sensibilidade produzida na cidade, uma sensibilidade moderna.

A oposição cidade *versus* campo aparecerá também nestas primeiras décadas do século XX em Campina Grande em uma área específica da produção do conhecimento que começa a se consolidar como ciência na cidade na década de 1920. Estamos nos referindo à medicina científica que, ao nascer, legitimou-se destituindo as demais práticas de cura não-científicas, galgando o monopólio institucional sobre os corpos doentes e saudáveis.

Como veremos no próximo capítulo, a medicina científica nasceu sob a égide da artificialização da natureza, contrapondo-se, assim, às práticas e aos praticantes "populares", maneiras de curar que estabeleciam uma relação íntima e necessária entre homem e elementos da natureza.

[118] ASSIS, 2006, p. 26.

CAPÍTULO III:

"À nossa imagem e semelhança"

– a construção de um mundo médico científico em Campina Grande

> "Ante-ontem, ás 17 horas, quando grande era o numero de pessoas estacionadas em frente a nossa redação, para ler as últimas noticias do dia, fomos surpreendidos com a entrada do Dr. Arlindo Corrêa, em nossa sala de trabalho, que veio agredir os que fazem este jornal. (...) A palidez do seu rosto, o seu sistema nervoso alteradíssimo, provou que êle não pertence á estirpe dos homens de vergonha e de atos decentes."
>
> *A Batalha*, 04/04/1935[1]

O periódico dirigido pelo Sr. Arlindo Corrêa da Silva provavelmente nunca havia sido tão merecedor do nome que levava quanto a partir daquele fatídico final de tarde do dia 02 de abril de 1935. Foi naquele dia que o prédio de número 42 da rua Maciel Pinheiro quase veio abaixo, ao presenciar a entrada de um furioso médico que havia ido para lá tirar satisfações com o diretor do jornal, devido às várias críticas a sua pessoa que saíam daquele prédio.

[1] "O Dr. Arlindo Corrêa veio a redação desta folha agredir os diretores d'A Batalha'". **A Batalha**, Anno 1, n. 25, 04/04/1935, p. 04.

A cena nos é descrita unicamente por meio do próprio jornal, dois dias após o acontecido, pela visão do jornalista agredido e ameaçado verbalmente. Segundo ele, o Dr. João Arlindo Corrêa, visivelmente nervoso e irritado, teria invadido o prédio em horário comercial, indo agredir o jornalista em sua sala de trabalho. Teria o médico ameaçado a livre circulação do periódico, bem como aqueles responsáveis pela redação e distribuição do mesmo. Ainda mais: segundo o jornalista, o Dr. João Arlindo teria afirmado a existência de alguns "capangas" seus, responsáveis por fazer alguns "servicinhos"[2], dos quais poderia vir a fazer uso para cumprir as suas ameaças...

A ameaça de agressão física foi retomada em uma edição seguinte do periódico, enquanto a batalha entre os dois Arlindo Corrêas, o médico e o jornalista, acirrava-se. Segundo a reportagem, o Dr. João Arlindo teria afirmado "a várias pessoas" que não mandava eliminar o diretor do jornal porque "não desejava no momento; mas oferecimentos havia recebido"[3].

O jornalista Arlindo Corrêa também não se deixava ameaçar sem uma resposta à altura. Através de seu jornal, afirmou:

> Que venha proibir a circulação d'A BATALHA, para nós lhe mostrarmos com quantos paus se faz uma jangada. Ninguém teme nem as suas bravatas de valente, nem os capangas que diz ter para fazer "servicinhos"! Pensam que é este o estado de segurança em que vivem os jornalistas independentes?
> É o dr. Arlindo Corrêa o terror campinense. Não se lembra que chegou aqui enrolado numa estôpa e que foi esta terra generosa que tudo lhe presenteou, embóra que, hoje a pobreza viva sofrendo as chicotadas do orgulho macabro.
> Conosco tem diferença.
> Se o chicote bater nas nossas costas, nos o revidaremos na cara desse medico agressor de jornalistas.[4]

E, quanto à afirmação de que ao médico já havia sido proposta a eliminação do jornalista, este retrucou:

---

[2] "O Dr. Arlindo Corrêa veio a redação desta folha agredir os diretores d'A Batalha'". **A Batalha**, Anno 1, n. 25, 04/04/1935, p. 04.

[3] "Confessando o seu pavor". **A Batalha**, Anno 1, n. 27, 16/05/1935, p. 04. Infelizmente, o acervo deste periódico é bem escasso nos arquivos de Campina Grande, e não pude localizar a edição de n. 26 do mesmo, onde pode ter sido veiculada alguma notícia sobre o impacto da invasão. Entretanto, o fato de a edição de número 27 só ter saído mais de um mês depois da de número 25, considerando que o periódico era semanal, pode ter sido devido a algum tipo de censura, como nos permite ler Fátima Araújo (s.d., p. 88).

[4] "O Dr. Arlindo Corrêa veio a redação desta folha agredir os diretores d'A Batalha'". **A Batalha**, Anno 1, n. 25, 04/04/1935, p. 04.

> Convido, pois, a vir declarar o nome das pessôas que apresentaram os seus serviços para empreza tão sangrenta, sob pena de citarmos os nomes dos cavalheiros que me puzeram ao corrente deste phenomeno e desde já lhe avisando que toda a minha família e a do jornalista Izidro Aires de Castro, perante eles, v. s. responde por qualquer atentado que soframos mesmo que se não possa identificar, no ato, o bandoleiro pago pelo seu vil metal.(...)
> Mêdo, médico demoníaco, é que nós não temos. A morte é privilégio de todos nós.[5]

Como já dissemos anteriormente, o número 42 da Maciel Pinheiro assistiu, naquele ano de 1935, a dias de trovão em Campina Grande.

Entretanto, se a idéia de modernidade estava vinculada ao uso da razão objetiva e levava, conseqüentemente, ao abandono das ações pautadas em emoções como ódio, rancor e raiva, como podemos entender que numa sociedade que se queria civilizada, moderna, continuassem acontecendo situações como a que acabamos de relatar? E, justamente, como entender que ocorressem rixas entre alguns desses sujeitos enunciadores dos discursos modernizantes, pertencentes a grupos que se queria fazer ver como homogêneos nas maneiras de pensar o moderno, responsáveis pela circulação dos discursos de construção de Campina como uma cidade grande?

Esse problema se torna ainda maior quando analisamos o papel exercido pelo Dr. João Arlindo na cidade de Campina Grande. Ele não era apenas um médico, mas era provavelmente o principal nome da ciência médica na cidade naquele período. Sua trajetória na medicina campinense era notável: havia chegado à cidade no início da década de 1920, dirigira o Posto de Profilaxia Rural dali, fora responsável pela construção do único hospital que a cidade possuía e, desde a sua instalação, em 1932, até aquele ano de 1935, era o diretor daquela Casa de Saúde.

O Dr. João Arlindo havia, em cerca de uma década morando em Campina Grande, construído o seu próprio nome na cidade, um nome excepcional, um nome importante, um nome de poder. Poder, entretanto, que articulou práticas, ações sobre o social, que nem sempre eram vistas com bons olhos por aqueles sobre os quais agia, especialmente quando a autoridade produzida pelo poder médico entrava em choque com o lugar de poder

[5] "Confessando o seu pavor". **A Batalha**, Anno 1, n. 27, 16/05/1935, p. 04.

ocupado por outros sujeitos, como o jornalista e o advogado, por exemplo. Tais choques acabaram levando-o a um comportamento tal qual o relatado no início deste capítulo.

A posição social que ele ocupava em Campina Grande, em 1935, talvez o tenha levado a pensar-se como o próprio "xerife" dessa cidade. Essa posição lhe havia sido garantida pelo aumento gradativo do poder que a medicina do mundo moderno, baseando seus enunciados no discurso científico, exercia sobre os corpos e a malha urbana, a partir de sua institucionalização e sua busca pelo monopólio das práticas de cura. E, em Campina Grande, ninguém havia até então corporificado tão bem essa nova faceta da medicina e exercido de maneira tão enfática o poder médico quanto o Dr. João Arlindo.

Para entendermos como se deu a construção desse lugar de poder da medicina moderna em Campina Grande, e como isto afetou as sensibilidades de seus moradores no tocante às maneiras de ver e dizer o médico, precisamos recuar um pouco no tempo. Recuar para um momento em que a medicina era apenas mais um discurso, em que o médico formado não buscava estabelecer-se como único detentor do conhecimento sobre as curas dos males que afligiam as pessoas. Precisamos, assim, recuar para o final do século XIX e analisar como se deu a emergência da medicina científica como elemento atrelado à chegada do moderno em Campina Grande e como isto afetou as imagens de seus praticantes, inventando-se pelo menos duas imagens opostas: a dos médicos do passado, imagem que circulou em torno da pessoa do Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, e a dos médicos do presente, encarnados na pessoa do Dr. João Arlindo.

Uma construção do médico do passado: o Dr. Chatô

Filho do bacharel Francisco Aprígio de Vasconcelos Brandão e de Dionísia da Costa Ramos, Chateaubriand Bandeira de Melo[6] nasceu em 02 de

[6] Nossas principais referências biográficas sobre Chateaubriand foram as seguintes obras: NÓBREGA, Humberto. **As raízes das ciências da saúde na Paraíba**: Medicina, Farmácia, Odontologia e Enfermagem. João Pessoa: Universitária UFPB, 1979; RIBEIRO, Hortênsio de Souza. **Vultos e fatos**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1979; DINOÁ, Ronaldo.

julho de 1855[7], na Vila de Cabaceiras, então comarca de São João do Cariri. Fez seu curso primário ainda na terra natal e seus cursos preparatórios na cidade do Recife, indo cursar a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na década de 1870.

No Rio de Janeiro, contraiu tuberculose pulmonar, doença extremamente comum à época, mas, na maior parte das vezes, mortal. Apesar de ter tentando continuar o curso, ignorando os sintomas do morbus que lhe fragilizava o corpo, em meio à argüição de seus exames do quinto ano sobreveio-lhe uma crise de tosse. Com ela, o sangue. Era a hemoptise, sintoma que anunciava que a doença havia atingido um estágio muito avançado do qual a morte física seria conseqüência praticamente certa[8].

Interrompidos os exames por alguns minutos, enquanto Chateaubriand era atendido por um de seus professores da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o Dr. João Vicente Torres, assim que se sentiu melhor, Chatô retornou à avaliação, sendo aprovado em todas as matérias. Não pôde, entretanto, dar continuidade imediata ao curso devido ao seu estado de saúde. Precisou afastar-se do Rio de Janeiro e, seguindo as medidas profiláticas para a tísica daquele período[9], ir procurar lugares de clima ameno, de ar puro, onde pudesse descansar de maneira "saudável".

Na província parahybana, eram Monteiro e Cabaceiras os lugares considerados, devido a um conjunto de fatores naturais – como a localização no planalto da Borborema, a pluviosidade restrita, o clima ameno e a temperatura constante favorecida pelos ventos –, os "sanatórios naturais parahybanos". Unindo fatores naturais ao fator emocional – a volta à sua terra

---

Memórias de Campina Grande. Campina Grande, PB: A União, 1993 (volume 1); **Memorial urbano de Campina Grande**. Campina Grande, PB: A União, 1996; CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande, PB: Caravela, 1998; CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande** – esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864. 3 ed. Campina Grande, PB: Caravela, 2006; PIMENTEL, Cristino. **Mais um mergulho na história campinense**. Campina Grande, PB: Caravela, 2001; SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese histórica de Campina Grande**: 1670-1963. João Pessoa: Grafset, 2005.

[7] DINOÁ, 1993, p. 267, vol. 1.

[8] Cf. FARRELL, Jeanette. **A assustadora história das pestes e epidemias** [trad. Mauro Silva]. São Paulo: Ediouro, 2003.

[9] Cf. BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso**: 1900-1950. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001 (Coleção Antropologia e Saúde); AGRA, Giscard F. **A urbs doente medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935. Campina Grande, PB: Gráfica Marcone, 2006; FARRELL, op. cit.

natal – Chateaubriand recolheu-se em Cabaceiras, talvez, como muitos à época e como seus próprios professores do Rio de Janeiro acreditavam[10], aguardando a morte certa.

Morte que acabou não vindo. Passaram-se quatro anos e encontramos Chateaubriand, sem apresentar mais os sintomas do morbus que o afligira, regressando à corte para dar continuidade aos seus estudos, formando-se no ano de 1884, com 29 anos.

Feito esculápio no Rio de Janeiro, retornou novamente à Parahyba, desta vez para morar, trabalhar, casar e viver em Campina Grande, em 1885. Fez do casarão ao lado da Igreja da Matriz sua moradia até a morte[11]; fez da Farmácia Azevedo o local onde atendia a seus clientes[12]; e fez da senhorita Amanda, sobrinha do coronel João Lourenço Porto[13], sua esposa, até a morte desta, ocorrida em 1926. Deste relacionamento, nasceu a menina Maria das Neves que futuramente viria a contrair núpcias com o senhor Antonio Pereira Diniz, futuro promotor público e prefeito da cidade de Campina Grande na década de 1930, que ainda aparecerá algumas vezes nesta história...

Tendo regressado à Parahyba para atuar na medicina, enveredou também pelo mundo político. Encontramo-lo como tribuno liberal já no ano de

---

[10] Humberto Nóbrega e Ronaldo Dinoá destacam que, ao vê-lo embarcar de volta para a Parahyba, um de seus professores teria exclamado “ele seguiu a bordo para morrer no Norte” (NÓBREGA, 1979, p. 217; DINOÁ, 1993, p. 268, vol. 1).

[11] Casarão localizado na esquina entre a rua da Matriz e a rua do Meio, atuais Avenida Floriano Peixoto e rua Bento Viana.

[12] NÓBREGA, 1979, p. 218. Humberto Nóbrega afirma que Dr. Chatô atendia a seus clientes na Farmácia Azevedo. Dr. João Tavares de Melo Cavalcanti, em entrevista concedida a Ronaldo Dinoá, traça-nos uma pequena história da Farmácia Azevedo desde a sua fundação. Segundo o entrevistado, ela foi a segunda farmácia fundada na cidade de Campina Grande, por volta de 1885, por Ildefonso Azevedo, e sendo extinta apenas em 1972, depois de passar por vários donos. Ainda segundo o mesmo, por volta de 1900, Ildefonso passou a Farmácia para seu sobrinho, o senhor Aristides Vilar de Oliveira Azevedo, farmacêutico, e que se formaria em Medicina na mesma turma do entrevistado, em 1923, contando então já com 60 anos. Teria sido esse senhor Aristides, portanto, quem vendeu a Farmácia para o Dr. Chatô, em algum momento entre 1900 e 1923. Em 1928 a Farmácia teria sido vendida para o próprio Dr. João Tavares, que ficou com ela até o encerramento de suas atividades, em 1972 (DINOÁ, 1993, p. 243, vol. 2.).

[13] João Lourenço Porto era pentaneto de Teodósio de Oliveira Lêdo, este, considerado o fundador de Campina Grande. Porto já era um nome de destaque no cenário político campinense quando Chateaubriand retornou dos estudos no Rio de Janeiro, não apenas devido ao seu nome, mas à sua atuação perante a sociedade. Coronel da Guarda Nacional, já havia sido deputado provincial de 1878 a 1879 e viria a ser deputado estadual a partir de 1892, reeleito em 1896, e seria o segundo prefeito da cidade, no período de 1901 a 1904 (Cf. *Memorial urbano de Campina Grande*, 1996, p. 135).

1886, ao lado de Irenêo Joffily[14], lutando pela abolição da escravatura. Esta causa parece ter sido uma preocupação constante em seus primeiros anos no meio político, merecendo destaque por parte de seus biógrafos. João Mendes de Sousa, por exemplo, em seu relato publicado no *Anuário de Campina Grande* para o ano de 1926, afirmou que o "Dr. Chatô", como ficou conhecido, era um "trabalhador infatigável pela causa da liberdade dos escravos", chegando até mesmo a ser eleito presidente do histórico "Clube do Cupim", "o que lhe valeu ser sua residência constantes vezes violada pela prepotência do governo de então"[15].

Como político, pertenceu ao Partido Liberal durante a Monarquia e, quando da reformulação partidária na Paraíba, ocorrida no ano de 1892, tornou-se Republicano. Nesses dois momentos, tinha como companheiros de partido João Lourenço Porto, Irenêo Joffily e monsenhor Sales, que representavam, em nível estadual, a oposição ao governo dos Autonomistas liderados por Venâncio Neiva, na capital do Estado, e por Alexandrino Cavalcanti e Cristiano Lauritzen, em Campina Grande. Ainda em 1892, foi eleito deputado da Constituinte do Estado Parahybano. Dois anos depois, ascendeu ao cargo de deputado federal, tornando-se o primeiro político campinense a ter assento no Parlamento Nacional[16].

Como médico, entretanto, é que se sobressaem os comentários mais elogiosos de seus biógrafos. Nóbrega, parafraseando o jornalista William Tejo, afirma que

---

[14] Irenêo Joffily foi, segundo seus biógrafos, bacharel formado pela Faculdade de Direito do Recife; deputado provincial pelo Partido Liberal, de 1868 a 1869, tendo ainda sido reeleito por várias vezes; juiz de São João do Cariri e Campina Grande, entre 1877 e 1880; jornalista, fundador do primeiro jornal campinense, *A Gazeta do Sertão*, em 1888; além de realizar estudos em diversas áreas, como história, geografia e etnografia, o que resultou na publicação de *Notas sobre a Paraíba*, em 1892, livro clássico da historiografia paraibana, prefaciado por Capistrano de Abreu, e *Sinopse de Sesmarias*, em 1894. Não confundir Irenêo Joffily com Irineu Joffily, sendo este filho daquele, sujeito também de destaque na história de Campina Grande. Não raramente os autores campinenses se referem ao pai sob a mesma escrita do nome do filho, entretanto, optamos pela adoção da grafia "Irenêo", pois foi sob esta forma que o próprio assinou sua nota de despedida ao povo campinense ao encerrar as atividades de sua *A Gazeta do Sertão*, em 1889 (Cf. *Memorial urbano de Campina Grande*, 1996, p. 123).

[15] Citado por Cristino Pimentel, 2001, p. 104. Humberto Nóbrega também faz referência a este evento (NÓBREGA, 1979, p. 219).

[16] NÓBREGA, op. cit., p. 218; SILVA FILHO, 2005, p. 96; *Memorial urbano de Campina Grande*, 1996, p. 69.

> Quando aluno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi o Dr. Chateaubriand cometido de uma incumbência de alta responsabilidade, da qual ele soube se desabrigar de maneira a elevá-los nos conceitos das sumidades da época. Chamado pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio, para dirigir a enfermaria de Santana, no hospital do mesmo nome, numa fase em que as febres de todas as modalidades patológicas eram endêmicas na Capital Federal[17], portou-se o jovem discípulo de Esculápio de tal maneira, que não só mereceu calorosos elogios e agradecimentos pelos jornais a pessoas que salvou, mas, foi ainda agraciado por decreto imperial com a ordem de Cavaleiro da Cruz.[18]

Hortênsio Ribeiro, em nota escrita no dia seguinte à morte de Dr. Chatô, ocorrida em 29 de abril de 1936, aos 80 anos[19], referiu-se ao "incontável número de doentes e enfermos a quem o clínico campinense salvou a vida" e afirmou ainda que

> Erguendo-se com iterativo trabalho e a custa dos seus próprios esforços, lutando muitas vezes com a indiferença quando não com o despeito e a inveja dos seus conterrâneos, o Dr. Chateaubriand conseguiu elevar-se, graças a operosidade do seu espírito e a fé que jamais o abandonou, a um plano social e político, do qual não vingaram abeirar-se muitos dos colegas que foram seus contemporâneos.[20]

Epaminondas Câmara descreveu-o como "muito caridoso, foi homem de recursos financeiros até a idade madura, mas levou uma velhice de pobreza"[21], e Ronaldo Dinoá, além de afirmar que Chatô foi o "médico dos campinenses, dos ricos, dos remediados, e especialmente dos pobres", retratou-o como um médico à "maneira antiga", e não como os contemporâneos, a que chamou de "frios".

> Ele era de um tempo em que um médico era muitíssimo respeitado. Hoje em dia, a desorganização do país permite que os profissionais da área de saúde tenham suas imagens desgastadas, atingindo até o máximo do descrédito. Sempre que a medicina atual dá margem para

[17] Transcrevemos tal qual está no texto de Nóbrega, apesar do equívoco do autor em chamar o Rio de Capital Federal antes do Golpe de 15 de Novembro.
[18] NÓBREGA, 1979, p. 219.
[19] Hortênsio Ribeiro escreveu duas notas fúnebres sobre o Dr. Chateaubriand para jornais locais, como *A Imprensa* e *A União*. A primeira diz ter escrito no dia do sepultamento do médico, dia 29 de abril de 1936, tendo sido veiculada apenas na edição daquele primeiro periódico do dia 17 de maio. A segunda, escrita quando da passagem da missa de trigésimo dia de falecimento do esculápio foi publicada a 6 de junho do mesmo ano. Ambas as notas foram reunidas no livro *Vultos e Fatos*, do próprio Hortênsio Ribeiro, às páginas 109-112.
[20] RIBEIRO, 1979, p. 109.
[21] CÂMARA, 1998, p. 125.

> críticas, os saudosistas costumam recordar as épocas quando os médicos 'atendiam os doentes com bem mais paciência e dedicação'. E, as coisas mudaram. A medicina evoluiu, todavia tornou seus praticantes mais frios.[22]

Firmino Leite, por sua vez, afirmou que, devido à escassez de médicos no interior da Parahyba, a clientela do Dr. Chatô foi vastíssima. Mesmo assim, o "dinheiro que recebeu da clínica não dava para fazer uma feira"[23], fazendo com que Humberto Nóbrega destacasse o aspecto de "sacerdócio" com que Chateaubriand Bandeira de Melo exercia a medicina em Campina Grande, em fins do século XIX e inícios do século XX[24].

Em entrevista a Ronaldo Dinoá, o Dr. João Tavares de Melo Cavalcanti, médico que atuou em Campina a partir da década de 1920, recordou o Dr. Chatô como o médico de sua família quando de sua infância. Afirmou ainda que, em sua "meninice", a primeira década do século XX[25], Campina Grande contava com apenas dois médicos: Dr. Chatô e Dr. Evaristo Gondim[26].

> Quando cheguei aqui em Campina Grande, em 1925, fui o quinto médico a clinicar aqui, porque encontrei quatro colegas. Pela ordem cronológica, o mais antigo de todos era o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo e que na minha meninice foi o médico de minha casa, da minha família, inclusive foi meu médico em algumas doenças que eu tive. Por falar em meu tempo de infância, na época também clinicava em Campina Grande, o Dr. Evaristo Gondim, de saudosa memória, e quando cheguei em 1925, ele já havia falecido.[27]

---

[22] DINOÁ, 1993, p. 267, vol. 1.
[23] Citado por NÓBREGA, 1979, p. 219.
[24] NÓBREGA, 1979, p. 219.
[25] João Tavares de Melo Cavalcanti nasceu em 10 de fevereiro de 1900 e morou em Campina apenas até o término do curso primário, tendo ido cursar o secundário no Liceu Parahybano, na Parahyba do Norte, e o curso de Medicina no Rio de Janeiro, retornando a Campina Grande como médico apenas em 1925 (DINOÁ, 1993, p. 240, 2º vol.).
[26] A fala do Dr. João Tavares é a única que faz referência a um segundo médico atuando em Campina Grande no início do século XX de todas as fontes com as quais estabelecemos relação nesta pesquisa. O nome do Dr. Evaristo Gondim, que seria esse segundo médico, não aparece nem na relação de médicos que Humberto Nóbrega constrói, nem nos escritos de Cristino Pimentel, de Elpídio de Almeida e de Epaminondas Câmara, nem mesmo no Memorial Urbano da cidade. O próprio Dr. João Tavares apenas faz citar o seu nome, mas deixando claro que o seu médico não era Gondim, mas Chateaubriand. Ainda segundo o entrevistado, o Dr. Gondim foi o fundador da terceira farmácia que Campina Grande conheceu, a Farmácia Confiança, onde atendia a seus pacientes. Após a morte do médico, a farmácia passou a pertencer a Luiz Juvêncio dos Santos (DINOÁ, op. cit., p. 244).
[27] DINOÁ, op. cit., p. 240.

Destacam-se, nas falas dos biógrafos do Dr. Chatô, alguns elementos importantes para a análise da construção de sua imagem como a de um grande baluarte da medicina em Campina Grande.

Primeiro, Chateaubriand é descrito como praticamente predestinado a um futuro glorioso em razão de seu "caráter excepcional". Em tudo que realiza, destaca-se. Sai da pequena vila de Cabaceiras para ir estudar na cidade do Recife, então grande centro urbano do Norte, e depois desembarca na própria Corte Imperial para cursar medicina, isto justamente na década em que o curso está passando por uma grande reformulação que proporcionará a institucionalização do saber médico-científico e a aparição da figura do "médico missionário", obstinado em curas e intervenções[28].

Talvez o mais excepcional dessa sua trajetória, entretanto, tenha sido a sua luta contra a tuberculose. Não somente a sua inesperada vitória sobre uma doença à época incurável, mas a sua não sujeição aos sintomas que o morbus lhe causava. A aprovação nos exames do quinto ano em meio a uma hemoptise consiste em um evento contado e repetido por todos os seus biógrafos, dando-nos a ler aqui o ideal iluminista de que a razão científica seria capaz de prevalecer mesmo diante de um corpo doente, ou melhor, que a razão não deveria jamais sujeitar-se a um corpo.

Chateaubriand Bandeira de Melo parece ainda ter sido o primeiro médico a atuar, morar, viver e destacar-se em Campina Grande num primeiro período de maior crescimento do número de habitantes desta cidade[29]. Se foi ou se não foi o primeiro médico da cidade, isto não conseguimos obter das fontes com as quais trabalhamos. Entretanto, pela leitura de tais fontes, com a única exceção do depoimento do Dr. João Tavares que transcrevemos, nas décadas finais do século XIX, Dr. Chatô parece ter sido o único médico que a

[28] Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. A figura do "médico missionário", formulada na década de 1870, aparecerá em Campina Grande já na figura de Chateaubriand, como homem obstinado em curar os doentes, e depois será reformulada e aparecerá mais enfaticamente na década de 1930 com João Arlindo Corrêa, como homem obstinado em fazer prevalecer o projeto científico da medicina.

[29] Irenêo Joffily destaca que Campina passou por duas fases de crescimento ainda no século XIX. A primeira, devido à sua municipalização, ocorrida em 1864. A segunda, em decorrência da seca do triênio 1877 a 1879, quando uma grande quantidade de pessoas atingidas pela estiagem até Campina se deslocou em busca de melhores condições para viver (Cf. JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977; AGRA, 2006).

cidade possuía, situação que iria permanecer até pelo menos a segunda década do século XX[30].

Dr. Chatô, desta maneira, é construído como o primeiro representante da medicina científica na cidade de Campina Grande e, por isto, aquele que durante longos anos foi o maior representante da prática médica moderna numa cidade que se desenvolvia, num período em que a medicina científica ainda lutava para conseguir se institucionalizar no Brasil.

Além disto, é colocado como alguém "caridoso", "bondoso", que praticava a medicina científica não em busca de proventos financeiros, mas por vocação, por "sacerdócio", mesmo que daí não resultasse dinheiro nem sequer para comprar-lhe uma feira. Disto, vemos o destaque que seus biógrafos dão a ter Chatô morrido na pobreza em seu casarão à rua da Matriz. Era um "abnegado" que exercia a medicina como sacerdócio, um "médico missionário" no sentido de que tinha como missão de vida lutar sozinho pela melhoria da saúde das pessoas que se encontravam doentes numa cidade onde os morbus grassavam endêmica e epidemicamente, atingindo especialmente os pobres, a quem Chatô clinicava "sem pedir nada em troca".

Tal é o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo construído por seus contemporâneos e seus biógrafos.

Devemos considerar, entretanto, outro detalhe: muito do que foi escrito sobre Dr. Chatô foi feito num período em que Campina Grande já possuía outros médicos, e não somente ele. Provavelmente a imagem construída sobre Chateaubriand Bandeira de Melo tenha sido também influenciada pela presença de médicos de uma formação diferente da dele. De médicos que se portaram, clinicaram e estabeleceram relações com os seus pacientes diferentemente das do Dr. Chatô. Médicos formados num período em que a medicina científica já havia alcançado a institucionalização.

Como afirmamos anteriormente, parece-nos, pela nossa leitura das fontes, que Chateaubriand foi o único médico de destaque a exercer sua prática de maneira fixa na cidade. Mesmo não sendo o único esculápio da

[30] Sobre a escassez de médicos em cidades do interior, Humberto Nóbrega recupera uma passagem da obra *Cidades e Homens*, de Celso Mariz, em que este autor alude a apenas três clínicos atuando nessas áreas: "Dr. Pires, no Crato; Dr. Mariz, em Souza e Dr. Chateaubriand, em Campina Grande" (NÓBREGA, 1979, p. 219).

cidade, foi apenas o seu nome que ficou registrado na historiografia, nas crônicas e na memória campinenses. Uma ou outra fonte, isoladamente, indica-nos a existência de outros médicos, como o Dr. João Tavares nos lembrando do Dr. Evaristo Gondim e Lino Gomes Filho citando o Dr. Manuel Xavier, em 1903. Entretanto, o que ficou registrado nessas fontes sobre cada um destes dois outros médicos é extremamente escasso, não nos possibilitando sequer construir uma imagem acerca de qualquer um deles[31].

Na segunda década do século XX, começaram a chegar a Campina Grande outros médicos, parte deles formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, parte pela Faculdade da Bahia, nas quais haviam ingressado no início do século XX, momento em que a medicina científica já havia se consolidado institucionalmente na Capital Federal e, através da publicação de revistas como *Brazil Medico* e da promoção de eventos para discussão da prática médica, promovia a produção científica no Brasil, com vias a elaborar uma ciência local, uma "medicina tropical"[32].

Esses novos médicos, formados segundo outras concepções de medicina que resultaram da institucionalização desse conhecimento no Brasil e sua vinculação ainda maior com o discurso científico, foram responsáveis pela construção de um cenário médico em Campina Grande diverso do que havia até então. Foram eles os atores que encenaram o espetáculo médico moderno a que Campina assistiu desde então.

Assim, a cidade recebeu, ao longo das três décadas seguintes, os Drs. Severino Cruz, em 1917; João Arlindo Corrêa, nos primeiros anos da década de 1920; Elpídio de Almeida, em 1924[33]; João Tavares de Melo Cavalcanti, em

[31] Sobre o Dr. Evaristo Gondim, o Dr. João Tavares menciona apenas que era um médico que atuava em Campina Grande, clinicava na Farmácia Confiança e que em 1925 já havia falecido (DINOÁ, 1993, p. 240, vol. 2). Já sobre o Dr. Manuel Xavier, sabemos apenas o seu nome, citado na obra de Lino Gomes Filho (SILVA FILHO, 2005, p. 100). Nenhuma das outras fontes com as quais tivemos contato sequer menciona estes esculápios.

[32] Lilia Moritz Schwarcz, ao estudar a revista *Brazil Medico*, destaca duas principais "fases" pelas quais a publicação passou: na primeira, de 1887 a 1900, a revista apresentava diversos artigos sobre a prática médica, a clínica e a cirurgia, como meio de auxiliar os esculápios, sem maiores preocupações de cunho social; na segunda, de 1900 a 1920, o enfoque maior se deu sobre higiene pública, saneamento e profilaxia, na intenção de elaborar um campo teórico próprio para a construção de uma medicina tropical, ou seja, de uma medicina que buscasse as soluções para os problemas específicos do Brasil (SCHWARCZ, 1993, p. 220-223).

[33] *Memorial Urbano de Campina Grande*, 1996, p. 87.

1925; Luiz Ribeiro, em 1932; Inácio Mayer, provavelmente ainda em 1932; Francisco Brasileiro, em 1933; Adalberto César e Francisco Pinto, ambos em 1935; Hênio Azevedo e José Santos, ambos em 1937; e Heleno Henriques, em 1938. Além destes, mas sem termos conseguido recuperar o ano em que aportaram na cidade, havia ainda, já em 1932, os Drs. Antonio Luiz Coutinho[34], Antonio Almeida[35], Apulero Vieira da Rocha e Freire Filho[36]; e, em 1935, os Drs. Luiz Marcelino[37], Vital Cartaxo Rolim, Antonio Vieira de Queiroga, S. Gabínio de Carvalho e Antonio Cabral[38].

Esses novos atores do mundo médico, por sua vez, como vinham de uma formação acadêmica extremamente diferente daquela a que Dr. Chatô se submetera[39], tinham olhares diferentes sobre as questões concernentes às artes de curar. O próprio termo “artes de curar”, que a historiografia recente vem usando constantemente para se referir às diversas maneiras de buscar

[34] Segundo Humberto Nóbrega, Antonio Luiz Coutinho formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1923. Depois disto, voltou ao seu berço natal, Pocinhos, para lá praticar a medicina. Em 1932, com a fundação do Pedro I, encontrava-se ele em Campina Grande, chefiando o Laboratório de Análises Clínicas daquele hospital (NÓBREGA, 1979, p. 160).

[35] Antonio Pereira de Almeida, segundo Humberto Nóbrega, nascido em Campina Grande, iniciou o seu curso médico na Faculdade da Bahia, transferindo-se para o Rio de Janeiro no 3º ano acadêmico. Formou-se em 1929, tendo, provavelmente neste mesmo ano, retornado a Campina Grande para clinicar. Em 1932, quando da fundação do Hospital Pedro I, a ele foi confiada a especialidade de otorrinolaringologia daquela Casa. Ausentou-se da prática médica de dezembro de 1932 a junho de 1934, período durante o qual foi prefeito da cidade (NÓBREGA, op. cit., p. 130). Renunciou ao cargo para assumir a titularidade do Serviço de Profilaxia Rural do Município.

[36] Não conseguimos recuperar nenhuma informação sobre os Drs. Apulero Vieira da Rocha e Freire Filho, exceto que, quando da fundação do Hospital Pedro I, em 1932, o primeiro assumiu a chefia da Pediatria e o segundo, a Oftalmologia, daquela Casa (NÓBREGA, op. cit., p. 158).

[37] Luiz Marcelino de Oliveira, natural de Paus dos Ferros (RN), nascido em 1904, formou-se em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro no ano de 1932. Atuou em medicina na área de clínica geral e pediatria. Em Campina Grande tinha clínica particular, localizada à rua Cardoso Vieira, n. 35. Segundo entrevista do Dr. Luiz Ribeiro a Ronaldo Dinoá, Luiz Marcelino abandonou a carreira de médico para dedicar-se a outros negócios (DINOÁ, 1993, p. 274, vol. 2). Foi assim professor no Colégio Alfredo Dantas, entre os anos de 1936 e 1943 e fundador do Banco do Povo da cidade, em 1940, dirigindo-o por quinze anos (Cf. *Memorial Urbano de Campina Grande*, pp. 166-167).

[38] Estes dois últimos médicos mantinham em Campina Grande clínicas particulares. A do Dr. Gabínio de Carvalho localizava-se na Avenida 4 de Outubro, e a do Dr. Antonio Cabral, à rua Cardoso Vieira, n. 16 (*A Batalha*, Anno I, n. 18, edição de 13/02/1935).

[39] Desta relação, pelo que pudemos constatar, passaram pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro os Drs. João Arlindo Corrêa, Elpídio de Almeida, João Tavares de Melo Cavalcanti, Adalberto César, Francisco Pinto e Luiz Marcelino de Oliveira; pela Faculdade de Medicina da Bahia, os Drs. Severino Cruz, Luiz Ribeiro, Heleno Henriques, Antonio Almeida e Antonio Luiz Coutinho. Isto não nos permite pensar, pelo menos não pelo quantitativo, o cenário médico de Campina Grande como sendo mais fortemente influenciado por nenhuma das duas academias, nem a carioca, nem a baiana.

curas para doenças[40], não se adequava mais àquele momento. A medicina não era mais encarada como uma arte. Era uma ciência, um conhecimento objetivo, autorizado[41]. E a única ciência que poderia promover a cura de doenças.

A este grupo de médicos coube, portanto, a tarefa de consolidar e legitimar a medicina científica como tecnologia de poder, como única instrumentalização autorizada a gerir a vida e a morte das pessoas. E, para poder construir-se como tal, não bastava apenas constituir um corpo teórico próprio, nem mesmo uma prática clínica empírica, mas, na configuração e legitimação da existência de um "eu", necessário se fez desqualificar o que era "o outro"[42]. Para demarcar o território sobre o qual a prática médica deveria atuar, fosse ela individual, fosse ela social[43], precisou-se também deslegitimar aqueles saberes que já ocupavam tais lugares, desacreditando-os e desautorizando-os a permanecerem ali. A medicina científica, desta maneira, construiu-se como saber legítimo e autorizado destituindo, deslegitimando, desautorizando e, por fim, perseguindo e reprimindo os saberes que lidavam com a vida e a morte das pessoas já há séculos e que, sob a óptica científica positiva, eram manifestações da ignorância, da crendice e das superstições

[40] Cf. MACHADO, Roberto et al. **Da(n)ação da norma**. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. (Série Saber e Sociedade, n. 3); WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**. Medicina, religião e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928. Santa Maria, RS: UFSM, 1999; CHALHOUB, Sidney et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003; MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da Colônia**. Limites e espaços da cura. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004.

[41] Cf. PEREIRA NETO, André de. "Identidades profissionais médicas em disputa: Congresso Nacional dos Práticos, Brasil (1922)". **Cad. Saúde Pública**, vol.16, n. 2, Rio de Janeiro, Abril/Junho, 2000. Ao traçar um breve panorama da história da medicina no Brasil, ressalta que, até o início do século XX, a medicina era vista ainda como arte, e não como ciência: "Nesse período, o médico era identificado como produtor individual de serviços, portador de conhecimento abrangente a respeito do doente e da doença. Longe de ser uma ciência, um saber complexo e sistematicamente constituído, a medicina era vista como arte".

[42] Cf. SCHWARCZ, 1993.

[43] Referimo-nos às vertentes teóricas, constituídas a partir da década de 1880, tanto na Faculdade de Medicina da Bahia quanto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Esta, segundo nos dá a pensar Schwarcz, buscava a causa das doenças no ambiente, em elementos exteriores ao doente, desenvolvendo, desta maneira, políticas de intervenção nos lugares considerados insalubres, o que proporcionou as reformas urbanas, a higienização e o saneamento das cidades brasileiras no século XX; a Faculdade da Bahia, por sua vez, passou a investigar o próprio doente como causador do morbus, desenvolvendo políticas de internamento e exclusão a partir de teorias raciológicas e eugênicas que eram consideradas ciências naquele período, com identificação de traços de criminalidade, loucura e histeria através da medição de crânios, por exemplo (Cf. SCHWARCZ, op. cit.).

populares e que deveriam sumir para dar lugar às luzes, o que faria as comunidades humanas darem um "salto evolutivo" em sua trajetória histórica.

Tânia Salgado Pimenta constrói uma narrativa acerca dos esforços de institucionalização da medicina científica na Corte Imperial na primeira metade do século XIX. A autora enfoca, especialmente, a ruptura ocorrida entre um primeiro momento, o de fundação da Faculdade de Medicina, em que os médicos diplomados conviviam de certa maneira até harmoniosamente com os chamados "terapeutas populares", e um segundo momento, já em meados do século XIX, em que, para se firmar e deter o monopólio do poder sobre a vida e a morte das pessoas, a medicina científica passou a combater intensamente as medicinas não acadêmicas – "popular" e homeopata – executadas por sujeitos não-diplomados, como curandeiros, parteiras, sangradores, rezadeiras, feiticeiros, benzedores, etc.[44]

> Com a organização dos médicos em torno das faculdades, sociedades de medicina e periódicos especializados, observa-se a tentativa de monopolizar cada vez mais o discurso médico. Sobretudo, o processo de aprendizado – na academia – e a posição social – mais abastada – eram por si sós um aspecto de superioridade em relação aos que não se enquadravam nessas características.[45]

A autora nos chama atenção, portanto, para a constituição e a consolidação do poder médico sobre a sociedade baseadas em práticas discursivas e práticas não-discursivas. As faculdades de medicina, como práticas não-discursivas, teriam possibilitado essa emergência do poder da medicina. E tal poder estaria também vinculado ao saber construído e legitimado pelo conhecimento científico, saber que elaborou discursivamente um arcabouço teórico científico para informar a sua prática e, inclusive, elaborou sua própria linguagem que, técnica, tornou-se cada vez mais inacessível e estranha para os não iniciados[46]. Hortênsio Ribeiro, por exemplo, advogado e intelectual que viveu a primeira metade do século XX, através do jornal *A União*, em 1934, criticou os médicos que atuavam na cidade de

[44] PIMENTA, Tânia Salgado. "Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX". In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003, pp. 307-330.
[45] Ibid., p. 322.
[46] Ibid., p. 322.

Campina Grande, referindo-se, dentre outras coisas, ao uso, na clínica médica, de “nomes arrevesados” que seriam “tão do gosto dos embusteiros da medicina”[47].

Destes novos nomes da medicina que apareceram em Campina Grande, talvez um, mais do que todos os demais, deva ser aqui trabalhado como sendo a própria imagem desse novo médico, construída como sendo o maior representante dessa nova maneira de atuação dos esculápios científicos do século XX. Referimo-nos ao Dr. João Arlindo Corrêa.

Uma construção do médico moderno: o Dr. João Arlindo

Natural de Maceió, Alagoas, onde nasceu poucos dias depois do Golpe Republicano de 1889, João Arlindo Corrêa[48] cursou medicina na Faculdade do Rio de Janeiro na década de 1910, tendo concluído o curso no ano de 1915. Quatro anos depois, veio ao Estado da Parahyba para dirigir o Posto de Saúde de Umbuzeiro. Em 1923, já se encontrava em Campina Grande, onde ajudou a fundar a Loja Maçônica Regeneração Campinense, que, instalada em fevereiro do ano seguinte, funcionou à rua Maciel Pinheiro[49]. Ainda em 1923, tornou-se diretor do recém fundado e inaugurado Posto de Profilaxia Rural e Doenças Venéreas de Campina Grande, localizado no Grêmio de Instrução[50]. Repartido posteriormente em dois postos, João Arlindo Corrêa ficou sob a direção do

[47] “Nota do dia”. *A União*, edição de 07/03/1934.

[48] A grande maioria das fontes nas quais pesquisamos sobre o Dr. João Arlindo Corrêa – processos crimes, biografias, memórias e documentos maçônicos – traz a forma “Correia”, em vez de “Corrêa” – com exceção às reportagens veiculadas pelo jornal A Batalha, onde se lê “Corrêa” –, o que poderá ser comprovado neste texto através das citações referentes ao médico, que reproduziremos na forma original. Optamos, entretanto, pelo uso do “Corrêa” ao longo desta narrativa por ter sido sob esta forma que o próprio médico assinou o seu depoimento prestado judicialmente na Ação Criminal contra José Cassimiro Barbosa, em 1932.

[49] SILVA FILHO, 2005, p. 133. As fontes com as quais tivemos contato afirmam que João Arlindo Corrêa ocupava um dos mais elevados graus da Maçonaria (NÓBREGA, 1979, p. 158) e, quando da regularização da Regeneração Campinense, em 1925, foi empossado como Venerável, cargo mais alto da Loja. Instalado o templo, aparentemente funcionou à rua Maciel Pinheiro até o ano de 1926, num sobrado da família de Ivo Macaxeira. Nesta data, foi transferido para o lugar que ocupa até hoje, à rua atualmente denominada Vidal de Negreiros. Em entrevista a Ronaldo Dinoá, Guilherme Cruz, ex-Venerável da Loja, e Nilson Nogueira de Melo, Venerável de então da Regeneração Campinense, traçam um pequeno histórico da fundação e das ações filantrópicas da Maçonaria em Campina Grande. O nome do Dr. João Arlindo Corrêa, entretanto, não é citado em momento algum da entrevista (DINOÁ, 1993, pp. 179-183, vol. 1).

[50] Atualmente, o Colégio Alfredo Dantas, à rua Marquês do Herval.

Posto de Profilaxia Rural, enquanto Severino Cruz assumiu o Posto de Doenças Venéreas[51].

O nome do Dr. João Arlindo Corrêa está ligado também a um dos elementos mais importantes na consolidação de um mundo médico científico campinense, elemento que, iniciado em 1926, foi concluído apenas em 7 de setembro de 1932.

O espetáculo médico campinense já havia constituído alguns de seus personagens e já possuía até mesmo uma linguagem própria, mas faltava-lhe ainda o palco onde os médicos pudessem atuar e serem vistos contracenando. Este palco consistiu na construção do primeiro hospital de Campina Grande, o Hospital Pedro I.

Nas entrevistas realizadas por Ronaldo Dinoá com os médicos que clinicaram em Campina Grande nas décadas de 1930 e 1940, o Pedro I aparece como espaço de memória e saudade para aqueles que aí praticaram sua ciência e como referência no trato da medicina na cidade[52].

A historiografia local e a memória sobre a construção do Hospital Pedro I, pela Maçonaria, levam-nos a três nomes em destaque. Os nomes dos Drs. Severino Cruz, João Arlindo Corrêa e João Tavares de Melo Cavalcanti, todos, médicos que haviam aportado em Campina Grande entre 1917 e 1925.

Um destes médicos, o Dr. João Tavares, concedeu entrevista a Dinoá, detalhando as dificuldades que foram enfrentadas para a construção e fundação do hospital.

> Quando nós iniciamos a construção do hospital [em 1926] (...) iniciamos com a doação do terreno e dos alicerces velhos de um colégio que o professor Clementino Procópio pretendeu construir

[51] SILVA FILHO, op. cit., p. 132. Apesar de o autor referir-se a um tal "Dr. *José* Arlindo Correia", as demais fontes que tratam do médico ou da direção do Posto de Profilaxia Rural, ou Posto de Saúde de Campina, levam-nos a crer que se tratava do próprio *João* Arlindo Corrêa (Cf. *Memorial Urbano de Campina Grande*, 1996; SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. **Territórios de confrontos** – Campina Grande (1920-1945). Campina Grande, PB: EDUFCG, 2007).

[52] O Pedro I aparece nas entrevistas sobre e com os Drs. Abdísio Prazeres (p. 295, vol. 1), Adalberto César (p. 258, vol. 2), Bonald Filho (p. 250, vol. 2), Francisco Brasileiro (p. 278, vol. 2), Gilvan Barbosa (p. 284, vol. 2), Hênio Azevedo (p. 289, vol. 1), João Tavares (pp. 244-245, vol. 2), José Santos (p. 274, vol. 1), Raiff Ramalho (p. 265, vol. 2) e Severino Cruz (pp. 280-281, vol. 1). Esses médicos, ou os familiares que falam sobre eles, referem-se ao Pedro I como uma "grande obra humanística", afirmando que a Loja Maçônica havia prestado "um inestimável serviço a Campina Grande" (todas as referências desta nota são de DINOÁ, 1993).

> nesta cidade e nós aproveitamos em grande parte esses alicerces. Aquela formação em cruz, do Hospital Pedro I, foi aproveitada do colégio que impôs a condição de darmos o nome de Pedro I ao hospital. (...)
> Nessa época eu ainda não era maçom. Mesmo assim, eu fiquei engajado com Arlindo Correia e Severino Cruz na construção do Hospital Pedro I. Trabalhei junto com eles, desde a fundação do hospital, até a sua inauguração em 7 de setembro de 1932, no governo do então interventor Gratuliano de Brito, meu particular amigo, com quem eu me entrosei e conseguimos inaugurar o Hospital Pedro I, ainda sem portas nem janelas, graças a uma epidemia de disenteria bacilar, que devido à seca que então existia na Paraíba, em 1932, fez migrar grande parte da população sertaneja para o litoral e, muita gente estava morrendo à míngua, aqui em Campina, no meio das ruas. Conseguimos com Gratuliano Brito, que ele nos arranjasse camas e cobertores, colchões, travesseiros, que ele nos deu, tirando do Quartel da Polícia do Estado e mandando pra cá. Inauguramos então o hospital para tratar desses infelizes.[53]

Entrevistado sobre o papel de seu pai na construção do Pedro I, em 1984, o Dr. Guilherme Cavalcanti Cruz afirmou:

> Em 1926, [Severino Cruz] reuniu-se com uns maçons e mostrou a necessidade da criação, ou melhor, de construir um hospital em Campina Grande. A maçonaria aprovou de imediato a idéia dele. Então, partiram firmes para o projeto, e conseguiram a doação do terreno através do Professor Clementino Procópio que também foi um dos grandes benfeitores de Campina Grande.(...) Então, há 52 anos que o Hospital vem mantendo sua estrutura. É o único hospital que se preocupa com a indigência. Para você ter uma idéia, o hospital, até 1955, tinha 90% de indigentes. (...)
> O Hospital Pedro I foi o grande sonho da vida dele, e tenho certeza de que ele morreu realizado por ter construído esse hospital para Campina Grande, numa época carente de recursos. O Hospital Pedro I é um marco na história de Campina Grande.[54]

Saltam-nos aos olhos, ao lermos tais depoimentos, a proposta de o hospital servir para “tratar dos infelizes”, pobres e desvalidos que perambulavam por Campina, “sertanejos” fugidos da seca e atingidos por uma epidemia de disenteria. Miquilinas que continuavam, vinte e três anos depois, a borrar as calças.

Possivelmente a epidemia a que se refere o Dr. João Tavares tenha servido de catalisador para o início dos trabalhos do hospital, posto que estava sendo construído desde 1926 e, ao nascer de 1932, ainda não havia sido concluído. A eclosão de uma epidemia, com “pessoas morrendo à míngua

[53] DINOÁ, p. 244, vol. 2.
[54] Idem, p. 281, vol. 1.

pelas ruas", deve ter levado os administradores e os médicos responsáveis a apressarem o início dos trabalhos, tanto que foi inaugurado ainda "sem portas nem janelas", e com recursos tirados do Quartel de Polícia, o que nos leva a visualizar a pressa com que tiveram que agir nos meses de ação da epidemia para que o hospital começasse a funcionar para cuidar dos "infelizes". Não fosse o surto de disenteria, o Pedro I poderia ter levado mais anos e anos para ser inaugurado. A epidemia, assim, apesar de esquecida e relegada pela historiografia, também teve importante papel na instalação do hospital[55].

Interessante lermos que o Pedro I, quando de sua instalação, consistiu num misto de dois modelos de hospitais que a Europa havia inventado: o hospital de antes do século XVIII e o hospital a partir de meados do século XVIII.

Segundo nos dá a ler e pensar Michel Foucault, o hospital do século XVIII não consistia em uma "casa de cura", mas consistia essencialmente em uma instituição de assistência aos pobres e, ao mesmo tempo, de separação e de exclusão dos mesmos. O pobre, simplesmente por ser pobre, já consistia em alguém que precisaria de uma determinada assistência. Se se encontrasse doente, portador de algum mal, especialmente se fosse um mal comunicável, precisava ser isolado do resto da sociedade para não contagiar os corpos sãos com seu morbus. O hospital até o século XVIII, portanto, cumpria essa tarefa: isolando os corpos doentes, protegia os saudáveis, na tentativa de impedir que o mal fosse comunicado e comprometesse a sociedade. Assim, identificados os corpos doentes, estes deveriam ser isolados dos corpos saudáveis[56].

O hospital não servia, desta maneira, como um local para onde os doentes iam para curar-se, mas sim um espaço de isolamento, de separação entre os sãos e os doentes. Isto implicava na própria disposição arquitetônica do hospital, onde a única divisão que havia era entre os que ali ficavam e o

---

[55] Sobre o papel de catalisadoras de mudanças sociais e culturais que as epidemias exerceram vez ou outra na história, cf. AGRA, 2006; ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente** da Idade Média aos nossos dias [trad. Priscila Viana de Siqueira]. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003; PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993; REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

[56] Cf. FOUCAULT, Michel. "O nascimento do hospital". In: **Microfísica do Poder**. 21 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

mundo exterior, mas não existiam alas isoladas, individuais no interior da própria casa. Assim, afligidos por doenças as mais diversas conviviam juntos no mesmo espaço, muitas vezes comunicando entre si seus males nosológicos. Isto fazia com que pessoas que aí chegavam com doenças simples acabassem contraindo males mais complexos, em meio ao ambiente do hospital que proporcionava a comunicação dos morbus.

Daí costumeiramente o hospital ser conhecido como morredouro, e não como espaço de produção de curas. O que importava conseguir não era a cura dos doentes, mas a salvação das almas, tanto dos aflitos quanto dos que aí exerciam sua caridade.

> O pessoal hospitalar não era fundamentalmente destinado a realizar a cura do doente, mas a conseguir sua própria salvação. Era um pessoal caritativo – religioso ou leigo – que estava no hospital para fazer uma obra de caridade que lhe assegurasse a salvação eterna. Assegurava-se, portanto, a salvação da alma do pobre no momento da morte e a salvação do pessoal hospitalar que cuidava dos pobres. Função de transição entre a vida e a morte, de salvação espiritual mais do que material, aliada á função de separação dos indivíduos perigosos para a saúde geral da população.[57]

Quando o discurso científico estabeleceu ligação com o discurso médico, fazendo emergir a medicina científica, o olhar sobre o hospital já havia começado a ser modificado. A medicina tornou-se hospitalar em meados do século XVIII, quando passou a agir sobre o hospital para transformá-lo em uma casa de cura. Para isto, agiu no sentido de anular os efeitos negativos presentes naquele espaço caótico através da invenção da disciplina hospitalar.

Isto, além de propiciar uma redistribuição espacial dos indivíduos, de maneira classificatória e combinatória, com o fim de impedir a comunicação entre diferentes doenças, e a assepsia do ambiente para evitar as infecções que vinham dos “ares poluídos”, propiciou também a constante vigilância sobre os doentes e o registro do desenvolvimento das doenças. Estes registros, tomados desde a entrada de cada indivíduo no hospital até a sua saída, possibilitaram a construção de conhecimentos práticos sobre a clínica médica e as doenças que afligiam o homem, pois tudo teria que ser registrado: em que situação o sujeito havia chegado ao hospital, a reação a cada terapêutica, o

[57] FOUCAULT, 2005, p. 102.

desenvolvimento ou recrudescimento da doença, etc. O conhecimento médico passava então da teoria à prática, e o registro exaustivo da prática possibilitou o acúmulo e a construção de um saber diferenciado daquele que até então se tinha apenas nos livros de medicina. Esse novo saber, o saber da clínica, da prática hospitalar, tornou-se indispensável à formação dos esculápios modernos, existindo ainda em nossos dias sob a denominação de "residência médica"[58].

Outro elemento destacado por Foucault nesta nova configuração da medicina hospitalar se deu na transformação do sistema de poder no interior do hospital. Como o antigo hospital tinha como objetivo a salvação espiritual, e não a cura, quem aí detinha o poder eram os religiosos, ligados à caridade. Na nova formatação do hospital como casa de cura, devendo ser ele medicalizado e ter seus espaços redistribuídos até mesmo arquitetonicamente, a fim de possibilitar a cura e a assepsia e impedir os contágios, a presença do médico, antes rara nestes locais, afirma-se, multiplica-se em seu interior, chegando até mesmo a ter que aí residir por uns tempos.

> Aparece, assim, o personagem do médico de hospital, que antes não havia. O grande médico, até o século XVIII, não aparecia no hospital; era o médico da consulta privada, que tinha adquirido prestígio graças a certo número de curas espetaculares. O médico que as comunidades religiosas chamavam para fazer visitas aos hospitais era, geralmente, o pior dos médicos. O grande médico de hospital, aquele que será mais sábio quanto maior for sua experiência hospitalar, é uma invenção do final do século XVIII[59].

Torna-se, assim, o médico o grande nome dentro do hospital moderno, detentor do poder em seu interior. Poder, este, demonstrado, exercido e espetacularizado pelo próprio "ritual de visita" do esculápio aos pacientes, "desfile quase religioso em que o médico, na frente, vai ao leito de cada doente seguido de toda a hierarquia do hospital: assistentes, alunos, enfermeiras, etc."[60].

Desta maneira, o Pedro I, quando de sua instalação, em 1932, misturou elementos desses dois modelos de hospital: construído e fundado por

---

[58] Cf. FOUCAULT, 2005.
[59] Ibid., p. 109-110.
[60] Ibid., p. 110.

uma espécie de associação filantrópica para “tratar dos pobres infelizes” – e aqui, entenda-se também, retirá-los do convívio dos sãos, isolando-os, tal qual os hospitais das assistências religiosas até o século XVIII – foi desde logo comandado e gerido por médicos[61], constituindo, assim, a própria materialização do poder da medicina científica na cidade de Campina Grande – tal qual os hospitais a partir do século XVIII.

O Hospital Pedro I, assim, como espaço privilegiado para observação, esquadrinhamento, disciplinarização, intervenção nos corpos doentes e pobres de Campina, consistiu também no lócus de atuação e registro da prática ou clínica médica na cidade. A construção do Pedro I propiciou a espacialização desse novo poder que buscava se legitimar perante a sociedade, o poder médico. Os seus corredores permitiam que aquele pequeno grupo de esculápios atuasse e, principalmente, fosse visto pelos moradores de Campina Grande que acorressem ao centro de saúde.

O mundo médico campinense, portanto, constituíra os seus atores, a sua língua e o palco onde o espetáculo seria encenado. Só faltava mais uma coisa para legitimar-se como único conhecimento autorizado sobre os corpos, a vida e a morte: eliminar a concorrência.

Retomemos agora uma afirmação feita por Ronaldo Dinoá, algumas páginas atrás: “a medicina evoluiu, todavia tornou seus praticantes mais frios”[62]. Ao afirmar isto, Dinoá denuncia o caráter desumano da prática médica de seu período, as últimas décadas do século XX, clamando por uma volta da medicina mais humanizada, mais intimista, tal qual, segundo sua óptica, era a praticada por Chateaubriand Bandeira de Melo.

Dinoá, portanto, apesar de não negar a “evolução” da medicina – afirmação que devemos ler como um aprimoramento da aparelhagem técnica da prática médica –, nega que essa “evolução” tenha sido vantajosa para os pacientes no tocante à relação que estes estabeleciam com o esculápio. Para

[61] Segundo nos informa Humberto Nóbrega, quando do início das atividades, o Hospital contava com os Drs. Arlindo Corrêa na direção geral, Severino Cruz na direção técnica e responsável pela clínica cirúrgica, Freire Filho responsável pela área oftalmológica, João Tavares na pré-natalista, Elpídio de Almeida na clínica médica, Apulero Vieira da Rocha responsável pela pediatria, Antonio Almeida como otorrinolaringologista e Antonio Luiz Coutinho na análise clínica (NÓBREGA, 1979, p. 189).

[62] DINOÁ, 1993, p. 267, vol. 1.

Dinoá, o médico cada vez mais foi se distanciando de seu paciente, tornando-se mais “frio”, menos sensível à condição daquele sujeito em tratamento.

Já vimos anteriormente como a ciência moderna nasceu sob os auspícios da racionalidade iluminista, que primava pela objetividade e a abstração, e que, portanto, tudo aquilo que obstacularizasse a “descoberta” das “leis” que regiam o mundo deveria se expurgado da produção e da prática do conhecimento científico. Com a medicina científica não foi diferente.

A medicina científica é produto dos séculos XVIII e XIX. Não estamos, entretanto, negando que existia medicina antes do século XVIII. Afirmar isto seria cobrir os olhos para séculos e séculos de elaboração de maneiras de curar os outros e a si mesmo, seria negar diversas tradições informadoras das práticas de cura que foram sendo formuladas e reinventadas pelas diversas sociedades ao longo de sua história e que, no Ocidente, assentava raízes desde pelo menos cinco séculos antes da era cristã, com os trabalhos de Hipócrates.

O que queremos afirmar aqui é que nem sempre a medicina esteve atrelada à ciência. Ou seja, foi apenas naquele período, entre os séculos XVIII e XIX, que discurso científico e discurso médico estabeleceram uma relação, conectaram-se por um fio que passou a ligar um ao outro e que permanece até os dias de hoje. A medicina científica, portanto, é fruto dessa relação.

Entretanto, outras várias modalidades de medicina já havia antes da cientificização do saber médico. Modalidades que, após o advento da medicina científica, foram indistintamente reunidas sob a alcunha preconceituosa e excludente de “medicina popular”[63]. Dentre essas modalidades, podemos citar as várias artes de curar praticadas pelas comunidades indígenas americanas,

[63] Didaticamente, costuma-se referir a estas modalidades de medicina como “medicina não-acadêmica” ou “medicina pré-científica”. Criticamos, entretanto, estas denominações porque nenhuma delas é devidamente apropriada, visto que ou falam dessas artes de curar a contrapelo, ou seja, não pelo que elas são, mas pelo que não são, ou dão-nos a ler a história de maneira teleológica, como se a produção do conhecimento com o passar dos séculos estivesse necessariamente destinada a chegar à fase científica da medicina, e tudo que viera antes devesse ser considerada pré-científica.

pelas tribos africanas, pelos povos asiáticos, pelas sociedades européias, pelas comunidades do campo, pelas sociedades urbanas, etc.[64]

No Brasil, a medicina que era praticada na colônia tinha por base sociocultural a combinação de pelo menos três tradições culturais distintas, elaboradas historicamente pelos povos que constituíram a base patriarcal da sociedade – a indígena, a africana e a européia. Os praticantes dessas medicinas não eram, em sua grande maioria, médicos diplomados, pois a formação acadêmica ainda era muito inexpressiva, mas pessoas comuns, com alguma influência na sua comunidade.

A medicina praticada no dia-a-dia colonial esteve, assim, quase sempre a cargo de curandeiros, feiticeiros, raizeiros, benzedores, padres, barbeiros, parteiras, sangradores, boticários e cirurgiões[65], que realizavam sua arte muitas vezes ao ar livre, nas feiras, nos becos das ruas, em frente às casas, sem nenhuma preocupação com questões de assepsia do local ou dos instrumentos, nem com questões de higiene, já que estas seriam preocupações apenas da medicina científica[66].

As artes de curar executadas por esses sujeitos deitavam raízes em concepções culturais de ver e dizer a doença que vinham de séculos. Visões que atribuíam a doença e a saúde a forças da natureza, a ações de espíritos, à vontade divina, etc. A doutrina hipocrática dos quatro humores, por exemplo, informadora das práticas de cura européias, segundo a qual a doença seria resultado do desequilíbrio desses humores no interior dos corpos, justificava, dentre outras coisas, o tratamento por meio de sangrias e sanguessugas a fim de equilibrar novamente os humores corporais[67]. Enxergar, por outro lado, a

---

[64] Esta relação é apenas exemplificativa, pois temos consciência de que, mesmo aqui, acabamos por usar termos homogeneizadores, o que fizemos na impossibilidade de detalhar cada modalidade de cura existente antes do século XVIII.

[65] Cf. OLIVEIRA Elda Rizzo. **O que é medicina popular**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985 [Coleção Primeiros Passos n. 31].

[66] Cf. FERREIRA, Luiz Otávio. “Medicina impopular. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)”. In: CHALHOUB, Sidney et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003; MIRANDA, op. cit.; SOUZA, Laura de Melo e (org.). História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (História da vida privada no Brasil vol. 1).

[67] Cf. SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios**. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999; MIRANDA, 2004; AGRA, 2006.

doença como desígnio divino, impedia que a busca por uma cura fosse executada, o que fez com que muitos escravos africanos que tinham essa concepção simplesmente não lutassem contra o morbus, mas considerassem-se merecedores daquela punição[68].

> As práticas de cura dos sangradores e curadores estavam relacionadas às visões cosmológicas dessas pessoas – na maior parte africanos e descendentes de africanos –, em que as doenças eram associadas a elementos espirituais. O vasto conhecimento que tinham sobre plantas medicinais, reconhecido pelos médicos acadêmicos, também estava relacionado às suas crenças religiosas. Ainda que os curadores tivessem influências de outras tradições culturais, como as indígenas ou as relativas a setores populares europeus, também nesses casos existia a crença de que as doenças poderiam ser causadas por problemas espirituais.[69]

E a própria medicina praticada por médicos diplomados no exterior e atuantes no Brasil também não se diferenciava muito das práticas dos terapeutas não-diplomados. A concepção que esses médicos tinham de profilaxia das doenças estava muito informada especialmente pelo hipocratismo, concepção que só iria começar a ser alterada quando do advento da anátomo-clínica. Além disso, o arsenal terapêutico de que lançavam mão, como vomitórios, sangrias, chás, ervas, plantas medicinais, etc., eram basicamente os mesmos, tanto na versão acadêmica da medicina quanto em sua versão comunitária.

A arte médica executada no Brasil por esses poucos médicos diplomados, portanto, "não se distinguia radicalmente daquela exercida pelos populares"[70], assemelhando-se, em muito, portanto, a medicina acadêmica às artes de curar dos diversos curadores.

Com a institucionalização do saber médico científico no Brasil, no século XIX, passou a haver um distanciamento cada vez maior entre médicos diplomados e os chamados terapeutas populares. Com a vinculação da medicina à ciência, começou paulatinamente a ser suplantada a visão cosmológica de transmissão de doença para dar lugar à idéia de que o mal é

---

[68] Cf. CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
[69] PIMENTA, 2003, p. 324.
[70] FERREIRA, 2003, p. 102.

provocado por elementos bem terrenos, como os ventos, as águas, os espaços insalubres, os odores, a alimentação, etc. A terapêutica também mudou, passando a enfatizar a higiene como elemento indispensável para a boa saúde.

Essas novas concepções médicas, entretanto, em muito se contrapunham às antigas e seculares idéias até então vigentes e que até há pouco os próprios médicos diplomados também professavam. Um exemplo é a questão do banhar-se que, sendo estimulado pela medicina científica do século XIX como medida de higiene, maneira de retirar as impurezas impregnadas pelo corpo, era visto na concepção antiga como ruim, pois a água abriria os poros do corpo e, assim, abertos, possibilitariam que os elementos responsáveis pelas doenças adentrassem o organismo através deles[71]. Outro exemplo é o do asseio da região anal, não estimulado no século XVIII pelas concepções camponesas que defendiam que os resquícios de fezes secas presentes no ânus formariam uma "crosta" protetora daquela região, mas tornado elemento indispensável da promoção da higiene no século XX[72].

Assim, medicina científica e as demais modalidades de medicina foram ficando cada vez mais distantes uma da outra. Enquanto as artes de curar não-científicas mantiveram suas concepções cosmológicas de doença e baseavam seus tratamentos em elementos extraídos da natureza, a medicina científica inventou todo um novo arcabouço teórico e especialmente técnico para justamente desprender-se, desvincular-se da natureza, para dela não mais depender. Enquanto as medicinas não científicas lançavam mão de plantas, chás e ervas, a medicina científica vai manipular elementos químicos em laboratórios para produzir seus próprios remédios, artificializando, assim, o que já havia na natureza, mas tentando extrair das plantas e ervas apenas o elemento curativo, destituindo os demais, purificando as soluções como um ideal de modernidade.

> Enquanto um fenômeno culturalmente semelhante ao xamanismo, as medicinas populares mantêm um paralelo junto às sociedades tribais. Tal paralelo se fundamenta na maneira peculiar de influir sobre a

[71] Cf. ASHCAR, Renata & FARIA, Roberta. **Banho: histórias e rituais**. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2006.
[72] Cf. SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. O corpo e a cidade na civilização Ocidental [trad. Marcos Aarão Reis]. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

> natureza, visando extrair dela os recursos e benefícios que consolidam a medicina dos pajés e dos xamãs nas sociedades tribais, e a do homem do campo.[73]

Por sua vez, outro elemento deste deslocamento se deu pela invenção de um método científico, pelo agenciamento de procedimentos metódicos até então não existentes. A medicina científica passou a ter um método baseado na regularidade, regras precisas para observar, classificar e identificar os pacientes. Estes procedimentos metódicos configuraram-se na elaboração de fichas, exames, diagnósticos, prontuários, na arquitetura hospitalar, em observação, controle e disciplina do paciente, na repetição de práticas, tais como a medicação que deveria ser aplicada de maneira repetida após um intervalo de tempo, etc. Foram também esses procedimentos que modificaram as maneiras de ver e de dizer da medicina, foram eles que promoveram uma mudança de sensibilidade, uma mudança dos objetos, que promoveram uma maior articulação entre ciência e medicina, que possibilitaram a medicina se dizer ciência.

Assim, o que os autores chamam costumeiramente de “medicina popular” consistiu em práticas que tinham por fundamento um olhar e um método sobre a doença e a cura diversos do que tem a medicina moderna. Essas “medicinas populares” estabeleciam uma necessária relação entre o sujeito doente e a natureza, elemento este de onde se obtinha a cura.

A medicina dita popular, portanto, consistia nas diversas artes de curar que eram executadas por pessoas não diplomadas, como curandeiros e barbeiros, mas também pelos próprios médicos, numa fase anterior à cientificização da medicina.

Quando a medicina tornou-se científica, as artes de curar que não condiziam com a ciência passaram a ser perseguidas, de maneira que aos médicos – e apenas a eles – era legitimado o poder de vida sobre os corpos. A medicina, portanto, assim como a ciência já havia feito com a religião, o mito e as crendices, legitimou o seu lugar de poder através da desautorização dos demais discursos que tratavam dos mesmos temas. Desta maneira, os curandeiros, os barbeiros, as parteiras, etc., foram alcunhados de charlatães,

[73] OLIVEIRA, 1985, p. 17.

pois, segundo a óptica da medicina, não detinham o conhecimento científico sobre aquela atividade que estavam exercendo e até colocariam as vidas dos pacientes em risco. Assim, na tentativa de estabelecer o monopólio da cura para a medicina científica, inventou-se todo um corpo de leis e regras que reprimiram e destituíram aqueles sujeitos dos lugares até então ocupados, substituindo-os pelos médicos togados, regras que foram se constituindo junto com a organização das instituições médicas.

Campina Grande, como várias outras cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX, vivia ainda entre a medicina científica de um lado, exercida por esculápios devidamente formados nas Faculdades do Rio de Janeiro ou da Bahia, e a medicina popular de outro, exercida por pessoas não diplomadas, curandeiros, parteiras, homeopatas, etc. O Dr. João Tavares, ao referir-se à década de 1920 em Campina, afirmou que "não existia fiscalização de Farmácia, de Medicina, de coisa nenhuma. Campina Grande ainda era *uma aldeia atrasada nessa matéria*"[74].

As artes de curar não-científicas eram muito comuns na cidade e não eram praticadas, como se pode vir a pensar, unicamente por pessoas "ignorantes", "iletradas", ligadas à vida do campo e que teriam levado essas práticas à cidade com as migrações[75]. Mesmo alguns sujeitos com formação acadêmica diversa da medicina costumavam usar e praticar as artes de curar não-científicas, como podemos ver, por exemplo, ao estudarmos a figura de João Pimentel.

João da Silva Pimentel, pernambucano, veio para Campina Grande por recomendações médicas, ainda no século XIX, por ter contraído tuberculose e precisar respirar os "ares puros da serra da Borborema"[76]. Tal qual Dr. Chatô, conseguiu curar-se da tísica, o que deve também ter lhe dado perante a sociedade uma imagem imponente de conhecedor de curas milagrosas.

---

[74] DINOÁ, 1993, p. 242, vol. 2.

[75] Cf. OLIVEIRA, 1985, no qual a autora critica algumas concepções simplistas de medicina popular, dentre elas, a que seria praticada apenas por pessoas sem acesso ao conhecimento acadêmico e científico. Dentre uma das concepções com que concorda, afirma a autora que as medicinas populares têm base num complexo sistema de solidariedade construído em torno das pessoas do campo, e que, ao migrarem para as cidades, levam consigo essa cultura camponesa.

[76] Sobre os ares puros saneadores de Campina Grande, cf. AGRA, 2006.

Pimentel passou a atuar no comércio, fundando a “Loja da Estrela”, vendendo tecidos, miudezas e chapéus, na antiga rua do Seridó[77], por cerca de vinte e nove anos. Foi também proprietário de imóveis, último presidente do Conselheiro Municipal monárquico, no triênio 1887-1890, além de juiz suplente e membro do Diretório do Partido Liberal, o mesmo ao qual estavam ligados Irenêo Joffily, João Lourenço Porto e Chateaubriand Bandeira de Melo[78].

Além de todas essas atividades, João Pimentel atuou também nas artes de curar na cidade. Hortênsio Ribeiro destaca esse outro lado de Pimentel, descrevendo-o assim:

> Tendo o espírito bem formado, cultivando as letras e assíduo ledor do “Formulário de Chernoviz”, Pimentel juntava as habilidades de comerciante e político às de curandeiro, felicíssimo nas indicações que fazia, grangeando fama de homeopata. E era realmente esta a especialidade do velho Pimentel. Na homeopatia de Sabino, João Pimentel baseava uma inderrocável esperança. E fez milagres em Campina. É verdade que uma vez por outra a sua terapêutica ia até alopatia. Mas o que é certo que o seu ecletismo medicinal fez um sucesso na antiga Campina.[79]

O formulário Chernoviz, a que Hortênsio Ribeiro se refere, consistiu provavelmente no mais importante conjunto de enunciados médicos (alguns científicos, outros não) sistematizados e lançados como livro no século XIX, sob o título *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias*, num esforço de popularização da medicina. No Brasil, a circulação dos dicionários e manuais de medicina dirigidos ao público leigo, que foram inventados no velho continente no século XVIII, teve por objetivo ir substituindo paulatinamente os terapeutas populares por conhecimentos que a medicina acadêmica vinha produzindo.

Num primeiro momento, essa popularização do conhecimento médico pode ter sido vista com bons olhos, pois os conhecimentos que eram produzidos pela medicina que vinha tentando se institucionalizar substituíam os saberes baseados nas culturas indígenas e africanas[80]. Num momento

---

[77] Hoje, Maciel Pinheiro.
[78] Cf. *Memorial urbano de Campina Grande*, 1996, pp. 130-131.
[79] RIBEIRO, 1979, pp. 81-82.
[80] Em Campina Grande, no final da década de 1920, o jornal *O Século* divulgava a presença do Sr. João Cavalcanti Netto, que estaria na cidade fazendo propaganda do livro *O Novo Médico*

posterior, com a medicina científica já consolidada e o conhecimento se encerrando cada vez mais no interior da própria instituição médica, a popularização da medicina através dos manuais acabou por assentar raízes ainda mais difíceis de serem arrancadas nas medicinas populares, pois se passou a pensar que todos seriam capazes de realizar o trabalho que os médicos faziam[81].

João Pimentel era, portanto, alguém que praticava curas tomando como conhecimento médico o que lia no manual de Chernoviz, sem possuir, entretanto, nenhuma formação acadêmica na área médica. “E fez milagres”, como afirma Hortênsio Ribeiro, apesar de nem sempre se manter na homeopatia. Arriscou, portanto, por vezes, a própria alopatia, a medicina científica propriamente dita.

João da Silva Pimentel não sofreu repressão por praticar as artes de curar sem estar legalmente habilitado para isto. Morto em 1910, o período em que viveu, como estamos vendo ao longo deste capítulo, foi um período em que a medicina científica em Campina Grande ainda não havia fincado bases muito sólidas. Os poucos médicos acadêmicos que a cidade possuía, dos quais o maior nome era o do Dr. Chatô, não haviam possibilitado ainda a consolidação do poder médico aí. Então, medicina científica e medicinas não-científicas possivelmente conviviam pacificamente neste espaço urbano, indistintamente dos lugares sociais ocupados por aqueles que consultavam um ou outro. Políticos, cronistas, letrados, advogados, comerciantes ou as pessoas mais humildes poderiam, desta maneira, consultar ou o Dr. Chatô ou o Sr. Pimentel, aparentemente sem valorar um mais do que outro, sem pensar que um era um médico e o outro era “charlatão”. Como disse Dr. João Tavares, ainda na década de 1920 em Campina Grande não existia fiscalização da medicina. Esta fiscalização só vai ser possível na década de 1930, quando a medicina científica se materializa institucionalmente.

---

da Família ou O Guia Prático da Saúde (700 páginas), da autoria de um “illustre clinico alemão”, Dr. Frederico Rossiter, que “faz com clareza e proficiência estudos de Anatomia, Physiologia e Hygiene, dando minuciosas descripções scientificas das molestias, suas causas e tratamento” (“Um livro de grande utilidade”. **O Século**, Anno I, n. 19, 14/11/1928, p. 02).

[81] Cf. FERREIRA, 2003. Sobre o manual do Dr. Chernoviz, cf. FIGUEIREDO, B. G. **A arte de curar**: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002; e FIGUEIREDO, B. G. “Chernoviz e a medicina no Brasil do século XIX”. **Estudos**, v. 1, n. 1, pp. 95-109, maio 2001.

Para o corpo de leis que passou a reprimir o exercício da medicina não havia diferença se ela era de origem indígena, africana, européia, se era alopata, homeopata, se era praticada por curandeiros, parteiras, padres, estudantes, agricultores, nem nada disto. A repressão instaurada na década de 1930 em Campina Grande considerava todos aqueles que praticavam curas sem estarem habilitados por uma faculdade como charlatães, passíveis de punição pelo poder do Estado.

Temos como exemplos em Campina Grande as ações que correram na justiça criminal logo no início daquela década, contemporaneamente à instalação do Hospital Pedro I, instituição médica propriamente dita existente na cidade. Saltam aos nossos olhos diversos nomes de sujeitos não diplomados exercendo "ilegalmente a medicina" e que se tornam alvo da repressão médico-policial que o Dr. João Arlindo Corrêa passa a travar na cidade. O médico missionário da década de 1870 era agora ressignificado: se antes a missão médica era a de cura e intervenções higiênicas, o médico missionário da década de 1930 se torna aquele cuja missão é eliminar o "charlatanismo" e denunciar os seus praticantes, promovendo uma verdadeira cruzada anti-curandeirismo[82].

Assim, deparam-se com a Justiça Criminal, naqueles primeiros anos de 1930, os Srs. Antonio Pontual e Felipe Santiago, por estarem "nesta cidade escandalosa e acintosamente praticando illegalmente a medicina"[83]; Euclides Souza Leite, 25 anos, por, sendo apenas estudante de odontologia, já exercer a profissão de cirurgião dentista sem estar ainda habilitado legalmente[84]; Joaquim Pontual de Moura, 55 anos, por vir "desde bastante tempo exercendo

[82] SOUSA, 2007, p. 81.

[83] Denúncia do promotor Antonio Pereira Diniz constante da Ação Criminal n. 11, 1932, contra José Cassimiro Barbosa. A denúncia, entretanto, não detalha quais as ações que Antonio Pontual e Felipe Santiago estariam realizando. Ao longo do processo, entramos em contato com a fala de um tal José Felippe Santiago, 19 anos, que, entretanto, não nos possibilita saber se se trata da mesma pessoa constante na denúncia, já que este último aparece no processo como testemunha de acusação apontada pelo promotor e em momento nenhum é dito que ele estaria também exercendo ilegalmente a medicina.

[84] Euclides de Souza Leite mantinha consultório à rua Maciel Pinheiro, n. 46. Afirmou ele, no Auto de Perguntas que lhe foi aplicado, presente na Ação Criminal n. 11, de 1932, contra José Cassimiro Barbosa, que já havia sido procurado pelo Dr. João Arlindo Corrêa para que interrompesse imediatamente a prática médica ilegal. Ao final de sua fala, diz ainda que, em virtude da intimação judicial e da "pressão feita pelo Dr. Arlindo Correia", pretendia retirar-se de Campina Grande o mais breve possível.

a medicina e a homeopattia sem que para tal esteja habilitado segundo as leis e regulamentos"[85]; e José Cassimiro Barbosa, 34 anos, por realizar cirurgias, clinicar, aplicar remédios, etc, sem habilitação que o permita a tal[86].

José Cassimiro Barbosa é um caso excepcional na história de Campina Grande. A ação criminal movida contra ele suscita-nos diversas questões acerca da legitimidade do poder médico sobre a sociedade campinense. Mais ainda: leva-nos a vislumbrar alguns embates que a Campina da década de 1930 passava ao vivenciar a influência cada vez maior do poder dos médicos sobre os rumos da cidade.

A primeira vez que José Cassimiro Barbosa, ou como era conhecido, "Língua de Aço", esteve às voltas com a justiça por exercer ilegalmente a medicina foi no final de 1931 e início de 1932. Na oportunidade da proposição da denúncia criminal, o promotor público, Sr. Antonio Pereira Diniz, denunciou-o como "indivíduo de conduta irregularissima", com o "máo hábito de a todos apellidar com epithetos injuriosos", e, "sem embargo das constantes reclamações feitas pelo zeloso chefe do Posto de Hygiene desta cidade, a quem tem procurado ostensivamente ridicularizar", viver "exercendo illegalmente neste Municipio a arte de curar", tendo "um grande numero de clientes, nos quaes applica toda sorte de remédios que julga convenientes ao combate das respectivas moléstias, fazendo partos e intervenções cirúrgicas"[87].

As testemunhas apresentadas pela Promotoria, indicadas, em verdade, pelo Dr. João Arlindo Corrêa, como fica exposto no inquérito, foram importantes para provar a materialidade do ato delituoso. Entretanto, não devem ter sido muito interessantes para o próprio esculápio que, ridicularizado já algumas vezes por Língua de Aço, conforme a denúncia do Sr. Diniz, teve que ouvir elogios rasgados à ação do curandeiro, pois nenhum dos testemunhos denegriu a pessoa de José Cassimiro Barbosa. Muito pelo contrário: os sujeitos

[85] Apelação Criminal n. 40, 1933, Joaquim Pontual de Moura, maço de 11/01 a 06/11/1933. O Delegado de Polícia responsável pela prisão em flagrante do agricultor afirmou na Ação que era a "segunda vez" que o Dr. João Arlindo Corrêa ia àquela delegacia denunciar Joaquim Moura. Este, por sua vez, em juízo, afirmou, dentre outras coisas, que apenas aplicava homeopatia, sem fazer disto profissão ou meio de obtenção de renda, e não aplicava injeções, fórmulas e garrafadas, nem também realizava cirurgias. Afirmou ainda que aplicava homeopatia há onze anos em Campina Grande, e isto nunca havia sido motivo para perseguição por médicos nem por pessoa alguma.

[86] Ação Criminal n. 11, 1932, José Cassimiro Barbosa, maço de 16/04 a 30/09/1932.

[87] Ibid.

arrolados pelo Dr. Arlindo Corrêa referiram-se ao acusado como sendo “muito caritativo nos seus tratamentos”[88], tratamentos pelos quais não cobrava nenhuma importância e até mesmo podia tirar do seu próprio bolso o dinheiro para a compra dos remédios que receitava[89].

No dia 5 de abril de 1932, Língua de Aço foi finalmente ouvido em juízo. Na oportunidade, defendeu-se atacando. Em momento nenhum negou a prática da medicina de que era acusado, confirmou-a diretamente, “sem as mediações comuns entre peças do gênero”, não usando dos muitos “ardis e subterfúgios à disposição”[90]. Tudo dosado com pitadas de ironia incomuns a quem está sendo acusado de algum ato criminoso.

Em seu testemunho, afirmou

> Que applica injecções de toda e qualquer natureza conforme o caso exija, faz pontos e também tem se mettido em algumas intervenções cirúrgicas, isto baseado nos estudos feitos pessoalmente no que se diz a respeito de physiologia, anathomia e pathologia (...) que não tem nenhum diploma científico que o autorize a applicar tais medicamentos (...) que applica injecções de novecentos e quatorze aconselhada mesmo pelo depoente, sem prescripção de qualquer médico.[91]

Não somente isto. Aproveitou a oportunidade para atacar mais uma vez o seu algoz:

> (...) tudo isto pratica para satisfazer aos desprotegidos da sorte, que comparecendo ao Posto de Profilaxia Rural desta cidade do qual é chefe o illustre esculápio doutor João Arlindo Correia, e não sendo attendidos, procuram minorar a sua situação sanitária recorrendo-se a elle depoente, aos quais attende satisfatoriamente de accordo com as suas possibilidades financeiras e tudo isto faz gratuitamente, como

[88] Testemunho de José Domingues Ferreira, 40 anos, ainda na fase de inquérito. Ação Criminal n. 11, 1932.

[89] Uma testemunha da Promotoria, José Domingues Ferreira, não soube dizer se sua mãe e sua esposa, que haviam se submetido ao tratamento com Língua de Aço, haviam pagado qualquer importância a ele. As duas outras testemunhas da Promotoria, Francisco André de Souza, 32 anos, e José Felippe Santiago, 19 anos, afirmaram que José Cassimiro Barbosa nada havia lhes cobrado pelo tratamento aplicado. Este último foi ainda mais longe, afirmando que, achando-se doente de reumatismo, dirigiu-se ao departamento de saúde pública de Campina Grande, onde lhe disseram que seria “necessário para seu tratamento umas injecções e como não tivesse dinheiro para isso, não fez o tratamento naquelle estabelecimento”. Foi, assim, receitar-se com o acusado, que lhe prescreveu determinada medicação, dando-lhe, inclusive, dinheiro para comprá-la, “uma vez que o depoente não possuía a referida importância”. Ação Criminal n. 11, 1932.

[90] SOUSA, 2007, p. 84.

[91] Ação Criminal n. 11, 1932.

> poderá provar, caso precise seja, com a assinatura de cento e setenta e um doentes residentes nesta cidade e no município da mesma cidade (...).[92]

O revide ao Dr. João Arlindo Corrêa deu-se também na primeira fala do advogado de Língua de Aço, um dos grandes nomes da advocacia da Paraíba, Argemiro de Figueiredo[93], que o assistiu judicialmente sem ônus. Na defesa de seu cliente, Figueiredo assim expôs:

> Que [José Cassimiro Barbosa] não pratica illegalmente a medicina, mas por sentimento de piedade tem soccorrido, em casos de necessidade, alguns doentes, para não vel-os padecer e morrer a míngua dos recursos médicos que lhe são negados pelo Posto de Hygiene Publica desta cidade;
> Que se algum remédio indicou a algum doente, o fez sem nenhuma remuneração e sem disso resultar nenhum damno ou perigo para a saúde pública, pois os remédios indicados são apenas aquelles já indicados em annuncios de jornais e propostas publicas de pharmacias, por scientistas ou pessoas antes legalmente autorizadas.[94]

Afirmou, ainda, que o processo era movido pela "perseguição" empreendida pelo Dr. Arlindo Corrêa contra a pessoa de José Cassimiro, "principalmente porque o denunciado propala que socorrerá a todos a quem o Posto negar assistência". Esta perseguição já vinha ocorrendo, pelo visto, há algum tempo, pois, quando convocado ao processo para testemunhar contra Língua de Aço, o Dr. João Tavares relatou que o Dr. João Arlindo Corrêa já havia encontrado certa vez o acusado na Farmácia Azevedo e havia falado para que parasse de exercer a medicina, inclusive, nas palavras de Tavares registradas pela peça processual, Corrêa havia "apellado para a sua inteligencia", informando-o que, caso insistisse em continuar, iria levá-lo à justiça criminal[95].

Com tantas provas nos autos, a sentença proferida pelo juiz Severino Montenegro, a 2 de julho de 1932, não poderia ter sido diferente.

---

[92] Ação Criminal n. 11, 1932.
[93] SOUSA, 2007, p. 84.
[94] Peça de defesa. Ação Criminal n. 11, 1932.
[95] Testemunho do Dr. João Tavares de Melo Cavalcanti. Ação Criminal n. 11, 1932. Houve outro médico convocado pelo Promotor Público para testemunhar, o Dr. Apulero Vieira da Rocha. Entretanto, ele, por ser auxiliar do Dr. Corrêa no Posto de Hygiene e por ser amigo de Cassimiro desde os tempos de colégio, declarou-se duplamente suspeito para depor no processo.

> Julgo procedente a denuncia considerar o réo José Cassimiro Barbosa incurso no (...) art. 156 do Código Penal[96] (...) condemno a pena de quatro meses, dois dias e doze horas de prisão simples a ser cumprida na cadeia desta cidade, pagando mais tresentos mil reis de multa e as custas.[97]

Como não tinha condições de pagar os trezentos mil reis, a pena pecuniária foi convertida em pena de prisão, o que acarretou a Língua de Aço uma condenação total de seis meses, dois dias e doze horas. Em 19 de julho de 1932, entretanto, foi concedida suspensão condicional da execução da pena, e Cassimiro voltou à sociedade de Campina Grande, o que não deve ter agradado em nada o diretor do Hospital Pedro I.

Para desespero ainda maior do Dr. João Arlindo Corrêa, não parece que servira de lição a Língua de Aço o pouco tempo cumprido de pena na fétida cadeia municipal de Campina Grande[98]. Em 1934, menos de dois anos depois de ter sido condenado a primeira vez, Cassimiro voltou a ser preso pelo mesmo crime: prática ilegal da medicina. Na ocasião, quem saiu em sua defesa pública foi Hortênsio Ribeiro, publicando, pelo jornal oficial *A União*, a seguinte nota:

> É público e notório que José Cassimiro Barbosa, conquanto não esteja habilitado por nenhuma das nossas academias para "matar legalmente", e sem usar na sua clínica dos nomes arrevesados tão do gosto dos embusteiros da medicina, cujos doentes muitas vezes "escapariam da moléstia se não morressem da cura", tem feito com as suas benzeduras e raízes de paus curas verdadeiramente milagrosas, sendo de notar que entre os seus clientes restabelecidos se encontram pessoas desenganadas pelos mortícolas de Campina Grande.[99]

---

[96] O tipo penal previsto pelo Código vigente à época era o seguinte: "Art. 156. Exercer a medicina em qualquer de seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo, ou o magnetismo animal, sem estar habilitado, segundo as leis e regulamentos".

[97] Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Severino Montenegro, juiz de direito. Ação Criminal n. 11, 1932.

[98] Joaquim Pontual, por exemplo, quando foi condenado pelo mesmo juiz Severino Montenegro à pena de quatro meses, dois dias e doze horas, em 29 de março de 1933, foi sentenciado a cumprir esse tempo na cadeia da capital paraibana, "vistas as péssimas condições hygienicas da cadeia d'esta Cidade" (Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Severino Montenegro, juiz de direito, constante da Apelação Criminal n. 40, 1933, Joaquim Pontual de Moura).

[99] "Nota do dia". **A União**, edição de 07/03/1934.

Nesta nota, mais do que uma simples defesa de José Cassimiro, Hortênsio Ribeiro faz uma verdadeira denúncia contra alguns médicos que clinicavam em Campina Grande. Sob sua óptica, inverte-se o olhar sobre a missão da medicina científica: esta não estaria buscando o monopólio da cura, mas o monopólio da morte. Segundo sua crítica, o diploma médico seria o instrumento que o autorizaria legalmente a matar, e não a curar.

O médico, assim, não era aquele detentor do conhecimento perfeito e acabado, o "arauto" da sabedoria científica, o salvador de vidas, mas simplesmente aquele que podia matar ou deixar morrer legalmente, aquele que, por meio de seus métodos oficiais de "curar", muitas vezes acabava matando o paciente. Para ele, portanto, a ação do médico consistia unicamente em mera questão formal e legal de tratamento.

Mais crítico ainda esteve Hortênsio Ribeiro em outra nota, publicada um pouco mais de três meses depois.

> As classes proletárias brasileiras têm no despotismo médico o seu pior inimigo. Apoiado nos legistas, a classe mais detestável que se conhece, os sanitaristas de meia tijela timbram em exercer o seu empirismo desalmado na mísera população que na infância tem a creche, na doença o hospital e na morte a mesa das dissecações.[100]

Comentando então a ação de um grupo de médicos sanitaristas que foram a Serra Redonda, localidade próxima de Campina Grande, com o intuito de controlar uma epidemia de disenteria e evitar uma de febre amarela, e que, lá chegando, começaram a "esfuracar" os cadáveres na pretensão de realizar punção hepática, o que provocou a revolta da população rural, que quis "moe-los a pancadas" dado o "desrespeito e a profanação" de seus entes queridos. Na nota, Ribeiro refere-se a tais médicos como "papafigos" e "saca-moelas"[101].

A arrogância, o despotismo, a desumanidade e o desrespeito que os "papafigos" campinenses demonstravam ao lidar com as pessoas, os pacientes, os doentes ou seus familiares levaram Hortênsio Ribeiro, mesmo sendo um intelectual naquela sociedade, a defender alguém como Língua de Aço. Agindo assim, não apenas estava se colocando em favor de um mero

[100] "Nota do dia". **A União**, edição de 26/06/1934.
[101] Ibid.

burlador de leis, mas garantindo a sobrevivência de métodos seculares de cura que não precisassem passar pelo crivo dos “déspotas” do conhecimento científico. Agindo assim, estava negando à medicina científica e seus representantes o poder que tanto almejavam: a conquista do monopólio sobre a vida e a morte dos corpos dos moradores de Campina Grande. Agindo assim, devia irritar profundamente o médico que mais lutava para atingir esse objetivo: Dr. João Arlindo Corrêa.

Estamos, portanto, tratando de uma Campina Grande que, ao mesmo tempo em que se pretendia moderna, negava alguns elementos vinculados a essa modernidade. O governo da ciência e da razão era um elemento indispensável numa atitude de modernidade, e a prevalência do discurso médico científico sobre as práticas não-científicas de cura, portanto, era necessária para estabelecer-se como uma cidade moderna. Enquanto perdurassem práticas como as de curandeiros, parteiras, sangradores e barbeiros, a medicina científica não conseguiria se constituir como o discurso de modernidade sobre os corpos.

Entretanto, muitas pessoas, inclusive letrados locais, saíam em defesa dos chamados terapeutas populares, como José Cassimiro e Joaquim Pontual, alvos do Dr. João Arlindo Corrêa. Como entender esse desejo de modernidade de um lado e de outro o desejo da permanência de práticas de cura não-modernas?

Mesmo fazendo circular o desejo de modernidade em Campina Grande, jornalistas, advogados, juízes e outros setores da sociedade não viam com bons olhos as mudanças pelas quais a medicina que se praticava na cidade vinha passando desde o início do século XX. O conhecimento sobre as doenças poderia até ser maior do que antes, mas a relação que os médicos estabeleciam com os seus pacientes havia se modificado também e drasticamente. Conseguia-se perceber isto na década de 1930. E muito da dificuldade que a medicina científica enfrentou para ser aceita entre os leigos deveu-se, provavelmente, a essa distância cada vez maior que o médico diplomado foi construindo entre si e o seu paciente, distância, esta, produzida especialmente pelo novo olhar que a medicina acadêmica lançou aos corpos no século XIX.

Um aspecto a ser considerado no tratamento médico, seja este científico ou não, conforme nos demonstra Tânia Pimenta, é que ele se dá num momento de fragilidade pelo qual passa o paciente, esteja ele doente, às portas da morte, prestes a dar à luz, precisando de rezas, garrafadas ou de uma intervenção cirúrgica. A procura por um terapeuta dá-se num momento em que o paciente está física ou espiritualmente fragilizado e precisa da ação de uma outra pessoa para recobrar a condição de "saudável"[102]. Na decisão sobre qual terapeuta procurar, portanto, acaba sendo determinante o fator confiança. Apenas em momentos de desespero, como em surtos epidêmicos, poder-se-ia considerar ser consultado por alguém totalmente desconhecido. Em tempos de "paz microbiológica", os pacientes procuravam aqueles terapeutas em quem pudessem confiar.

Neste sentido, a confiança é construída a partir de vários elementos. Um deles consiste na equivalência, em alguma medida, das concepções de doença e cura. As percepções de transmissão das doenças e, especialmente, da terapêutica a ser aplicada deveriam ser semelhantes para que não houvesse conflitos entre o médico e o paciente. Desta maneira, se fossem muito divergentes essas concepções, possivelmente não seria estabelecida tal relação no tratamento, pois o paciente iria pensar que o médico não entendia de sua doença e o médico iria considerar o paciente ignorante e teimoso por não seguir as suas recomendações.

Quanto mais diferentes fossem as representações de doença e cura que tinham médico e paciente, mais distante um estaria do outro, mais difícil seria estabelecer uma relação de confiança entre ambos. Vemos, por exemplo, a dificuldade para se consolidar a vacinação contra a varíola no Brasil, que, introduzida no século XIX, só veio a ser aceita pelas pessoas mais de cem anos depois, após muitas resistências, campanhas governamentais de vacinação obrigatória, "conscientização" e, especialmente, epidemias e mais epidemias que ajudaram a mitigar as representações de então e a construir outras. Muito desta dificuldade deveu-se às diferentes concepções de cura que informavam o mundo médico acadêmico, defensor da vacinação, do mundo não-acadêmico, informado por matrizes humoristas, segundo as quais a

[102] PIMENTA, 2003, p. 323.

doença deveria sair do corpo, e não entrar nele, isto por meio da aplicação de sangrias e sanguessugas[103], ou por matrizes africanas, que viam a doença como desejo divino e buscar a cura consistiria em ir contra os desígnios divinos[104].

Por outro lado, se as representações de cura fossem semelhantes, isto já ajudaria tanto no tratamento como na terapêutica. Tomando representações como maneiras de ver e dizer o mundo, elaborações mentais que informam e têm por base as práticas de sujeitos, vemos que elas se formam no interior de grupos que, por terem formações assemelhadas, constituem maneiras de apropriar-se das coisas do mundo também semelhantes. Ou seja, as representações nascem no interior de um grupo de pessoas que têm maneiras semelhantes de elaborar o seu universo mental e, desta maneira, de agir informados por ele[105].

Desta maneira, a confiança no tratamento, que dependia da confiança depositada no terapeuta, dependeria também de não se distanciarem drasticamente as representações de cura do médico e as representações de cura do paciente. Os médicos acadêmicos, por terem uma formação completamente diferente das pessoas leigas e, assim, possuírem percepções diferentes sobre terapêutica, acabavam não sendo a primeira opção de muitos doentes informados por outras percepções. Muitos destes preferiam procurar auxílio nos terapeutas populares, em sujeitos que exerciam a medicina não-científica, em curandeiros, parteiras, sangradores, mas que, por serem pessoas conhecidas e importantes em suas comunidades, por serem sujeitos com que compartilhavam as mesmas representações de cura, podiam neles depositar a confiança necessária ao tratamento.

Elda Rizzo de Oliveira, ao analisar as “medicinas populares” e seus praticantes, descreve-nos todo um cenário em que as relações de confiança entre populares e terapeutas populares são constituídas. Para ela, as medicinas populares têm suas raízes na vida do campo, tendo sido deslocadas para o ambiente urbano juntamente com as constantes migrações dos séculos

---

[103] Cf. SÁ, 1999.
[104] Cf. CHALHOUB, 1996.
[105] Cf. CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações** [trad. Maria Manuela Galhardo]. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

XIX e XX[106]. No campo, portanto, é que teria nascido todo um complexo sistema de solidariedade entre as pessoas que teria possibilitado o nascimento dos terapeutas populares.

> (O homem do campo) organizava a sua experiência de vida social e a sua maneira de conceber o mundo, o trabalho, e as relações entre eles de modo muito original. Na partilha de algum alimento (um porco, um frango); na experiência de algum velório; nas festas aos santos, no serão, estavam presentes pessoas importantes desta comunidade. Eram aquelas escolhidas para serem seus médicos, seus padres, seus conselheiros. Eram pessoas tidas como as mais sábias, as mais generosas e as mais competentes, para lidar com os problemas da comunidade. Eram os seus médicos populares: as parteiras, os ervateiros e raizeiros. Eles trabalhavam essencialmente com a medicina popular. Estes profissionais (...) possuíam um conhecimento profundo desta cultura popular rural e um compromisso social muito grande com ela. Juntamente com os outros lavradores, conheciam muitas plantas medicinais e outros recursos da própria cultura para enfrentar as suas doenças e males.[107]

Assim, deslocadas do campo para a cidade, as pessoas continuaram a procurar como terapeutas os sujeitos de sua confiança, sujeitos que compartilhassem com elas suas concepções de cura, e a medicina científica e seus representantes, no século XX, por estarem informados por outros códigos, por outro discurso que não aqueles, não conseguiram corresponder a estes anseios. Os terapeutas não diplomados continuavam sendo procurados, continuavam sendo a quem recorriam, em quem confiavam. Exemplo disto encontramos na própria Ação Criminal movida contra Língua de Aço, em 1932, onde, pouco antes de proferir sua decisão condenatória, o próprio juiz Severino Montenegro admitiu que “José Cassimiro inspirava confiança naqueles que atendia”[108].

Desta maneira, a figura do médico generalista ou médico terapeuta – atualmente conhecido como clinico geral –, aquele sujeito formado pelas faculdades de medicina do Rio ou de Salvador e que atuava em todas as áreas médicas, nas primeiras décadas da medicina científica e acadêmica no Brasil, parece-nos ter sido uma atualização urbana da figura do terapeuta popular. Atualização no sentido de que o lócus de atuação dos curandeiros era

[106] OLIVEIRA, 1985, p. 17-18.
[107] Ibid., p. 20.
[108] Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Severino Montenegro, juiz de direito. Ação Criminal n. 11, 1932.

prioritariamente o campo, enquanto a cidade iria ser o habitat dos médicos generalistas. Muito do que o homem do campo esperava de seu terapeuta, o homem urbano passou a esperar de seu generalista, inclusive a relação que era estabelecida entre o paciente e o seu médico. Não estamos e nem poderíamos negar que os terapeutas populares tenham vindo às cidades, já que em muito disto tratamos ao longo deste capítulo. O que estamos sugerindo é que a emergência da figura do médico terapeuta tenha se dado como mecanismo de atualização do terapeuta popular rural, que tinha como base de seus conhecimentos a natureza, sendo, por sua vez, o generalista uma figura inventada para atuar nas cidades e extrair os seus conhecimentos da própria ciência. Essa atualização, já ensaiando a pretensão moderna, tinha por objetivo iniciar a substituição das crenças baseadas em elementos da natureza pelos conhecimentos científicos. Entretanto, muito do conhecimento de que o médico terapeuta fazia uso estava ainda atrelado às concepções das medicinas populares, sendo, assim, o seu conhecimento médico, uma mistura entre elementos científicos e elementos não-científicos, entre terapêuticas acadêmicas e terapêuticas não-acadêmicas, como já dissemos anteriormente.

> A medicina culta assemelhava-se à medicina popular, na medida em que expunha uma concepção da doença e apregoava um arsenal terapêutico fundados numa visão de mundo em que coexistiam o natural e o sobrenatural, a experiência e a crença.[109]

Esperou-se, portanto, do médico a mesma relação com o doente que o terapeuta popular mantinha. Uma relação direta, humana, íntima, familiar. O generalista, assim como o terapeuta popular, deveria ser alguém em quem se pudesse confiar a saúde de toda a família. Alguém que “buscava organizar o cotidiano do cidadão desde seus hábitos de higiene mais íntimos até as intervenções cirúrgicas em que o risco de vida era eminente”. O médico generalista ou liberal, desta maneira, examinava, identificava a origem da dor, prescrevia medicamentos e operava, se fosse o caso, sem a ajuda de qualquer outro sujeito, e mesmo sem a ajuda de nenhum aparato tecnológico que se substituísse às suas mãos e ao seu conhecimento adquirido ao longo de anos

[109] FERREIRA, 2003, p. 102.

de estudo e trabalho. Para ele, o mais importante era manter o contato direto, individualizado e insubstituível com o seu paciente, sem qualquer mediação burocrática, o que era facilitado pela inexistência, na grande maioria das cidades brasileiras do final do século XIX, das instituições médicas[110].

O papel do generalista, assim, para além de meramente aplicar ciência ao caso concreto, consistia em arte: devia ele observar o doente e a doença, desde os seus primeiros sinais, a fim de descobrir o momento em que a crise – momento de confronto entre a natureza saída do indivíduo e o mal que o atacava – apareceria. Sendo, assim, um observador dos sintomas, este clínico perceberia os sinais expostos pelo corpo doente, a fim de prever o desenvolvimento da doença e, desta maneira, favorecer, na medida do possível, a vitória da saúde e da natureza sobre a doença. A cura, assim, era um "jogo entre a natureza, a doença e o médico", e o papel deste era de árbitro, aliado da natureza contra a doença[111].

Com isto, ia construindo uma relação individual e pessoal com o seu paciente. A confiança nele depositada levava a se tornar o médico de todos os membros da família, independente de que mal afligisse cada um. Conquistada essa confiança, seria ele chamado nos diversos outros momentos de crise, passando a conhecer os seus pacientes pelos males que os atingiam.

> Antigamente, estes médicos, clínicos gerais na sua maioria, eram pessoas que conheciam as doenças das famílias e da comunidade onde residiam. Por isso seu contato com elas era mais próximo, o que se refletia no próprio atendimento, no diagnóstico e no conhecimento das doenças (...)[112]

Lembremos o depoimento prestado por Dr. João Tavares acerca do Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo: "o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo (...) na minha meninice foi o médico de minha casa, da minha família, inclusive foi meu médico em algumas doenças que eu tive"[113]. Humberto Nóbrega, falando sobre o Dr. Elpídio de Almeida, que passou a medicar em Campina em 1924, cita que um admirador deste esculápio tê-lo-ia descrito, em sua atividade, como

[110] Cf. PEREIRA NETO, 2000.
[111] FERREIRA, 2003, p. 103.
[112] OLIVEIRA, p. 48.
[113] DINOÁ, 1993, p. 240, vol. 2.

“notável clínico, desprendido, conselheiral, orientador, verdadeiro juiz de paz, enfim o clássico médico de família”[114].

Estas eram, portanto, as imagens que muitos esperavam daqueles médicos a quem confiassem os seus corpos. Imagens em muito consagradas nos terapeutas populares do campo e transferidas para os médicos generalistas das cidades.

Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, com a institucionalização, consolidação e especialização do saber médico científico, as concepções sobre doença e cura foram paulatinamente se alterando. O próprio olhar médico no Brasil, agora já mais investido do olhar de profundidade anatômica inventado no século XIX, foi sendo modificado para, assim, provocar a alteração das relações que antes eram estabelecidas entre médicos e pacientes.

O médico generalista ou liberal, assim, foi dando lugar ao médico especialista, produto da organização e confluência de práticas discursivas e práticas não discursivas. A medicina, agora se desenvolvendo em torno de suas instituições próprias – o hospital, as sociedades médicas, os congressos de práticos, as revistas e os periódicos – alterou a relação estabelecida entre médicos e pacientes para, conforme o modelo de ciência positiva, ver aí uma relação sujeito e objeto. O paciente, desta maneira, deixou de ser um sujeito precisando de atendimento, tornando-se mero objeto de estudo e investigação[115].

O homem, anteriormente visto como um ser completo, um todo, passou a ser esquadrinhado, mapeado, dissecado pelo conhecimento da medicina anatômica. Tornou-se um ser constituído da união de partes que são dissociáveis – membros, órgãos, tecidos, sistemas, etc. – e, por isto mesmo, a ciência deveria dominar cada uma destas partes individualmente, profundamente, para assim poder dominar o conjunto constituído pela união delas. O aprofundamento do conhecimento sobre elementos cada vez mais dissecados, mais repartidos, levou à especialização do saber médico e, assim, à especialização da própria prática médica. A especialização levou à

[114] NÓBREGA, 1979, p. 133.
[115] CANGUILHEM, Georges, **Escritos sobre a Medicina** [trad. Vera Avellar Ribeiro] Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005, p. 24.

constituição de saberes específicos para cada segmento do corpo, fazendo entrar em declínio a figura do médico generalista, ou, conforme outras denominações, liberal ou autônomo, típico esculápio anterior ao século XX. Tal movimento levou à invenção das diversas especialidades do conhecimento médico e da prática clínica, bem como, fez nascerem seus respectivos atores, os médicos especialistas, cada qual responsável não mais pelo todo, mas por partes do corpo – daí nasceram oftalmologistas, otorrinolaringologistas, oncologistas, ginecologistas, urologistas, dentre vários outros.

Em Campina Grande, por exemplo, dos médicos que aí aportaram nas primeiras décadas do século XX, Severino Cruz era urologista; Adalberto César, obstetra e ginecologista; Antonio Almeida, otorrinolaringologista; Francisco Pinto e Freire Filho eram oftalmologistas; e Luiz Marcelino, Hênio Azevedo, Heleno Henriques e Apulero Rocha, pediatras. Entretanto, até a fundação do Hospital Pedro I, apesar das especialidades, os médicos, devido à escassez de esculápios especializados em outras áreas do saber médico, tiveram que clinicar em áreas distintas daquelas em que haviam se aprofundado[116].

Alguns autores, atrelados a uma historiografia de viés materialista, vêem a especialização do saber e da prática médica como mero resultado da segmentação do trabalho provocado pelo avanço do capitalismo industrial. Podemos comparar, desta maneira, à situação dos antigos artesãos dos séculos XVI e XVII, que detinham controle sobre toda a produção manufatureira, desde a matéria prima até o resultado final. E, sendo assim, o artesão via em cada produto algo de si próprio, algo resultante de seu trabalho, esforço e criatividade.

Com o advento do capitalismo industrial, entretanto, no século XVIII, destituído da matéria prima e dos meios de produção, o artesão foi levado a ingressar na massa do operariado industrial, onde o trabalho era segmentado. A ele passou a caber apenas um momento, um breve instante, na produção, geralmente no controle da máquina, perdendo, assim, o conhecimento acerca de todo o processo de fabricação de um produto. Marx destaca que, com isto, houve a alienação do operário: deixou ele de compreender o processo de

[116] Cf. DINOÁ, 1993, ambos os volumes.

produção como um todo para especializar-se apenas numa etapa da fabricação. Isto acabou gerando também a falta de identificação do operário para com aquilo que ele ajudou a produzir. A relação sujeito e objeto, antes bem próxima porque aquele era o responsável direto pela produção do último, passou a ser cada vez mais de distanciamento. O operário fabril e o produto da indústria passaram a ser estranhos entre si, rompendo a antiga relação de familiaridade que era estabelecida entre o artesão e a manufatura[117].

Nesta mesma lógica, lendo com esses autores, comparamos o médico generalista ao artesão, e o médico especializado ao operário industrial. A especialização teria gerado uma espécie de alienação no saber médico, em que o esculápio teria perdido o contato com o processo completo de cura do doente e, desta maneira, tal qual a relação entre operário e produto industrial, o operador do conhecimento médico-científico teria perdido também a relação que o generalista mantinha com o seu doente, relação de proximidade, de preocupação, de cuidado, de ver nele um produto de seu próprio trabalho, um resultado de sua arte de curar. A atividade do médico é vista aí como mero ofício inserido no sistema capitalista, vendendo a sua prática por determinado preço a um "cliente" que não tem mais rosto, nem vontade, mas apenas uma necessidade local de algo que só o médico pode "vender-lhe", conforme a sua área de especialidade.

> A medicina liberal é uma prática que está desaparecendo. Ao mesmo tempo em que a medicina erudita está se mercantilizando. Os clínicos gerais, os antigos médicos autônomos, tornaram-se dispensáveis pelo capitalismo. No capitalismo selvagem, a produção e a acumulação das riquezas se fazem com muita violência. E coletivamente, não individualmente. Por isso, reflete-se no doente, na qualidade da prática médica o modo como este profissional está inserido, particularmente, nesta sociedade. Ele é um proletário da saúde.
> (...) O reflexo (do avanço do capitalismo) na medicina erudita é a especialização da prática médica. Há médicos especialistas para as diferentes partes do corpo: cabeça, olhos, garganta, estômago, intestino. Assim, perde-se a perspectiva do doente como um ser integral (corpo, psiquismo e relações sociais). Dado o modo como os médicos estão inseridos nesta sociedade (como produtores de serviços médicos, ligados às instituições que lhes oferecem condições inadequadas de trabalho e uma remuneração injusta), tal

[117] Cf. HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem** [trad. Waltensir Dutra] 13 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977; HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

> situação reflete-se na própria prática que executam: de forma autoritária, eles desapropriam o cliente dos seus sintomas, sensações e doenças. Tratam o doente como um objeto coisificado, sem potencialidade, religião ou classe social. Mais do que isso, tratam-no como um ser passivo diante da sua história, isto é, como um ser abstrato. Por outro lado, tal condição é concretamente reforçada pela dificuldade criada pelo acesso ao saber especializado na nossa sociedade.[118]

Mas não podemos ver este movimento de maneira unicamente econômica, como resultado do avanço do capitalismo pelas sociedades industriais. A especialização da medicina consistiu também na pretensão do poder médico de compartimentar o corpo humano para sobre ele exercer uma tecnologia de controle cada vez maior. A maquinaria humana precisou ser desmontada pela anátomo-clínica em segmentos menores para que fossem "descobertas" as "leis" que comandavam a vida com o fim de que, assim, pudesse a medicina tornar as manifestações do corpo previsíveis, controláveis, manipuláveis, na tentativa de estabelecer a ordem ao caótico mundo biológico.

Como já dissemos anteriormente, o corpo aparecia como elemento caótico, aquele do qual deveria livrar-se a ciência para que produzisse enunciados objetivos. O controle sobre ele era necessário para que a ciência, na sua pretensão do século XIX, fosse capaz de elaborar conceitos, teorias, enunciados, verdades. O olhar de profundidade que foi lançado pela medicina moderna andou juntamente com a segmentação, o esquadrinhamento, o mapeamento, o zoneamento de áreas do corpo que deveriam ser estudadas detalhadamente, profundamente. O corpo, então, passou a ser visto como mera união de partes, uma maquinaria formada por engrenagens, peças que, danificadas localmente, poderiam ser substituídas sem maiores prejuízos para o todo. Tornamo-nos o próprio monstro de Frankenstein[119].

---

[118] OLIVEIRA, 1985, p. 48-50.

[119] SHELLEY, Mary. **Frankenstein ou o moderno Prometeu**. São Paulo: Martin Claret, 2001. Escrito originalmente entre 1816 e 1817. Lemos tal obra como crítica à fetichização da ciência do início do século XIX, onde o Dr. Victor Frankenstein, médico, dá vida a um ser constituído de pedaços, membros, órgãos, tecidos, etc., de pessoas já mortas. Quando consegue fazê-lo viver, o médico percebe ter criado um "monstro", e rejeita-o, abandonando-o. A referida literatura é rica em metáforas e críticas à ciência oitocentista e ao poder que ela galgou. Na relação que estabelecemos aqui entre médico e paciente, podemos lê-la como o abandono da criatura pelo médico, ou seja, a relação cada vez mais impessoal estabelecida entre o médico e o paciente (Cf. LEITÃO, Fabiana Oliveira. **Quando o médico abandona sua criatura**: mudança do saber médico em Campina Grande (1920-1950). Monografia de Graduação. Campina Grande, PB: UEPB, 2005).

Visto o corpo, portanto, como união de partes cada vez mais fragmentadas e cientificamente isoladas, à medicina acadêmica importou a análise desses segmentos locais. Curando as partes com a tecnologia médica, curar-se-ia o todo. Consertando as peças, a máquina voltaria a funcionar sem maiores problemas. O olhar objetivo lançado à máquina corporal levou o médico a não escutar mais o corpo[120]. Este, como elemento de prazer e subjetividade, impediria que o esculápio alcançasse a verdade sobre o mau funcionamento da máquina corporal. Assim, calou-se o corpo, mas não somente ele: calou-se também o sujeito presente naquele corpo, o homem doente, o paciente.

Antes do advento da medicina moderna, o médico só tinha acesso às manifestações externas visíveis da doença, ou seja, aos sintomas que ela exteriorizava. Por isto, o exame era realizado por meio dos sentidos do médico – tato, audição e visão – e também pelo que o paciente lhe relatava sobre o que sentia[121]. O paciente era estimulado a falar, a conversar com o médico, descrevendo as dores pelas quais passava. Ele, melhor do que ninguém, poderia relatar ao médico a sua experiência com a doença que o afligia.

Esta posição de sujeito da doença muda com o advento da medicina científica no século XIX. O olhar da medicina passa a adentrar o corpo e, desta maneira, entrar em contato direto com os órgãos e tecidos afetados, sem a necessidade de intermediários. A medicina torna, então, visível o que antes era apenas dizível – ou audível. O visível e o dizível passam a andar juntos, não mais um precedente ao outro, mas conjuntamente associados[122]. A doença e suas afecções na máquina humana são vistas por esse olhar de profundidade que se instaura na anátomo-clínica, e, assim, o que antes se tentava conhecer pela fala de alguém leigo, passa-se a ver, dizer, olhar e interferir com o saber e a tecnologia científica. A fala do doente torna-se dispensável.

---

[120] Estamos usando corpo como elemento subjetivo, como viemos fazendo desde o início deste texto, enquanto máquina corporal como a visão sobre o corpo a partir da medicina científica, que o enxergava como a uma máquina, como elemento objetivo constituído da junção de várias partes. “O médico terapeuta que exercia nas diversas partes da medicina, atualmente chamado ‘clínico geral’, viu declinar seu prestígio e sua autoridade em benefício dos médicos especialistas, engenheiros de um organismo decomposto tal como uma maquinaria” (CANGUILHEM, 2005, p. 28).

[121] Cf. MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

[122] Ibid.

O paciente é, assim, desapropriado de seus sintomas, de suas sensações, de suas experiências. Não deve falar sobre a sua doença para o médico, pois opiniões leigas são meras sensações, impressões falhas, errôneas, e não verdades. O doente perde a legitimidade de falar o que sente. O único que tem a autoridade para falar sobre a doença é o médico. O doente é desapropriado de seu próprio corpo e passa a ser visto com suspeição. O médico irá debruçar-se sobre a máquina para descobrir o que o paciente "realmente tem", e suas palavras é que constituirão a verdade do morbus, mesmo que seja contrário ao que o sujeito sinta[123]. A medicina científica pretende, com o seu método invasivo de investigação e diagnóstico, trazer à tona a "verdade" sobre a doença, e não meras impressões sensíveis acerca dela. A relação do homem com a doença inverte-se: ele passa a ser tratado não como sujeito de sua doença, mas como objeto dela[124].

Neste sentido, o homem doente perde a sua identidade como sujeito de uma relação que antes se estabelecia entre o médico generalista ou o terapeuta popular e o paciente. O homem e seu corpo passam a ser meramente o espaço de ação de uma entidade nosológica. A anátomo-clínica, ao inserir-se profundamente no corpo doente, ao dissecá-lo, tornará visível a doença em sua espacialização ao longo dos órgãos e tecidos. Nesta história, o sujeito se torna o micróbio, o vírus, a bactéria causadora da enfermidade. O homem fica relegado a constituinte do espaço de atuação desses seres[125].

Assim, os médicos passam a ver a doença meramente pela doença, esquecendo-se que esta se dá num homem doente. Perdem, portanto, de foco a própria experiência do homem, o que ele pensa, sente, passa. Enxergam meramente o que é objetivo: os elementos "causadores" da doença[126]. A relação que estabelecem com os pacientes, desta maneira, distancia-se tremendamente da que o médico generalista ou os terapeutas populares estabeleciam. Daí a crítica que Dinoá fez no início deste capítulo: "a medicina evoluiu, mas tornou os seus praticantes mais frios". A confiança no médico

---

[123] Cf. CANGUILHEM, 2005.
[124] Ibid., p. 24.
[125] Cf. REVEL, Jacques et PETER, Jean-Pierre. "O corpo – o homem doente e sua história". In: LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre. **História: novos objetos**. [trad. Terezinha Marinheiro]. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 141-159.
[126] CANGUILHEM, op. cit., p. 24.

passa a ser em seus títulos acadêmicos, e não em sua capacidade efetiva de curar.

E, na Campina Grande da década de 1930, quem parece ter incorporado, melhor do que qualquer outro profissional, esta nova imagem do médico foi justamente o Dr. João Arlindo Corrêa.

Já analisamos a missão de que se investiu o Dr. Corrêa na institucionalização do monopólio da medicina na cidade, por meio da construção do teatro médico em que consistiu o Hospital Pedro I e também por meio da missão anti-curandeirismo que promoveu, levando às vias judiciais todos aqueles que exerciam as diversas modalidades de cura sem estarem legalmente habilitados para tal. Resta-nos tecer, a partir deste momento, considerações acerca das possíveis relações que ele estabelecia com os pacientes do Pedro I.

E é neste exato instante que convocamos de volta à narrativa o Sr. Arlindo Corrêa da Silva, diretor do jornal *A Batalha*, que introduziu a nossa narrativa. É por meio de sua voz, irônica, explosiva e parcial, que conseguiremos analisar a construção de uma imagem acerca do médico Dr. João Arlindo Corrêa. Imagem esta que deveremos ler lembrando-nos das outras imagens do referido médico, construídas pelas ações criminais e pelas demais fontes com as quais já lidamos anteriormente.

O jornal *A Batalha* foi fundado em 1934, provavelmente no dia 17 de outubro[127], e tinha como diretor o Sr. Arlindo Corrêa da Silva, e redator chefe, o Sr. Isidro Aires de Castro. Arlindo Corrêa da Silva fazia do seu jornal um verdadeiro veículo de denúncias contra toda sorte de problemas existentes na cidade, como a questão da limpeza pública, o meretrício, a gatunagem, a jogatina, etc., elementos que mal diziam Campina Grande para o forasteiro, que impediam que ela atingisse o patamar de cidade moderna, elementos que deveriam ser erradicados caso se quisesse realmente que Campina fosse uma cidade grande[128].

---

[127] Tivemos acesso às edições do jornal a partir do número 7, Ano 1, datado de 28 de novembro de 1934. Ao retrocedermos as datas do calendário até a primeira edição, conseguimos a data de 17 de outubro de 1934 como provável data da circulação da primeira edição do referido periódico. Lino Gomes Filho, porém, data-o de novembro de 1934 (SILVA FILHO, 2005, p. 151).

[128] Cf. AGRA, 2006.

Percorrendo as edições do periódico do Sr. Corrêa entre os anos de 1934 e 1935, foi-nos possível conhecer aquele que era um alvo constante das críticas do jornalista: o Sr. Antonio Pereira Diniz, prefeito municipal, empossado em 27 de julho de 1934. As críticas ao gestor municipal se davam por ele, chamado pejorativamente de "Sansão" em várias edições do jornal, ser "incapaz" de comandar uma "cidade progressista" como Campina Grande.

Ao tratar da higiene na cidade, o jornal denuncia "cloacas estoiradas", outras "entulhadas em fezes", sem que o "Sr. Delegado de higiene[129], tome uma providência enérgica afim (sic) de cessar esta triste situação"[130], além de especificar uma cloaca existente na rua Barão do Abiahi que, ao cair da tarde "exala um máu cheio intolerável"[131].

Entretanto, para o cronista, a culpa da situação imunda em que se encontrava Campina Grande não era de seus moradores "atrasados", como enunciavam os diversos discursos que circulavam na sociedade. A culpa, sob a óptica de Arlindo Corrêa, era do governo municipal, do Sr. Pereira Diniz, este "cancro" que, para a infelicidade do povo de Campina, comandava a cidade. Um homem tão "incapacitado" que, caso fosse designado para o cargo de fiscal do lixo, "teríamos o transito interrompido, pelo acumulo de lixo nas ruas, dada a sua já conhecida negligencia"[132].

> A higiene imunda de nossa terra já é conhecida muito alem dos nossos horisontes; pois, os viajantes que, aqui transitam, levam dela horrivel impressão. Esta culpa não cabe, ao povo campinense, e sim, aos seus governantes que, não sentem o escrúpulo, de ter a frente da higiene da terra que governa, um cancro, que, dia a dia, vai cada vez mais, agravando o organismo dessa metrópole sertaneja.[133]

Quando da viagem de Pereira Diniz à cidade de São Paulo, "centro de toda nossa civilização", em março de 1935, para representar Campina Grande como "um dos maiores no comércio de algodão" num congresso que haveria

---

[129] Não pudemos constatar quem era o Delegado de Higiene de Campina Grande neste ano, cargo que, pelo menos até a fundação do Pedro I, era exercido pelo Dr. João Arlindo Corrêa. Possivelmente, este havia se afastado do Posto de Higiene quando assumiu a direção do Hospital, em 1932.

[130] *A Batalha*, Anno I, n. 07, edição de 28/11/1934, p. 01.

[131] "Imundice". *A Batalha*, Anno I, n. 22, edição de 14/03/1935, p. 03.

[132] Ibid., p. 03

[133] Ibid., p. 03.

naquela cidade, o Sr. Arlindo Corrêa publicou uma nota de surpresa em seu jornal, exclamando: “Pronunciaríamos favorável se o dr. Diniz entendesse alguma cousa do riscado! Mas, santo Deus, não existirá maior ignorante na matéria!”[134].

Quando de seu retorno, estampou no jornal uma verdadeira “nota fúnebre” à cidade:

> Pêsames á Campina Grande!
> Depois de alguns dias de desafôgo, com a ausência de seu feroz inimigo, algoz das nossas liberdades e espesinhador dos nossos direitos de cidadania, Campina Grande assistiu domingo passado a pantomima que constituiu o regresso de São Paulo do prefeito Pereira Diniz. (...)
> Está de pêsames a terra gloriosa de AFONSO CAMPOS![135]

E, logo na primeira página do jornal, um artigo intitulado “A Prefeitura de Campina Grande” foi oportunamente publicado pelo periódico com o fim de traçar um panorama extremamente negativo do prefeito a quem Arlindo Corrêa da Silva fazia questão de se referir pelo nome de “Sansão”, uma “autoridade que garroteou a liberdade de imprensa, ou no mínimo, consentiu que os seus aulicos usassem de processos pôdres e igonominiosos para nos massacrar”[136].

Esta última parte da fala de Arlindo Corrêa da Silva, diretor de *A Batalha*, refere-se aos dois processos judiciais que já tramitavam na justiça campinense em que ele figurava como réu, ações propostas pelo próprio prefeito Antonio Pereira Diniz, devido às diversas acusações e injúrias proferidas pelo jornal à sua pessoa, e pelo Dr. Diógenes Miranda, médico responsável pela fiscalização do leite vendido na cidade, devido às notas de repúdio que o jornal lhe havia veiculado, episódio, este, de que já tratamos no primeiro capítulo.

Em ambos os processos, entretanto, o diretor d’*A Batalha* acusava Pereira Diniz de ser o “autor moral” das queixas, afirmando, inclusive, que fora o prefeito quem redigira a queixa prestada por Miranda ante a “falta de cultura

---

[134] “Comentarios”. *A Batalha*, Anno I, n. 24, edição de 28/03/1935, p. 03-04.
[135] “Pêsames á Campina Grande!”. *A Batalha*, Anno I, n. 27, edição de 16/05/1935, p.01.
[136] “A Prefeitura de Campina Grande”. *A Batalha*, Anno I, n. 27, edição de 16/05/1935, p. 01.

juridica" do advogado contratado por este[137], com o fim de calar a voz do jornalista.

O leitor mais atento estará lembrado do Sr. Antonio Pereira Diniz, já algumas vezes citado neste capítulo. O Sr. Diniz era casado com Maria das Neves, filha do Dr. Chatô, e, antes de assumir o executivo municipal, atuava na cidade como promotor público. Foi ele o promotor que denunciou Língua de Aço à justiça, no início de 1932, a partir da queixa prestada pelo Dr. João Arlindo Corrêa em sua cruzada anti-curandeirismo. Estava, desta maneira, ligado diretamente às duas imagens de médicos que pretendemos desconstruir neste capítulo: um era o seu sogro, o outro, seu amigo pessoal.

Não demorou, entretanto, para que o próprio Dr. João Arlindo Corrêa se tornasse alvo das críticas do Sr. Arlindo Corrêa da Silva. As críticas que o jornalista fazia diretamente ao prefeito acabaram respingando no médico, e isto foi sentido quando do incidente ocorrido no final de 1934 com o redator chefe de *A Batalha*.

Narremos o incidente como ficou registrado pelas páginas e pela voz do Sr. Arlindo Corrêa da Silva.

No dia 28 de novembro de 1934, o jornal veiculou notícia referente ao desaparecimento de seu redator-chefe, o Sr. Isidro Aires de Castro. Este havia combinado com o diretor do jornal, Sr. Arlindo Corrêa, de encontrarem-se em Lagoa Seca para assistirem ao início da construção da capela daquele local. Como Isidro não compareceu, Arlindo e um amigo seu, Djalma Amorim, dirigiram-se à sua casa a fim de descobrir o motivo de sua ausência. Na primeira ida, às três da tarde, nada encontraram, apenas um bilhete avisando que seu companheiro havia "ido à cidade". Continuaram a busca por outros locais, mas sem resultado.

Quando regressaram à sua residência, por volta das cinco da tarde, escutaram "rumor de luta e as palavras 'cabra safado'" sendo proferidas de dentro da casa. Acionada a força policial, foram presos dois indivíduos suspeitos e, no interior da residência, encontrados diversos artefatos que a polícia e os jornalistas logo ligaram à prática da "macumba". Isidro, porém, continuou sumido, apesar das incessantes buscas que foram realizadas noite

[137] *A Batalha*, Anno I, n. 25, edição de 04/04/1935, p. 04.

adentro. Ele foi apenas encontrado no dia seguinte, na segunda-feira, na casa de um amigo, em "situação de comiseração", com "indicio bem acentuado de alienação mental".

Levado ao Hospital Pedro I para exames, ficou sob a responsabilidade do Dr. João Arlindo Corrêa, diretor daquela casa, que, no dia 27 de novembro, diagnosticou-o como se encontrando em "ESTADO CREPUSCULAR bem pronunciado"[138].

A edição d'*A Batalha* veiculada no dia seguinte, dando conta do ocorrido, atribuía o desaparecimento e o "estado crepuscular" do qual Isidro estaria acometido à ação de "catimboseiros"[139]. Depois disto, ficamos sabendo apenas que o jornalista foi levado em viagem à cidade de "Cajaseiras", provavelmente como medida terapêutica, para respirar novos ares e tentar curar-se.

Esta breve história não nos diz apenas uma das maneiras de se explicar a origem da alienação mental, quer seja, o aspecto místico envolvendo a "macumba". Também não apenas nos apresenta o estigma social ante certas práticas ritualísticas diversas dos ritos existentes na doutrina cristã, tal a alcunha de "catimboseiros" e a pronta atribuição a estes elementos da responsabilidade pelo ocorrido ("O desaparecimento do nosso companheiro Isidro Aires de Castro, foi forjado por catimboseiros"[140]).

O que nos interessa analisar neste evento são as denúncias feitas pelo Sr. Corrêa da Silva ao Dr. João Arlindo no tocante à maneira como este último tratou da doença de seu colega e amigo, o Sr. Isidro, e, de maneira geral, como ele tratava os pacientes do Hospital Pedro I.

Acontece que, logo após Isidro ter sido diagnosticado pelo Dr. João Arlindo, o Sr. Arlindo Corrêa, provavelmente após consultar outros médicos, descobriu que uma enfermidade tal qual "estado crepuscular" não existia em psiquiatria, interpretando, assim, que o diagnóstico do Dr. João Arlindo havia sido enunciado como deboche, visto que, segundo o jornalista, Isidro e o esculápio já tinham rixas pessoais um contra o outro. "Quiz tripudiar sobre uma

---

[138] Grifo do jornal.
[139] Toda esta história está narrada em "Macumba! Macumba!". *A Batalha*, Anno I, n. 07, edição de 28/11/1934, p. 04.
[140] "Macumba! Macumba!". *A Batalha*, Anno I, n. 07, edição de 28/11/1934, p. 04.

infelicidade, porque não sentia simpatias pelo homem que, por obra do destino, caia lhe nas mãos"[141].

Associados, portanto, a isto, havia também os conflitos que o diretor de *A Batalha* mantinha com o prefeito Pereira Diniz e o médico Diógenes Miranda, que já estavam sendo resolvidos em juízo e nos quais o Dr. João Arlindo era uma das testemunhas de acusação[142].

Não nos é possível afirmar com exatidão os motivos que levaram o Dr. João Arlindo, antigo diretor do Posto de Higiene, então diretor e mais importante nome dentro da administração do Hospital Pedro I, única casa de saúde existente na cidade, provavelmente o esculápio mais atuante na consolidação de um mundo médico-científico em Campina Grande, a invadir a sede do jornal *A Batalha* para ameaçar o Sr. Arlindo Corrêa e os jornalistas que lá trabalhavam.

Talvez as críticas que o jornalista constantemente fazia ao Sr. Pereira Diniz, amigo do médico, tenham respingado tanto neste que ele tenha sentido banhar-se delas. Talvez o Dr. João Arlindo estivesse ainda procurando um bode expiatório em quem depositar a frustração de uma luta anti-curandeirismo que não tinha gerado muitos frutos, pois José Cassimiro, já tendo sido preso duas vezes, provavelmente continuava livre, medicando ilegalmente e, para além dele, Campina, apesar de já ter constituído um grupo de médicos especialistas, continuava produzindo outros Línguas de Aço. Talvez tenha o Dr. João Arlindo ficado ainda mais irritado quando percebeu que não somente os Miquilinas faziam uso e professavam as medicinas não-acadêmicas, mas também tais práticas e seus executores eram defendidos por senhores letrados da sociedade campinense e brasileira, tais como Hortênsio Ribeiro, José Lins do Rêgo e Gilberto Freyre[143], o que dificultava ainda mais a concretização de

---

[141] "Confessando o seu pavor". *A Batalha*, Anno I, n. 27, edição de 16/05/1935, p. 04.

[142] "O Dr. Arlindo Corrêa veio a redação desta folha, agredir os diretores d'"A Batalha"". *A Batalha*, Anno I, n. 25, edição de 04/04/1935, p. 04.

[143] Gilberto Freyre publicara, em 1933, a primeira obra da trilogia sobre a formação da sociedade patriarcal brasileira, *Casa Grande e Senzala*. Nela, já ficam expostos alguns elementos que iriam nortear todo o trabalho do sociólogo, dentre eles, a valorização da chamada "cultura popular", no que se incluem as medicinas não acadêmicas (Cf. BERTOLLI FILHO, Cláudio. "A sociologia de Gilberto Freyre e a educação para a saúde". **Ciência e educação**, v. 9, n. 1, 2003, pp. 105-121). Já José Lins do Rego via com bons olhos os terapeutas populares, com os quais inclusive muitas vezes consultou-se, e denunciava a arrogância dos médicos togados. Naquele mesmo ano, publicou, pelo jornal oficial A União,

sua cruzada médica. Para Sousa, o esculápio não conseguia aceitar que estava "lutando contra forças mais poderosas e adversas do que o seu estreito universo deixava-o antever", sendo uma "vítima de suas próprias crendices"[144].

É possível, portanto, que a confluência de todos esses elementos tenha desencadeado no esculápio uma ira incontrolável que o levou ao fatídico dia 02 de abril, quando, invadindo a redação do jornal *A Batalha*, localizada à rua Maciel Pinheiro, n. 42, ameaçou fisicamente os responsáveis pela sua publicação. A ciência, a qual tanto prezava o Dr. João Arlindo, com enfoque no uso da razão, neste dia sucumbiu às angústias do corpo.

> (...) fomos surpreendidos com a entrada do Dr. [João] Arlindo Corrêa, em nossa sala de trabalho, que veio agredir os que fazem este jornal. Este forasteiro audaz quiz praticar mais um ato que marcasse o valor de sua mentalidade estreita.
> Mas, encontrou o revide á altura da covarde agressão.
> A palidez do seu rosto, o seu sistema nervoso alteradíssimo, provou que êle não pertence á estirpe dos homens de vergonha e de atos decentes.
> O Dr. Arlindo Corrêa, é um instrumento cégo do dr. Pereira Diniz. (...)
> O seu estado bárbaro não nos amedronta.[145]

A guerra, então, foi oficialmente declarada, com direito a descrever o médico como alguém que propalava que tinha "capangas" para fazer "servicinhos", mas que, caso algum desses "servicinhos" fosse feito contra algum membro da redação, o "chicote" seria revidado "na cara desse medico agressor de jornalistas"[146].

A partir desta mesma edição do jornal, Arlindo Corrêa, o jornalista, começou a denunciar a maneira como o diretor do Hospital Pedro I lidava com os seus pacientes, acusando-o de tratar com desumanidade e desprezo os "indigentes". Segundo o jornal, "quando se encontra deante do infortúnio de alguém, não tem interesses em amenisa-lo ou pelo menos comiserar-se dele,

---

um artigo chamado "Medicina popular", em que afirmava, dentre outras coisas, que "a medicina do nosso povo não é como a dos médicos titulados, sem entranhas para os doentes perdidos. Um curandeiro nordestino nunca desengana um doente. Há sempre esperança de salvá-lo. Quando fracassar as ervas, os estercos, as cascas vêm da terra ele procura o céu" ("Medicina popular". *A União*, edição de 03/08/1935, p. 03).

[144] SOUSA, 2007, p. 80.

[145] "O Dr. Arlindo Corrêa veio a redação desta folha, agredir os diretores d'"A Batalha"". *A Batalha*, Anno I, n. 25, edição de 04/04/1935, p. 04

[146] Ibid., p. 04.

antes, demonstra o seu espírito de miserável, com humilhações e afrontas, aumentando o suplicio"[147].

A descrição que segue constrói a imagem do Dr. João Arlindo como um verdadeiro Dr. Jekyll e Sr. Hyde: um médico que é, em verdade, um monstro[148].

> Todos os dias chegam a nossa redação, pessôas que vêm queixar-se, da falta de humanidade, por parte do dr. Arlindo Corrêa, no Hospital Pedro I. Não se pode duvidar tamanha miséria de sua pessôa; pois, ele visa apenas, no doente, o estado financeiro e nunca o de saúde. Ao entrar um enfermo para aquele estabelecimento, ele tem logo o cuidado, de examinar, se é pensionista ou indigente. No primeiro caso recebe todo o seu carinho; no segundo tem o prêmio de ser pobre: gritos e pontapés.
> Com o instinto de antropófago, que lhe é peculiar, segue a sua presa sem cessar, verificando bem as suas pegadas, na estrada arenosa do destino, até que a encontre exausta de longas caminhadas da vida; aí então arrastando-se sobre o ventre como as serpentes, vai silenciosamente aproximando-se, até cair-lhe sobre o seu corpo, já sem força para dete-lo; é assim que covardemente, vinga-se dos vencidos pela sorte.
> É da essência do seu espírito, o despreso pela grande e sofredora massa de homens suarentos e rudes, que entregues aos trabalhos exaustivos, sobre o peso de salários mesquinhos, arranjam o pão cotidiano, amassado pelo pé dos poderosos, para a sua prole esquelética.
> Aquele monstro ao ver as desgraças alheias com o seu coração de pantera e cérebro de hiena, experimenta tal sensação, que não se pode conter, ri... alimenta a sua malícia, com o sofrimento dos desprotegidos da sorte, deshonrando neles, a pessôa humana.
> Os seus ouvidos permanecem surdos, aos brados da consciência, porque a agitação estonteante no seu pensamento deshumano, formada pelos males que tem praticado, abafa as vozes cheia de lamentações dos pobres indigentes, que imploram algo de ameno para os seus sofrimentos.
> Um vivente desta espécie, que não há um só sofrimento humano, que ele não profane, está preparando a escada, para descer ao abismo insondável, de seus crimes.
> É um mendigo de idéas, porque foi apagada de sua pessôa, o que se chama caráter, quando se encontra deante do infortúnio de alguém, não tem interesse em amenizá-lo ou pelo menos comiserar-se dele, antes, demonstra o seu espírito de miserável, com humilhações e afrontas, aumentando o suplício.
> Um elemento nocivo desta qualidade está bom de ser banido da direção de uma casa de saúde, porque um estabelecimento deste

[147] "Estará o dr. Arlindo Corrêa em 'Estado Crespuscular'?". *A Batalha*, Anno I, n. 25, edição de 04/04/1935, p. 03.

[148] A obra de Robert Louis Stevenson, *O médico e o monstro*, escrita em 1886, destaca o caráter de crueldade de que pode revestir-se a prática clínica. A leitura que aqui usamos é a de que o verdadeiro monstro é o próprio médico, daí o seu nome (Jekyll, de *I Kill*, "eu mato" em inglês), enquanto que o dito monstro (Mr. Hyde, de *Hide*, "escondido" em inglês) é o instinto animal que a ciência quis ocultar em nome da racionalidade científica, mas que pode a qualquer hora vir à tona (Cf. STEVENSON, Robert Louis. **O médico e o monstro**. São Paulo: Martin Claret, 2001).

> gênero não pode ter á sua frente, um homem que sofre de debilidade moral, que se nivela bem, com suas imperfeições moraes.
> Ae fica o nosso protesto, contra a falta de caridade com os pobres.[149]

Aqui, o Sr. Arlindo Corrêa ressalta vários elementos das maneiras pedante e arrogante como o Dr. João Arlindo tratava seus pacientes, especialmente os pobres, para os quais, justamente, segundo vimos com os entrevistados por Ronaldo Dinoá, havia sido instalado o Hospital Pedro I. O Sr. Arlindo Corrêa, portanto, faz denúncias muito parecidas com aquelas que Hortênsio Ribeiro havia feito publicar no ano anterior, pelo jornal *A União*, em uma verdadeira apologia a José Cassimiro, ou Língua de Aço, e em detrimento de alguns médicos titulados que atuavam em Campina – os "papafigos" e "mortícolas" da ciência. O mesmo José Cassimiro que havia sido perseguido e reprimido pelo Dr. João Arlindo, a quem constantemente "procurava ridicularizar", como denunciado pelo promotor Antonio Pereira Diniz. Promotor que, em 1935, havia se tornado prefeito de Campina Grande, amigo do Dr. João Arlindo Corrêa e inimigo do Sr. Arlindo Corrêa da Silva.

Talvez tenha sido por esta rede de intrigas gerada em torno da ascensão do poder médico e as tensões que este evento gestou na sociedade campinense, inclusive com outros poderes aí presentes, que levou Hortênsio Ribeiro a aceitar de bom grado realizar a defesa judicial do jornalista nos processos em que ele figurava como réu – abertos pelo Sr. Pereira Diniz e pelo Dr. Diógenes Miranda –, e que teria novamente o Sr. Severino Montenegro como juiz, o mesmo que havia condenado, anos antes, Joaquim Pontual e José Cassimiro, o qual já deveria estar mais do que acostumado a ver o Dr. João Arlindo perambulando pelo ambiente judicial.

Em 1936, ano seguinte a estes eventos, mais precisamente em abril, Hortênsio Ribeiro encarregou-se de um trabalho mais penoso para si próprio e para Campina Grande: escrever um necrológio para o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo. Faleceu o Dr. Chatô, aos 80 anos de idade, em 29 de abril.

O seu desaparecimento, entretanto, deu-se num momento em que a medicina havia se modificado, modificando também os médicos. Sua morte

---

[149] "Estará o dr. Arlindo Corrêa em 'Estado Crespuscular'?". *A Batalha*, Anno I, n. 25, edição de 04/04/1935, p. 03.

deu-se num período em que o mundo médico girava em torno de práticas diferentes das do seu tempo de formação. A medicina então estava alicerçada em instituições, promovia especialização do conhecimento, cientificizara-se, inventara toda uma tecnologia de poder que alçou suas práticas para além da medicina individual e tornara-se uma medicina não só dos corpos humanos, mas também dos corpos urbanos. A medicina se tornara social, inventara figuras como a do médico higienista e a do sanitarista, geria as cidades e geria a hidra que as habitava através de políticas públicas de controle.

A construção da imagem do Dr. Chatô, desta maneira, em muito foi influenciada por esse novo momento da medicina. Com esta nova configuração do cenário médico em Campina, composto por médicos especialistas, vinculados à ciência positiva, médicos que viam seus pacientes como meros objetos de investigação e intervenção e não sujeitos que precisavam de alguém em quem confiar os seus corpos aflitos, a memória sobre os médicos do passado passou a ser construída no sentido de valorizar suas ações, ressaltar a maneira humana e pessoal com que eles lidavam com seus pacientes. Ver neles exemplos de como no passado o médico era glorioso, e como os esculápios campinenses da década de 1930 não mais eram.

Construiu-se, assim, a memória da medicina campinense colocando o Dr. Chateaubriand como principal representante dos médicos do passado, do médico generalista, do médico de família, humano, pessoal, íntimo, alguém em quem se confiar. Enquanto isso, do outro lado, construiu-se a imagem dos médicos do presente, especialistas, frios, insensíveis, repressores, gananciosos, “papafigos”, “mortícolas”, “esfurucadores de cadáver”, sem “entranhas para os infortúnios dos pobres desvalidos”, em que, por ter ocupado postos importantes e suas ações terem ficado mais visíveis para a sociedade campinense, figurou como principal representante deste novo modelo de médico o Dr. João Arlindo Corrêa.

Assim, duas imagens antagônicas foram construídas no mundo médico campinense na década de 1930: a imagem do Dr. João Arlindo Corrêa, que representava o médico do mundo moderno, aquele não desejado; e a imagem do Dr. Chatô, que representava o médico do passado, dos tempos idos que não voltariam mais e, por isto mesmo, tornou-se o ideal de médico. Mesmo que

em sua prática ele não fosse exatamente como o descreviam, a sua imagem foi construída com esse ideal de glorificação do passado. A sua morte, em plena efervescência dos conflitos envolvendo a atuação dos novos médicos, só fez, portanto, aumentar a idealização de sua memória.

Assim, encerrava-se mais uma peça. As cortinas do palco se fechavam. Os atores da construção do mundo médico campinense começavam a deixar o teatro.

Os periódicos do dia seguinte comentariam este espetáculo e lembrariam com saudade e admiração o Dr. Chatô, que encerrava a sua atuação ovacionado pelo público. Público este que o escolheu como seu ator predileto.

Já o Dr. João Arlindo, não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Domingo, 30 de setembro, dez horas da manhã. A estação da *Great Western*, próxima ao Açude Velho, encontra-se abarrotada de pessoas que foram para ali levadas pelo desejo de presenciar um evento histórico: a chegada da locomotiva, da Maria Fumaça, a Campina Grande. Destacam-se na multidão senhores e senhoras elegantemente vestidos para a solenidade: eles, trajando ternos brancos, e elas, de vestidos, com luvas e chapéus que o vento insiste em querer levar consigo sempre que lhes refresca a cabeça.

A espera, que já se prolonga, e a ansiedade em ver a chegada da locomotiva a Campina é subitamente interrompida quando, ao longe, todos escutam o berro da Maria Fumaça. Aglomeram-se junto às grades da Estação, mas o trem ainda não está visível. Ficará visível apenas em mais alguns segundos.

E, finalmente, desponta, ao longe, a frente da locomotiva, com silvos estridentes – talvez para a todos despertar. Em alguns minutos, todos os vagões se farão visíveis e o trem parará na Estação, levando consigo autoridades da política e da sociedade de Campina Grande que compareceram a esta primeira viagem.

Trazida a locomotiva a Campina, as pessoas então se aglomeram para ouvir os discursos de determinadas autoridades que se fizeram presentes a este momento – tentam ouvi-las entre um e outro grito do rapaz que vende bombons na Estação. E lá estão o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, vestido de branco tal qual se espera do médico das famílias campinenses, e o Sr. Cristiano Lauritzen, prefeito municipal, responsável maior pela vinda da primeira locomotiva à cidade. Ambos discursam para o povo que ali se

encontra, sendo ovacionados pelos seus atos em prol de Campina Grande. Todos os discursos proferidos, assim, ressaltam o caráter inovador, progressista e modernizante do trem, mas não apenas dele, também os atos desse grande benfeitor da cidade, responsável pela chegada daquele elemento do moderno: Lauritzen. Este é apontado, inclusive até mesmo por seu adversário político, o Dr. Chatô, como um homem que propicia a evolução da cidade ao trazer até ela a modernidade representada pela Maria Fumaça.

Ao final da solenidade, reúnem-se todos à frente da Estação para a foto oficial do evento, que ficará registrada na história de Campina Grande.

Tal foto, entretanto, diferentemente da foto que desponta em todos os arquivos históricos sobre Campina Grande, é uma foto colorida e que contém não um, mas dois prefeitos municipais. Estão lá o Sr. Cristiano Lauritzen, prefeito da cidade de 1904 a 1923, e o Sr. Veneziano Vital do Rêgo, prefeito da cidade desde o ano de 2004. O evento que acabamos de narrar, diferentemente daquela primeira chegada do trem, a 2 de outubro de 1907, às quatro horas da tarde, teve lugar no dia 30 de setembro de 2007.

Narramos, portanto, o evento que ocorreu como comemoração do Centenário da Chegada da Maria Fumaça a Campina Grande. Evento este que tentou reproduzir a primeira chegada, a de 1907, da maneira como narrada pela historiografia local, e que vestiu com roupas de época pessoas que atuaram e/ou discursaram tal qual imagina-se tenham atuado e/ou discursado autoridades como o Dr. Chatô e o Sr. Lauritzen, ou pessoas simples como o rapaz que vende bombons aos gritos de “olha a cocada!”, que insistia em falar mais alto do que as autoridades na tentativa de vender os seus produtos.

Esta representação contemporânea elaborada para celebrar esse evento consagrado pela historiografia e pela memória locais atualiza, portanto, o papel do trem e o papel de Cristiano Lauritzen como símbolos da modernização e da modernidade campinenses do início do século XX. Em todos os discursos proferidos no evento – e, repetimos, inclusive o de um adversário político do “gringo”, como o Dr. Chatô –, Lauritzen é colocado como o grande modernizador da cidade, enquanto o trem é construído como o propiciador dessa modernização. Afirma-se, dentre tantos discursos, que

> com a chegada da estrada de ferro, novos valores chegarão também a esta região, como novos intelectuais, comerciantes, escritores, musicistas, todos cheios de inovações, sonhando com o desenvolvimento de Campina e de toda a região[1].

O evento que comemorou o centenário da chegada do trem a Campina, desta maneira, fez uso da historiografia e da memória locais para representar esse evento na cidade contemporânea, ou seja, encenou uma determinada representação sobre o que pode ter ocorrido naquela tarde de 1907 para inventar um novo evento, uma nova chegada do trem, que não é a mesma ocorrida cem anos antes, mas uma representação sobre esse passado ausente, representação esta que ratifica o evento de 1907 tal como inventado e cristalizado pela historiografia clássica e pela memória dos grupos de elite daquele tempo, e também como ainda hoje vem sendo construído por uma historiografia renovada: o trem como símbolo da modernidade, posto que representava o que de mais novo existia em termos de técnica científica na produção de maquinarias de conforto – mesmo que alguns não tenham achado assim tão confortável viajar na Maria Fumaça campinense...[2]

Ao representar, desta maneira, o acontecimento de 1907, os idealizadores do evento de 2007 inventaram um novo acontecimento, atualizando a memória sobre o 1907 como um marco na história da cidade, como ano inaugural da chegada da modernidade a Campina Grande. Produziram também todo um rito para a teatralização dessa memória: os silvos da locomotiva anunciando a sua chegada, a participação de pessoas trajadas tal qual se vestiam no início do século XX, a encenação de personagens presentes àquele momento e a incorporação de tais personagens na própria fala de cada um dos atores – o rapaz dos bombons que fala coloquialmente e grita para vender seus produtos, o Dr. Chatô e o Sr. Lauritzen que falam de maneira rebuscada tais quais pessoas letradas e líderes políticos de sua época, etc. Baseou-se na tentativa de reprodução de um acontecimento, de

---

[1] Discurso proferido por um dos atores no evento do Centenário da Chegada do Trem, 30 de setembro de 2007, gravado em vídeo, arquivo pessoal do autor.

[2] Confira as impressões expressas por um jornalista do Diário de Pernambuco, presente à primeira viagem, de 1907, e as impressões de Manuel Mendes, que veio a Campina na década de 1930 (OLIVEIRA, Maria José Silva et RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). **Memórias da Modernidade Campinense** – 100 anos do trem Maria Fumaça. Campina Grande, PB: Gráfica Agenda, 2007, pp. 75-89; e MENDES, Manuel. **O menino do Tracunhanhém**. Brasília: Thesaurus, 1999).

ritualização do mesmo, pela repetição e/ou encenação do acontecimento histórico, objetivando transmitir determinados valores à sociedade, neste caso, a idéia de progresso e civilização por meio da modernização urbana.

A representação da chegada da locomotiva, desta maneira, vai ao encontro da idéia de uma tradição inventada, satisfazendo alguns dos objetivos enunciados por essa produção ideológica: tenta demonstrar que havia uma determinada coesão social que estaria vigendo nos moradores de Campina Grande em 1907, fazendo circular o discurso de que todos ansiavam a locomotiva como símbolo do mundo moderno; objetiva também inculcar as idéias de modernidade e de progresso material e simbólico nas pessoas que, pelo exemplo desse evento primeiro, basear-se-iam nele para agirem no presente; e legitima, ainda, Cristiano Lauritzen no cargo de prefeito municipal por sua íntima vinculação com a Maria Fumaça, propiciando, assim, que ele seja produzido, instituído, lembrado e evocado como aquele responsável pela modernização de Campina e, desta maneira, aquele que deveria continuar ocupando o mais alto cargo municipal para que assim pudesse levar a cidade pelos trilhos do progresso[3].

Assim, agencia-se uma memória e uma história sobre a cidade que estabelece aquele acontecimento como um marco, um marco que atualiza os lugares e os espaços dos sujeitos envolvidos na sua produção, um lugar que legitima o evento e transforma-o em representativo de uma tradição de grandiosidade da cidade de Campina Grande. Um passado inventado e produzido no presente para se fazer verem pelos contemporâneos tempos idos, tempos glorificados pela historiografia e pela memória de certos grupos que geriam a cidade, intencionalmente contrapostos pelas leituras dos contemporâneos como grupos agrários e grupos urbanos, para se fazerem ver as divergências entre os fazendeiros e os comerciantes, e estabelecer-se que foi a disputa entre tais grupos que construiu Campina como grande.

A re(a)presentação da chegada do trem tencionou construir, desta maneira, uma ponte, uma intenção de continuidade entre um passado ausente

[3] Fazemos a leitura a partir da obra de Eric Hobsbawm, que classifica as tradições inventadas em três categorias/objetivos: aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social; aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade; e aquelas cujo propósito principal é socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento (HOBSBAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984).

e um presente, mas falhou nesta pretensão, já que o passado não é recuperável tal qual ocorreu. O que o presente produz, portanto, é um novo evento, como já dissemos, uma nova chegada do trem, diferente daquela de cem anos antes. E não diferente apenas porque as pessoas já não são mais as mesmas, ali encontrando-se apenas seus representantes, nem mesmo por se haver introduzido uma gama de fatores inexistentes naquele 2 de outubro – como, por exemplo, a presença anômala de dois prefeitos municipais –, mas, acima de tudo, porque a primeira chegada da Maria Fumaça estava inserida em um contexto histórico em que se ansiava atender a determinadas expectativas de alguns grupos sociais informados por algumas idéias de progresso e modernidade, enquanto que a segunda chegada pretendeu reproduzir aquele momento tal qual um antiquário da história, como se o tempo houvesse congelado e pudéssemos enxergar a sua verdade pela reprodução das vestimentas, pela recuperação dos discursos, pela encenação das personagens, pela ritualização do acontecido.

O presente, por outro lado, coloca-nos também diante de questões que podíamos pensar estarem superadas, mas que encontram ainda na contemporaneidade elementos que fazem tal passado parecer emergir diante de nós, modificado, sim, mas estabelecendo elos íntimos com os nossos mortos, mostrando-nos, dentre outras coisas, a capacidade de sobreviver que esses mortos adquiriram ao longo das várias décadas que distanciam o nosso tempo do deles.

Ao ler sobre a questão do leite, por exemplo, o leitor pode ter pensado tal qual um homem contemporâneo, cujos corpo e mente já foram docilizados pelo discurso médico higienista, e ter assim achado que, afinal de contas, aquele saber científico que incidia sobre o líquido iria se mostrar como o mais correto com o passar das décadas, e a recusa à ingestão do leite pasteurizado se mostrava, portanto, um perigo de fato à saúde daqueles homens e que, neste caso, a proibição da venda de leite não purificado era a decisão correta a ser tomada.

Entretanto, será que não há o leitor que considerar também, para além da maneira impositiva como foram tais medidas tomadas, que a resistência a aceitar o leite pasteurizado estava informada por um certo grau de desconfiança que as pessoas tinham quanto à qualidade do produto que

estava sendo comercializado na cidade? Já discutimos isso em capítulo específico, mas será que o leitor conseguiu de alguma maneira se colocar nos sapatos daqueles moradores de Campina Grande que desconfiavam que o leite purificado de puro nada tinha? Mais intrigante ainda: será que nós estamos tão distantes daqueles homens que desconfiavam da qualidade de purificação de seu alimento e simplesmente se recusavam a aceitar tal produto?

O segundo semestre do ano de 2007 nos mostrou que não. Em outubro foi deflagrada a Operação Ouro Branco, a fim de averiguar adulterações descobertas no leite de embalagem longa vida de duas cooperativas do Estado de Minas Gerais, a Casmil (Cooperativa Agropecuária do Sudoeste Mineiro) e Coopervale (Cooperativa dos Produtores de Leite do Vale do Rio Grande). Tais adulterações consistiam em mistura de soda cáustica e água oxigenada ao produto. Tal constatação acabou por expor algo ainda mais assustador: que tal prática não era incomum nem muito menos nova, mas antiga, segundo o próprio diretor do laboratório do Ministério da Agricultura, responsável pelo controle da qualidade do leite, o Sr. Ricardo Aurélio Nascimento.

> O uso de água oxigenada e soda cáustica não vamos falar que é corriqueiro, mas é uma ação bastante antiga na cadeia produtiva do leite. É uma fraude antiga e parece que agora tomou uma proporção fora do normal.[4]

Diante do escândalo exposto em Minas Gerais, o leite comercializado nos demais Estados brasileiros passou a ser também investigado, a fim de saber se a adulteração estava restrita às cooperativas mineiras ou se era uma prática comum a todo o país.

Enquanto isto, o povo, maior consumidor do leite industrializado, passou a desconfiar da qualidade do produto que consumia, evitando comprar

[4] "Laboratório confirma que adulteração de leite é prática antiga". **Globo.com**. 01/11/2007. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL166415-5598,00-LABORATORIO+CONFIRMA+QUE+ADULTERACAO+DE+LEITE+E+PRATICA+ANTIGA.html. Acesso em: 16 jun. 2008. Os próprios funcionários da Coopervale afirmaram, em depoimentos prestados à Polícia Federal, que a mistura ocorria há pelo menos dois anos ("Soda é misturada ao leite há 2 anos, dizem funcionários". **Folhaonline**. 25/10/2007. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u339611.shtml. Acesso em: 16 jun. 2008).

não apenas o leite da embalagem longa vida oriundo de Minas, mas qualquer laticínio, vindo ou não do estado mineiro.

> Criou-se um pânico na população de que o nosso leite não é bom e a gente sabe que o nosso leite é de boa qualidade, o Brasil produz um leite muito bom. Evidentemente aconteceram alguns desvios e esses desvios estão sendo sanados e corrigidos e criados mecanismos para que se evite no futuro a ocorrência desses desvios - afirmou o ministro [da Agricultura, Reinhold Stephanes], lembrando que apenas nesta terça-feira já havia conversado com dirigentes de três empresas.[5]

Vivenciando essa situação, em pleno ano de 2007, não se sensibilizará mais o leitor, levando-o a tentar minimamente se colocar nas mentes daqueles moradores de Campina Grande que, em 1935, tiveram que aceitar que o leite de melhor qualidade era o pasteurizado unicamente porque o discurso médico o enunciava como tal na tentativa de derrubar o antigo costume de bebê-lo cru? E que qualidade seria a desse leite que era purificado pela Usina de Pasteurização em Campina? Como confiar em tal purificação? Levou-se anos para termos nossos corpos e mentes docilizados no sentido de aceitarmos esse discurso médico praticamente como uma verdade inquestionável e comportarmo-nos de acordo com ele, e a Operação Ouro Branco serviu justamente para arrancar-nos o halo e jogar a nossa inocência ralo abaixo. Desta maneira, se nem hoje, depois de tantos anos de docilização, podemos crer na industrialização de nosso leite sem que uma certa desconfiança nos oprima, como esperar esse comportamento dos homens da década de 1930, que não haviam passado por essa docilização e para os quais a pasteurização do leite era algo novo, desconhecido e, portanto, elemento de desconfiança e estranhamento?

Assim, há também que pensar o leitor acerca das circunstâncias em que a medicina científica tentou prevalecer sobre as práticas de cura populares, entendendo que este movimento conflitava frontalmente com concepções presentes no universo mental das pessoas, letradas ou não. Estamos aqui lidando, para além destas representações, com a destituição de um poder sobre si mesmo para a delegação de tal poder nas mãos de pessoas

[5] "Stephanes: escândalo do leite afeta imagem de produtores no Brasil". **O Globo Online**. Disponível em: http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/10/30/326959256.asp. Acesso em: 16 jun. 2008.

desconhecidas, acadêmicos que, muitas vezes, devido à postura científica que assumiam perante os outros, eram considerados petulantes e desumanos. E como entregar de bom grado a tais sujeitos o poder sobre aquilo que muitas vezes consistia na única propriedade que muitas pessoas possuíam: o próprio corpo? Os laços de confiança construídos com sujeitos da própria comunidade, sujeitos que pela experiência haviam demonstrado serem conhecedores de práticas de cura contra diversos males, acabavam sendo mais relevantes do que um conhecimento acadêmico-científico valorizado apenas pelos grupos letrados locais, conhecimento, este, que não havia se afirmado como mais correto ou mais verdadeiro perante uma grande parcela das pessoas pobres.

É nesta linha de pensamento que podemos ficar imaginando o que pensaria de nosso tempo o Dr. João Arlindo Corrêa se soubesse que, em pleno século XXI, ainda persistem práticas "populares" de cura, tal como as rezadeiras, mulheres humildes, sem formação acadêmica, que diariamente recebem em suas casas diversas pessoas, a maioria crianças, para curar "mau olhado, vento caído e dor de dente", e que, além de rezarem pela cura, "também receitam remédios caseiros aos pacientes, feitos à base das plantas e ervas medicinais". Seriam alvo de sua caça às bruxas as rezadeiras Rita Gomes da Silva, 65 anos, a "rezadeira mais popular do bairro" do Pedregal, e Geraldina Severina Pessoa, 30 anos, moradora de Galante que treina as rezas em seus três filhos para algum dia poder vir a se tornar famosa como grande rezadeira? O que ele pensaria também de nossos dias se soubesse que as pessoas acreditam que

> todo mal de reza surge dentro ou fora do ambiente familiar. Elas acreditam que o mau olhado, por exemplo, origina-se do "excesso de amor" ou "amor caduco". Já o vento caído é o resultado de sustos ou medos fortes sofridos pela criança.[6]

Mais estupefato, entretanto, provavelmente ele ficaria ao perceber que não apenas as pessoas pobres e as pessoas sem formação letrada procuram as práticas não-científicas de cura, mas que a Igreja e até mesmo alguns médicos reconhecem essa manifestação cultural como legítima.

---

[6] SILVA, Francinete. "Rezadeiras mantêm tradição de trazer a cura". **Jornal da Paraíba**. Seção Geral, edição de 27/08/2006, p. 13.

> A médica pediatra do Programa Saúde da Família (PSF) Josélia Moura, não só acredita no poder da oração, como recomenda às mães a buscarem a fé, que aliada ao tratamento feito com os remédios convencionais ajuda no tratamento de algumas enfermidades. “Se a pessoa doente tem fé na reza, nas orações, não vejo nada demais ela procurar uma rezadeira, desde que não abandone o tratamento feito à base dos medicamentos”, afirma a médica, lembrando que as orações são fatores positivos do “nosso psicológico, que influenciam para uma situação de relaxamento, facilitando e ajudando no tratamento de saúde”.[7]

Por este depoimento, podemos visualizar uma inversão do movimento ocorrido no século XIX e no início do século XX, em que a medicina científica pretendeu destituir as práticas populares de cura do cotidiano das pessoas, enunciando-se e estabelecendo-se como único conhecimento legítimo de ação curativa sobre os corpos doentes. Não que a medicina esteja se ausentando deste papel, mas os médicos da segunda metade do século XX passaram a olhar os corpos doentes não como meros espaços de algebrização, meros sistemas objetivos de interferência, mas passaram a observá-los pela subjetividade de tais corpos, viram que a cura não é buscada apenas pela materialidade orgânica dos corpos, mas também pela mente das pessoas, e que alguns elementos – como a fé, por exemplo, em sentido amplo, entendida como confiança em alguém, seja ele um deus, um médico, um curandeiro, etc. – consistem em práticas que podem auxiliar – e não substituir por completo – um tratamento hospitalar.

A procura cada vez maior pela medicina homeopática e por filosofias orientais parece-nos ser um movimento de recuperação daquilo que a modernidade, ao longo dos séculos XVIII e XIX, tentou privar do homem: uma relação mais próxima com os elementos da natureza. Apenas tentou, sem jamais conseguir estabelecer esses lugares de maneira concreta, efetiva, já que a pesquisa nos levou a ler como tais lugares muitas vezes se confundiam num mesmo espaço como resistências mais declaradas ou sub-reptícias – a pasteurização do leite convivendo com as práticas ordinárias de beber leite cru, a valorização da vida rural em detrimento à vida urbana, a resistência das práticas “populares” de cura em detrimento das práticas científicas, etc.

---

[7] SILVA, Francinete. “Igreja reconhece essa manifestação religiosa”. **Jornal da Paraíba**. Seção Geral, edição de 27/08/2006, p. 13.

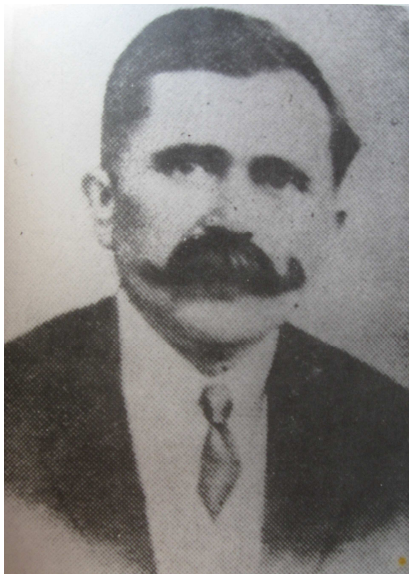
Ressaltamos, assim, a permanência de elementos vinculados ao mundo rural quando se pretendeu construir tal mundo como espaço do atraso e tudo que viesse dele – o leite cru, a natureza e os médicos “populares” – como elementos impeditivos do progresso, como símbolos de um passado colonial que se pretendia esquecer e fazer substituir por um futuro civilizado, um futuro de elementos vinculados ao mundo urbano – o leite pasteurizado, a artificialização, intervenção e manipulação pela ciência, e os médicos diplomados.

Tal a idéia de modernidade com a qual trabalhamos ao longo de todo este texto que agora encerramos. Tal a idéia que atravessou e informou os capítulos aqui produzidos e que, sob nosso olhar, enredou a construção do mundo moderno na Campina Grande das primeiras décadas do século XX: a oposição entre elementos vinculados ao mundo rural e elementos vinculados ao mundo urbano, na política, na economia e na cultura. Oposição que, como dissemos, nem sempre se deu de maneira clara, já que tais elementos se confundiam e amalgamavam, não permitindo uma visualização pura dessas diferenciações inventadas pelos discursos modernizantes.

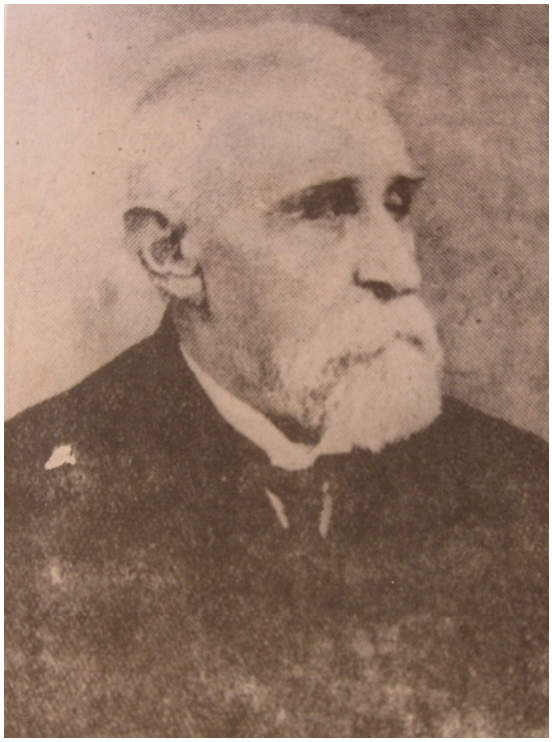
Assim, tal qual Bruno Latour[8], somos levados a, neste momento final, lançar ao leitor que nos acompanhou até aqui o seguinte problema: entendendo a modernidade tal qual esta que nós construímos ao longo deste texto, será que podemos falar, portanto, que algum dia fomos modernos?

[8] LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. [trad. Carlos Irineu da Costa]. Rio de Janeiro: 34, 1994, 152p.

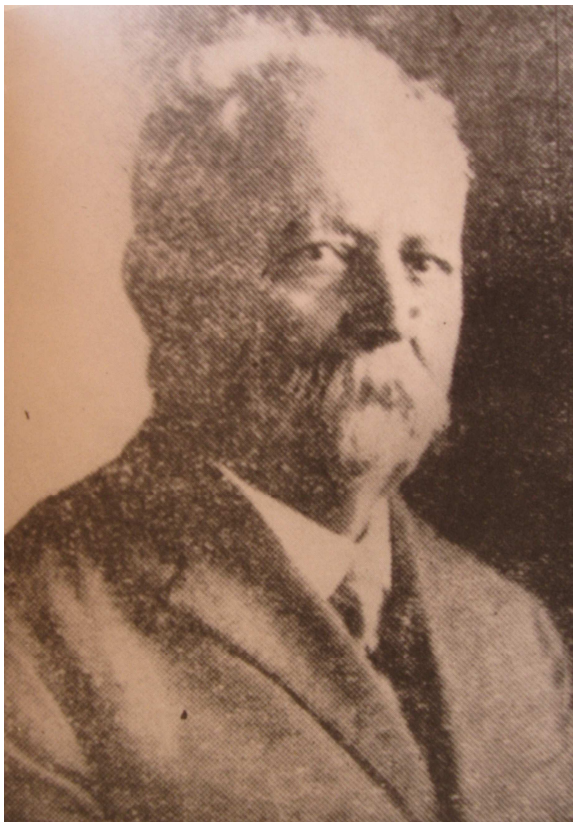
ANEXOS



Iconografia 1: Lino Gomes, comerciante, político e cronista. Dentre seus afazeres, gostava de ir à Estação ver o trem chegar. Numa dessas idas, conheceu o “rude sertanejo” Miquilina (FONTE: RIBEIRO, 1979, p. 309).



Iconografia 2: Cristiano Lauritzen, “o gringo”. Sua ascensão ao poder municipal, no ano de 1904, representou a ascensão política das elites ligadas às atividades urbanas, em detrimento do poder dos grandes fazendeiros locais. Sua gestão, de 1904 a 1923, representou para uma certa história e memória da cidade um primeiro movimento de entrada de elementos da modernidade, sendo o seu nome ligado intimamente à chegada da locomotiva de ferro, em 1907 (FONTE: RIBEIRO, 1979, p. 306)



Iconografia 3: O Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, construído discursivamente como o modelo de médico antigo das famílias campinenses, um representante dos primeiros tempos da medicina acadêmica, quando ainda estava informada por elementos das medicinas "populares" (FONTE: RIBEIRO, 1979, p. 307).

Iconografia 4: O Dr. João Arlindo Corrêa, construído como maior representante da medicina científica em Campina Grande. Tomou para si a "missão" de instituir a ciência como único conhecimento legítimo para tratar os corpos, promovendo uma verdadeira "caça às bruxas" aos "praticantes ilegais" das artes de curar (FONTE: Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba [on line]. Disponível em: http://www.grandeloja-pb.org.br/Imagens/gm_acorrea.jpg).

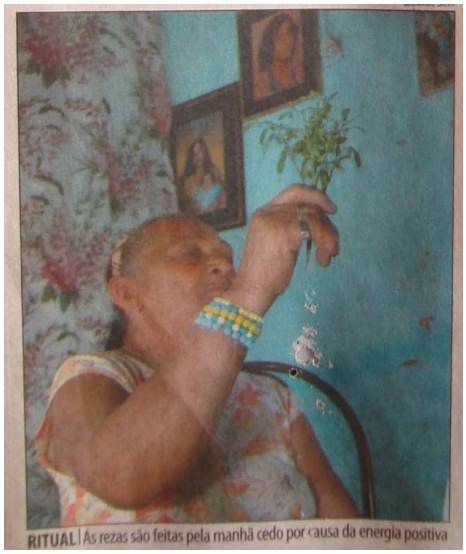
Iconografias 5 e 6: O Hospital Pedro I, a entrada antiga, acima, e a entrada atual, abaixo. A sua construção e inauguração, no início da década de 1930, pela Loja Maçônica Regeneração Campinense, representou a consolidação de um espaço de atuação e visualização do poder médico sobre as pessoas da cidade. (FONTE: Arquivo pessoal, fotos tiradas em 11/05/2008).

Iconografia 7: Foto oficial da chegada do trem à estação em Campina Grande, em 2 de outubro de 1907 (FONTE: Acervo do Museu do Algodão, Campina Grande/PB).

Iconografia 8: Evento da celebração do centenário da chegada do trem à cidade, em 30 de setembro de 2007. No detalhe, o momento em que se tentou tirar a fotografia oficial, na tentativa de reproduzir a fotografia oficial do evento de 1907 (FONTE: Acervo particular, fotografia tirada em 30/09/2007).

Iconografias 9 e 10: A Uzina de Hygienisação e Pasteurisação de Leite (acima), da Empresa Oliveira, Ferreira e Cia., instalada à rua Quintino Bocaiúva, na década de 1930, responsável pela purificação do leite que seria vendido em Campina Grande pelo seu braço comercial, a Leiteria Celeste (abaixo), à Praça Epitácio Pessoa. A pasteurização representava a modernidade na separação dos elementos patogênicos que pudessem representar algum perigo à constituição de um corpo moderno, além de permitir que a pecuária fosse transferida para longe do centro comercial da cidade (FONTE: Museu Histórico de Campina Grande).

Iconografias 11 e 12: Maneiras de entrega em domicílio do leite pasteurizado pela Uzina e comercializado pela Leiteria Celeste: carro a tração animal, num primeiro momento, e automóvel, num segundo. A Oliveira, Ferreira e Cia trabalhava tanto com a higienização do leite quanto com a venda de automóveis, fazendo, portanto, uso destes para a entrega daquele (FONTE: Museu Histórico de Campina Grande).



Iconografia 13: Ainda hoje resistem na sociedade práticas não-acadêmicas de cura, tais como as rezas para tirar "mau olhado" (FONTE: Jornal da Paraíba, edição de 27/08/2006, p. 13).

Iconografia 14: O escândalo envolvendo a adulteração do leite longa vida de duas cooperativas de Minas Gerais, no ano de 2007, com a mistura de água oxigenada e soda cáustica, gerou preocupação e desconfiança quanto à qualidade de vida proporcionada pela "higienização" industrial do líquido. Preocupação que acabou sendo satirizada por chargistas por todo o Brasil. "Rir para não chorar"? Será que estamos tão distantes daqueles homens que resistiram à pasteurização na Campina Grande da década de 1930 por desconfiarem da qualidade dessa "purificação"? (FONTE: http://www.xandrix.com.br/blog/2007/11/03/escandalo-do-leite-vamos-rir-para-nao-chorar/).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Giscard F. **A urbs doente medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935. Campina Grande, PB: Gráfica Marcone, 2006, 149p.

AGRA DO Ó, Alarcon. “Relatos de males – notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial”. In: AGRA DO Ó et al. **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003, pp. 11-45.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2 ed. Recife: Massangana. São Paulo: Cortez, 2001.

_____ . “Os ‘maus costumes’ de Foucault”. In: **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da História. Bauru, SP: EDUSC, 2007, pp. 113-131.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Livraria Pedrosa, 1962, pp. 289-300.

ARANHA, Gervácio B. “Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)”. In: AGRA DO Ó et al. **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003, pp. 79-132.

_____ . “Realismo vs. Nominalismo e a escrita da história: questões para o século XXI”. In: **Conferência de abertura do XI Encontro Estadual dos Professores de História da ANPUH – PB**. Campina Grande, Mimeo, 2004.

_____ . **Trem e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas (1880-1925). Campina Grande, PB: EDUFCG, 2007.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida**, 1826 a 1986. 2 ed. Campina Grande, PB: Grafset, 1986.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente** da Idade Média aos nossos dias [trad. Priscila Viana de Siqueira]. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

"Arruda". **O portal do Brasil**. Disponível em: <http://www.achetudoeregiao.com .br/ANIMAIS/arruda.htm>. Acesso em: 12 fev. 2008.

ASHCAR, Renata & FARIA, Roberta. **Banho: histórias e rituais**. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2006.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. 28 ed. São Paulo: Ática, 2006, pp. 26-27 [Série Bom Livro].

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento [trad. Estela dos Santos Abreu]. 6 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, 315p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso**: 1900-1950. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001 (Coleção Antropologia e Saúde).

_____ . **A gripe espanhola em São Paulo, 1918**: epidemia e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____ . "A sociologia de Gilberto Freyre e a educação para a saúde". **Ciência e educação**, v. 9, n. 1, 2003, pp. 105-121.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande, PB: Caravela, 1998.

_____ . **Os alicerces de Campina Grande** – esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864). 3 ed. Campina Grande, PB: Caravela, 2006.

CAMPOS, Aluízio Afonso. "Trajetória jurídico-política". *In*: CAMPOS, Aluízio Afonso (org.) **Affonso Campos** – um contemporâneo do futuro. Brasília, 1990.

CANGUILHEM, Georges. **Escritos sobre a Medicina** [trad. Vera Avellar Ribeiro] Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano** [trad. Ephraim Ferreira Alves]. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003 (vol. 1 – Artes de fazer).

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações** [trad. Maria Manuela Galhardo]. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORBIN, Alain. "Gritos e cochichos". *In*: PERROT, Michelle (org.) **História da vida privada** – da Revolução Francesa à Primeira Guerra [trad. Bernardo Joffily]. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, vol. 4, pp. 562-611.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada [trad. Maria Lucia Machado]. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande, PB: A União, 1993 (2 vols.).

FARRELL, Jeanette. **A assustadora história das pestes e epidemias** [trad. Mauro Silva]. São Paulo: Ediouro, 2003.

FERNANDES, Maria Helena. "Entre a alteridade e a ausência: o corpo em Freud e sua função na escuta do analista". **Estados Gerais da Psicanálise**: Segundo Encontro Mundial. Rio de Janeiro, 2003, 15p.

FERREIRA, Luiz Otávio. "Medicina impopular. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)". In: CHALHOUB, Sidney et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

FEYERABEND, Paul. **Dialogo sobre el Método**. Madrid: Cátedra, 2002.

FIGUEIREDO, B. G. "Chernoviz e a medicina no Brasil do século XIX". **Estudos**, v. 1, n. 1, pp. 95-109, maio 2001.

_____ . **A arte de curar**: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FICO, Carlos et POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989)**. Elementos Para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992 [2 vols.].

FLÁVIO, José. "50 anos da morte de José Lins do Rêgo". **BuscaPB News**, 20 out. 2007. Disponível em: http://www.buscapb.com.br/buscanews/noticias2.php ?colunista=13&artigo=87. Acesso em: 24 jan. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____ . **História da Loucura** na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____ . **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976) [trad. Maria Ermantina Galvão]. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____ . **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____ . **O nascimento da clínica**. [trad. Roberto Machado] Rio de Janeiro: Forense, 2004a.

_____ . **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004b.

_____ . "O que são as Luzes?" In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. (seleção e organização dos textos por Manoel Barros da Motta). 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, pp. 335-351 (Ditos & Escritos, vol. II).

_____ . **História da Sexualidade** – a vontade de saber. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006, vol. 1.

GONÇALVES, Evaldo. "Affonso Campos e Campina Grande na Primeira República". In: CAMPOS, Aluízio Afonso (org.) **Affonso Campos** – um contemporâneo do futuro. Brasília, 1990.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias**. Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1994.

GURJÃO, Eliete de Queiróz et al. **O bairro de José Pinheiro**: ontem e hoje. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, Secretaria da Educação e Cultura, 1999.

_____ . **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria de Educação, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem** [trad. Waltensir Dutra] 13 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

KANT, Immanuel. “Crítica da Razão Pura”. [trad. J. Rodrigues de Merege]. **EBooks Brasil**, Edição Acrópolis. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/critica.html. Acesso em: 6 julho 2007.

KELSEN, Hans. **A Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, 427p.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas** [trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira]. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005, 263p.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

“Laboratório confirma que adulteração de leite é prática antiga”. **Globo.com**. 01/11/2007. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL166415-5598,00-LABORATORIO+CONFIRMA+QUE+ADULTERACAO+DE+LEITE+E+PRATI CA+ANTIGA.html. Acesso em: 16 jun. 2008.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. São Paulo: Autêntica, 1999.

_____ . **Nietzsche e a educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (Coleção Pensadores & a Educação).

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. [trad. Carlos Irineu da Costa]. Rio de Janeiro: 34, 1994, 152p.

_____ . **A esperança de Pandora**. [trad. Gilson César Cardoso de Sousa] Bauru, SP: EDUSC, 2001, pp.13-38 (Coleção Filosofia e Política).

LE GOFF, Jacques et TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. [trad. Marcos Flamínio Peres] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa, Portugal: Estampa, 1994.

LEITÃO, Fabiana Oliveira. **Quando o médico abandona sua criatura**: mudança do saber médico em Campina Grande (1920-1950). Monografia de Graduação. Campina Grande, PB: UEPB, 2005.

LIMA, Rômulo de Araújo. “A burguesia comercial em Campina Grande”. **Grão**. Publicação do curso de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFPB. Ano 1, n. 3, julho/agosto de 1985.

MACHADO, Roberto et al. **Da(n)ação da norma**. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. (Série Saber e Sociedade, n. 3).

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARQUES, Lúcio Álvaro. "A morte de Deus". **Consciência.org**. s.d. Disponível em: http://www.consciencia.org/mortededeuslucio.shtml. Acesso em: 8 julho 2007.

MARÓJA, Flávio. "A nossa hygiene – considerações geraes". **Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano**. Anno III, 1911, vol. 8. Parahyba: Imprensa official, pp. 431-437.

MEDEIROS, Coriolano. "Subsidios para a historia da Hygiene Publica na Parahyba". **Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano**. Anno III, 1911, vol. 8. Parahyba: Imprensa official, pp. 117-123.

MEDEIROS, Tácito. "Psiquiatria e Nordeste: um olhar sobre a história". **Revista Brasileira de Psiquiatria** [online]. Julho/Setembro 1999, vol. 21, n. 03. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php ?script=sciarttext&pid=S1516-44461999000300010&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 08 nov. 2005.

MELO, Josemir Camilo de. "O trem e o crescimento de Campina Grande". In: OLIVEIRA, Maria José Silva et RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). **Memórias da Modernidade Campinense** – 100 anos do trem Maria Fumaça. Campina Grande, PB: Gráfica Agenda, 2007.

MELO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. "Trajetória jurídico-política". In: CAMPOS, Aluízio Afonso (org.) **Affonso Campos** – um contemporâneo do futuro. Brasília, 1990.

MENDES, Manuel. **O menino do Tracunhanhém**. Brasília: Thesaurus, 1999.

MENDONÇA, Marinella Morgana et CARVALHO, Ana Cecília de. "O corpo na teoria psicanalítica de Freud: da representação ao transbordamento". *In*: **As incidências da repetição no corpo, pela via da dor**. Dissertação de mestrado em Psicologia. Belo Horizonte: UFMG, 2006, pp. 50-79. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/VCSA-6WVMUV. Acesso em: 30 out. 2007.

Memorial urbano de Campina Grande. Campina Grande, PB: A União, 1996.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da Colônia**. Limites e espaços da cura. Recife, PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. "Representando o mundo: entre natureza e civilização". In: **Cientificismo e sensibilidade romântica**. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

_____ . **A Gaia Ciência**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____ . "II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida". In: MELO SOBRINHO, Noéli Correia de (org.) **Escritos sobre a História – Friedrich Nietzsche**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, São Paulo: Loyola, 2005, pp. 67-178.

NÓBREGA, Humberto. **As raízes das ciências da saúde na Paraíba**: Medicina, Farmácia, Odontologia e Enfermagem. João Pessoa: Universitária UFPB, 1979.

OLIVEIRA Elda Rizzo. **O que é medicina popular**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985 [Coleção Primeiros Passos n. 31].

OLIVEIRA, Maria José Silva et RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). **Memórias da Modernidade Campinense** – 100 anos do trem Maria Fumaça. Campina Grande, PB: Gráfica Agenda, 2007.

ONFRAY, Michel. "Da anterioridade do melão sobre a razão". In: **A arte de ter prazer**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 29-97.

PEREIRA NETO, André de. "Identidades profissionais médicas em disputa: Congresso Nacional dos Práticos, Brasil (1922)". **Cad. Saúde Pública**, vol.16, n. 2, Rio de Janeiro, Abril/Junho, 2000.

PIMENTA, Tânia Salgado. "Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX". In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003, pp. 307-330.

PIMENTEL, Cristino. **Pedaços da história de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Livraria Pedrosa, 1958.

_____ . **Mais um mergulho na história campinense**. Campina Grande, PB: Caravela, 2001.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993.

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica** [trad. Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota]. 12 ed. São Paulo, Cultrix, 2006, 567p.

RAGO, Margareth et al (org). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REVEL, Jacques et PETER, Jean-Pierre. “O corpo – o homem doente e sua história”. In: LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre. **História: novos objetos**. [trad. Terezinha Marinheiro]. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 141-159.

RIBEIRO, Hortênsio de Souza. **Vultos e fatos**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1979.

ROUDINESCO, Elizabeth. **Filósofos na tormenta** – Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida. [trad. André Telles]. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, pp. 105-152.

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios**. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. “A morte de Deus e a idealização do homem segundo a ótica moral de Friedrich Nietzsche”. **Consciência.org**, 2005. Disponível em: http://www.consciencia.org/nietzscherizatti.shtml. Acesso em: 8 julho 2007.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). **Políticas do corpo**: elementos para uma história das práticas corporais. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____ . “É possível uma história do corpo?” In: SOARES, Carmen (org.). **Corpo e história**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, pp. 03-24.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 2 ed. Porto, Portugal: Afrontamento, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. O corpo e a cidade na civilização Ocidental [trad. Marcos Aarão Reis]. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein ou o moderno Prometeu**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

SILVA, Francinete. “Rezadeiras mantêm tradição de trazer a cura” *et* “Igreja reconhece essa manifestação religiosa”. **Jornal da Paraíba**. Seção Geral, edição de 27/08/2006, p. 13.

SILVA, Valdecir Carneiro da. **A mortalidade na infância da cidade da Parahyba**, 1897 a 1912. Dissertação de mestrado, João Pessoa: UFPB/CCS, 2002.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese histórica de Campina Grande**: 1670-1963. João Pessoa: Grafset, 2005.

“Soda é misturada ao leite há 2 anos, dizem funcionários”. **Folhaonline**. 25/10/2007. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u339611.shtml. Acesso em: 16 jun. 2008.

SOUSA, Ailton Elisiário de. “Maria Fumaça: o sonho de Cristino”. In: OLIVEIRA, Maria José Silva et RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). **Memórias da Modernidade Campinense** – 100 anos do trem Maria Fumaça. Campina Grande, PB: Gráfica Agenda, 2007.

SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande (1920-1945). Doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2001, pp. 245-318.

_____ . **Territórios de confrontos** – Campina Grande (1920-1945). Campina Grande, PB: EDUFCG, 2007.

SOUZA, Laura de Melo e (org.). **História da vida privada no Brasil**. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (História da vida privada no Brasil, vol. 1).

“Stephanes: escândalo do leite afeta imagem de produtores no Brasil”. **O Globo Online**. Disponível em: http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/10/30/326959256.asp. Acesso em: 16 jun. 2008.

STEVENSON, Robert Louis. **O médico e o monstro**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003 (Pensadores & a educação).

VERAS, Cassandra Carmo de Lima. **O espelho de Narciso**: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945). Bacharelado em História. Campina Grande: UFPB Campus II, 1988.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**. Medicina, religião e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928. Santa Maria, RS: UFSM, 1999.

WELLS, H. G. **A ilha do Dr. Moreau**. São Paulo: Ediouro (Coleção Clássicos Jovens).

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura** [trad. Paulo Henrique Britto]. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.